

“OUTRA HISTÓRIA”

Agosto de 1974

1974 – Julho.30 (3ªfeira)

Chega a Dar-es-Salaam o plenipotenciário marxista MNE-adjunto major Melo Antunes, acompanhado pelo delegado do MFA-Moçambique capitão-tenente Vasco Fernando Leote de Almeida e Costa¹, para nova ronda de conversações secretas com Samora Machel.

- «Desde o início [?!] que a Junta lhe deu [ao general Spínola] o ‘agreement’ para que fosse o responsável pela descolonização. E não apenas em Angola [mas as respectivas “conversações” só foram iniciadas às claras após 28Set74...!], mas também em relação a Cabo Verde [idem...!], São Tomé e Príncipe [ibidem...!] e Moçambique. Nunca [?!] tive conhecimento das instruções dadas pelo general Spínola a essas delegações. Nunca fui informado dos critérios [?!] que estiveram na base da sua constituição, não [?!] tive conhecimento das conclusões a que chegaram, nem [?!] tão-pouco acesso aos relatos feitos no regresso do cumprimento dessas missões.»²
- «A JSN era um órgão colegial. O que qualquer um fazia, responsabilizava todos. [...] Mas os mais marginalizados foram o [Manuel] Diogo Neto, o [Jaime] Silvério Marques e eu [Galvão de Melo]. Por exemplo, nunca vi qualquer documento sobre os estatutos que eles inventaram para esse período em Moçambique.»³
- «Só os representantes e autoridades mandatadas do Estado português intervieram na “descolonização”, com poder de decisão. Foram eles que escolheram os interlocutores para a criação de um simulacro de representatividade, os quais viriam a receber do Estado português, como seus sucessores, o poder político dos novos Estados e sem que as populações pudessem exercer o seu direito de escolher e decidir o seu destino.»⁴
- «A partir do fim de Julho de 1974, o esvaziamento da autoridade de Spínola era praticamente um processo diário.»⁵
- «No II Governo, Melo Antunes entrara para o executivo como ministro-sem-pasta. Não pedindo desta feita autorização ao presidente da República, foi avistar-se [pela 2ª vez] com um representante da FRELIMO em Dar-es-Salaam, em [30 de] Julho, fazendo-se acompanhar pelo comandante Almeida e Costa.»⁶
- «Aqui vivia-se uma Revolução, com o poder nas mãos dos militares e em vias de cair na rua... Por mais lúcidos e avisados que os políticos fossem – e eu prezo-me de o ter sido [?!], bem como o meu amigo e colega do Governo, Almeida Santos – não podíamos abstrair desta realidade. [...] Nessa altura o MFA – que se considerava ele próprio um movimento de libertação de Portugal –, sentia-se a falar com os seus homólogos da libertação de Angola e de Moçambique. E naturalmente [?!] privilegiava-os em absoluto. [...] Não [?!] estou ao corrente desse encontro. Nunca [?!] tive qualquer informação sobre o assunto. [...] Melo Antunes já era ministro, coordenava essa área, o poder estava crescentemente na mão dos militares. [...] A competência específica estava no Almeida Santos, mais do que em mim: era ele o ministro da Coordenação Interterritorial; Melo Antunes era uma espécie de superministro coordenador, mas sobretudo era o representante do MFA, o verdadeiro detentor de toda a legitimidade. [...] Essa segunda conferência com a FRELIMO foi já, praticamente, dirigida por Melo Antunes.»⁷
- «As forças da FRELIMO fizeram saltar ontem [hoje 30]Jul74] o prolongamento da linha Beira-Tete, próximo da fronteira com o Malawi. A explosão deu-se no ponto em que a via ficou cortada a semana passada e algumas horas depois de reparada. Ontem [também 30]Jul74] um comboio de mercadorias vindo do sul, foi metralhado nesta linha a 200km norte da Beira perto de Inhaminga.»⁸
- «As Forças Armadas portuguesas decidiram retirar algumas guarnições das fronteiras norte e nordeste, as quais, segundo o comando-chefe [de Moçambique], “na actual conjuntura e dentro da política definida pelo presidente da República, não tinham qualquer significado”. Os efectivos foram transferidos para os principais centros urbanos e para as zonas de maior interesse económico.»⁹
- «Neste momento cessaram as razões dos combates, as forças de um lado e do outro poderão dar-se as mãos como camaradas de armas de nações irmãs, afirmou S.Ex^o o Presidente da República na sua histórica declaração de 27 de Julho passado. Como é do conhecimento geral e com essa finalidade, têm-se realizado contactos a nível local entre elementos da FRELIMO e das nossas guarnições militares, com vista ao cessar-fogo que ambas as partes desejam e sem o qual não é viável arrancar-se rapidamente para a construção do Moçambique novo que todos pretendemos. Devido a esses contactos, a paz em Moçambique já é uma realidade em várias regiões, embora mantida de forma precária dada a inexistência de um acordo formal.»¹⁰
- «Segui [de Nampula] para Porto Amélia onde permaneci outros dois ou três dias antes de voar para Mueda. [...] Fiz a viagem num avião que voava só à altura da copa das árvores, de forma muito incómoda e sobretudo cheio de terror porque a cada passo o avião ia abaixo e estava só a dois passos da terra, mas enfim conseguimos chegar sãos e salvos como todos os aviões que para lá foram, [...] onde estavam estacionados desde o ano passado à beira de 3 mil soldados [BCac15, 3º/BCac18, 1º e 2ºGAC6, GE208, 1ºCEng, SecAvMatEngMD e EPM54 tudo de recrutamento local, mais CCmds2043/72 e 2045/73, CCac4140/72 e 4546/73, CArt7257/73, PelAAA7076/72, PelA/D3116/72, 9374 e 9795/73 de recrutamento metropolitano]; a paróquia tinha cerca de 4 mil habitantes, na sua maioria católicos. [...] Entretanto fomos preparando a nossa saída. A debandada começou no rio Rovuma: toda a população acompanhava a tropa até ao último lugar onde a deixavam ir; centenas de milhares de pessoas que não queriam que fossemos embora. A verdade é que em Mueda todos os soldados pretos, no princípio quando se lhes falou na desmobilização, não acreditavam nem sabiam o que era isso da independência: eles não acreditavam que nós saíssemos.»¹¹

- «Entretanto, havia três dias que o Rádio Clube de Moçambique [dominado por controleiros "Democratas" ligados à FRELIMO], vinha propagandeando estar a ocorrer a paz no Norte, tendo Mueda já declarado efectivo o cessar-fogo. [...] Em Nampula já estávamos a mandar recolher tropas. Uma das unidades que ia ser recolhida, salvo erro em 8 de Agosto, [...] era precisamente [a 1^o/BCav8421/73¹² há 11 meses aquartelada em] Omar. [...] Situava-se num ponto alto a dominar o rio Rovuma em baixo e do outro lado via-se a Tanzânia até cerca de 30kms, observando-se com binóculo quando havia condições para tal, duas bases da FRELIMO perto da fronteira. Aquele aquartelamento barrava uma linha de infiltração, possuía uma pista de aviação de 600mts para DO e Cessna, e tinha sido reforçado com dois obuses de 14cm para impôr algum respeito; esse esquema já vinha do tempo do general Kaulza. No lado sul existia uma pequena mata. [...] Tínhamos pensado retirar o pessoal para o quartel do batalhão [BCac5013/73-BC10]¹³ de Nangade, 30km a sul, em 3 vagas de 5 helicópteros cada, com as armas individuais G3; e numa anterior 1^a vaga, apenas as malas de mão dos homens. A Logística [4^oRep-QG/RMM] começou a trabalhar no caso e, quando abordámos a existência dos referidos obuses, falámos com o alferes miliciano [do recrutamento provincial José Carlos Silva] Costa Monteiro – comandante interino da companhia [encontrando-se o efectivo, capitão miliciano, de baixa no 1^oHMR em Lourenço Marques] –, sobre a viabilidade dele destruir esse material. Como o não sabia fazer, contactámos o Destacamento de Serviço de Material mais próximo, que era o de Porto Amélia, ficando previsto deslocarem-se lá dois oficiais para efectuar a destruição em 4 de Agosto, salvo erro. Como houve uma ida prévia para reconhecer o trabalho a realizar, supõe-se que a notícia da destruição dos obuses, a consumir até ao dia 8, tenha sido do conhecimento da FRELIMO.»¹⁴
- «Os departamentos militares e os órgãos de informação, não disseram tudo sobre Omar. [Durante a Operação Nó Górdio] a bandeira nacional foi replantada ali. Os corpos dos mortos foram transportados para Mueda. [...] Sobre os escombros de uma base inimiga [designada "Namatil"], ergueu-se a disciplina de um quartel português. O aquartelamento resistia com tenacidade furiosa ao ritual do ódio: todos os dias, ao cair da tarde ao longo de vários meses, foi "abonado" sem êxito. Entretanto, a partir dele organizavam-se operações de limpeza, abriam-se caminhos para desmantelamento de refúgios, obstruía-se a mais importante linha de penetração das colunas inimigas vindas da Tanzânia.»¹⁵
- «Mário Soares deixava-se enleiar cada vez mais nas responsabilidades de um jogo, em que passava à condição de útil figura secundária. Costa Gomes tinha feito aparecer em cena o parceiro que estava reservado para esta missão (e a quem viria a confiar a pasta dos Negócios Estrangeiros). Melo Antunes não queria ouvir falar de "pontes", que não conduzissem a Moscovo e alicerçadas sobre a construção artificiosa de um "terceiro-mundismo" que lhe servia de cortina ocultadora dos reais propósitos. [...] Em entendimento, Melo Antunes e o sector extremista da FRELIMO manobram coordenadamente. As próprias fórmulas de transigência que Mário Soares e Almeida Santos haviam proposto, foram substituídas por outras mais radicais. Na corrida das concessões, haviam sido largamente ultrapassados por Melo Antunes. [...] Nítido se apresentava [no acordo Machel-Antunes] que ambos se inclinavam para outras fórmulas "democráticas" pelas quais viriam a revelar predilecção. Samora Machel veio a fazê-lo abertamente. Melo Antunes foi oscilando conforme as conveniências, mas sem nunca o poder disfarçar inteiramente. Assim nascem as cortinas que separam dois mundos, quer sejam cortinas de ferro, de bambu ou de capim. A autodeterminação dos povos ultramarinos, tão explicitamente fixada no "Programa do MFA", desaparecia com uma penada de Machel-Antunes. Samora Machel, não interviera na redacção do "Programa do MFA", e por isso não estava a ele obrigado. Mas Melo Antunes, havia sido o principal elaborador desse documento. Ou tinha o premeditado propósito de enganar, ou faltou à palavra dada. [...] Com este evoluir dos acontecimentos, de Lusaca pedia-se a nossa urgente comparência. Para ali segui no dia 29 e viria a regressar [a Blantyre] no dia 3 de Agosto. Ao trabalhar com Mark Chona, Peter Kassanda e [Henry] Chimpapata [contacto zambiano com a Frelimo em Dar-es-Salaam], fizemos o ponto da situação analisando os últimos desenvolvimentos. Mark Chona teria de deslocar-se a Dar-es-Salaam para uma reunião importante e carecia que eu indicasse nomes de pessoas recomendáveis para participar no eventual governo de coligação. Quanto aos nomes, preferia fazer uma "lista negativa" mencionando aqueles que não deveriam ser incluídos, sob pena de se criar uma situação de alarme em Moçambique. Depois propôs-me que desse uma entrevista ao "Times of Zambia" descrevendo os nossos comuns esforços, para obtermos a independência negociada para Moçambique em colaboração com a Frelimo. Passei os dias seguintes no "Intercontinental". De Dar-es-Salaam telefonou-me Mark Chona, do Hotel Kilimanjaro, a informar que os contactos decorriam muito animadoramente. Às primeiras horas de sábado (dia 3), Mark Chona trazia renovadas esperanças da sua viagem à Tanzânia e assegurava que tudo corria pelo melhor. Não quis dar detalhes e apenas disse que Lisboa parecia finalmente entender os problemas. Entreguei-lhe os papéis para Samora Machel e assegurou que nesse mesmo dia seguiriam para Dar-es-Salaam. Acompanhava a carta, datada de 31 de Julho em Lusaca, um memorando que relatava as conclusões recolhidas [em Matsapa], nos meus encontros na Swazilândia com moçambicanos: "Confirmaram as piores preocupações acerca da situação em Moçambique, prevendo que mais de 70 mil pessoas planeiam deixar o país, com os seus bens. Sem excepção, todos exprimiram genuínas preocupações sobre as actividades da Frelimo, resultado da inabilidade de partidários não-africanos. Refiro-me concretamente aos "Democratas" europeus, cujo único objectivo é libertar a Metrópole portuguesa do "fardo das colónias", sem qualquer preocupação pelo futuro delas. Os visitantes evidenciaram a sua apreensão, em que: a Frelimo está interessada numa luta de classes e não na libertação nacional; a Frelimo perseguirá todos os que tenham cooperado com o regime colonial, mesmo que essa cooperação tivesse sido de natureza rotineira inevitável; a Frelimo pretende estabelecer um regime marxista-racista; a Frelimo hostilizará os países vizinhos sob controle europeu, afectando a emigração de trabalhadores, os transportes, as indústrias, o comércio, o turismo, etc., criando o risco de retaliação por parte desses países; a Frelimo obteve substanciais empréstimos por parte da China e outros países socialistas que terão de ser reembolsados imediatamente depois da independência, para além da concessão de tratamento preferencial nas importações desses países, afectando com isso desfavoravelmente os interesses locais; a Frelimo constituirá um governo inteiramente seleccionado entre os

seus quadros no exílio, cujo conhecimento das condições prevaletentes em Moçambique é necessariamente deficiente". Depois desta análise, propunha concretamente "um novo encontro em maior escala, programado para breve, para reafirmar os propósitos da Frelimo: independência dentro do mais curto prazo possível, limitado unicamente pela necessidade de preparar as estruturas políticas e administrativas da nova nação; [...] formação de um governo provisório, com a participação maioritária de membros designados pela Frelimo mas incluindo representantes genuínos de outros sectores, escolhidos pela sua capacidade pessoal e não em base política".»¹⁶

- «Quando da referida visita [26Jul-08Ago74, integrado na troika enviada pelo CC/MFA] a Moçambique, tive contactos com todos os mini-partidos existentes e verifiquei não terem a noção do que representavam, nem possuírem qualquer programa. Queriam ser partidos para ir para o poder, mas para fazer o quê?»¹⁷
- «Contra o princípio da autodeterminação que iria ser vilmente violado, a retirada das nossas forças do Norte tomou o aspecto de "fuga desordenada", abandonando inclusivamente o material pesado. [...] Victor Crespo [já apalavrado] "alto-comissário", procedia de forma tal que imediatamente começou o êxodo precipitado de milhares e milhares de metropolitanos e asiáticos.»¹⁸
- «Existe [em Moçambique] um estado psíquico grave, para o qual muito contribuiu a estadia ali [durante 14 dias] de três senhores oficiais do Movimento [MFA], chefiados pelo sr. comandante Victor Crespo que, de relógio na mão, concedeu 12 ou 13 minutos para contactar com os representantes do FICO e igualmente com outros movimentos. Fomos colocados perante a situação de "irreversibilidade" do problema e esta trágica palavra já fôra lançada em Moçambique pelo [antigo inspector-superior da Administração Ultramarina e ex-presidente do município de Lisboa 20Out72-25Abr74] sr. coronel [de infantaria António Jorge da] Silva Sebastião e repetida depois por outros oficiais. No contacto que connosco teve, o sr. comandante Victor Crespo falou-nos nas nações que exerciam fortes pressões sobre Portugal (não sei se a Rússia, se a China ou se qualquer outra grande potência), mas eu repliquei que seria importante pensarmos também numa Rodésia, numa África do Sul, num Malawi, numa Zâmbia. Seria certamente sensato conhecer as suas opiniões, pedir-lhes até auxílio se necessário, não para fazer a guerra que sempre a fizemos sozinhos, mas para promoção de uma nova nação de que viéssemos a orgulhar-nos. Esquece-se assim que Moçambique tem 8 a 9 milhões de habitantes: que os macuas são milhões, que os macondes são um povo cheio de personalidade, os angonis são uma unidade política e cultural distinta, não esquecendo os ajuas, os nianjas, os rongas, os changanes, os senas; não podemos esquecer os chefes étnicos, os chefes religiosos que são homens de alta personalidade, que têm também uma palavra a dizer, que não pretendem lugares no governo (como eu já aqui [em Lisboa] vi insinuar na Imprensa). Ninguém pretende lugares no governo mas pretendemos todos, isso sim, ter a possibilidade de trabalhar em Moçambique, uns porque têm filhos moçambicanos, outros porque têm pais moçambicanos, outros ainda porque são moçambicanos. Ora se as Nações Unidas, como dizem, estão a ter uma acção muito importante no processo de descolonização de Moçambique, porque é que em desacordo com o espírito da Carta nos negam o direito de sermos livres e tentam submeter-nos à inevitável ditadura de um partido – a FRELIMO – que não representa todo o Moçambique?»¹⁹

Ao mesmo tempo no cais Gorjão do porto de Lourenço Marques, os estivadores entram em greve e paralizam todas as operações de carga e descarga levando à cessação de movimento no terminal ferroviário.

- «Os estivadores, devido à falta de autoridade que se vinha sentindo, constituíam alvos predilectos dos frelimistas que os manipulavam para acções políticas e de reivindicação social, incompetíveis para a debilidade da economia local e cujo objectivo se vinha revelando acentuadamente dirigido à paralização. O porto de Lourenço Marques começara a tornar-se impopular para as numerosas linhas estrangeiras que asseguram o abastecimento da África do Sul e Suazilândia. Constantes descarrilamentos de composições ferroviárias, sobretudo nas linhas de Ressano Garcia [para a fronteira norte da Suazilândia e sul Transvaal] e de Malvéria [para a fronteira norte do Transvaal e sul da Rodésia], ameaçavam perigosamente o normal escoamento das mercadorias para os países vizinhos, tornando a situação quase insustentável tanto relativamente à economia do território como às zonas servidos pelo hinterland.»²⁰
- «Lourenço Marques está instalada na desordem, no caos, como o confessa um responsável militar, o capitão João Manuel Nunes Serra. O último governo está demissionário e a junta militar que deve suceder-lhe ainda não ocupou o seu lugar, enquanto que o grande porto moçambicano está paralizado pelas vagas de greves. Uma pesada atmosfera de fim de uma colónia reina nas largas avenidas sombrias da cidade europeia. Os negócios pararam, as lojas estão vazias de todas as mercadorias de valor e o êxodo da população branca acelerou-se para Portugal ou para lugares mais distantes: América do Sul, Austrália. O mais terrível para o futuro de Moçambique é a fuga dos técnicos e dos médicos. [...] Cada dia que passa na atmosfera que Moçambique atravessa, a FRELIMO marca pontos: certamente que a sua maior vantagem reside no facto de ser o único movimento de libertação representativo. Mas há ainda todas as formações da "terceira força" que tentam organizar-se desde o 25 de Abril e que se dissolvem umas após as outras. E há mesmo segundo parece, organizações brancas que, à parte os "Democratas" que apoiam a FRELIMO, não conseguem encontrar uma audiência. [...] O país esvazia-se e extingue-se. Em breve nada restará para assumir as responsabilidades que os militares desencadearam com o processo de descolonização, perante a massa negra inexperiente à qual a FRELIMO enviou apressadamente alguns instrutores ultrapassados.»²¹
- «Setenta navios paralisados devido à greve dos estivadores. Três atentados bombistas perpetrados por reaccionários em Porto Amélia. Centenas de pessoas aguardam embarque no porto da Beira.»²²
- «A paralização do porto de Lourenço Marques tem causado graves perturbações. Desde terça-feira até ontem [02Ago74], os prejuízos ascendem já a 18 mil contos sem contar com a perda de divisas resultante da carga e descarga das mercadorias consignadas.»²³

Entretanto de Luanda o ex-CCFAA general Franco Pinheiro, na sequência da remodelação da JGA hoje efectivada, regressa a Lisboa.

- «A cessação de funções de elementos que compunham o anterior Governo Provisório foi decidida pela actual Junta Governativa. Deixaram os cargos que desempenhavam o secretário-adjunto dr. Pinheiro da Silva, o secretário da Administração Territorial dr. [Adelino] Amaral Lopes, o secretário do Trabalho e Segurança Social dr. Afonso Mendes e o secretário da Comunicação Social e Turismo major Mariz Fernandes. Para delegados da Junta Governativa naquelas secretarias de Estado [respectivamente da Administração Interna e do Trabalho e Segurança Social], foram nomeados o tenente-coronel [de cavalaria] António Gonçalves Ribeiro e o capitão [dos SAM] Armando Fonseca de Almeida. Outro comunicado anuncia a chegada do novo secretário de Estado da Informação comandante Correia Jesuino. [...] A comissão de assistência [aos repatriados, presidida pelo secretário da Administração Territorial tenente-coronel Gonçalves Ribeiro], encarregar-se-á do problema do transporte para qualquer ponto de Angola ou do exterior, de quantos pretendam refazer fora de Luanda as suas vidas. A maioria dos naturais de Cabo Verde que se dedicavam ao comércio nos muceques de Luanda pretendem regressar às suas terras, enquanto que os europeus, salvo raras excepções, demonstram interesse em ficar, se bem que perto de oitenta por cento queira que a comissão coloque na Metrópole as famílias enquanto eles procuram outros meios de subsistência. Há os que pretendem seguir para o Brasil, como há também quem demonstre interesse na África do Sul. Muitas das pessoas afectadas [pelos tumultos nos muceques] pretenderam que a comissão providenciasse apenas o transporte das famílias, principalmente para Portugal no caso dos europeus, enquanto elas ficassem em Luanda a refazer a vida. A comissão apenas colocará nas suas terras de origem todo o agregado familiar. A comissão tinha, até ontem [hoje dia 30], atendido cerca de 200 casos, estando 400 em estudo.»²⁴
- «O êxodo de algumas pessoas [calculado em mais de 40 mil desde o 25A até 24Ago74 e só em Luanda], e é preciso ver que não são tantas como se pode às vezes imaginar [?!], acontece sempre quando a insegurança grassa. É evidente que são as pessoas menos radicadas em Angola e, além dessas, os mais timoratos, que aos primeiros tiros que se ouvem nos arrabaldes debandam imediatamente para Lisboa. Não será uma atitude muito corajosa mas é uma atitude de certo modo compreensível. É preciso notar que no momento actual Angola não é para os timoratos. As pessoas que primeiro debandaram eram as que eu possa chamar mercenárias, não ao serviço de Angola, mas, só cá estavam para ganhar uns tostões, para regressarem a Portugal. Às vezes esses tostões não eram tão pouco como isso tudo. Mas era realmente o que se passava. Os que estão radicados, os que têm aqui os seus interesses, aqueles que realmente amam Angola, esses ficam ou quando muito mandam as famílias de licença, se forem mais medrosos.»²⁵
- «Os elementos da Junta reúnem-se diariamente ao fim do dia e nestas reuniões apenas eram tratadas ou comentadas questões menores de ordem corrente. [...] A Junta Governativa, o artifício criado para arrancar com o processo em Angola, continuava a reunir-se diariamente para analisar eventuais ocorrências que pudessem perturbar o projecto de descolonização do território nos moldes definidos pelos seus activistas.»²⁶
- «O mês de Julho caracterizou-se pela diminuição da luta armada no interior angolano e pela intensificação da propaganda nacionalista, tendo ambos os movimentos [MPLA e FNLA] ainda em guerra reivindicado a responsabilidade da organização das greves nos meios urbanos de Angola. [...] Nas operações militares levadas a efeito, [...] as forças portuguesas causaram 18 mortos e 5 feridos confirmados entre os guerrilheiros do MPLA e da FNLA, tendo por outro lado procedido a 126 prisões e recebido 731 indivíduos que se apresentaram voluntariamente. O Exército Português sofreu: 3 mortos e 18 feridos [em 25Jul74] numa emboscada organizada [no Caio Gumbo] em Cabinda pelo MPLA; e 1 morto e 4 feridos [em 23Jul74] em ataques [em Quivenga-Senguele] da FNLA, movimento que tem insistido igualmente contra populações rurais negras desarmadas.»²⁷

Por essa ocasião no enclave de Cabinda, são integrados na FLEC os grupos de TE's que ali colaboraram durante os últimos 8 anos com as FA's portuguesas.

Logo a seguir na fortaleza de São Miguel em Luanda o vice-almirante Rosa Coutinho, em cumprimento de ordens recebidas do CEMGFA general Costa Gomes e a exemplo do que já foi executado pelo seu homólogo de Moçambique, na qualidade de novo comandante-chefe de Angola determina o imediato «*encerramento dos destacamentos militares em zonas sem actividade operacional*» e manda distribuir aos órgãos de comunicação social um comunicado relacionado com «*Postos Militares encerrados*»:

- «Em virtude da necessidade de proceder a determinadas rectificações do dispositivo das Forças Armadas, como manifestação do melhor sentido de aproximação com os movimentos emancipalistas e de acordo com o que foi definido, em 27 de Julho de 1974, pelo presidente da República, foi decidido encerrar alguns postos e destacamentos situados em áreas sem populações, que a presente situação tornou de reduzido [?!] interesse militar. O primeiro posto mandado encerrar foi o de Miconje, no [extremo-norte do] distrito de Cabinda [onde um destacamento do Exército está aquartelado em Sanga-Planície em apoio ao posto fiscal fronteiriço do Miconje que, controlando a estrada do Alto Maiombe em direcção a Belize e Bucu-Zau, apesar das frustradas tentativas do MPLA tem impedido a infiltração de grupos daquele movimento vindos do Congo-Brazza]. Trata-se de um pequeno aquartelamento instalado sobre as ruínas de um antigo posto administrativo, destruído e saqueado em 1961 por forças da UPA dirigidas pessoalmente pelo antigo ministro do GRAE Alexandre Taty, que mais tarde [Mai66] abandonou o Governo Revolucionário Angolano no Exílio, sendo neste momento dirigente da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda.»

¹ (em 12Mar75 será membro do Conselho da Revolução, depois organizador das eleições constituintes e ministro da Administração Interna no VI^oGP);

² (Costa Gomes, op.cit pp.242/3); ³ (Galvão de Melo, em 28Out96 a Bernardo); ⁴ (Cavaleiro Ferreira, in "Julgamento..." pp.20); ⁵ (MacQueen, op.cit pp.121);

⁶ (Avillez, op.cit pp.310); ⁷ (Soares, idem, pp.312,311,310,309); ⁸ (in "O Século" 31Jul74); ⁹ (cf comunicado CCFAM, idem 03Ago74);

¹⁰ (cf comunicado do general Orlando Barbosa; QG-Nampula 20:00 02Ago74); ¹¹ (capelão Luis Ribeiro da Silva, dep.cit);

¹² (desde 02Set73 no SubSecBRV está o BCav em Mocimboa do Rovuma sob comando do tenente-coronel de cavalaria António Manuel da Palma Baracho; em 10Nov73, naquela 1^oCCav morreu em combate na área de Omar o alferes miliciano Dinis Raimundo Jeffrey McMillan Ramos de Deus; o seu lugar passou a ser ocupado pelo citado alferes Costa Monteiro);

¹³ (desde Jun73 reforçado com a respectiva 2^oCCac e em Jul73 com a 4^o/GAC6-RMM, em Jan74 com a CEng9146/73); ¹⁴ (Sousa Menezes, em 17Jun97);

¹⁵ (in semanário "Tempo Novo", n^o4 Lisboa 16Ago74); ¹⁶ (Jardim, op.cit pp.320, 340,359,298-304); ¹⁷ (Lopes Pires, em 07Mar96 a Bernardo);

¹⁸ (Mascarenhas, op.cit pp.410,411); ¹⁹ (Manuel Gomes dos Santos, em 24Ago74 num hotel de Lisboa; "Tempo Novo" n^o6 30Ago74);

²⁰ (in semanário "Tempo Novo", n^o8 13Set74); ²¹ (Georges Dupoy, in "Le Figaro" em 23Ago74); ²² (in matutino "Diário de Notícias", Lisboa 02Ago74);

²³ (in "O Século" 03Ago74); ²⁴ (idem, 31Jul74); ²⁵ (Rosa Coutinho, entrevista de 20Ago74 em Lisboa ao vespertino "A Capital");

²⁶ (Silva Cardoso, op.cit pp.381,388); ²⁷ (cf comunicado do CCFAM relativo a 15-31Jul74)

1974 – Julho.31

Em Brazzaville decorrem as cerimónias do «6º aniversário do movimento de 31 de Julho», durante as quais o PR Marien Ngouabi anuncia terem «na passada 2ªfeira os fascistas portugueses do enclave de Cabinda, lançado obuses sobre a aldeia congoleza de Kivungo», como retaliação à mortífera emboscada que no dia 25 um grupo do MPLA havia montado a uma patrulha do Exército português e à qual causou 3 mortos e 18 feridos.

– «O Congo paga caro a luta do MPLA, sofremos todos os dias as consequências da luta dos valentes combatentes do Movimento Popular para a Independência de Angola. A recente reunião de Bukavu consistiu em ajudar aos que lutam em Angola, a chegar a uma unidade de acção para a independência concreta. O MPLA está a passar por dificuldades. Deve reencontrar a sua coesão a fim de se sobrepôr à FNLA e a Portugal. O Congo tudo fará para ajudar os angolanos unidos no seio do MPLA a reencontrar a sua força para continuarem a luta até à vitória final. Nunca o Partido Congolês do Trabalho e o povo congolês trairão o MPLA.»

Ao fim do dia, o presidente do MPLA Agostinho Neto embarca para Dar-es-Salaam e à chegada ao aeroporto é «alvo de uma calorosa recepção por parte de uma enorme multidão de angolanos [?!] residentes na Tanzânia»¹, onde vai permanecer «algum tempo».

¹ (cf telex da AFP, Dar-es-Salaam 01Ago74)

1974 – Agosto.1

Durante a madrugada no extremo nordeste de Moçambique, um grupo da FRELIMO vindo de Nachingwea fortemente armado monta cerco a Omar (na fronteira fluvial do Rovuma a norte de Nangade), onde há 11 meses estão aquartelados 142 militares da 1º/BCav8421/73 sob comando interino do alferes miliciano José Carlos Silva Costa Monteiro, do recrutamento provincial: ao romper do dia surgem junto do arame farpado uns poucos guerrilheiros com um pano branco, afirmando que querem negociar a paz; e os militares, imprudentemente permitem que às 05:00 o inimigo entre no perímetro defensivo do destacamento, deixam-se aprisionar e são levados a pé para a base tanzaniana de Nachingwea; contudo, seis militares logram fugir e no fim da tarde seguinte chegam ao comando militar de Mueda, onde relatam a ocorrência.

– «Estávamos em Agosto. Nessa altura, Melo Antunes aparecia como negociador qualificado da descolonização. Por isso não aceitara [?!] ser nomeado para Moçambique. Tinha outra missão a cumprir, apoiado no general Costa Gomes. O mesmo cérebro, frio e metódico, exercia a sua influência para impedir que a descolonização pudesse ser afastada dos rumos que havia planeado.»¹

– «É transparente o facto de que a FRELIMO, para a conquista de Omar, apoiou o seu aparelho de destruição nos poderosos meios de que dispõe na imprensa e rádio moçambicanas. No caso de Omar, a conivência parece não oferecer já dúvidas porque o Rádio Clube de Moçambique, ao transmitir a notícia de um acordo sobre o cessar-fogo, dispôs as tropas à aceitação de um facto irreversível. A emissão criou as condições para a realização de um plano executado em nítida exploração dos termos da notícia: na manhã seguinte, os comandos do quartel foram solicitados, por um grupo de chefes terroristas que se apresentaram desarmados, a festejarem o cessar-fogo. Desarmadas as tropas e imobilizados os comandos por um numeroso grupo de guerrilheiros entretanto surgido do mato, o quartel foi tomado e a guarnição encaminhada para local desconhecido. [...] As fotografias tiradas pelos terroristas [e publicadas em 4 páginas do nº60 da revista trimestral "Mozambique Revolution" distribuída um mês depois pela FRELIMO em Dar-es-Salaam], indicam que a sua exploração no estrangeiro e em documentários que circularão por Moçambique, corresponde a nova escalada de manejo psicológico orientada para o desprestígio das Forças Nacionais.»²

– «Na noite de 31 de Julho para 1 de Agosto, referiu-se uma emissora moçambicana [frelimista RCM] a um cessar-fogo que a FRELIMO estabeleceu em Cabo Delgado [Mueda], o que foi escutado por várias guarnições. Na madrugada do dia 1 do corrente, numeroso grupo da FRELIMO entrou em contacto directo através de megafones com a guarnição de Omar junto ao rio Rovuma, proferindo frases de paz e afirmando que a guerra tinha acabado, solicitando ao alferes comandante da guarnição que reunisse o pessoal junto, porque lhe queriam falar. Quando o nosso pessoal, confiadamente e desarmado, se reuniu na pista, um grupo de cerca de 300 elementos da FRELIMO, que se encontrava emboscado, entrou no quartel do qual se apoderou, aprisionando a respectiva guarnição que, supõe-se, está a ser conduzida para uma das suas bases.»³

– «No amanhecer de 31 de Julho para 1 de Agosto, o nosso posto foi sitiado por numerosa força inimiga, calculada em cerca de mil pessoas. Disseram-nos através de megafones que não lutavam contra nós, mas sim contra o fascismo e o colonialismo. Deram-me, como comandante da força, cinco minutos para decidir entre a paz e o ver tudo e todos arrasado. Já há longo tempo foram traçados planos para evacuar unidades não envolvidas em actividades socio-económicas. Contudo o tempo passou, as dificuldades aumentaram e as decisões não foram levadas a efeito pelas mais altas autoridades portuguesas. Daqui o acumular de problemas e a aceleração da nossa força saída. A decisão que tomei foi a única possível, porque 143 vidas estavam em causa. Só desta maneira eu obedecia ao desejo da maioria do povo português. Quanto ao material pode ser construído, mas seres humanos como nós têm o direito à liberdade e a construir um novo, livre e democrático Portugal.»⁴

– «A nossa guarnição, que nos últimos tempos tinha repellido muitos ataques, foi contactada por elementos da FRELIMO informando que queriam a paz pois a guerra tinha acabado. Durante os contactos em que os militares portugueses foram tratados por irmãos, o chefe do grupo da FRELIMO pediu que fossem reunidos os militares para lhes falar. Acreditando nas boas intenções e vendo os elementos da FRELIMO à vontade com as armas em bandoleira e formados, reuniram-se fora do quartel. Outros elementos da FRELIMO ocultos, invadiram então o quartel impossibilitando a reacção. Em todas as campanhas surgem incidentes táticos em

que os comandos subalternos se afastam da orientação geral dos altos comandos. Não há razão para supor que se trata de uma alteração das directivas superiores da FRELIMO.»⁵

- «O comandante da força dos guerrilheiros era o Alberto Chipande, o guerrilheiro mais culto deles (e que depois viria a ser ministro da Defesa). [...] Ao saberem da prevista retirada, montaram altifalantes poderosos ao nascer do dia e ocorreu um diálogo deste género: "A guerra já acabou". Resposta: "Não acabou nada!". Retorquiram: "Então chama lá o comandante. Nós somos da FRELIMO e vamos festejar a paz!". [...] Com aquele apelo para irem festejar com uns copos fora do quartel o tal apregoado cessar-fogo, o alferes com mais dois ou três militares⁶ vieram à frente da porta-de-armas, enquanto a FRELIMO com mais de cem homens entrava pela retaguarda e tomava conta do quartel. Foi esta a "grande acção" e a sua grande vitória. Ainda fugiram alguns militares nossos, três deles de côr, com quem falei em Nampula.»⁷
- «Não ficou bem claro se, na realidade, os soldados portugueses se renderam ou estavam a participar numa manifestação de propaganda pró-FRELIMO que fôra mais longe do que aquilo que contavam. Certo é que os guerrilheiros da FRELIMO que ocuparam a base, deram-se ao trabalho de fazer a gravação áudio de todo o incidente. [...] Os militares haviam sido levados a crer – erradamente – que se chegara a um acordo de cessar-fogo geral e que por isso haviam autorizado os guerrilheiros a entrar na base, de acordo com o novo espírito de confraternização. O transmissor desse erro de informação teria sido, aparentemente, o Rádio Clube de Moçambique que, tal como todos os outros grandes meios de informação, estava agora nas mãos de ["Democratas de Moçambique"] simpatizantes da FRELIMO.»⁸
- «Fomos acordados de manhã [no comando militar de Mueda] com a notícia alarmante e pesarosa de que uma companhia havia sido totalmente aprisionada. O caso deu-se da seguinte forma: três frelimos aproximaram-se do quartel com um megafone dizendo que vinham confraternizar, pois já se falava muito em confraternização com a nossa tropa e já alguns elementos da FRELIMO tinham vindo ter connosco e trocado mensagens. Ora estes três indivíduos pediam para a tropa sair do quartel sem armas. Os soldados, como o clima era quente, saíram conforme estavam na cama, em trusses e foram para o campo, para a pista de aterragem junto ao quartel. Então, centenas de frelimos armados cercaram o quartel e tudo o que os soldados possuíam lhes foi roubado, incluindo fios de ouro que lhes foram sacados do pescoço e doutros lugares onde eles os tinham, obrigando-os depois a caminhar durante perto de quinze dias, descalços, nus, sem comida, apenas num local ou noutro lhes permitiam beber um pouco de água. Entretanto, a tropa a nós dizia-nos que esses homens estavam a ser bem tratados... Nós começámos a não acreditar. Passados alguns dias, quando um soldado da companhia aprisionada conseguiu fugir e chegar ao nosso quartel, à entrada caiu sem sentidos desidratado. Após ter sido tratado pôde dizer alguma coisa, mas à sucapa porque foi retirado do convívio com os outros soldados! Houve soldados portugueses do quartel de Mueda, onde estavam à beira de 3 mil homens, que quiseram ir no encalço dos "turras" que tinham traído aquela companhia. Foram porém dissuadidos de fazer tal, foi-lhes mesmo proibido sair! Passadas algumas horas a notícia deste trágico acontecimento, apareceu-me o célebre "camarada" [capitão-tenente] Victor Crespo acompanhado de um outro oficial da Marinha [i.e, da Força Aérea], de patente inferior correspondente talvez à de tenente no Exército [i.e, o major piloto-aviador Fernando Carvalho Seabra], e ainda do tenente-coronel Firmino Miguel [i.e, Fisher Lopes Pires] que à entrada da messe [de oficiais], sem ultrapassar o limiar da porta fez um discurso encomendado, sem espírito nenhum, sem vontade alguma e vendo a nossa reacção, como era um homem honesto compreendeu e retirou-se. Victor Crespo porém quis justificar-se, então muitos oficiais se levantaram para lhe dizer verdades terríveis, depondo em seguida unanimemente os galões, afirmando que o "25 de Abril" desfizera todo e qualquer compromisso de honra e portanto eles a mais nada eram obrigados senão a aguardar transporte que os fizesse regressar a Portugal. Este senhor depois de assim corrido da messe, e depois dos oficiais que mais lhe podiam retorquir terem saído, saiu também mas para voltar imediatamente para trás. Eu vi-o e fui chamar outras pessoas, como os médicos e alguns capitães. Voltámos também à messe, ele não nos queria deixar entrar. Ouvimos um arrazoado, fizemos-lhe perguntas, pusémo-lo vermelho, fizemo-lo corar e teve de se retirar definitivamente de entre nós.»⁹

Entretanto em Bissau o comandante-chefe e encarregado de governo da Guiné, brigadeiro graduado Carlos Fabião, dirige pela rádio uma «Mensagem ao Povo da Guiné» com o resumo do discurso pronunciado no passado dia 27 pelo general Spínola, terminando por declarar que:

- «O Governo da província, pelo conhecimento que possui do povo da Guiné, tem a absoluta certeza que este é perfeitamente capaz de levar esta terra para a paz e o progresso. Uma paz e um progresso que têm de ser construídos com base na fraternidade e amor entre todos os que aqui vivem, e com o respeito pela ordem cívica e pela liberdade de cada um. Nesta altura em que se antevê a hora da independência próxima, o Governo da província não quer deixar de formular os seus votos para que o povo da Guiné saiba construir um País grande, no qual o sangue e a destruição não tenham nunca mais lugar.»

Logo após o seu discurso, e contrariando ipso facto a sua evidente crença na «fraternidade e amor entre todos os que aqui vivem», aquele encarregado do governo local decreta o recolher obrigatório na Guiné a partir das 23:00 de hoje, mas – «indo de encontro a desejos manifestados por toda a população e pelos elementos políticos representativos» – anuncia também a concessão de «tolerância de ponto em Bissau no próximo sábado», efeméride anticolonialista dos 15 anos do alegado «massacre do Cais do Pidjiguiti».

- «O governo local, para preservar o ambiente cívico e, certamente prever os desmandos de exaltados, reacçãoários ou oportunistas, [em 01Ago74] havia determinado o recolher obrigatório a partir das 23 horas.»¹⁰
- «No princípio de Agosto, este MFA [da Guiné] já se transformara numa facção identificada com o dr. Mário Soares quanto à entrega do território ao PAIGC.»¹¹

E em Kinshasa, colaborando na contra-propaganda da FNLA, a rádio oficial repete a desinformação veiculada por jornalistas estrangeiros, dizendo que «o dirigente nacionalista

angolano Agostinho Neto, demitiu-se das suas funções de presidente do Movimento Popular para a Libertação de Angola»:

- «O dr. Neto partiu ontem para Dar-es-Salaam, onde tenciona exercer medicina.»¹²
Nos muceques de Luanda reacendem-se os tiroteios entre facções do MPLA e da FNLA.
 - «Apesar da aparente calma que se vive na zona dos subúrbios, voltaram a registar-se esta manhã alguns incidentes. Há a lamentar 2 feridos e 1 morto: o pintor africano Manuel Sebastião Neto, atingido com uma bala por desconhecidos quando passava nos arruamentos do bairro Rangel, ficou hospitalizado [no Hospital de São Paulo]; no muceque Cazenga o professor primário Francisco Adão António foi atingido com arma de fogo, conduzido ao banco de urgência ficou hospitalizado; horas depois foi atingido mortalmente a tiro no Cazenga, um africano. Uma patrulha militar fez lograr esta manhã mais tentativas de assalto ao estabelecimento comercial pertencente a um europeu e encerrados desde os últimos acontecimentos.»¹³
 - «Milhares de pessoas ostentando cartazes, bandeiras e dísticos com dizeres de apoio aos movimentos de libertação, sobretudo ao MPLA, dirigiram-se esta tarde ao Campo [de futebol do bairro] de São Paulo para participarem numa manifestação, promovida pelo [satélite do MPLA designado] Movimento Democrático de Angola com o intuito de festejar a declaração do general Spínola. O Campo de São Paulo estava guardado por tropa europeia da Polícia Militar e as imediações do recinto sujeitas a um forte dispositivo de segurança por parte de outros elementos das Forças Armadas. O modo como se processava este dispositivo não terá agradado aos manifestantes, que decidiram não entrar no recinto. Dentro do maior civismo, os manifestantes decidiram improvisar nas cercanias do campo, uma atitude colectiva de júbilo pelas novas perspectivas abertas. No final dispersaram em direcção aos bairros suburbanos, donde provinha a quase totalidade. Não foi autorizada uma outra manifestação promovida pelo MPLA a realizar no mesmo campo, uma vez que esse movimento ainda não depôs as armas.»¹⁴
 - «Foi constituída em Luanda uma frente de apoio à UNITA, movimento dirigido pelo dr. Jonas Savimbi. Têm aparecido na capital angolana diversos panfletos de apoio àquele movimento emancipalista, bem como fotografias do seu presidente. Um dos panfletos diz: "A UNITA representa a união fraternal de todas as raças e etnias angolanas, deseja mostrar ao mundo como realmente é possível engrandecer um país com o completo entendimento entre todas as raças e etnias de Angola. A UNITA é totalmente anti-racista. Portanto, se queres realmente pertencer à UNITA, repudia todo aquele que seja racista. Mas... pensa bem. Se tens sentimentos racistas, não terás lugar na UNITA."»¹⁵
 - «1 de Agosto - A Junta Governativa expulsa [i.e, o vice-almirante Rosa Coutinho ordena pessoalmente a expulsão] do território angolano, um capitão [de cavalaria José Maria de Mendonça Júnior] na reserva e oito comerciantes brancos.»¹⁶
 - «Acompanhei uma delegação do Centro de Instrução de Comandos, chefiada pelo seu comandante coronel [de infantaria comando António Dias Machado] Correia Diniz [depois também comandante do COPLAD], que foi interpelar Rosa Coutinho sobre a acusação divulgada dele ser, ou parecer ser, comunista. Tendo sido pedida a minha opinião, afirmei: "Ainda ontem a Rádio Moscovo, retransmitida pela Rádio Brazzaville, afirmava que o capitão Mendonça e mais cinco civis eram uns perigosos reaccionários. Pois essa notícia foi divulgada 'ipsis verbis' pela Rádio Voz de Angola, pelo que tal deve ser desmontado em conferência de imprensa". De facto, confirmou-se estarem a decorrer os trâmites resultantes de uma ordem de expulsão, do almirante Rosa Coutinho em relação a estes indivíduos. No entanto, no dia seguinte a conferência de imprensa foi levada a efeito por imposição da Junta Governativa.»¹⁷
- Enquanto isso no aeroporto da Portela o general Galvão de Melo, em nome da JSN, recebe o director-adjunto da CIA general Vernon Walters, vindo a Lisboa para breve visita precisamente na véspera da chegada do secretário-geral da ONU.
- «Esteve em Portugal por duas vezes o general Walters, tendo eu sido o seu interlocutor. Falava português como nós. Sossegou os mais moderados, havendo aquele compromisso dos Açores quando Nixon se encontrou com o general Spínola.»¹⁸

¹ (Jardim, op.cit pp.320); ² (in semanário "Tempo Novo", nº4 Lisboa 16Ago74); ³ (cf comunicado do CCFAM general Orlando Barbosa; QG-Nampula 20:00 02Ago74);

⁴ José Carlos Silva Costa Monteiro, depoimento aos jornalistas; Dar-es-Salaam 07Ago74); ⁵ (comunicado do CCFAM, cit "O Século" 05Ago74);

⁶ (entre eles o furiel miliciano Mário Luís Martins Nobre, aos 18 anos detido na fronteira de Portugal quando tentava sair ilegalmente do País);

⁷ (Sousa Menezes, em 17Jun97); ⁸ (MacQueen, op.cit pp.161); ⁹ (capelão Luís Ribeiro da Silva, dep.cit); ¹⁰ (in "O Século" 05Ago74); ¹¹ (Aguar, op.cit pp.109);

¹² (telex da AZAP; Lusaca 01Ago74); ¹³ (cf correspondente de "O Século", Luanda 01Ago74); ¹⁴ (idem, DN); ¹⁵ (cf "Diário de Luanda", 03Ago74);

¹⁶ (Paulo Guerra, op.cit pp.157); ¹⁷ (Alcino Roque, dep.cit.); ¹⁸ (Galvão de Melo, em 28Out96 a Bernardo)

1974 – Agosto.2

Em Moscovo, o diário Pravda publica um comentário sobre o «histórico discurso» do PR provisório general Spínola:

- «Deu-se um passo excepcional no caminho da solução política da guerra no território africano. A paragem da guerra colonial é uma grande vitória do povo português e demonstra a clarividência e boa vontade de Lisboa. É também uma vitória da luta armada para a libertação nacional e da resistência das massas populares ao domínio colonial. É igualmente um êxito para as forças progressistas e em primeiro lugar para os países socialistas.»
- «Não se pode deixar de ter presente que em 2 de Agosto se completou a "segunda fase do saneamento dos três Ramos das Forças Armadas", passando à reserva 105 oficiais da Armada.»¹
- «Cento e cinco oficiais da Armada passam à situação de reserva, por ordem do respectivo Estado-Maior datada de 2 do corrente. Os oficiais agora saneados [...] correspondem a cerca de 10% do quadro permanente da Armada e distribuem-se do seguinte modo pelas diversas classes e postos: 26 capitães de mar-e-guerra, 26 capitães-de-fragata, 23 capitães-tenentes, 17 primeiros-tenentes, 11 segundos-tenentes e 2 subtenentes. [...] Comodoros e almirantes foram convidados a pedir voluntariamente a sua passagem à situação de reserva.»²

E de Lisboa regressa a Lourenço Marques o demissionário governador-geral Soares de Melo, mantendo-se interinamente naquelas funções o jurista caboverdeano José Augusto da Cunha Ferro Ribeiro³ como «encarregado de negócios do Governo português».

- «Revelou [Soares de Melo] que na próxima Junta Governativa, participarão os poderes civil e militar. [...] Entretanto fala-se no nome do major Melo Antunes, actualmente em conversações no estrangeiro com os dirigentes do movimento emancipalista moçambicano, para chefiar a Junta neste Estado.»⁴
- «A comissão central da FRECOMO repudia qualquer tentativa de impôr em Moçambique uma forma de governo que não seja de coligação das diferentes correntes políticas. O comunicado da FRECOMO apela para o general Spínola, a fim de que seja impedido o desrespeito aos princípios democráticos; e pede uma conferência dos dirigentes de todos os partidos moçambicanos, com vista à discussão das modalidades para a transferência de poderes.»⁵
- «Moçambique continuava sem governo e sem se saber quem viria a governar, publicando-se sobre isso as mais desencontradas notícias. Como certo para a Junta Governativa, e data de posse marcada, tinha sido dado [já 13 dias antes] o nome de Melo Antunes. Bastava citar tal nome para o pânico retornar. Todos afirmavam ser um marxista convicto, ligado aos elementos moçambicanos mais extremistas e com a agravante de actuar sempre com aparência moderadora. A figura de Melo Antunes começava também a preocupar-nos, com o seu aparecimento já ostensivo no quadro dos problemas moçambicanos.»⁶

Por essa ocasião em Dar-es-Salaam, o MNE-adjunto major Melo Antunes conclui com a FRELIMO a sua segunda ronda negocial secreta.

- «Deve ser anunciado amanhã um cessar-fogo oficial, segundo fontes fidedignas de Lourenço Marques. A principal razão de não se conhecerem datas nem comunicados oficiais, reside no facto de as negociações que se entabulam com a FRELIMO em várias nações [?!] serem altamente secretas. Segundo as mesmas fontes, essas negociações têm ocorrido na Europa e na Tanzânia. As autoridades portuguesas não só permitiram esses encontros, mas até se verificaram outros ontem em Nampula com comandantes de guerrilha locais, segundo declararam oficiais do Exército.»⁷
- «Granadas explodem em Porto Amélia.»⁸
- «Foram registados incidentes em Vila Pery: 7 vagões e 1 locomotiva de uma composição de mercadorias, descarrilaram ao km. 193 na via Beira-Machipande.»⁹

Enquanto isso a sul de Inhaminga, uma equipa do GEP.001 proveniente do CIGE-Dondo, sofre uma emboscada das FPLM que lhes causa 2 mortos e 2 feridos.

- «O conflito prossegue apenas em duas áreas: distrito de Cabo Delgado e Inhaminga. O Exército manifesta-se intrigado sobre as razões que levam os homens da FRELIMO a continuarem nessas áreas específicas, ainda que o nível de acções de guerra tenha sido muito menos intenso. O alto comando português [?!] da FRELIMO em Dar-es-Salaam já ordenou o cessar-fogo. Com a curiosa excepção da área de Inhaminga [importante centro industrial e ferroviário a norte da Beira, onde estão aquartelados desde Abr73 o BArt6221/72 reforçado em Set73 com a sua 2ºCArt e em Mar74 com a 6º/BCmds], parece que a FRELIMO cessou de lutar em todos os distritos onde são consideráveis os colonatos brancos. Um alto funcionário que entabulou conversações com os guerrilheiros locais, mantém que essa atitude se apresenta como um gesto de boa vontade da FRELIMO mostrando que continua a haver lugar, num Moçambique independente, para os 200 mil colonos.»¹⁰
- «O comandante do CIGE [...] era o coronel [de infantaria José da Silva] Pinto Ferreira. [...] Antes do 25 de Abril [tenente-coronel comandante do BCac3885-R11 desde final de Abr72 aquartelado no Fingoé], tinha um comportamento tipicamente dito "fascista" e ditatorial mas, depois dessa data, apareceu com uma postura completamente diferente e ocupando a presidência do MFA da zona centro (Beira). Nesta altura, já estava acompanhado por sua mulher, uma médica comunista de quem antes estaria separado. [...] Ele estava profundamente empenhado na entrega unilateral de Moçambique à FRELIMO, sacrificando inclusivamente a vida dos seus próprios homens. Isto através de operações, com a missão de contactos de paz com aquele movimento guerrilheiro, em que surgiam baixas nas nossas tropas [vd CCac3551 em 22Jun74]. Estas operações possibilitavam que o inimigo emboscasse as NT e eram feitas à revelia da hierarquia do [general Orlando Barbosa] comando-chefe de Moçambique. [...] Entre outros [que colaboraram com o comandante do CIGE nessas actividades], lembro-me de um major [Serra Pinto]¹¹. [...] Eles fizeram um trabalho muito eficiente, dada a natureza dos elementos constituintes daquela tropa especial que, como referi, eram todos africanos e voluntários. Conseguiram manobrar aquele pessoal.»¹²

Simultaneamente, em Lourenço Marques surge espontaneamente um comício de apoio à FRELIMO.

- «Estávamos lá [em Moçambique os três delegados do CC/MFA] quando se deu a rendição à FRELIMO, de uma guarnição de uma companhia no norte, em Omar. Isto veio criar um problema grave, pois havia a possibilidade de tal acontecer com outras guarnições. Houve necessidade de mandar recolher todas essas subunidades e a aceleração da descolonização resultou, em todas as colónias, das diligências feitas antes que a catástrofe surgisse. [...] O problema fundamental naquele processo era a desagregação completa em termos operacionais, das forças militares portuguesas. Assim, se se continuasse com a descolonização a ritmo lento, era certo que a FRELIMO viria sentar-se à mesa das negociações, com uma posição de força muito maior.»¹³

No polígono militar de Tancos, o RCP recebe a visita do PR provisório general Spínola, que – após condecorar o comandante coronel de pára-quedista Rafael Durão e de este proferir breve alocução –, fala às tropas reunidas na parada:

- «Estão aqui presentes muitos oficiais, sargentos e soldados pára-quedistas que me conhecem das horas boas e das horas más, das horas de construção do progresso das terras do Ultramar e das horas em que à guerra tivemos de responder com a guerra. [...] Não é na demolição sistemática, não é na constante agressão ideológica, não é fomentando ódios, não é ofendendo gravemente as Forças Armadas e pondo em causa princípios consagrados da ética militar, que se constrói o futuro. [...] Não suportaremos que algum português duvide das intenções das Forças Armadas. Foram elas que se bateram no Ultramar e que fizeram o 25 de Abril, e continuarão hoje a defender a Pátria com a mesma determinação.»

– «Entretanto desde Agosto, o COPCon interveio profundamente na campanha de dinamização das populações do norte do País, organizando grupos de militares e civis armados, com identificação falsificada que, fardados, tentavam insinuar-se na população, substituindo os anteriores dinamizadores da 5ª Divisão.»¹⁴

Ao mesmo tempo no aeroporto da Portela, o secretário-geral da ONU Kurt Waldheim é acolhido pelo MNE Soares, que lhe dirige a seguinte saudação: «É para os portugueses uma grande honra receber-vos no nosso País. É a primeira [?!]¹⁵ visita que um secretário-geral da ONU faz a Portugal e como sabe nós estamos a viver uma viragem histórica da nossa política colonial. Estamos firmemente empenhados em levar a cabo o processo de descolonização. Queremos afirmar-lhe que estamos dispostos, a partir de agora, a cooperar lealmente com a ONU e desejamos, com o seu acordo, a sua ajuda e o seu apoio e conselho, efectivar todo esse processo». O secretário-geral da ONU responde com um breve agradecimento, dirige-se para o Hotel Ritz e pouco depois segue para o palácio de Belém, sendo recebido pelo PR provisório general Spínola com quem conferencia durante cerca de hora e meia «exclusivamente dedicada aos problemas africanos. O presidente Spínola explicou ao secretário-geral as intenções de Portugal quanto ao problema da descolonização, tendo Kurt Waldheim exposto os pontos de vista da ONU. O presidente da República prometeu toda a cooperação de Portugal, salientando que os pontos de vista portugueses se identificam com os da ONU no que se refere à garantia da autodeterminação e independência dos territórios da África portuguesa». Depois do almoço, oferecido pela Presidência da República e no qual também participaram o PM, MNE e MCI, Kurt Waldheim é conduzido ao palácio das Necessidades e ali reúne «com o dr. Mário Soares, estando presentes» o MCI Almeida Santos, o ministro da Defesa tenente-coronel Firmino Miguel e «outras entidades civis e militares». Em seguida, acompanhado pelos «drs. Mário Soares e Almeida Santos e o embaixador Vasco Faria», dirige-se à Rua da Imprensa à Estrela e «avistou-se com o primeiro-ministro na residência oficial deste», tendo no final da reunião o PM coronel Vasco Gonçalves declarado aos jornalistas «estar convencido de que Waldheim não tem qualquer dúvida quanto à sinceridade dos propósitos portugueses, acrescentando que o secretário-geral lhe pareceu francamente interessado em contribuir para que Portugal vença os erros de um passado em que se manteve dissociado das Nações Unidas e em que, inclusivamente, quase se colocou na posição de inimigo da ONU: "O secretário-geral fará tudo quanto esteja ao seu alcance para que o nosso País retome o seu lugar entre as nações do mundo, como é do nosso direito e como está na tradição do nosso povo"».

Entretanto de Luanda regressam a Lisboa nove portugueses, expulsos por ordem pessoal do presidente da Junta Governativa de Angola.

– «O almirante Rosa Coutinho e o seu adjunto major de engenharia José Emílio da Silva, acolitados pela comissão coordenadora do MFA em Angola [CCPA], fizeram muitos atropelos. Um outro oficial "corrido" foi o capitão de cavalaria, na reserva e fora do serviço, José Maria de Mendonça Júnior, acusado de pertencer à FRA. Lembro-me de que o almirante Rosa Coutinho mandou o [tenente-] coronel Rocha Pinto – comandante de um batalhão de cavalaria sediado em Catete [CMGrafani] e acumulando as funções de comandante do COPLAD –, prender o capitão Mendonça Júnior, o que não fez. Disse: "Amanhã [02Ago74] às 9 horas estás no aeroporto, para embarcares para Lisboa por ordem do presidente da Junta Governativa. Tenho ordem para te prender mas não o faço". De facto ele embarcou, como combinara com o comandante do COPLAD. [...] Os anos passaram e quando estava [no IAEM] a fazer o curso de Altos Estudos em 1991, apareceu-me um brigadeiro que não conhecia, chamado Moreira Otero que me disse: "Eu venho ouvi-lo num processo em que está a ser apreciado o major Emílio da Silva, para se concluir se ele poderá ser ou não promovido". Perguntei: "Mas porquê eu?". Resposta: "Na Direcção da Arma de Engenharia disseram-me que o senhor é que sabe de 'coisas' sucedidas em Angola com ele". Disse-lhe tudo o que sabia, com naturais subjectividades, e acrescentei: "Tem muito mais gente que conhece o seu procedimento, como os generais Leão Correia, Altino de Magalhães e Cerqueira Rocha, o coronel [de cavalaria Sérgio] Carvalhais¹⁶, o coronel [de infantaria comando José de Almeida Pinho] Bandeira¹⁷."»¹⁸

– «Patrulhas do MPLA substituíram, por ordem do "almirante vermelho", os agentes da PSP. Raramente as autoridades portuguesas intervinham, mantendo-se à parte. Isso não obstou a que se expulsassem os primeiros oito [i.e, nove] portugueses, entre os quais o capitão Mendonça.»¹⁹

– «Os verdadeiros colonialistas, esses não serão expulsos de Angola pela simples razão de que nunca lá estiveram. Dominam grandes empórios mas não vivem na terra. Quanto aos outros, aos que lá se radicaram, alguns saíram, outros não. Estes, continuarão a enfrentar as dificuldades como têm feito até aqui. Com redobrado vigor, na medida em que sabem que não poderão esperar mais nada de Lisboa. Nem querem. Lisboa desiludiu-os.»²⁰

– «A FRA viria a ter um papel importantíssimo naquela fase inicial do processo: todos aqueles militares ou civis que constituíssem ou pudessem vir a constituir um obstáculo, por mais insignificante que fosse, ao desenvolvimento da estratégia do tal poder oculto, eram conotados com a FRA e logo presos e expulsos. Muitos camaradas [oficiais do QP das FA's], alguns com folhas de serviço notáveis, e entidades civis, foram encarcerados e expulsos do território sempre com o mesmo fundamento: pertencem à FRA. [...] A FRA foi importante como alibi para todas as acções de prepotência que levaram à tomada de posições perfeitamente anacrónicas, descabidas e traidoras. [...] A CCPA [Comité de Controladores do "Programa do MFA" para a "descolonização" de Angola], como órgão de cúpula, funcionava na Fortaleza de São Miguel ao lado do Estado-Maior do Comando-Chefe. [...] A semelhança do que acontecia em Portugal, havia também uma 5ª Divisão onde se fazia a triagem entre os bons e os maus, os progressistas e os reaccionários, os esquerdistas e os conservadores, os do MPLA e os imperialistas, os que queriam entregar a tutela do território nas mãos da União Soviética e os que aspiravam por uma Angola livre para os angolanos. Mas enquanto em Lisboa a 5ª Divisão era um órgão institucional, inserido na estrutura militar embora com poderes ultra-revolucionários, em Luanda não se sabia minimamente onde funcionava, quem a constituía e onde se inseria. Logo nos primeiros

tempos de funcionamento da Junta, comecei a aperceber-me de que ocorriam determinadas acções de carácter revolucionário que [...] apareciam-nos como factos consumados. [...] O [controleiro maior] José Emílio [da Silva], um pouco constrangido informava que a medida tinha sido tomada no seu gabinete, mais concretamente pelo chefe-de-gabinete. [...] O tal senhor era um alferes miliciano [de infantaria] formado em Direito e que em 25 de Abril comandava uma pequena unidade do Exército no norte de Angola (julgo que no Toto)²¹, e logo após o golpe revolucionário tinha pretendido depôr as armas ou entregá-las ao inimigo. [...] Quem realmente detinha o poder continuava a ser a tal antena da 5ª Divisão ou do estado-maior [da embaixada soviética] do senhor Kalinine, principalmente através dos oficiais milicianos altamente politizados nos anos 68-69 e introduzidos nas Forças Armadas com o objectivo de as controlar e neutralizar. No fim eram esses senhores, coadjuvados por activistas do MPLA e tendo por conselheiros elementos do PCUS entretanto infiltrados, que conduziam toda a estratégia no interior de Angola para entregar o poder ao MPLA.»²²

Por essa ocasião no palácio do governador, o vice-almirante Rosa Coutinho, na qualidade de CCFAA, manda distribuir à imprensa o seguinte comunicado:

- «Têm aparecido neste comando-chefe algumas queixas da população, referindo que durante a noite grupos de indivíduos com uniformes militares terão passado buscas em habitações suburbanas, maltratando por vezes os seus moradores. Informa-se a população de que foram dadas ordens rigorosas às Forças Armadas e militarizadas para que as rusgas ou buscas domiciliárias, que devem efectuar para localização de armas proibidas ou contrabando, só serão realizadas de dia entre as 8 da manhã e o pôr-do-sol. Desse modo, qualquer cidadão que tenha conhecimento da invasão nocturna de uma habitação, deverá avisar rapidamente o posto militar mais próximo para que possam ser tomadas medidas para a perseguição e captura dos infractores. Estes, quando capturados, sejam ou não militares, deverão ser enviados sob escolta ao quartel-general da região, onde serão presos para averiguações e possível julgamento em tribunal militar.»

Simultaneamente em Lisboa, o capitão-de-fragata Guilherme Jorge Conceição e Silva – na qualidade de «chefe da Secção de Justiça dos Serviços de Coordenação» da comissão designada para «instauração do processo de liquidação e extinção da PIDE/DGS e LP» –, convoca uma conferência de imprensa e informa que as estimativas da respectiva comissão apontam para a «colaboração aproximada de 200 mil pessoas de ambos os sexos e todas as idades, incluindo informantes mercenários e delatores sem retribuição directa ou imediata durante toda a vigência» da PVDE/PIDE/DGS e que em 25Abr74, segundo os registos oficiais: a LP tinha «80 mil legionários, 200 indivíduos da FAC (Frente Anti-Comunista), 60 do Gil (Grupos de Intervenção Imediata) e 600 informadores»; e a DGS tinha «20 mil informadores e 2162 funcionários», encontrando-se um total de 2304 nomeados²³ em anteriores Diários do Governo e com a seguinte distribuição:

²⁴ Director-Geral	1	²⁸ Tesoureiro	1
²⁵ Subdirector	1	1º Oficial	20
²⁶ Inspector-Superior	1	2º Oficial	36
Director de Serviços	7	3º Oficial	63
Inspector-Adjunto	15	Guarda prisional	72
Inspector	46	Guarda prisional (F)	12
Chefe-de-Brigada	158	Ajudante de motorista	4
²⁷ Chefe-de-Brigada (F)	1	Escrit-dactilógrafo de 2ªCl	181
Agente de 1ª Classe	513	Escriturário de 3ªClasse	89
Agente de 2ª Classe	817	Quadro Especial Feminino	7
Fotógrafo-mensurador	5	Contínuo de 1ªClasse	3
Ajudante-mensurador	1	Contínuo de 2ªClasse	7
Chefe de Secção	10	²⁹ Servente	7

- «Os arquivos da PIDE nunca mais [?!] poderão ser utilizados para os fins com que sempre existiram. Estão rigorosamente controlados [?!] e, neste momento, são um auxiliar precioso para a incriminação dos seus autores. Por outro lado, têm um inestimável valor histórico e seria crime destruí-los sem deles extrair primeiro todos os elementos necessários à correcta formulação do meio século a que correspondem na história de Portugal. No entanto, penso que seria preferível incorrer num crime contra-cultura, queimando-os, do que incorrer num crime contra a Humanidade, permitindo que eles voltassem a ter o seu primitivo uso. Mas isso é uma coisa que o MFA nunca permitirá.»³⁰
- «O comandante Conceição e Silva iria pedir ao novo responsável pelos Serviços de Coordenação e Extinção da PIDE e LP, general Galvão de Melo [...], no prazo de 15 dias, 20 licenciados em Direito, 90 oficiais da Polícia Militar e 50 escritvães, ao que o general Galvão de Melo respondeu que os teria dentro de uma semana. [...] Neste momento encontram-se presos em Caxias, Peniche e na Penitenciária de Lisboa, 927 elementos da PIDE e 44 informadores. Na Casa de Reclusão da Trafaria encontra-se 1 legionário e 1 oficial das Forças Armadas que era informador da PIDE e da LP. Muito mais gente poderia estar presa neste momento se fosse possível assegurar que a instrução fosse feita num mínimo de três meses, o que não acontece por falta de pessoal, não sendo humano nem justo manter na prisão pessoas que só muitos meses depois viriam a ser inquiridas.»³¹
- «A PIDE não podia ser julgada globalmente. Acredito que houvesse lá meia-dúzia de patifes, mas a maior parte estava naquele serviço para ganhar o seu sustento. [...] Sobre a Comissão de Extinção posso dizer-lhe que antes de ser nomeado, nunca lá pus os pés. Já sabia o estado em que os arquivos se encontravam, todos devassados pelos comunistas. [...] Foi o Rosa Coutinho [que fui substituir nas funções de superintendência à Comissão de Extinção], entretanto nomeado para Angola. [...] Quando Rosa Coutinho seguiu para Angola em fins de Julho, ninguém queria “pegar” naquilo. Foi o Costa Gomes que me convidou. Tomei conta dessa Comissão cerca de duas semanas depois daquele oficial sair. [...] Mandeí pôr as instalações mais controláveis, com cartões de identificação, e fui visitar os arquivos. Fiquei espantado com aquela confusão.

Confirmei a falta do processo de Álvaro Cunhal, de Mário Soares e do general Costa Gomes. Estive nessas funções apenas cerca de mês e meio.»³²

– «*Peguei neste assunto há muito pouco tempo, já depois da saída do sr. almirante Rosa Coutinho para Angola, e eu próprio fiquei muito surpreendido quando verifiquei que nada se havia feito de concreto com a finalidade de justamente avaliar quais os não culpados e quais os culpados e, dentre estes, o diferente grau de responsabilidade.»³³*

Como contraponto ao aludido afã inquisitorial esquerdóide, a instrução do processo sobre a morte de 4 civis ocorrida ao fim do dia 25Abr74 – em consequência de disparos de arma-de-guerra durante o cerco à sede da DGS –, só decorrido um ano (!) será confiada à PJM e jamais virão a ser apurados quaisquer responsáveis ou sequer indiciados os presumíveis culpados.

Enquanto isso, os vespertinos *A Capital* e o *República* são multados e o *Diário de Lisboa* suspenso por um dia, penalidades ontem decididas pelo novo MCS major Sanches Osório e agora confirmadas pela JSN, às quais o CC/PCP reage de imediato:

– «*O PCP manifesta as suas apreensões pelo facto de que, ao mesmo tempo que se verifica certa tolerância na luta contra as conspirações e actividades da direita reacçãoária, se tomam medidas de severidade contra outros sectores. É inquietante para o exercício das liberdades a suspensão do "Diário de Lisboa", "A Capital" e "República", por razões que não foram ainda [?!] explicitadas.»³⁴*

– «*Dois jornais de Lisboa foram suspensos [i.e., multados] por 2 dias e um terceiro [suspensão] por 1 dia, pela Junta, em virtude de terem publicado uma notícia considerada como tendo infringido o regulamento [decreto 281/74] decretado [em 25Jun74] pelo grupo militar do general Spínola. Os jornais "A Capital", "República" e "Diário de Lisboa", todos diários vespertinos, foram suspensos por terem noticiado nas edições de quarta-feira [31Jul74] uma manifestação maoísta [?!], na qual agrupamentos das ilhas portuguesas de Cabo Verde acusavam o regime de Spínola de "ter traído as verdadeiras aspirações do nosso povo quanto a uma total e incondicional independência". [...] Primeiramente os jornais foram suspensos telefonicamente, mas esta tarde receberam a comunicação oficial assinada por membros da Junta. A srª D.ª Maria do Carmo Ruella Ramos, um dos directores do "Diário de Lisboa", declarou: "Recebemos ontem à noite um telefonema do ministro da Comunicação. Tentámos imediatamente contactar com o sr. Ruella Ramos que estava, por ironia, numa reunião com o primeiro-ministro no palácio de São Bento. Aí a decisão do Governo foi confirmada". "A Capital" e o "República" tinham sido multados, mas não suspensos. Pela segunda vez o "República" foi multado esta semana por ter publicado um artigo sobre as Forças Armadas.»³⁵*

¹ (Aguiar, op.cit pp.109); ² (in "A Revolução das Flores" vol.III pp.66); ³ (em 05Fev61 estava em Luanda, tendo nessa data sido nomeado pelo governador-geral Silva Távares (seu conterrâneo e também jurista), como magistrado judicial para a PJ a fim de travar desmandos racistas subsequentes aos ataques às cadeias da cidade);

⁴ (cf correspondente de "O Século"; LM 02Ago74); ⁵ (idem, 12Ago74); ⁶ (Jardim, op.cit pp.308); ⁷ (cf correspondente do "The Times" londrino; Beira 02Ago74);

⁸ (in matutino "Notícias"; Lourenço Marques idem); ⁹ (cf correspondente de "O Século"; Nampula idem); ¹⁰ (Martin Dickson, jornalista da Reuter; LM 13Ago74);

¹¹ (em meados de Set74 colocado no comando-geral da GNR sob as ordens do citado coronel Pinto Ferreira); ¹² (Van Uden, em 15Dez94 a Bernardo);

¹³ (Fisher Lopes Pires, ex-membro do extinto CCCO-JSN, em 07Mar96 idem); ¹⁴ (Ferreira, op.cit pp.555);

¹⁵ (demonstração cabal da demagogia (ou da ignorância) de Mário Soares, dado que – como se sabe – «a primeira visita que um secretário-geral da ONU» fez ao nosso País ocorreu em 29Jan60, sendo então titular do cargo (desde 07Abr53) o sueco Dag Hammarskjöld, pouco mais de um mês após ter sido aprovada pela XIV-AG a Resolução 1467 e eleito o Comitê dos Seis – EUA, GB, União Indiana, Holanda, Marrocos e México –, para estudo e definição do «conceito de território não-autônomo» por forma que a «potência administrante fique obrigada a prestar declarações ao abrigo do art.73º da Carta»;

¹⁶ (então major, comandante da Casa de Reclusões de Luanda); ¹⁷ (em Dez69-29Out71 cmdt 22ºCCmds; em 16Nov71-07Mar72 comandante do CI do 23º curso de comandos no CIC, que formou as 36ª e 37ºCCmds; até 19Nov74 2ºcmdt do CIC-Luanda); ¹⁸ (Alves Ribeiro, em 26Out95); ¹⁹ (Pompilio, op.cit pp.190);

²⁰ (Santos Silva, presidente do PPM-Angola; ao semanário "Tempo Novo", nº3 Lisboa 09Ago74);

²¹ (estavam no TOTO: o B/Cac4614-R116 desde Set73 com a sua 1ªCCac desde Out73, reforçados com o PelMort4280-R12 em Abr74);

²² (Silva Cardoso, op.cit pp.389,513,390,391,392); ²³ (em 17Nov69, o dec.49401 previa para a DGS um quadro total de 3207 funcionários, número manifestamente insuficiente para fazer face à cobertura real de Portugal, e principalmente do Ultramar, nas áreas de informação e contra-informação também alargadas ao estrangeiro, num período crucial de contra-subversão em três teatros-de-operações africanos; sendo certo que aquele quantitativo era só por si insuficiente, nem por isso a DGS deixou de cumprir eficazmente as missões que lhe foram atribuídas; a título exemplificativo, daquele total estavam destinados 101 agentes para a Guiné e 40 para Cabo Verde, em 25Abr74 a Guiné tinha só 30 e Cabo Verde 25); ²⁴ (desde 62, major Fernando Eduardo da Silva Pais; virá a falecer em 27Jan81);

²⁵ (Agostinho Barbieri de Figueiredo Baptista Cardoso, 1907-85); ²⁶ (Alvaro Augusto das Neves Pereira de Carvalho, 1920-92); ²⁷ (Maria Madalena Soares de Oliveira);

²⁸ (Francisco Lopes Picaró); ²⁹ (1 morto a tiro na noite do 25A); ³⁰ (Conceição e Silva, na conferência de imprensa); ³¹ (cf "O Século" 03Ago74);

³² (Galvão de Melo, em 28Out96 a Bernardo); ³³ (idem, ao "Tempo Novo", nº4 15Ago74); ³⁴ (cf "Nota do Comitê Central sobre a Reacção", in "Avante!" 09Ago74);

³⁵ (cf telex da Associated Press in "The Times", Londres 03Ago74)

1974 – Agosto.3 (sábado)

Durante a madrugada nos muceques de Luanda, recomeçam os tiroteios e as depredações.

– «*Voltaram a registar-se graves incidentes nos subúrbios. Na noite e na madrugada passadas o muceque Prenda foi perturbado por tumultos. Cerca da meia-noite começaram a ouvir-se rajadas de tiros e três explosões. As Forças Armadas verificaram que tinham sido lançadas 3 granadas de mão, uma das quais explodiu no telhado de zinco de uma modesta habitação: a violência da explosão despedaçou o zinco e os seus estilhaços foram ferir com certa gravidade 3 ocupantes da casa. As outras duas granadas explodiram em quintais, não causando estragos mas motivando intranquilidade na área. Entretanto no muceque do campo de golfe [arredores do aeroporto], houve também incidentes tendo-se verificado disparos; foram saqueados e incendiados alguns estabelecimentos comerciais. Cerca das 3 horas da madrugada, fontes oficiais informaram que a ordem se encontrava restabelecida.»¹*

– «*Numa dessas noites de sono intermitente, há barulho do grosso no muceque Prenda. Tiros soltos de pistola logo seguidos de rajadas de G3. Estouros maiores que parecem de granadas-de-mão. Explosões mais abafadas, talvez de foguetes de bazucas. Depois a cadência de armas de guerra, no tiro-a-tiro. E mais disparos de pistolas. E novas rajadas de carabinas automáticas, agora contínuas, resolutas, raivosas, na decisão militar de acabar com aquilo. Quinze minutos de fogo nutrido. Uma autêntica batalha parece que já acabou. Esperança vã, porque o tiroteio recomeça ainda mais vivo, com ribombo de morteiros. Um helicóptero aparece em voltas apertadas sobre o Prenda e, logo a seguir, as rajadas tornam-se mais frequentes, o tiro-a-tiro rareia e volta um silêncio que, para alguns, terá sido definitivo.»²*

– «*Uma vez que a revolução de Abril, conduzida magistralmente, foi [em Lisboa] incruenta, e em Angola [em 17Jul74] essencialmente palaciana, há todo o perigo de ali existir certa ansiedade de espectáculo e de dor.»³*

Entretanto junto à fronteira noroeste de Angola, chegam à base da FNLA em Kinkusu mais 88 instrutores chineses, completando-se o contingente de conselheiros militares que havia sido prometido por Pequim.

- «Um novo contingente de instrutores chineses chegou a esta cidade [Kinshasa] no fim da semana. Os técnicos chineses seguiram imediatamente para a selva [Kinkusu] onde se ocupam da formação dos combatentes do Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA). "A FNLA regozija-se com a solidariedade deste modo renovada à causa do povo angolano, e reafirma que o seu combate só findará com a independência total de Angola".»⁴
- «O vice-primeiro-ministro Teng Hsiao Ping disse que as colónias portuguesas em África conseguirão a independência, uma vez que constituem a luta, afirmou também que a China continuará a apoiar as justas lutas das colónias portuguesas e de todo o povo africano.»⁵

Por essa ocasião em Lisboa, a revista semanal *O Século Ilustrado* publica extensa entrevista concedida por Jorge Jardim sobre a situação em Moçambique. E o semanário *Expresso* revela os resultados de uma mesa-redonda por si promovida há 4 dias, para discutir «a questão dos territórios coloniais», durante a qual o MCI Almeida Santos, a propósito de Timor, declarou:

- «Timor, digamos que é um transatlântico imóvel que nos custa muito dinheiro. A Indonésia não está interessada em nos substituir no suporte financeiro de Timor. Há três correntes: uma é partidária da independência total, o que é de um irrealismo atroz; outra defende uma ligação com a Indonésia, mas esta, como já disse, parece não estar interessada; outra sustenta a manutenção de uma ligação a Portugal, e esta parece ser a solução fatal neste caso, visto não haver margem para grandes raciocínios nem capacidade de manobra. Eu, francamente, não gostaria de que o saldo do nosso império colonial viesse a ser apenas uma permanência na Indonésia, ocupando metade da ilha de Timor. Pode, no entanto, vir a suceder. [...] Em relação a Timor é um pouco ridículo estarmos a falar em termos de plebiscito, uma vez que, como já disse há pouco, as opções não são muitas. A independência total é inviável por razões de carácter financeiro; a ligação à Indonésia torna-se inviável por causa do desinteresse da Indonésia; e fica uma última alternativa, a ligação connosco. Estarmos a fazer plebiscito para definir essa ligação parece-me pouco realista.»
- «A certa altura o dr. Almeida Santos falou de Timor. Não o quer como saldo de um império, a Indonésia não o quer como défice doutro. Independência? Inviável? Tentemos outra solução. Vejamos no Atlas (últimas páginas). Foi consultada a Austrália? Talvez as Filipinas... O Japão. Em tempos mostrou interesse. Para os Estados Unidos fica um pouco fora de mão. Bem, o dr. Almeida Santos não disse tanto. O ministro Almeida Santos não poderia legitimamente dizê-lo. Mesmo a título pessoal [?!], numa mesa redonda [promovida em 30Jul74 pelo semanário "Expresso"]. Mas colocou-nos emocionalmente num declive para onde é fácil escorregar de inferência em inferência. Ocorre-me porém sugerir que talvez falte considerar seiscentas mil razões. Magnas razões, dir-me-ão, e em certo sentido isso é verdade, mas ignorá-las é já propôr uma nova Constituição Política, "avant la lettre". "De como 600 mil pessoas podem perder a nacionalidade sem serem ouvidas nem achadas". E há mais nove milhões de razões que podem estar ou não estar pelos ajustes, mas em relação ao assunto ainda não lavaram as mãos na bacia de Pôncio Pilatos. Sinto e penso que o ministro da Coordenação Interterritorial não deveria ter permitido que o dr. Almeida Santos se referisse a Timor Português em termos de saldo indesejado de um império caduco, porquanto há o risco de Timor Português confundir o homem com o ministro, o ministro com o Governo Provisório, e o Governo Provisório com o sentimento nacional.»⁶
- «Em 03Ago74 foi afirmado formalmente o direito de Timor à autodeterminação. Depois, pela mesma pessoa [Mário Soares] em um dos seus livros [o primeiro editado em Portugal], Outubro de 1974, pág.457, 1ª edição [traduzida pela "Arcádia" do «Témoignage inachevé sur le Portugal» publicado dois anos e meio antes no exílio parisiense], diz: "Timor é uma ilha indonésia com bastante pouco a ver com Portugal".»⁷

Levantada outra ponta do véu anticolonialista fica aberto o campo para todas as hipóteses, tanto mais que no areópago da ONU em Manhattan o embaixador português – em abusiva extrapolação ao célebre discurso do PR provisório general Spínola –, perante o IV Comité também «comunicou que o Governo reconhecia o direito do povo de Timor à autodeterminação e independência»⁸, sendo horas depois tal afirmação esclarecida em Lisboa junto do secretário-geral da ONU pelo MNE, que lhe entrega o seguinte memorando:

- «1. Cooperação com as Nações Unidas - O Governo Português reafirma as suas obrigações quanto ao cap.XI da Carta das Nações Unidas e em conformidade com a Resolução 1514 (XIV) da Assembleia Geral que contém a "Declaração sobre a concessão de independência aos povos e territórios coloniais" e nesse sentido decide cooperar plenamente com as Nações Unidas no que respeita à aplicação das disposições dos mencionados Capítulo, Declaração e relevantes resoluções acerca dos territórios sob administração portuguesa. 2. Unidade e Integridade Territoriais - O Governo Português reafirma o reconhecimento do direito à autodeterminação e independência de todos os territórios ultramarinos sob sua administração. Compromete-se a garantir plenamente a unidade e integridade de cada território e opõe-se a toda e qualquer tentativa separatista ou tentativas de desmembramento seja qual fôr a sua origem. 3. Guiné-Bissau - a) O Governo Português está pronto a reconhecer a República da Guiné-Bissau como Estado independente e está disposto a celebrar imediatamente acordos com a República da Guiné-Bissau para a transferência imediata da administração; b) Nestes termos, dará completo apoio ao pedido de admissão da Guiné-Bissau como membro das Nações Unidas. 4. Arquipélago de Cabo Verde - O Governo Português reconhece o direito do povo do arquipélago de Cabo Verde à autodeterminação e independência e está disposto a aplicar as decisões das Nações Unidas a esse respeito. O Governo Português está pronto a cooperar intimamente com os órgãos competentes das Nações Unidas com vista a acelerar o processo de descolonização de Cabo Verde. 5. Moçambique - O Governo Português reconhece o direito do povo de Moçambique à autodeterminação e independência e está disposto a aplicar as decisões das Nações Unidas a este respeito. O Governo Português, com vista à execução desta declaração de princípio e, no prosseguimento dos contactos anteriormente havidos, tomará medidas imediatas para entrar em negociações com representantes da FRELIMO para acelerar o processo de independência aquele território. 6. Angola - O Governo Português reconhece o direito à autodeterminação e independência do povo de Angola e está disposto a aplicar as

decisões das Nações Unidas a este respeito. O Governo Português tem intenção de estabelecer, em breve, contactos com os movimentos de libertação de modo a poderem iniciar-se, logo que possível, negociações formais. 7. São Tomé e Príncipe - O Governo Português reconhece o direito à autodeterminação e independência do povo de São Tomé e Príncipe e está disposto a aplicar as decisões das Nações Unidas a este respeito. 8. - Cooperação com as Agências Especializadas - O Governo Português manifesta a esperança de que uma vez que adoptou medidas concretas para respeitar as disposições da Resolução 1514 (XIV), a Assembleia Geral das Nações Unidas possa reconsiderar as suas anteriores decisões sobre o assunto e dar a Portugal a possibilidade de participar plenamente nos programas social, económico, financeiro e técnico das Nações Unidas e das agências especializadas bem como participar nas actividades daqueles órgãos.»

- «O programa aprovado por Spínola e apresentado ao Comité de Descolonização da ONU, não foi cumprido e foi sucessivamente sabotado. Esse programa baseava-se naturalmente no "Programa do MFA", onde a problemática da descolonização seria tratada por forma a que o povo português pudesse não só ser devidamente consultado, mas também de maneira a que a descolonização se fizesse com tempo e sem traumas para as populações portuguesas que viviam no Ultramar. O general Spínola (e eu comungava disso), pretendia que a descolonização se fizesse de acordo com este princípio: independência dos povos africanos, sim; independência com Portugal e não contra Portugal. E a descolonização foi feita contra Portugal, o que se traduziu na expulsão de praticamente todos os portugueses que ali viviam. Essa espoliação é, naturalmente, uma vergonha nacional. A descolonização é a maior tragédia nacional depois de Alcácer-Quibir.»⁹
- «A situação criada pela forma como se executou o processo de descolonização, traduz um dos maiores crimes a cujo julgamento, pela História e pelo presente, os seus responsáveis não poderão furtar-se. Os milhares de mortos de todas as cores e a ignominiosa perseguição de que foram vítimas largos milhares de portugueses – só por quererem sobreviver na paz, na ordem e na justiça –, apontam ao julgamento os traidores que vergonhosamente mancharam Portugal, e um processo de descolonização que poderia ter sido realizado com dignidade, justiça e pacificamente, sem precipitações trágicas nem golpes traiçoeiros à confiança depositada, por milhões de portugueses, nas Forças Armadas do seu País. [...] A constatação desta triste realidade leva-me [em 11Set75] a acusar frontalmente o general Costa Gomes e o[s] seu[s] Governo[s] [pós-30Set74], como principais responsáveis de tudo o que se está a passar nos antigos territórios ultramarinos portugueses. E faço-o com certa autoridade [...] que me advém do facto de ter lançado as bases do processo de descolonização português, dentro dos princípios estabelecidos pela ONU, e de ter procurado por todas as formas opôr-me àqueles que, ao serviço de imperialismos estrangeiros, tudo fizeram para transformar os territórios portugueses em Estados de partido único subordinados à União Soviética.»¹⁰

Enquanto isso em Dacar – e ao mesmo tempo que em Bissau se faz bandeira com o XV aniversário do massacre do Pidjiguiti –, a emissora nacional senegalesa difunde a seguinte mensagem do caboverdeano secretário-geral do CC/PAIGC Aristides Pereira:

- «O Governo português encontrará em nós um interlocutor disposto a colaborar no processo de descolonização em termos que preservem todas as possibilidades de uma cooperação multiforme entre os nossos dois povos, em pé de igualdade e no respeito dos interesses legítimos de cada uma das partes. O PAIGC e a sua direcção compreendem as fraquezas dos que nas horas difíceis não acreditaram na vitória e fraquejaram, e dos que se deixaram enganar pelas promessas demagógicas do inimigo. A todos garantimos a sua integração sem discriminação na nossa nova sociedade, justa e fraterna, se abraçarem a causa do nosso povo. A unidade da Guiné-Bissau e Cabo Verde deve fazer-se na base da vontade livremente expressa dos povos dos dois territórios sem qualquer ingerência da parte das autoridades portuguesas ou de qualquer potência estrangeira. A modalidade dessa unidade será definida pelos órgãos de soberania livremente eleitos pelas populações dos dois territórios. Os órgãos eleitos não permitirão a predominância de uma parte sobre a outra. A Guiné já elegeu uma Assembleia. O povo de Cabo Verde a seu tempo elegerá a Assembleia de Cabo Verde, que proclamará o Estado de Cabo Verde, adoptará uma Constituição e definirá a sua posição relativamente ao princípio da unidade. As duas Assembleias Nacionais Populares constituirão em conjunto a Assembleia Suprema da Guiné e Cabo Verde, que criará os órgãos supremos da União.»
- «O encarregado do Governo [da Guiné, em 01Ago74] determinou tolerância de ponto [para hoje em Bissau]. A cidade acordou desta forma sob o silêncio. Nem estabelecimentos comerciais, nem restaurantes ou cafés, nem bombas de gasolina, nem transportes, nem serviços públicos, nem comunicações. O jornal não se publicou e a Emissora Regional da Guiné transmitiu apenas trechos musicais, excepção feita ao [PIFA] Programa das Forças Armadas. [...] Lia-se num dístico colocado à entrada da Praça do Império, onde se encontra o palácio do Governo: "O povo lutou por um Governo autêntico; abaixo os fantoches; viva o PAIGC". [...] A Avenida da República havia-se transformado na "Avenida da República da Guiné-Bissau"; e já anteriormente o nome de Amílcar Cabral aparecia a identificar diversas ruas, enquanto o de 'Nino' surgia no lugar do de Américo Thomaz.»¹¹
- «Numa mensagem relativa à efeméride, [o caboverdeano] Aristides Pereira aproveitava a oportunidade para se referir também às negociações com Portugal, à situação dos guineenses que haviam colaborado com as forças coloniais, à natureza do Estado da Guiné-Bissau e à questão da unidade com Cabo Verde. Após prestar homenagem às vítimas da luta armada e a [Amílcar] Cabral, [...] concluindo a sua mensagem protestava pelas "medidas repressivas" adoptadas contra "o povo desarmado" de Cabo Verde [?!] e considerava "o Governo português responsável por todas as consequências que poderão resultar do prosseguimento da prática de actos criminosos por parte de elementos fascistas contra a nossa população".»¹²
- «Sempre estabelecemos diferença entre a situação na Guiné-Bissau e a existente em Cabo Verde. A Guiné-Bissau era um Estado soberano [?!] de que só uma parte [?!] do território estava ocupado [?!] por uma potência estrangeira [?!]. As ilhas do Cabo Verde são uma colónia [?!] onde existe [?!] uma luta política [?!]. Esta situação constitui o fundamento do plano de negociações conduzidas com o Governo de Lisboa. As duas Assembleias Nacionais Populares da Guiné e Cabo Verde constituirão a Assembleia Suprema da Guiné e Cabo Verde, que criará os órgãos supremos da união. A nova República da Guiné-Bissau seguirá uma política

externa de não-alinhamento. Somos patriotas africanos, membros da OUA e fiéis à sua Carta. O Estado [?!] não-alinhado da Guiné-Bissau, permanecerá um Estado não-alinhado.»¹³

¹ (cf correspondente de "O Século", Luanda 03Ago74); ² (Ventura, op.cit pp.48); ³ (Silvino Silvério Marques, entrevista ao semanário "Tribuna Popular", Lisboa 07Ago74); ⁴ (cf AFP, Kinshasa 07Ago74); ⁵ (idem, Pequim 10Ago74); ⁶ (in "O Barco Ancorado", "Expresso" 24Ago74); ⁷ (Abílio Augusto Martins Correia, ex-furriel miliciano de artilharia 63-65 e professor 65-75 em Angola); ⁸ (Lemos Pires, op.cit pp.361); ⁹ (Veiga Simão, em 25Abr93 a Paulo Guerra); ¹⁰ (Spínola, entrevista censurada pela comissão de trabalhadores do semanário Expresso; cit in "Equivocos..." vol.II pp.417/8); ¹¹ (cf correspondente de "O Século", Bissau 03Ago74); ¹² (Duarte Silva, op.cit pp.253/4); ¹³ (Pedro Pires, vice-CEM das FARP, Rádio-Angel 27Ago74)

1974 – Agosto.4 (domingo)

No Palace Hotel do Buçaco, o PR provisório general Spínola recebe em audiência o MNE-adjunto Melo Antunes que lhe dá a conhecer o «protocolo secreto» que em Dar-es-Salaam havia estabelecido com a FRELIMO, relativamente à independência de Moçambique.

- «Ao regressar a Lisboa [Melo Antunes] tomou a iniciativa de imediatamente se deslocar de helicóptero ao Buçaco, onde o presidente se encontrava, a fim de lhe relatar tudo o que se passara e a que, aparentemente, não reagiu mal. [...] Independentemente dos precisos termos do acordo negociado por Melo Antunes, a natureza fundamental desse acordo estava predeterminada pelas realidades no terreno em Moçambique e pela pressão internacional. No dia em que Melo Antunes regressou do seu [2º] encontro preliminar em Dar-es-Salaam, o próprio Spínola tinha concordado com Kurt Waldheim em Lisboa, "entrar em negociações com (...) a FRELIMO para acelerar o processo de independência". [...] No espaço de pouco mais de uma semana que mediou entre a publicação da Lei nº 7/74 a 27 de Julho e a reunião com Waldheim a 4 de Agosto, Portugal ficara obrigado à dissolução do seu terceiro império.»¹
- «O Governo português parece estar na disposição de iniciar negociações frontais com a FRELIMO. Que negociações? O País está, como lhe cabe, democraticamente, a par das intenções do Governo no que respeita a essas negociações? Toda a gente sabe que a FRELIMO mal tem duas ou três dezenas de milhar de aderentes e que os seus quadros a custo seriam susceptíveis de preencher a administração de um concelho. Exigir a entrega da administração moçambicana a um partido desta grandeza e desta contextura, só porque deu muitos tiros e matou muita gente, é, sem dúvida, um absurdo. Dir-se-ia que o Governo Provisório se deveria recusar, sequer, a entrar em negociações nas bases propostas pela FRELIMO. Mas há ao que de diz, porém, compromissos que importa respeitar. O facto é, necessariamente, menos verdadeiro, mas em Moçambique é voz corrente e, para descrédito nosso, passa por certo.»²
- «Em contradição com esta declaração [de 8 pontos entregue ao secretário-geral da ONU, no articulado respeitante a Moçambique] acrescenta-se: "O Governo Português, com vista à execução desta declaração de princípio, e no prosseguimento dos contactos anteriormente havidos, tomará medidas imediatas para entrar em negociações com representantes da FRELIMO para acelerar o processo de independência daquele território". Sem qualquer consulta às populações, já se indicava como tomada uma das possíveis opções, com a agravante de não se ter tido em conta que na Lei Constitucional 7/74, publicada uma semana antes, apenas se empregara a expressão "direito dos povos à autodeterminação".»³
- «Nas últimas duas semanas, nas colunas classificadas de jornais rodesianos têm sido publicados anúncios pedindo a "todos os mercenários do ex-Comando 5" para assistirem a uma reunião em Salisbúria. Sucede que, quando se fala para o número de telefone mencionado no anúncio, perguntando se a unidade de comandos vai ser ressuscitada, a resposta é que se trata somente de uma reunião de antigos camaradas de armas. A notícia publicada num jornal inglês dizia que o coronel [sul-africano Mike] O'Hara estava disposto a arranjar um exército de mercenários negros dirigido por oficiais brancos. O coronel O'Hara, antigo líder de mercenários do Congo, desmentiu hoje que se encontrava a reunir os antigos camaradas para lutar contra os guerrilheiros de Moçambique: "Desminto veementemente que tenha quaisquer intenções de formar uma oposição contra a FRELIMO. Nesta fase ainda não se sabe se a FRELIMO é a voz do povo e certamente que não existe qualquer papel neste momento para poder ser desempenhado por uma força de mercenários em Moçambique".»⁴

Enquanto isso a norte da cidade da Beira, quando um avião procede à recolha de militares do GEP.001 anteontem mortos e feridos numa emboscada no sudoeste da serra Condacoranga, o aparelho é alvejado na mesma área pelo mesmo grupo da FRELIMO que causa a morte ao comandante do Batalhão dos GEP major pára-queda Manuel António Casmarrinho Lopes Morais, natural de Benguela e que havia participado na Operação Mar Verde em Conackry.

- «Dia 4 a sul de Inhaminga, um avião militar ligeiro desarmado, quando efectuava a evacuação de dois militares feridos [i.e, 2 mortos e 2 feridos] na véspera [i.e, dois dias antes] numa emboscada, foi atingido por tiros de arma ligeira, tendo resultado a morte de um oficial superior e ferimentos no piloto e num dos militares evacuados. Conforme já foi difundido em comunicações anteriores, neste momento cessaram as razões dos combates e, por consequência, acções deste género em nada contribuem para a paz que todos desejamos e para a construção de um Moçambique novo, em que todos estamos empenhados. Este Comando [CTC] repudia e lamenta que continuem a registar-se estas inqualificáveis atitudes, que obrigarão a decidida e enérgica resposta.»⁵
- «Decorreu [em 04Ago74] um plenário na [BA10] base aérea da Beira, presidido por [chefe do MFA local e comandante do CIGE coronel José da Silva] Pinto Ferreira. [...] Resolvi falar sobre os incidentes que ocorreram [no fim-de-semana anterior] numa companhia [Mafambisse] açucareira da zona. Tinha havido uma greve e eu fôra lá com três homens [i.e, um condutor e um radiotelegrafista, ambos negros moçambicanos] e resolvera o problema. [...] Era capitão dos GEP e estava a dar instrução. [...] Disse que [...] o mínimo a fazer era desmobilizar imediatamente o nosso pessoal (GE e GEP) e permitir que eles pudessem integrar-se na vida civil, dando-lhes também a oportunidade de poderem optar pela nacionalidade portuguesa antes da entrega do controle do território ao inimigo.»⁶

Ao fim da tarde, na vila fronteiriça de Manica ocorre o primeiro atentado terrorista:

– «Um engenho explosivo deflagrou ontem [hoje 04Ago74] nos terrenos anexos ao Centro Africano de Manica e Sofala, no momento em que decorria um baile. Noutra incidente, 5 indivíduos lançaram [na cidade da Beira] cerca das 23:40 uma granada, a qual poucos estragos causou. [...] Na noite de domingo foi incendiada uma cantina perto da ponte sobre o rio Revué.»⁷

Por essa ocasião no palácio de Belém, a presidência da República emite o seguinte «Comunicado conjunto das Nações Unidas e do Governo Português»:

– «Kurt Waldheim visitou Lisboa de 2 a 4 do corrente. Durante a sua permanência em Lisboa, teve conversas com o presidente da República general António de Spínola, com o primeiro-ministro coronel Vasco Gonçalves e com o ministro dos Negócios Estrangeiros dr. Mário Soares, sobre questões relacionadas com os territórios africanos administrados por Portugal. Nas sessões de trabalho com o MNE, tomaram também parte o MDN tenente-coronel Mário Firmino Miguel e o MCI dr. António de Almeida Santos. O secretário-geral explicou a posição das Nações Unidas, quanto à questão dos territórios africanos sob administração portuguesa, que deriva das relevantes resoluções e decisões das Nações Unidas, e os pontos de vista que lhe foram transmitidos acerca desta questão pelos Chefes de Estado africanos, pela Organização da Unidade Africana [OAU] e pelos dirigentes dos Movimentos de Libertação. O Governo Português expôs a sua posição quanto a estas questões, em decorrência da nova lei constitucional nº 7/74 de 27 de Julho de 1974, e da declaração do Presidente Spínola de 27 de Julho acerca dos territórios africanos administrados por Portugal. [Segue-se o texto do memorando desenvolvido em 8 pontos e ontem à noite apresentado ao secretário-geral]. As conversações com o Presidente Spínola e demais individualidades decorreram numa atmosfera construtiva, franca e cordial. O secretário-geral assegurou ao Governo português que transmitiria aos órgãos competentes das Nações Unidas e às partes interessadas o conteúdo da presente comunicação.»

Logo a seguir no aeroporto da Portela, o secretário-geral da ONU – às perguntas dos jornalistas relativas aos oito pontos constantes do recente comunicado oficial e resultantes das «conversações com os dirigentes portugueses sobre problemas relativos aos territórios africanos» –, presta os seguintes esclarecimentos:

– «Tais conversações contribuirão para uma melhor compreensão do problema e para a sua completa solução, a qual interessa especialmente a Portugal mas, igualmente – e é justo dizê-lo – ao mundo inteiro. As resoluções das Nações Unidas são muito claras. Referem-se elas de forma precisa à autodeterminação, à independência e às negociações directas com os movimentos de libertação como tal reconhecidos pela OUA. Por isso mesmo, dada a clareza da nossa posição, compete naturalmente ao Governo português tomar uma decisão. No entanto, devo acentuar que nas conversações a que aludi o mesmo Governo tornou bem claro que está pronto a tomar essa decisão. Discutimos esse assunto [data em que será anunciada a independência da Guiné-Bissau] com o Governo português e não gostaria de ir além do que consta do comunicado há pouco distribuído. Mas posso sublinhar que os governantes de Portugal estão dispostos a reconhecer imediatamente a Guiné-Bissau, tal como a proceder à imediata transferência de poderes e a patrocinar a admissão do novo país nas Nações Unidas. A Guiné-Bissau é já uma República e foi por isso que o Governo português fez uma declaração clara relativamente ao reconhecimento da sua independência. Há resoluções das Nações Unidas que se ocupam do estatuto das ilhas de Cabo Verde, as quais foram objecto, nos últimos dois dias, de conversações com o Governo português. Trata-se contudo de um problema que exige negociações mais aprofundadas. Em Moçambique existe o movimento da FRELIMO com o qual o Governo português já decidiu entrar em negociações imediatas e directas. Por ocasião da conferência da OUA em Mogadíscio [em 07]un74], houve vários contactos com elementos da FRELIMO que, penso, ajudaram a clarificar a situação. No que diz respeito a Moçambique, o problema talvez seja de mais fácil solução do que em Angola. Não falei de Angola, porque a situação ali é diferente. Creio que é de estabelecer diferenças entre os direitos dos territórios citados. Em Angola, pelo contrário, há vários movimentos de libertação e bom seria que os mesmos se reunissem primeiro, a fim de permitir que o Governo português possa ter um interlocutor que represente os interesses de Angola. Estamos prontos a dar toda a assistência ao Governo português e bem assim às partes em causa, por exemplo à Guiné-Bissau mas também a Moçambique e a Angola. Julgo que o Governo de Portugal, como se sublinha no comunicado, está pronto a colaborar estreitamente com os órgãos competentes da ONU, com a finalidade de acelerar o processo de descolonização. Torna-se prematuro neste momento falar da forma como vai proceder para pôr em prática as medidas necessárias para o efeito.»

– «O Governo português aguardou a visita do secretário-geral da ONU para oficializar as suas intenções. Sabia-se, desde o golpe de Estado de 25 de Abril, que os militares que tomaram os comandos do País estavam decididos a andar depressa. Comunistas e socialistas apoiam o empreendimento dos militares que detêm hoje o Poder em Lisboa. Com o anúncio, por parte de Kurt Waldheim, das decisões do Governo português, a comunidade internacional tornou-se garantia da boa vontade de Portugal. A decisão é dilacerante para Portugal, que sempre viveu virado para o oceano. Portugal não está preparado para absorver as centenas de milhares de colonos que tencionam agora regressar.»⁸

– «Embora a visita do secretário-geral da ONU a Portugal tenha posto termo ao conflito entre Portugal e as Nações Unidas, não solucionou todos os problemas. Esses problemas resultam da entrega do poder a grupos vindos do mato ou do exílio, num continente onde já é habitual a tendência dos Estados africanos se organizarem em moldes tribais e ditatoriais. Apesar do comunicado referir que a independência de Moçambique será negociada com a FRELIMO, há ainda muitos aspectos complicados a discutir nesse território: as tribos receosas têm de ser tranquilizadas; os brancos e mestiços protegidos; e a vida económica do país assegurada. Terá a ONU aprendido com a sua experiência no Congo há 13 anos? A sua actividade em África tem por fim o bem comum, ou é uma espécie de cruzada racial? Tanto a África do Sul como a Rodésia têm motivos para recear que a descolonização vá longe demais e depressa demais. Será a Rodésia que fica mais exposta a dificuldades com o aparecimento de um novo governo negro junto das fronteiras. Enquanto Portugal toca à retirada em África, todos os líderes – brancos e negros – que têm alguma responsabilidade no futuro do continente, perturbados e com falta de maturidade no plano político, têm o

dever de preencher o vácuo perigoso assim criado, tentando para já compreender-se e não discutir uns com os outros.»⁹

Ao longo do dia no aeroporto de Bissalanca, a maioria do efectivo do BCP12 embarca para a Metrópole com o respectivo armamento e munições, pára-quedas, material de comunicações e equipamentos vários, mas a quase totalidade do material de aquartelamento e das viaturas, por obsolescência ou dispendiosa recuperação e manutenção, ficam abandonados no terreno. Praticamente todos os pára-quedistas regressam ao RCP-Tancos, mantendo-se na capital guineense apenas um grupo de protecção ao respectivo sector, ficando em Bissalanca instaladas tropas do Exército vindas do mato e a aguardar transporte para Lisboa.

Entre Roma e Munique, o comboio-expresso é alvo de um atentado terrorista perpetrado por um grupo da OLP, que provoca 12 mortos e cerca de 50 feridos.

Enquanto isso em Lisboa, a JSN pronuncia-se – tardiamente e a más horas –, sobre «o clima de caos e anarquia existente no País» e distribui à imprensa um comunicado, no qual e entre outras medidas determina a imediata suspensão do jornal do MRPP intitulado *Luta Popular*, por tempo indeterminado:

- «*Alguns elementos, agrupados em movimentos políticos extremistas ou agindo individualmente, têm vindo a desencadear acções que visam desacreditar as Forças Armadas e minar as instituições políticas, com o objectivo de impedir o desenvolvimento do processo de democratização da vida política do País. [...] Todos os que actuarem criminosamente em concreta agressão ideológica às Forças Armadas ou aos princípios proclamados pelo seu movimento, quer através de meios escritos, quer em reuniões ou manifestações públicas, serão rigorosamente punidos. Considerando-se que o jornal "Luta Popular" tem, repetidas vezes, atacado as Forças Armadas e o Programa do seu Movimento, negando a vontade democrática e descolonizadora da Junta de Salvação Nacional e do Governo; considerando que aqueles ataques e insultos constituem efectivamente uma agressão ideológica ao espírito do Programa das Forças Armadas; fica suspensa, por tempo indefinido, a publicação do jornal "Luta Popular".*»
- «*A "Luta Popular" não teve o mesmo apoio por parte dos outros jornais, como tiveram [dois dias antes o "Diário de Lisboa", "A Capital" e o "República"] os três diários da tarde. Hoje [06Ago74] o "Diário de Notícias" defendeu a suspensão [do citado jornal do MRPP], dizendo haver "regras de jogo na democracia e liberdade".*»¹⁰

¹ (MacQueen, op.cit pp.179,180); ² (in "Economia & Finanças", pp.47 do nº322, 01-15Set74); ³ (Aguar, op.cit pp.107); ⁴ (correspondente do "Século"; Durban 04Ago74); ⁵ (comunicado do CTC, Beira 05Ago74); ⁶ (Van Uden, em 15Dez94 a Bernardo); ⁷ (cf "Lusitânia", Beira 05Ago74 e Vila Pery 07Ago74); ⁸ (Jean Rey, in "Le Figaro", Paris 06Ago74); ⁹ (editorial do "Daily Telegraph", Londres 05Ago74); ¹⁰ (cf telex da Reuter in "The Times", Londres 07Ago74)

1974 – Agosto.5

Depois de ter visitado no forte do Alto do Duque a sede do COCPON, o PR provisório general Spínola, acompanhado pelo presidente da JSN e CEMGFA general Costa Gomes, segue para o bairro da Venteira na Amadora e é recebido no BC11 pelo comandante major comando Jaime Neves, que profere o seguinte discurso:

- «*Para a mais jovem Unidade do Exército Português a presença do seu Comandante Supremo, na pessoa de V.Ex^o, constitui, para todos nós oficiais, sargentos e praças do Batalhão de Comandos nº11, motivo de orgulho, de confiança e de uma inabalável certeza de que o caminho trilhado até aqui constitui rumo firme a seguir. [...] Nesta parada estão soldados que se bateram pela defesa da Pátria na Guiné, em Angola e em Moçambique, alguns dos quais sob as ordens de V.Ex^o e outros ainda que se bateram com a mesma [?!] finalidade no 25 de Abril. [...] As tropas comando mantêm-se inalteráveis [?!] e sempre prontas na salvaguarda dos superiores e justos interesses da Nação. A criação no continente de uma unidade de comandos como esta, patrocinada por V.Ex^o, não foi mais que um acto de justiça ao esforço de guerra desenvolvido ao longo de 13 anos por um punhado de militares que, cimentando a sua conduta no espírito de corpo entre quadros e subordinados, apenas estão habituados a exigir [?!] em troca o justo reconhecimento público dos actos praticados. Nesta parada estão pois não só os militares do Batalhão de Comandos nº11, mas todos aqueles que têm ou tiveram a honra de usar ao peito o emblema que nos distingue muito especial, aqueles que em verdadeiro e supremo sacrifício deram a sua vida pela Pátria também esses aqui estão. [...] Termino reafirmando que, de qualquer modo, onde quando e como fôr necessário, a Nação pode e deve continuar a contar com os comandos.*»

Na ocasião, o CEMGFA general Costa Gomes profere um improvisado de que se destaca o seguinte:

- «*Desejo dizer aos rapazes que constituem esta unidade, que é com muita alegria e com muita satisfação que vos vejo diante de mim, recordando alguns de vós com quem tive a honra de servir e comandar e, na vossa presença, lembrar a memória daqueles que serviram comigo em Moçambique e em Angola. Foi criado este Batalhão de Comandos como tropa de elite de intervenção do Comando de Portugal Continental. As missões que vos estão cometidas são aquelas que já estáveis habituados [?!] a cumprir: o estabelecimento da ordem e da paz [?!], todas as vezes que fossem alteradas. Nos momentos conturbados que passamos, temos que estar muito atentos para que a ordem e a paz, no Continente [?!], se mantenham, a fim de que as Forças Armadas possam cumprir com dignidade o programa que fixaram depois [?!] do 25 de Abril. [...] Todos nós sentimos que, neste momento, há por vezes sinais de que a ordem, a calma, a serenidade e a paz não estão implantadas no nosso território [?!]. Eu sei bem que, depois de 48 anos de uma ditadura [?!] que coarctava as liberdades individuais e colectivas, se compreende que o fascínio dessa liberdade tenha conduzido alguns a praticarem acções e a perturbarem a paz que é essencial à prosperidade e à implantação da verdadeira Democracia na nossa terra [?!]. [...] Tenho a certeza de que todas as missões que de hoje para o futuro vos forem confiadas, serão cumpridas com a mesma determinação com que cumpristes as que nos confiaram quando servistes em Angola, na Guiné e em Moçambique.*»

E para concluir a breve cerimónia na parada do BCmds da Amadora, o PR provisório afirma:

– «Conheço profundamente o vosso Código de Honra. Sinto convosco o orgulho de ser "Comando", orgulho que conquistastes no Ultramar. [...] Fostes vós, com a vossa coragem e patriotismo [?!], que contribuístes mais decisivamente [?!] para o 25 de Abril, para a construção do Portugal novo. Nas horas de tibieza, nas horas de indecisão, nas horas em que a muitos faltou a coragem, fostes vós que arrancastes. [...] É bom que a Nação saiba que fostes vós, entre os melhores que se bateram no Ultramar português, que arrancaram [?!] para o 25 de Abril. Estaremos e continuaremos vigilantes e não transigiremos. Não admitimos que, seja quem fôr, se permita duvidar do nosso patriotismo.»

Horas depois no palácio de Belém é anunciada a criação de uma Comissão Nacional de Descolonização (CND), com um Gabinete Coordenador para os Assuntos da Descolonização, teoricamente sob controle directo do PR provisório general Spínola.

– «No domínio da descolonização foi criada, por minha [PM Vasco Gonçalves] proposta ao MFA, aceite por Spínola, a Comissão Nacional de Descolonização.»¹

– «Comissão de Descolonização, que fôra criada por despacho de 05Ago74 com a seguinte composição: presidente da República; primeiro-ministro; ministros da Defesa, Negócios Estrangeiros, Coordenação Interterritorial; e embaixador na ONU. Junto do presidente da República foi organizado um gabinete coordenador, dirigido pelo prof. Veiga Simão [e secretariado pelo diplomata do MNE dr. Fernando Reino].»²

– «Por iniciativa de Spínola [?!] foi criada a Comissão Nacional de Descolonização (CND), com base num projecto preparado por um seu aliado próximo, o representante de Portugal nas Nações Unidas, Veiga Simão. [...] Embora presidida por Spínola, a CND era constituída por destacados ministros [MNE, MCI, MDN e Finanças] do Governo Provisório e pelos chefes dos Estados-Maiors das Forças Armadas [CEMGFA, CEME, CEMFA e CEMA], na sua maioria contrários ao projecto spinolista. Na prática, a CND foi a comissão das "facilidades", abrindo mais do que obstruindo o caminho da dissolução imperial. O seu próprio nome constituía, naturalmente, uma implícita derrota para a posição federalista; a expressão "interterritorialidade" fôra agora substituída pela palavra "descolonização". [...] Melo Antunes preparou também um relatório sobre as conversações [secretas de Dar-es-Salaam com a FRELIMO], o qual foi depois examinado pela recém-criada Comissão Nacional de Descolonização. Seguiu-se a aprovação dos nomes [Melo Antunes, Mário Soares e Almeida Santos] que constituiriam a delegação para uma outra e mais formal série de conversações.»³

– «Não foi já no aeroporto [em Lisboa] e na iminência da nossa partida para Dar-es-Salaam, que eu tive conhecimento do protocolo pré-negociado por Melo Antunes. Foi sim numa reunião em Belém, da delegação portuguesa com o presidente da República. [...] Na dita reunião em Belém, fui eu quem revelou surpresa pelo documento e quem perguntou o que íamos nós negociar em Dar-es-Salaam, se no essencial o acordo já estava negociado! Recordo que o dr. Mário Soares secundou a minha surpresa e reforçou o meu reparo. [...] Pela primeira vez vi o documento que Melo Antunes e Almeida Costa negociaram em Dar-es-Salaam, [...] na reunião da Comissão Nacional de Descolonização. [...] A essa reunião assistiram também Costa Gomes, Mário Soares e creio que Veiga Simão, autor da iniciativa e do projecto da Comissão Nacional de Descolonização. [...] Documento apresentado por Melo Antunes na referida reunião do CND. [...] Lembro-me com fidelidade de que, quer eu quer Mário Soares, tomámos com surpresa e algum agastamento, conhecimento desse preliminar do acordo de Lusaca prenegociado por Melo Antunes e Almeida e Costa, mas na reunião da Comissão Nacional de Descolonização atrás referida. A memória retém com facilidade as surpresas, quando são ou podem ser chocantes. Mais: fui eu, e fomos nós quem, em jeito de dignidade ofendida, colocámos a questão de saber que sentido fazia irmos a Dar-es-Salaam negociar o que, no essencial, como reconhece Melo Antunes, já havia sido negociado [...] com todos os estigmas de definitividade [...] por aquele que o MFA [...] havia erigido em seu representante para o processo de descolonização. [...] Não recordo com fidelidade se Spínola, na reunião da Comissão Nacional de Descolonização em que pela primeira vez tomei conhecimento do documento, expressou ou não surpresa. [...] Quer eu quer Mário Soares aceitámos integrar a delegação, como previsto, se bem que com a vaga sensação de que íamos ser pouco mais do que simples verbos de encher. [...] O projecto de acordo foi [...] precozinhado. [...] A nossa reacção, minha e de Mário Soares, ao acordo prenegociado por Melo Antunes e Almeida e Costa [...], dimanava sim do facto de termos sido marginalizados [...] na programação desse tão importante passo do processo de descolonização.»⁴

No final da manhã em Luanda o almirante Rosa Coutinho, na qualidade de presidente da JGA e CCFAA, determina que todos os civis devem entregar todas as armas em seu poder e decreta o recolher obrigatório para a capital angolana.

– «Por vezes vinha a Lisboa apenas por 24 horas. Falava com a Junta, com o Costa Gomes e com o Almeida Santos, e regressava a Luanda nessa mesma noite. Então, na primeira vez que isso aconteceu, tive a ideia de fazer uma aliança entre o MPLA, a UNITA e a população de Angola, incluindo os colonos brancos. Sendo uma aliança feita sempre contra alguém, neste caso seria contra a FNLA. Era fácil: nesse processo far-se-ia uma união entre a população representada por estes três elementos. Sabe o que me disse o Spínola? Que não se podia apoiar o MPLA, pois recebia ordens de Moscovo. Só não o mandei à "outra banda" por ser um general mais antigo que eu... Voltei a Angola e fiquei a estudar qual seria a melhor perspectiva.»⁵

– «O MPLA criou [nos muceques de Luanda] os comités do "poder popular". Utilizava os elementos mais frustrados da sociedade luandense para servirem de agitadores e criarem o caos, porque sabia que só num clima desses poderia implantar-se. Foi assim que surgiram os "sandokans" e outros grupos de bandidos. Foi aliás prática usual do MPLA [prosseguindo as velhas e comprovadas técnicas estalinistas], servir-se dos indivíduos mais diminuídos, de consciência mal formada, para sobre as suas costas construir uma ditadura feroz, um regime repressivo, que começa a actuar precisamente contra aqueles que o ajudaram a construir e a consolidar. O MPLA serviu-se deles enquanto lhe foram úteis. Depressa os estratos populacionais mais desfavorecidos começaram a compreender que o MPLA apenas se servia deles para atingir os seus objectivos políticos.»⁶

- «Logo no início de Agosto, Rosa Coutinho deslocou-se a Lisboa limitando-se a comunicar aos restantes membros da Junta que, na sequência da declaração do PR, impunha-se um contacto ao mais alto nível. Entretanto mantém-se a agitação nas zonas suburbanas de Luanda, muito especialmente nos muceques Prenda e Golfe onde se faz ouvir intenso tiroteio e incêndios em habitações que lavram um pouco por toda a parte. É a chamada limpeza étnica, racial, ideológica, social ou de qualquer outro tipo, em que todo aquele que não se identifica com o MPLA é pura e simplesmente escorraçado, tendo-se chegado ao extremo de, no dia 4 [?!] de Agosto, ter sido içada a bandeira do MPLA onde antes estava a bandeira portuguesa. "Incidentes sem significado e apenas fruto dum estado de espírito que vai finalmente ficar liberto das grilhetas do colonialismo". Esta foi a explicação dos elementos do MFA! [...] À sua chegada a Luanda regressado de Lisboa, Rosa Coutinho mostrou-se satisfeito por encontrar a cidade calma, tendo também anunciado terem já sido tomadas medidas para expulsar de Angola alguns indesejáveis, considerados fatores de desordem e prejudiciais ao desenvolvimento do futuro do novo país. Acrescentou que não tencionava parar até que o caminho para a liberdade, para a paz e para o progresso estivessem totalmente assegurados ao povo angolano. Na sequência desta declaração, oito dos chamados indesejáveis, moradores nos bairros Golfe e Cazenga, seguiram para Lisboa e foram tomadas medidas para transportar para as suas terras de origem os caboverdeanos expulsos das suas casas pelo poder popular. Paralelamente o MPLA realizava um comício no estádio de São Paulo com dísticos do movimento e fotografias do dr. Agostinho Neto perante a aparente indiferença das entidades oficiais. Na reunião da Junta não deixei de apresentar o meu veemente protesto ao qual se associou o Altino de Magalhães, porquanto este movimento mantinha a sua estrutura militar e continuava a apelar ao uso da força para expulsar os colonialistas. Rosa Coutinho, na sua descontração habitual e com mesmo sorriso de sempre, limitou-se a acrescentar: "Deixa-os manifestar a sua alegria e motivações políticas de forma pacífica". Não adiantava argumentar, pois sabia que tudo se iria manter no sentido de se proteger e facilitar a vida ao MPLA nas suas acções tendentes a conseguir a supremacia dentro de Luanda. [...] Esse era o grande e último objectivo dos descolonizadores de Angola.»⁷
- «Por decisão da Junta Governativa de Angola, foi decretado o recolher obrigatório em Luanda a partir as 21 horas de hoje. A seguir às 14 horas começaram a concentrar-se frente ao comando distrital da PSP numerosos europeus, numa manifestação de apoio à PSP. [...] Os populares diziam que a polícia estava a ser desarmada pelo Exército, o que não corresponde à verdade. Apenas aconteceu que alguns elementos, por se encontrarem à paisana e pretenderem entrar na zona dos subúrbios, foram desarmados como toda a gente. Apesar de todas as explicações dadas, a manifestação começou com o cair da tarde a tomar certas proporções. Os manifestantes começaram a pedir medidas de segurança e de protecção para os subúrbios, alegando que os africanos estavam a pôr em risco as suas vidas. Os ânimos foram-se exaltando e apareceram pessoas a dizer que, no muceque Golfe, militantes do MPLA tinham rasgado a bandeira nacional. Por volta das 18 horas foi destacada para o lugar uma força de fuzileiros navais. Fotógrafos da imprensa nacional e do estrangeiro tiveram problemas com os manifestantes e, aquando da chegada dos fuzileiros navais, os europeus colocaram sobre a primeira viatura bandeiras nacionais. A multidão, estimada numas 4 mil pessoas, entoou o hino nacional que repetiu quando da cerimónia do arrear da bandeira. Não muito longe, na mesma via pública, os presentes fizeram cartazes em que pediam armas para a Polícia, davam vivas à UNITA e diziam "Abaixo o MPLA". A dispersão fez-se com alguma dificuldade. Então os mais exaltados foram ao Largo do palácio e empurraram para junto dele uma viatura da PSP, em que colocaram duas bandeiras nacionais. Os europeus exigiram em altos gritos a presença numa das varandas do vice-almirante Rosa Coutinho, enquanto eram passeados em ombros agentes da PSP.»⁸
- E ao fim da tarde, grupos de europeus residentes na capital angolana apelam ao boicote total às determinações anunciadas e organizam cortejos nocturnos de viaturas.
- «O "poder popular" inaugurou a era dos grandes assaltos, dos raptos, das buscas domiciliárias sem nenhum motivo, das violações de mulheres e raparigas – até de crianças –, em plena via pública, e diante dos maridos e pais, das torturas, das mutilações, dos assassinios a sangue-frio e só pelo prazer de matar, das casas incendiadas por desfastio, e das prisões. [...] A vida degradava-se com a multiplicação de conflitos. Chegou-se à ofensa suprema de arrear a Bandeira Nacional no muceque Golfe, de a espezinhar e rasgar, substituindo-a pela do MPLA perante a passividade de forças portuguesas.»⁹
- «Isso foi uma das invenções do "palácio" e da coordenadora do MFA. Claro que, com a vinda dos elementos dos partidos para Luanda, iniciaram-se os incidentes e as forças militares passaram a actuar como bombeiros. E uma das razões porque se pretendia que as forças do [recém-criado] COPLAD – e no caso vertente do BCav8322¹⁰ –, não patrulhassem os muceques, era a intenção de criar milícias do MPLA no muceque Golfe sem que as forças da ordem se apercebessem. Foi isso que acabou por acontecer.»¹¹
- «Rosa Coutinho assustou-se com determinados tipos de alteração da ordem pública, provocados muitos deles por infiltrações de elementos da LUAR e de agentes do PCP. Daí, impôr o recolher obrigatório às 21 horas. Na primeira noite, a população foi para a rua em massa. Intermináveis filas de automóveis buzinaaram até o raiar do sol. Um pandemónio de absoluto desrespeito por Alva Rosa Coutinho. [...] Rosa Coutinho ordenara a entrega das armas na posse de civis que, inermes, se inquietavam e desesperavam. A FRA pediu a retirada das tropas portuguesas, porque os acontecimentos em Luanda traduziam hostilidade insustentável contra a Junta Governativa.»¹²
- «Assisti igualmente ao boicote ao recolher obrigatório, que esse senhor pretendeu implantar em Luanda enquanto diariamente se registavam casos de morte entre comerciantes europeus dos muceques. Indignado com tudo o que estava a acontecer, em consequência do errado rumo político seguido, dado o total apoio a um dos movimentos [MPLA] em prejuízo dos dois restantes, colaborei – e como eu, milhares de brancos, mulatos e negros – nesse furar do recolher obrigatório, andando até às quatro ou cinco da manhã com grande parte da população de Luanda, que assim manifestava o seu desacordo à política e a determinadas declarações do senhor almirante, que punham em cheque todo o processo que nós antevíamos para uma Angola independente. Quando digo uma Angola independente, parto do princípio que foram sempre utopias

de certos senhores, considerarem que nós pretendíamos fazer uma nova Rodésia, isto é, um governo independente de minoria branca. Ora não havia na mente dos indivíduos – e não eram poucos – com quem contactava em Angola, qualquer ideia de fazer uma segunda Rodésia. Essa hipótese seria somente posta, se eventualmente o Governo português nos quisesse vender ou não pretendesse acatar a opinião da população branca de Angola, tida na altura como 220 a 300 mil reaccionários colonialistas, quando hoje se sabe que era à volta de 1 milhão de brancos, nascidos ou radicados em território angolano, trabalhando diariamente ao lado de pretos e mulatos para o engrandecimento de Angola, muitos deles vivendo em condições sub-humanas ou quase mesmo em regime tribal. Em resumo: todos os problemas de Angola, após o 25 de Abril e consequentemente de abertura do processo de descolonização, tiveram início com a chegada do senhor Rosa Coutinho a Luanda.»¹³

- «Conseguíramos [major de cavalaria "comando" José Pedro Simões Caçorino Dias, capitão de infantaria José Clementino Pais e ex-alferes miliciano "comando" Alfredo Marques Aparício] sair de Luanda quase miraculosamente, pois o [ex-alferes miliciano de cavalaria e gerente do hipermercado "Jumbo" de Luanda] Joaquim [Pedro Pinto da Cruz] Monteiro arranhou três viagens para um avião já superlotado, havendo uma bicha de 3 ou 4 quilómetros, postada 24 por dia, que com dificuldade pudemos ultrapassar. Se assim não fosse teríamos sido presos, nesse dia ou no seguinte. Aquele nosso amigo pagou as passagens do seu bolso, pois não tínhamos dinheiro e estava previsto regressarmos em avião militar.»¹⁴
- «O governador-geral general Silvino Silvério Marques foi rapidamente substituído pelo alto-comissário inteiramente favorável ao MPLA, Rosa Coutinho, que logo lhe deu força militar com armas, dinheiros públicos e todas as facilidades possíveis, passando mandados de captura à sua vontade, prendendo-se mesmo líderes de partidos políticos que tinham surgido após o 25 de Abril, desarmando todos os civis brancos e provocando motins contra eles. [...] De ligações estreitas com o chefe do MPLA, dr. Agostinho Neto, umas de família e outras de afinidade política, e ainda outras de interesses (a imprensa fez referência a diamantes), Rosa Coutinho foi o chefe máximo do MPLA, no sentido de lhe arranjar meios de tomada do poder, contra os interesses da população. É curioso que o dr. Almeida Santos elogiou extraordinariamente este alto-comissário, tendo tido [em 28Jan75 no palácio de Belém] palavras de admiração, como estas: "O sr. almirante Rosa Coutinho manteve a coragem, uma serenidade e uma lucidez que a História há-de registar... Em política o que verdadeiramente conta são os resultados". Os resultados foram o que se sabe.»¹⁵
- «Rosa Coutinho, presidente da Junta Governativa de Angola, viria a confessar, referindo-se ao MPLA: "Fui eu que o armei e equipei com material das Forças Armadas Portuguesas, para o pôr em condições de igualdade militar com a FNLA e a UNITA. Era essa, penso eu, a minha obrigação como representante máximo de Portugal em Angola: dar a todos os movimentos de libertação plena igualdade de oportunidades".»¹⁶
- «Em Angola, para além de Rosa Coutinho executar, usando da oportunidade, uma "limpeza" paralela à metropolitana nas fileiras civis e militares, a sua política deliberada de provocar um êxodo dos "europeus" pôs-se em marcha: o aparecimento dos movimentos de guerrilha armada nas cidades – especialmente do MPLA em Luanda –, o relaxamento progressivo da disciplina militar, o crescimento da violência entre as facções independentistas, a manipulação de organizações frentistas como a FUA do eng. Falcão, retiravam o terreno para qualquer alternativa de resistência à política de abandono e entrega do poder aos movimentos pró-comunistas, que era em relação a África comum à esquerda, ao MFA e ao Partido Comunista. E que foi a que se realizou e a que se quis realizar.»¹⁷

Enquanto isso no Rossio lisboeta, forças militares impedem a realização de uma manifestação convocada pelo MRPP e que pela JSN já fôra proibida.

- «O Movimento Reorganizativo do Proletariado, que se tem salientado por tomadas de posição que primam pela ausência de espírito construtivo, tem vindo a convocar a população para uma manifestação a realizar hoje pelas 19,30 horas no Rossio. Considerando que a conjuntura que o País atravessa exige a identidade total entre a população e as Forças Armadas, e considerando ainda que a estas cumpre assegurar um clima de tranquilidade indispensável à reconstrução do País, o Estado-Maior General das Forças Armadas alerta a população para a necessidade imperiosa de não se deixar envolver em procedimentos de consequências imprevisíveis, dado que não consentirá atitudes e desmandos de forma alguma justificáveis depois do 25 de Abril.»¹⁸

Entretanto em Washington, a administração da White House entrega ao Congresso mais três transcrições reveladoras de que o presidente Nixon em 23Jun72, apenas seis dias decorridos sobre o assalto à sede do Partido Democrata, havia ordenado pessoalmente a ocultação dos factos ligados ao caso Watergate.

¹ (Vasco Gonçalves, op.cit pp.89); ² (Távora, op.cit pp.572); ³ (MacQueen, op.cit pp.121,179); ⁴ (Almeida Santos, op.cit vol.I pp.348-349 e vol.II pp.85-86); ⁵ (Rosa Coutinho, em 14Dez97); ⁶ (Savimbi, op.cit pp.63/4); ⁷ (Silva Cardoso, op.cit pp.386,387); ⁸ (correspondente de "O Século", Luanda 05Ago74); ⁹ (Pompílio, pp.181/2190); ¹⁰ (em 15Mai73 embarcou em Lisboa sob comando do tenente-coronel de cavalaria Joaquim Manuel Ribeiro Simões, ficando desde 25Mai73 em Zemba; em 10Jun73 no Mucondo morreu por acidente 1 soldado da 2ªCCav e em 18Ago73 também por acidente 3 soldados da mesma subunidade; pós-25A aquele comandante do batalhão foi nomeado pelo general Franco Pinheiro para integrar uma «comissão ad-hoc» para a Universidade de Luanda, pelo que a unidade ficou sob comando do major de cavalaria Rui Mamede Monteiro Pereira, ex-aluno do Colégio Militar que em Dez61-Fev64 com o posto de capitão comandou o ECav295 em Angola, tendo sido agraciado com a CG.3ªcl, mantendo-se até finais de 65 em comissão voluntária em Angola; neste início de Ago74 aquele BCav é colocado no RI20 como força de intervenção às ordens do COPLAD, com destacamentos na estrada de Catete e no aeroporto para controlar o muçequê Golfe); ¹¹ (Alves Ribeiro, em 26Out95 a Bernardo); ¹² (Pompílio, op.cit pp.191,193); ¹³ (médico-veterinário exilado de Angola, in semanário Tempo 21Ago75); ¹⁴ (Clementino Pais, em 04Jul96); ¹⁵ (Távora, op.cit pp.597/8); ¹⁶ (Almeida Santos, op.cit vol.I pp.459-460); ¹⁷ (Nogueira Pinto, op.cit pp.18); ¹⁸ (cf SIPFA, comunicado à imprensa)

1974 – Agosto.6

Em Addis-Abeba é divulgado um comunicado da OUA, através do qual os seus 42 Estados-membros – incluindo a designada República da Guiné-Bissau – «apoiam vigorosamente a entrada da Guiné-Bissau na Organização das Nações Unidas».

- «Na sequência do Acordo do Mejo [em 15-16Jul74] e da aprovação em 27 de Julho da Lei 7/74, realizou-se em Bissau nova "Assembleia Geral do MFA" da Guiné. Aprovou várias resoluções, cujo sentido geral [comunista] era o seguinte: apoio público à acção de Fabião, por ter conduzido o processo em coordenação com o PAIGC; exigência de institucionalização do MFA em todos os territórios, para avançar com o "processo

revolucionário"; exigência de uma política antimonopolista em Portugal, defensora dos interesses das classes trabalhadoras, nomeadamente através da nacionalização da banca, da indústria e reforma agrária; transferência dos poderes nas colónias para os movimentos de libertação; saneamento dos fascistas no aparelho de Estado.»¹

Simultaneamente em Conackry, é assinado um Tratado de Amizade e Cooperação entre o governo de Sekou Touré e o governo da Guiné-Bissau:

- «Este tratado prevê a constituição de uma comissão mista, que se reunirá pelo menos uma vez por ano. Os dois governos comprometem-se a desenvolver "os laços fraternos de combate entre o Exército Popular da Guiné e as Forças Armadas Revolucionárias [FARP] da Guiné-Bissau, no âmbito da necessidade imperiosa de salvaguardar a independência nacional e a integridade territorial dos dois Estados".»²

Enquanto isso nas regiões centro e oeste de Moçambique, agitadores frelimistas vindos do Malawi infiltraram-se no limite noroeste distrital da Zambézia e procuram sublevar as populações, ao mesmo tempo que na área fronteiriça com a Rodésia outros grupos procedem a depredações e emboscadas.

- «A situação na vila e arredores de Morrumbala, agravou-se nas últimas horas: grupos de agitadores que se dizem da FRELIMO, procuram incitar as populações a cometer assaltos dizendo-lhes que os brancos não têm direitos em Moçambique. [...] Foi incendiada uma propriedade agrícola situada na área do concelho de Manica, havendo 2 desaparecidos entre a força de protecção. Foi flagelada uma patrulha na área de Vumba, proximidades de Manica: ficou gravemente ferido 1 militar.»³

E na costa distrital de Nampula, outros grupos frelimistas assaltam fazendas isoladas e invadem as povoações de Mogincual, Corrane, Nametil, Muatua, Namaponda, Quinga, Boila, Larde e Moma cujas populações, perante a inoperância das autoridades policiais e a ausência de forças militares, são forçadas a fugir em direcção ao litoral enquanto outras se encaminham para a cidade de António Enes ou para a capital distrital.

- «Na terça-feira dia 6, a população de Moma refugiou-se toda em António Enes.»⁴
- «Pela primeira vez, irrompeu o pânico no triângulo setentrional de Moçambique limitado a oeste por Nampula (quartel-general das Forças Armadas), a sudeste pelas localidades costeiras de António Enes e Moma, a 500km norte de Quelimane e a 850km da Beira. Foi um pânico brutal e desorientado que lançou para as estradas milhares de foragidos brancos, os mais ameaçados por uma vaga de ódio racial inconcebível há três meses nestas velhas terras de colonização portuguesa. O pânico envolve centenas de comerciantes indianos. Todos fogem, a pé, em carros de pára-brisas rebentados à pedrada e em carroças puxadas pelo que resta do gado abatido. Neste êxodo para Nampula, onde se espera encontrar a protecção das armas, existem também muitos negros que, surpreendidos em fazendas isoladas e plantações, lado a lado com os fazendeiros brancos fizeram fogo contra os bandos, para depois fugir.»⁵
- «Numerosos grupos de discólos assaltaram no decorrer dos últimos três dias [i.e, 6-11Ago74], destruindo e saqueando cantinas, casas comerciais e residências, nas povoações de Carrai, Tocela, Muatua, Boila, Namaponda, Muvuruta, Maiocela, Nametoria, Chalaua, Barraca, Calipo e Lulúti. Os prejuízos materiais são bastante elevados, havendo a registar a perda de numerosos bens por parte de numerosas famílias. Tem este comando [CCFAM] conhecimento de que existem feridos, não se registando contudo vítimas pessoais a lamentar entre a população europeia e asiática, que têm sido alvo dos ataques referidos.»⁶
- «Houve uma certa agitação junto à costa norte, em António Enes. Pode-se dizer que foi uma reacção dos pretos contra os brancos, mas sobretudo contra os indianos que dominavam naquela zona todo o comércio do cajú e do amendoim: faziam as compras e trocas através das "cantinas" e embarcavam para a Índia os produtos, através do porto de António Enes.»⁷
- «Macua foi instrumento para desacreditar a FRELIMO. Dada a despolitização das populações das regiões de António Enes e Moma, seria fácil, servindo-se de causas próximas primeiro e depois de certos ódios milenários, levar essas populações àquilo que foi possível levar: actos de puro vandalismo.»⁸
- «Na região costeira situada a sul de Nampula, entre Moma e António Enes, verificaram-se incidentes raciais entre a população negra e os "estrangeiros" (portugueses, indianos, chineses). As lojas e as propriedades agrícolas foram incendiadas, o gado abatido e as pessoas aterrorizadas tiveram de refugiar-se em velhas embarcações ancoradas no porto de Moma. A versão oficial pretende que se trata de uma provocação dos não-africanos "reaccionários", mas a população supõe que se trata de uma acção perfeitamente concertada por um dos chefes da FRELIMO, Marcelino dos Santos, que se opõe ao líder Samora Machel, afim de afirmar a sua posição e impôr as suas teses pró-chinesas e extremistas às negociações de paz.»⁹
- «No distrito de Nampula, em regiões não cobertas pelo Exército – por se ter entendido que, de momento, esta cobertura não era indispensável –, verificou-se uma onda de violência e anarquia provocada por africanos que destruíram centenas de casas comerciais e as plantações de europeus, asiáticos e africanos evoluídos. De certo e em menor escala, verificou-se nos arredores de Nampula o que se tinha verificado em 1961 no Congo [português de Angola]. E só não houve vítimas – pelo menos os jornais não confessam ter havido – em virtude do exemplo de 1961 no norte de Angola não estar ainda inteiramente esquecido. Seja como for, os acontecimentos dos muceques em Luanda e de António Enes em Moçambique, são um sinistro presságio para o que espera estas nossas duas Províncias no dia em que a administração portuguesa as abandonar.»¹⁰
- «Dois dias depois [do plenário do MFA-Beira na BA10], isto é na 2ª feira [i.e, 3ªfeira 06Ago74] seguinte, sendo chamado ao gabinete do referido comandante [do CIGE coronel José da Silva Pinto Ferreira]¹¹, fui sumariamente julgado como elemento anti-GEP e mandado embarcar para Lisboa, [...] seguindo no mesmo avião com a viúva e os filhos do major pára-quedaista [comandante do batalhão GEP Manuel António Casmarrinho] Lopes Morais, que morrera [dois] dias antes numa flagelação do avião, que fôra evacuar feridos dos GEP resultantes de uma das operações de "paz" atrás referidas. [...] Cheguei [ao AM1-Figo Maduro] em 6 de Agosto de 1974 e dirigi-me para casa na Caparica, ainda fardado de GEP pois tinha vindo num avião da Força Aérea.»¹²

Enquanto isso, na baixa de Luanda e nos muceques prosseguem os tumultos envolvendo civis brancos e negros, e militantes das facções armadas.

- «Nos últimos dias desencadeou-se em toda a cidade, grande campanha de promoção da UNITA com distribuição de milhares de fotos de Savimbi, comunicados e manifestos, alguns dos quais assinados pelo "comité central instalado na única zona livre de Angola". Ao princípio da tarde começou a percorrer a cidade um extenso cortejo automóvel acompanhado por dezenas de motorizadas, numa manifestação de apoio a Savimbi. Além de uma grande foto do líder da UNITA, os ocupantes de carros e camionetas acenavam com ramos de flores e ao mesmo tempo gritavam vivas a "Angola Independente".»¹³
- «Entre as 12:00 de ontem e as 12:00 de hoje, no banco de urgência do hospital [de São Paulo] deram entrada 41 feridos (24 dos quais atingidos por armas de fogo e 17 vítimas de agressão). Houve 3 mortes de africanos ocasionadas por armas de fogo. A insegurança reina ainda no muceque Prenda, onde esta tarde teriam sido incendiados 2 estabelecimentos; incêndios verificaram-se também no Bairro Silva Tavares. No Rangel houve tiroteio, o mesmo acontecendo em outros pontos. Ambiente de tensão todo o dia no centro e nos subúrbios. O êxodo dos africanos, principalmente oriundos do sul e da zona de Malanje, acentuou-se nas últimas horas com famílias completas, acompanhadas pelos seus parcos haveres, a procurar refúgio na Baixa ou seguindo em direcção ao Bungo para tomarem o comboio ou camionetas de carreira. O presidente da Junta [vice-almirante Rosa Coutinho] recebeu uma comissão de moradores, havendo-lhes pedido compreensão para a impossibilidade prática com que se defrontam as forças da ordem, de acorrerem simultaneamente a todos os sítios onde surjam casos esporádicos, sobretudo quando – como sucedeu ontem [dia 5] –, as autoridades são forçadas a deslocar tropas, destinadas ao patrulhamento dos muceques, para o centro da Baixa posto em desassossego por manifestações que perturbaram a ordem durante a tarde e a noite. Cerca das 18:00 houve 2 mortos no Largo Dom João IV, ao que parece alguns tiros teriam sido disparados a partir de prédios. Não são poucos os carros apedrejados e alguns parcialmente destruídos. Foi levantado o recolher obrigatório em Luanda, mas estabelecida a proibição de circulação de qualquer tipo de viaturas entre as 21:00 e as 05:00 em todas as artérias de acesso aos bairros suburbanos. Ficam igualmente proibidos os cortejos automóveis em toda a cidade.»¹⁴

Entretanto no palácio de Belém o PR provisório general Spínola, após empossar os subsecretários da Administração Interna e da Comunicação Social, respectivamente advogado maçom Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho e jornalista comunista Luís de Barros, dá posse ao novo governador de Cabo Verde capitão-de-fragata Henrique Afonso da Silva Horta¹⁵, ao qual se dirige de improviso e nos seguintes termos:

- «Vai governar Cabo Verde à luz da bandeira do princípio da autodeterminação. Cabo Verde não está em guerra, não há qualquer motivo que nos possa levar a desviar-nos da pureza deste princípio em ordem a que pela via do referendo seja efectivamente respeitada a vontade soberana do seu povo. [...] A V.Ex^{as} apenas competirá esclarecer o generoso povo de Cabo Verde, não o deixando envenenar nem contaminar por grupos que sobreponham outros interesses aos reais interesses da população de Cabo Verde.»

Também aos acima citados subsecretários do II^oGP o general Spínola profere uma breve exortação, em parte dirigida aos respectivos ministros da tutela, e da qual se destacam as seguintes passagens:

- «Acabaram V.Ex^{as} de assinar um compromisso de honra, um compromisso de servir com lealdade o País no desempenho dos cargos para que foram nomeados, respectivamente de subsecretários de Estado da Administração Interna e da Comunicação Social. Servir o País com lealdade é pôr o bem-estar do seu povo acima de nós próprios, acima de ideologias políticas, acima de disciplinas partidárias, é servir o País com isenção. [...] Vão V.Ex^{as} servir o País em dois [...] Ministérios básicos para o desenvolvimento do processo de democratização em curso. O ministro da Administração Interna [tenente-coronel Costa Brás] é o primeiro responsável pela isenção da montagem da máquina eleitoral. Impõe-se que essa máquina seja, em todos os níveis da hierarquia administrativa, servida por homens sérios, honestos, isentos e corajosos. [...] Dentro da linha política do Movimento das Forças Armadas, estamos interessados em montar uma máquina eleitoral verdadeiramente isenta e que dê amplas garantias ao Povo Português de que as próximas eleições corresponderão, efectivamente, à consagração da vontade soberana do povo. Não é bem esse o caminho que tem vindo a ser seguido e isso impõe, sr. ministro, uma tomada de posição e decisões corajosas. [...] Bem mais fácil é traçar o panorama do Ministério da Comunicação Social. [...] Vem-se confundindo a política de isenção [?!] do Governo Provisório, que tem por missão desenvolver um processo de democratização do País, com um período de propaganda eleitoral. Há que rever, sr. ministro da Comunicação Social [major Sanches Osório], no âmbito da acção do seu departamento, qualquer coisa que está profundamente errada. [...] Governar nestas condições requer governantes independentes e isentos, que em todos os momentos ponham os reais interesses do País acima de si próprios e do seu espírito partidário [...], se efectivamente quisermos prosseguir no processo de democratização do País em que todos estamos empenhados.»
- «Já dentro da submissão à política de desintegração nacional, o general Spínola tinha dado posse ao novo governador de Cabo Verde, capitão-de-fragata Henrique da Silva Horta. [...] Serviram-lhe de referência os tópicos "Pela via do referendo" [...], com estes mandatários lusíadas esquecidos das suas responsabilidades históricas e obedientes a outras determinações.»¹⁶

Ao mesmo tempo em Washington, a comissão senatorial das relações externas reafirma a sua decisão de que o papel desempenhado por Kissinger no caso da escuta a subordinados e jornalistas, não é impeditivo da sua permanência como secretário de Estado. Por seu lado, o presidente Nixon informa o seu gabinete de que não tenciona demitir-se e acredita que se deve deixar correr o processo constitucional.

¹ (Duarte Silva, op.cit pp.232); ² (telex da AFP, Dacar 07Ago74); ³ (cf despachos da "Lusitânia", Quelimane 06Ago74 e Vila Pery 07Ago74, cit in "O Século");

⁴ (testemunho de Manuel Vieira Pereira, engenheiro que desde 1964 é gerente da empresa "Pereira Rosa" com sede em António Enes, onde reside com a família);

⁵ (cf despacho da AFP, Lourenço Marques 13Ago74); ⁶ (cf comunicado oficial distribuído pelo CEM/CTS à imprensa laurentina, 12Ago74);

⁷ (Sousa Menezes, em 17Jun97 a Bernardo); ⁸ (in jornal "Notícias"; Lourenço Marques 18Ago74); ⁹ (Georges Dupoy, conversas à mesa do "Café Luso"; Beira 20Ago74);

¹⁰ (in "Economia & Finanças", pp.59 n.º321; 16-31Ago74); ¹¹ (em meados de Set74 regressa a Lisboa e fica colocado no QG/GNR);

¹² (Van Uden, em 15Dez94 a Bernardo); ¹³ (cf correspondente de "O Século", Luanda 06Ago74); ¹⁴ (cf comunicado do CCFAA, idem);

¹⁵ (nascido em 21Set20 em Lisboa; em 1940 ingressou na Escola Naval, em 44 promovido a oficial e em 59 a oficial superior; depois de promovido a oficial superior, foi professor da Escola Náutica Infante D. Henrique, do Instituto Superior Naval de Guerra, do Instituto de Altos Estudos Militares e da Escola Superior de Guerra Aérea; quando foi fundado o Instituto de Defesa Nacional, e antes de serem fixados os respectivos quadros, teve a seu cargo as conferências e exposições destinadas aos cursos de instituições congêneres estrangeiras que se deslocavam a Lisboa; no mar, foi oficial de guarnição do aviso NRP João de Lisboa, do contra-torpedeiro NRP Tejo e do navio-escola NRP Sagres (II) (ex e actual Rickmer Rickmers); foi ainda oficial imediato do aviso NRP Gonçalves Zarco e do mesmo navio-escola NRP Sagres (II). Comandou o NRP Santa Maria, o anterior e o actual navio-escola NRP Sagres (do qual foi o primeiro comandante), e a fragata NRP Comandante Sacadura Cabral. Assumiu, por três vezes, a função de capitão-de-bandeira do paquete Vera Cruz; em unidades da Marinha de Guerra em terra, desempenhou os cargos de Capitão dos Portos e chefe dos Serviços de Marinha da Guiné Portuguesa, foi secretário-escolar do Grupo nº1 de Escolas da Armada, em Vila Franca de Xira, adjunto para as informações do Comando-Chefe do Estado de Angola [em 1965-67], oficial do Estado-Maior da Armada, exercendo, entre outras as funções de chefe do Serviço de Informações Militares, chefe do Estado-Maior do Comando Naval do Continente, comandante da Base Naval de Lisboa, no Alfeite, Director do Museu de Marinha, superintendente dos Serviços do Pessoal da Armada e vice-chefe do Estado-Maior da Armada; em 65-67, Silva Horta prestou serviço no ComNavAng-Luanda, quando ali se encontrava como director dos SCCIA da 2ªRep/QG-RMA o então tenente-coronel Renato Fernando Marques Pinto; (este, desde 70 em Londres como adido militar na embaixada de Portugal, regressou pós-25Abr74 e nesta data está colocado como coronel CEM/QG-RMM em Nampula até meados de 75 e pós-25Nov75 em Lisboa, com o desmantelamento do SDCI, vai chefiar com o posto de brigadeiro a Divisão de Informações Militares (DINFO) do EMGFA); quanto ao referido comandante Silva Horta, para além das suas funções no âmbito da Marinha de Guerra Portuguesa, foi presidente da Câmara Municipal de Bissau; e nesta data, tem como adjunto o primeiro-tenente fuzileiro especial Pedro Manuel Almeida Serradas Duarte, que em Fev75 será colocado no Comberlant-Oeiras até vir a ser encarregue em Fev76 do "Sector África" e da chefia da "Repartição E", departamento de pesquisa da citada DINFO para recolha de informações de Segurança e Estratégicas); ¹⁶ (Ferreira, op.cit pp.438)

1974 – Agosto.7

Em Argel o secretário-geral da OUA William Eteki, acompanhado pelo secretário-adjunto, concede uma entrevista à agência noticiosa APS e, interrogado «sobre o futuro das colónias portuguesas», declara:

- «Neste momento, nós estamos em vias de auxiliar os movimentos de libertação, nomeadamente de Angola e Moçambique. É certo que relativamente a Guiné-Bissau e às ilhas de Cabo Verde não há praticamente problemas para que este país ascenda à independência. Já idêntica situação não se verifica em Angola e Moçambique, onde há riscos de se verificar a mesma situação que na Rodésia. Por isso estamos atentos. A África do Sul não vê de bom grado a independência de Angola e Moçambique. Em Angola particularmente põe-se em risco as presentes vantagens devido às divergências no seio dos movimentos de libertação. Angola e Moçambique são países ricos e muitos interesses estão em jogo, podendo suscitar e provocar apêlites e anseios. Entretanto nós sabemos que em Moçambique a FRELIMO tomou medidas adequadas para que se evitem situações desfavoráveis. A OUA deve criar todas as condições para contrariar todas as condições opostas a África.»
- «Entretanto Eteki, o secretário-adjunto da OUA Djelloul Melaika e o responsável do departamento dos movimentos de libertação da FLN, assistiram e participaram numa entrevista com os representados dos movimentos de libertação acreditados em Argel. O secretário-geral Eteki declarou: "O meu encontro em Argel com os movimentos de libertação situa-se na perspectiva do desejo não somente de me informar das realidades das diferentes formas de luta desses movimentos, mas igualmente para trazer a simpatia e o apoio moral da África à sua acção. Creio que eles ficarão satisfeitos com este encontro. Temos tido encontros extremamente fraternais e encorajantes. Reconheço que também o Governo argelino tem dado a estes movimentos excelentes condições de trabalho". [...] O rei Faïçal [da Arábia Saudita] e o presidente Sadat [do Egipto] afirmam [hoje no Cairo] o seu apoio à lua dos povos africanos para a independência, exprimem satisfação relativamente à decisão do Governo português de conceder a independência à Guiné-Bissau, e esperam a outorga da independência a todos os povos africanos que se encontram sob o jugo do colonialismo.»¹
- «Pelo canal da embaixada argelina em Londres, o Governo português propôs um novo encontro que o PAIGC, receando novo fracasso, preferiu fosse secreto. A delegação portuguesa, formada por Soares, Almeida Santos e Manuel Monge, passou por Paris em 7 de Agosto, onde era aguardada pelo embaixador de Portugal – enquanto os jornalistas montavam cerco ao edifício da embaixada, procurando debalde informações sobre as razões da viagem –, e partiu com destino a Argel no dia seguinte.»²

Entretanto no palácio de Belém, o PR provisório general Spínola recebe em audiência o novo embaixador soviético Arnold Kalinine que lhe entrega as respectivas credenciais.

Horas depois no aeroporto da Portela, uma delegação portuguesa – constituída por MNE Mário Soares, MCI Almeida Santos e major Manuel Monge –, embarca rumo a Paris e dali irá viajar amanhã secretamente para Argel, a fim de reunir – novamente sob auspícios do presidente Boumedienne – e negociar com os delegados do PAIGC, o acerto dos termos gerais da declaração sobre a independência da Guiné.

Enquanto isso em Dar-es-Salaam, os dirigentes da FRELIMO exibem triunfalmente aos correspondentes da imprensa internacional os 137 militares da 1ª/BCav8421 aprisionados em Omar há seis dias, prestando-se agora o alferes José Carlos Silva Costa Monteiro a conceder uma entrevista³ em que se justifica do seguinte modo:

- «Estamos hoje livres e isto é o mais importante para nós, que fomos forçados a lutar numa guerra que é vista pela maioria do povo português como não necessária e sem objectivos, excepto os de servir interesses de uma minoria. Desejo mencionar a maneira como a FRELIMO nos tem tratado. Acreditem-me. Será muito difícil descrever totalmente o que foi conseguido por este movimento, servindo o povo de Moçambique. Tem que ser vivido ou visitado assiduamente as zonas libertadas para ver que, em dez anos de luta, eles conseguiram fazer mais que o governo fascista durante toda a sua estada no poder.»

Simultaneamente na Ilha de Moçambique, um grupo frelimista manifesta-se contra a presença de tropas portuguesas, resultando dos subsequentes confrontos a morte do soldado comando da 1ºBCmds/74 Francisco Gonçalves Paula (nascido no Sabugal mas do recrutamento provincial), e ferimentos em 9 civis.

- «A situação iniciou-se quando grupos de agitadores da população africana provocaram grosseira e ostensivamente, atentando gravemente na sua dignidade, alguns militares da Companhia de Comandos que aí se encontravam em regime de repouso. Aqueles militares, alvo de insidiosas e torpes provocações, reagiram, pelo que se gerou uma desordem da qual resultaram 9 feridos entre a população civil e um entre os comandos. No entanto, na manhã seguinte, os ânimos estavam completamente serenados.»⁴
- «No dia 7, tivemos inesperadamente [em Blantyre] uma mensagem urgentíssima do major [Águas] Varela, pedindo a comparência pessoal de Pombeiro de Sousa, na Beira. Este deslocou-se ali, regressando na mesma

noite. Tratava-se de assunto altamente secreto: os chefes do MFA em Moçambique, com expressas instruções de Lisboa, desejavam um encontro comigo. Respondi afirmativamente. Todavia, parecia só haver solução de nos encontrarmos em águas do Malawi no Lago Niassa. Depois de obtida a concordância do presidente Banda, a solução foi aceite e fixou-se a data de 21 de Agosto.»⁵

Entretanto em Lourenço Marques todos os serviços portuários e ferroviários estão paralizados, devido ao pessoal de via-e-obras ter hoje aderido à greve dos estivadores. E o porta-voz da troika do CC/MFA capitão-tenente Victor Crespo, em véspera de terminar a sua missão, concede ao matutino frelimista "Notícias" uma entrevista da qual se destaca o seguinte:

– «Temos de estar atentos mais do que nunca às manobras da reacção, que tem muito mais força do que aquela que se poderá imaginar. É lamentável que o Exército português tenha de estar agora a defender Moçambique das forças reaccionárias aqui existentes, ao mesmo tempo que não pode ainda confiar abertamente num efectivo cessar-fogo por parte dos guerrilheiros da FRELIMO.»

Ao mesmo tempo que em todo o território português o Movimento Nacional Feminino é extinto e o seu património entregue à Liga dos Combatentes, em Lisboa a EN transmite uma entrevista concedida pelo presidente da JSN e CEMGFA general Costa Gomes que, entre outras coisas, afirma:

– «No fenómeno da descolonização que Portugal está vivendo, o discurso do chefe do Estado veio clarificar dois pontos fundamentais. Proclamou, em termos solenes, os direitos [?!] dos povos ultramarinos à independência. Interpretou, publicamente, o verdadeiro significado da conhecida [?!] Lei Constitucional nº 7/74, que regula [?!] de forma bastante flexível o exercício [?!] desse direito. A descolonização acelera-se com vantagens e inconvenientes em relação ao planeamento inicial. Em política é fundamental anteciparmos aos acontecimentos. [...] A curto prazo, os efectivos metropolitanos no Ultramar irão sendo reduzidos, concentrados nas cidades. [...] Todo este processo será acelerado ao máximo. [...] Os efectivos serão necessariamente reduzidos, o pessoal a instruir será menor e a duração do tempo de serviço também será reduzida. [...] Portugal pode e deve colaborar na construção dos novos países. Podemos ser úteis em muitos sectores, inclusive no campo militar, se os futuros governos assim o desejarem. [...] Os movimentos já reconhecidos pelo Governo devem vir colaborar connosco. [...] Os partidos que se nos defrontam em África são: na Guiné, o PAIGC; em Angola, o MPLA, a FNLA e a UNITA; e em Moçambique, a FRELIMO. Do PAIGC podemos dizer que temos já um acordo tácito e que as nossas autoridades e, sobretudo as nossas tropas e os elementos do PAIGC, já estão a trabalhar conjuntamente para o novo país da Guiné-Bissau. [...] Os recentes actos políticos em relação aos movimentos emancipalistas foram causa de reacções muito positivas. O nível de confrontação e violência baixou consideravelmente ou extinguiu-se [?!].»

– «À tentativa [de ludíbrio do MCI Almeida Santos sobre o verdadeiro conteúdo da Lei 7/74], seguiu-se a do general Costa Gomes que nesta altura surgiu na sua segunda fase, de uma forma brusca e inteiramente inesperada em face das suas anteriores declarações. Em 7Ago74 surge na EN a fazer declarações como se a Lei Constitucional 7/74 desse cobertura legal ao procedimento que veio a ser adoptado. As declarações que prestou, são uma manifesta tentativa para que fosse posta de lado a consulta às populações, o que constitui desrespeito absoluto pela Lei 7/74. Além disto, significam colaboração de grande importância com aqueles que recorriam a um meio violento com o propósito de conseguirem a separação de partes do território de Portugal.»⁶

– «Costa Gomes (um "Fouché" de Feira da Ladra)⁷, confessava: "A descolonização acelera-se com vantagens e inconvenientes em relação ao planeamento inicial. Em política é fundamental anteciparmos aos acontecimentos". Para Costa Gomes, antecipar-se aos acontecimentos era permitir que Rosa Coutinho soprasse brisas de adulação ao MPLA, à custa de milhões de compatriotas. Era como Mário Soares pedir, que Samora Machel "por amor de Deus" aceitasse a independência. Era fazer tábua rasa do portuguesismo dos timorenses.»⁸

Em Washington e em Lisboa – face à previsível e iminente renúncia do presidente Nixon –, é anunciada a intenção de reatar negociações sobre a continuação do uso da base aérea açoreana das Lajes, pelas forças armadas norte-americanas.

Enquanto isso em Brazzaville, o MPLA divulga através do correspondente da Reuter, um desmentido formal aos boatos sobre a hipotética demissão de Neto, que há uma semana foi anunciada por diversas agências noticiosas internacionais:

– «O dr. Agostinho Neto, presidente do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), não se demitiu após a conferência quadripartida de alto nível de Bukavu. A notícia de demissão do dr. Neto é destituída de fundamentos.»

Ao fim da tarde irrompem em Luanda novos distúrbios violentos em muceques, bairros suburbanos e outros pontos da cidade, com tiroteios, lançamento de granadas e cocktails-molotov, assaltos, saques, depredações e incêndios.

– «As populações do bairro do Golfe barricaram-se e por todo o lado foram içadas bandeiras do MPLA. Para pôr termo àquela situação deslocou-se lá o comandante da Região Militar e membro da Junta Governativa, brigadeiro Altino de Magalhães, que sentiu algumas dificuldades em fazer-se ouvir e acalmar aquela gente. Foi acompanhado pelo comandante do COPLAD que no final, falando à comunicação social, afirmou: "Foram apanhadas muitas crianças, imaginem, crianças a lançar sob as ordens de autênticos criminosos, "cocktails" Molotov com o intento de incendiar, destruir, criar em suma um clima de terror propício sem a menor dúvida às acções que vimos assistindo". Eram os chamados "Pioneiros", as crianças ao serviço do poder popular do MPLA que eram utilizadas nos mais variados tipos de missões, entre as quais se não excluía o servirem de escudos humanos no confronto com outras forças, incluindo as da ordem.»⁹

– «Verificaram-se no sector de Luanda, durante o período das 18 horas do dia 7 às 6 horas do dia de hoje, os seguintes incidentes: no Bairro Prenda, incendiadas 2 casas desabitadas e detidos 2 civis pretos por uso de dispositivos incendiários; no Cemitério Novo, ameaças de destruição; no Bairro Popular, cenas de tiroteio e elementos não identificados atiraram objectos inflamáveis para a rua; no Bairro Calemba, distúrbios junto à

praça de touros, cenas de tiros e vários incêndios; no Bairro Salazar, ameaças de assaltos a residências; na Avenida do Brasil, cenas de tiros; no Bairro Marçal, as portas dos Serviços Municipalizados de Águas e Electricidade e as instalações do Tratamento de Águas foram forçadas; no Bairro da Lixeira, 2 mortos e alguns feridos, todos civis pretos, em resultado de graves incidentes; no Bairro Precol, 1 morto e 1 ferido civis brancos e 2 mortos civis pretos; na Estrada da Brigada, rebentamento de uma granada de mão que causa a morte a um casal branco; nos bairros Adriano Moreira e Cuca, às 3 horas incêndio em palhotas; no Bairro Cazenga, às 4 horas na estrada da Cuca ao caminho-de-ferro, vários carros a arder tendo ocorrido os bombeiros protegidos por forças da ordem. Segundo informação do Hospital de São Paulo, das 18 horas de ontem às 5 horas de hoje, deram entrada: 5 mortos (2 pretos, 1 mestiço e 2 brancos); e 17 feridos (15 pretos e 2 brancos).»¹⁰

- «Foram disparados tiros na Avenida do Brasil. Noutros pontos registou-se o apedrejamento de veículos. Houve casos de condutores de velocípedes retirados do assento e agredidos à paulada e a pontapé. Na Estrada da Brigada, o rebentamento de uma granada de mão causou a morte de um casal europeu. Os incidentes de maior gravidade deram-se nos bairros da Cuca e Precol, onde houve fortíssimo tiroteio no Bairro Adriano Moreira, bem como no Bairro Rangel, Bairro Mota e Bairro Lixeira. As instalações de uma fábrica de gelo foram totalmente destruídas e incendiadas: o assalto foi desencadeado por 6 africanos armados de pistolas que dominaram 2 guardas. Os bombeiros municipais tiveram de acorrer, na noite e na madrugada, a 30 casos de fogo posto nos subúrbios. Protegidos por forças militares, os bombeiros conseguiram evitar que se propagassem os incêndios ateados em casas dos bairros Adriano Moreira e Cuca. De noite uma patrulha prendeu 2 africanos que tinham utilizado dispositivos incendiários para a destruição de casas desabitadas. Idênticas ameaças foram detectadas na área do Cemitério Novo, enquanto que no Bairro Popular elementos não identificados lançaram para as ruas objectos inflamáveis. No muceque Calemba houve além de incêndios, tiroteio enquanto ocorriam distúrbios junto à praça de touros. Negros armados com catanas tentaram assaltar uma estação suburbana dos caminhos-de-ferro [no Bungo], enquanto mais de um milhar de negros que querem fugir de Luanda enchem por completo as estações dos caminhos-de-ferro, vendo-se famílias tanto negras como brancas a abandonarem os seus lares nos subúrbios da cidade. No banco de urgência do hospital de São Paulo, médicos, enfermeiros e estudantes de Medicina trabalham incessantemente para acudir aos feridos que vão chegando transportados em viaturas militares, ambulâncias e carros particulares. Uma garagem foi completamente incendiada, sendo destruídos os 13 automóveis que se encontravam no seu interior. Um autocarro cheio de pessoas que regressavam esta tarde aos seus lares nos subúrbios, foi alvejado a tiro por extremistas. Observadores dizem que a situação não poderá regressar à normalidade até que as forças de segurança tomem medidas adequadas para controlar os bandos de extremistas brancos e negros.»¹¹
- «No dia seguinte [ao recomeço dos tumultos], verifica-se na mesma zona [do muceque Rangel] um assalto aos passageiros de um machibombo. Morrem [cinco] inocentes que pacificamente voltavam do seu trabalho. As opiniões dividem-se, conforme as simpatias e tendências de cada um. Só a imprensa de Lisboa parece dona da certeza absoluta: "tinham sido os racistas brancos".»¹²

¹ (cf Reuter em Argel e AFP no Cairo, 07Ago74); ² (Duarte Silva, op.cit pp.259); ³ (neste momento, em Mocimboa do Rovuma o BCav8421 – ao qual pertencia a citada subunidade – prepara-se para ser evacuado para Porto Amélia juntamente com outras unidades do Exército; em 22Ago74 aquele batalhão embarca para Lisboa e no início de Set74, quando em Lusaca se iniciam as derradeiras conversações com a FRELIMO, a referida "entrevista" será profusamente divulgada em Lourenço Marques e na Beira, contendo diversas fotografias da captura dos militares e da sua marcha para o cativoiro através do mato da Tanzânia);

⁴ (cf comunicado oficial distribuído pelo CEM/CTS à imprensa laurentina, 12Ago74); ⁵ (Jardim, op.cit pp.306); ⁶ (Aguar, op.cit pp.74);

⁷ (Joseph Fouché, nascido em 1759: no início da Revolução Francesa apoiou Napoleão, que o nomeou Ministro da Polícia; elaborou e pôs em prática uma eficiente rede de espões e agentes duplos, até à queda de Napoleão em 1815; «after the French Revolution of 1789, the police force of Paris was reorganized; it still had political responsibilities, mainly in preventing any threats to the revolution; in 1796 a Ministry of Police was created and in 1799 Joseph Fouché was appointed head of the police he greatly strengthened the power of the police, and in a few years he was the most powerful man in France after Napoleon I; in 1810 the investigative department of the police force, named the "Sûreté", was formed by Francois-Eugene Vidocq; an ex-convict himself, Vidocq believed in using former criminals to catch criminals; he was the first of the modern detectives, and after his retirement he founded the first private detective agency»; após a Batalha de Waterloo, Fouché foi chefe do governo provisório e temporariamente ministro da polícia de Louis XVIII; faleceu em 1820, deixando para a história da espionagem a ideia de que «se houvesse uma organização de três tipos, era natural que um fosse nosso»);

⁸ (Pompilio, op.cit pp.258); ⁹ (Silva Cardoso, op.cit pp.393/4); ¹⁰ (SitRep do COPLAD 08Ago74); ¹¹ (cf correspondente de "O Século", Luanda 07-08Ago74);

¹² (Gama Ribeiro, in "Provincia de Angola" 12Ago74)

1974 – Agosto.8 (5ªfeira)

Em Lisboa, é publicada a port.490/74 que «esclarece o "nº8 do Programa do MFA" e torna extensiva às Províncias Ultramarinas a Lei 7/74 de 27 de Julho».

Entretanto no aeroporto de Lourenço Marques, pouco antes de regressar a Lisboa com os outros dois delegados do CC/MFA –, o capitão-tenente Victor Crespo em conferência de imprensa declara que:

- «Considero positiva a nossa estada em Moçambique, onde se tomaram medidas importantes visando acelerar o processo de descolonização. Esperava também sair daqui com o cessar-fogo acordado, mas não o conseguimos. Os soldados portugueses vêem agora uma razão para permanecer, pois a sua missão é a de ajudar a formar a grande nação que será Moçambique. Esperamos confiadamente que a FRELIMO assim o entenda e possamos vir a construir em conjunto o país que todos os moçambicanos querem. Não vejo indícios de que, concretamente, a FRELIMO tenha mandado os guerrilheiros cessar as hostilidades e francamente estranhámos que isso aconteça, pois nos parece ser contrário aos interesses de Moçambique e consequentemente da própria FRELIMO.»¹
- «O comandante Victor Crespo, falando aos jornalistas no aeroporto, disse que se mantinha o mandado de captura emitido [em 15Jun74] pelo governador-geral de Moçambique [advogado Henrique Soares de Melo] contra Jorge Jardim, sendo "inteiramente falsos" os rumores de pretensas ligações daquele financeiro [?!] e industrial com as Forças Armadas.»²

Enquanto isso na região costeira de Nampula, aos tumultos ontem ocorridos na Ilha de Moçambique, sucedem-se agora nos subúrbios da cidade de António Enes os primeiros assaltos e depredações.

Simultaneamente na costa ocidental da África portuguesa, eclodem nos subúrbios de Luanda sucessivos ataques e incêndios, pela primeira vez à luz do dia.

- «Às 08:00 no cruzamento das ruas António Enes e Francisco Newton, um grupo de africanos atacou uma viatura civil e agrediu os seus ocupantes, tendo ferido gravemente 3 deles. Às 08:30 verificaram-se diversos ataques a viaturas no troço final da Rua Francisco Newton e Avenida do Brasil, de que resultaram prejuízos materiais de vulto. Às 08:50 na Estrada da Brigada detectaram-se diversos incidentes, que foram sanados pela presença de patrulhas militares. Às 09:00 deflagraram pequenos incêndios em zona próxima do Cinema N'La. Às 09:30 na Estrada da Brigada um indivíduo não identificado, lançou para o interior de uma casa uma granada de mão que não explodiu: compareceram peritos das Forças Armadas para desactivar e remover o engenho, o que foi feito sem incidentes. Às 14:45 no Bairro Sambizanga verificaram-se distúrbios entre grupos munidos de varapaus. Os incidentes ocorridos durante o dia de hoje causaram 4 mortos (3 pretos e 1 branco) e 38 feridos, a maior parte dos quais com arma de fogo. Durante a tarde procedeu-se a uma ampla rusga numa das zonas mais afectadas pelos últimos incidentes, tendo sido detidos 100 indivíduos para averiguações: destes, estão já detectados 2 conhecidos agitadores que estão a ser interrogados pelas autoridades militares.»³
 - «A guerrilha suburbana já acontece em pleno dia. À entrada do muceque Lixeira, mesmo ao pé da rua asfaltada, incendeiam mais um estabelecimento que fica a arder durante horas. Os trabalhadores da zona industrial da Estrada do Cacucaco preferem regressar a suas casas pela Avenida da Boavista.»⁴
 - «Instalou-se um forte dispositivo de segurança entre a cidade e os subúrbios. Na linha divisória, todos os carros são interceptados para ver se levam armas. Nos muceques apedrejam os carros dos bombeiros que vão acudir aos incêndios. Há dias passaram pelas ruas da cidade os quatro negros mortos [na tarde de 07Ago74] no assalto ao machibombo. Mas a quinta vítima foi esquecida, porque era um branco, que também lá morreu. Este vento de violência que devasta os subúrbios de Luanda, e em que é de pretos o maior número de vítimas porque já não há brancos para matar, embora conste que os há vindos de fora de Angola para incitar à matança. Os brancos deixaram de ir aos muceques, mas há milhares de pretos que fogem para os bairros de predominância branca. A pilhagem, o incêndio e a morte continuam à solta nas zonas suburbanas. Vários incêndios crepitam. Acorrem novamente os bombeiros mas desta feita não passam, o acesso foi bloqueado. Recorrem os bombeiros ao Exército para que lhes possibilite o acesso, mas sem melhores resultados. Uma barragem na estrada corta a via e uma multidão atrás dela hostiliza os soldados. O que arde é para arder. Até as ambulâncias que recolhem os feridos são alvejadas com 'cocktails-molotov'. Nem as escolas, nem os postos de venda de pão, escapam à fúria destruidora.»⁵
- E em Argel decorre a 3ª ronda negocial entre delegações do PAIGC e do Governo provisório português mas, apesar de «secretas», estas conversações tal como as precedentes são do conhecimento da OUA – cujo secretário-geral ali se encontra –, bem como de delegados comunistas na ONU e do directório do PAIGC já instalado nas matas orientais do Morés, pelo que tanto localmente como a partir do exterior prosseguem sobre a delegação portuguesa todo o tipo de pressões e manipulações.
- «Em 8 de Agosto, no mesmo dia em que secretamente [?!] se retomavam em Argel as negociações entre o Governo português e o PAIGC, [em Manhattan] o Conselho de Segurança numa breve reunião de três minutos – em que o único orador foi o presidente em exercício, Jacob Malik representante da URSS –, decidiu transmitir a candidatura da Guiné-Bissau à "Comissão de Filiações", como era de procedimento. Esta comissão iria reunir em separado e apresentar um relatório à reunião [no dia 12] seguinte do Conselho de Segurança.»⁶
 - «Enquanto em Argel eram retomadas a 14 [i.e, 8]⁷ de Agosto as conversações secretas, [junto à fronteira sudoeste da Guiné] o coronel Humberto Gomes [do PAIGC] chefiou outra delegação, em que figuravam o tal Barros e um cineasta. Deslocaram-se a Gadamael, contactaram com o alferes [comando] Bailo Djau [comandante da CCac20] e com a população [da tabanca]. Outra delegação, chefiada por Juvêncio [Gomes, representante do CSL], teve idêntica missão em Bissau. Dois dias depois [sábado 10Ago74] os ex-comandos africanos entregavam [em Gadamael] os seus uniformes, por influência de Djau, que fôra o primeiro a contactar com [i.e, a ser contactado por] os guerrilheiros [em 16Mai74] e a convencer-se de que devia aceitar o PAIGC.»⁸
 - «Não foi nada mau [?!], para nós, que as conversações finais se tivessem realizado em Argel. [...] Em Argel não abordámos a fundo o problema de Cabo Verde. Utilizámos a técnica de separar as questões a resolver, procedendo por fases: negociámos tão-só o caso da Guiné. Quando à situação dos soldados [...], enquanto negociávamos os soldados portugueses [i.e, guineenses das Forças Armadas portuguesas] e guineenses [i.e, os do PAIGC] confraternizavam no terreno em total [?!] camaradagem. [...] A situação era em si mesma contraditória, mas as minhas ideias eram claras [?!]. [...] Com os movimentos africanos de libertação, exceptuando o PAIGC relativamente à Guiné, discuti sempre e tão-só as questões do cessar-fogo, que eram as mais urgentes e, por assim dizer, prévias. [...] Relativamente à Guiné fui mais longe, visto que em Argel negocieei a independência. [...] Quanto aos meus outros interlocutores, no quadro das Nações Unidas, no plano bilateral – e mesmo na NATO [?!] –, o que me pediam era uma posição firme e não ambígua de Portugal relativamente ao reconhecimento do princípio da autodeterminação, aprovado pelas Nações Unidas. [...] Em matéria de descolonização, as minhas responsabilidades são totais apenas [?!] no que se refere à Guiné. Assumo-as em absoluto. Em Argel assinámos um acordo com o PAIGC, sob a benção do presidente Boumedienne.»⁹
 - «Em Libreville [onde se mantém sediado o MLSTP], os meios oficiais gaboneses sentiram uma "satisfação total com o anúncio da próxima abertura de negociações entre as autoridades portuguesas e os representantes [Miguel Trovoada e Manuel Pinto da Costa] do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe", Recordam a este respeito os "longos e pacientes esforços" do presidente Omar [Albert-Bérnard] Bongo, para chegar a um diálogo entre o MLSTP e o Governo português.»¹⁰
 - «Porquê toda esta afobação na arrumação de um caso que ainda há pouco tempo se desconhecia? Havia que arranjar uma justificação mais ou menos aceitável para se conceder a independência a Cabo Verde, sem

formalidades do referendo que estavam em cogitação no princípio. Cabo Verde é quatro vezes maior em território e população que São Tomé e Príncipe. Além disso, possui uma língua própria e um grau de cultura superior ao de qualquer [?!] outro território africano de administração portuguesa. Como recusar assim a Cabo Verde, a concessão de independência que se é "forçado" a conceder a São Tomé e Príncipe? O pretexto, que estava sendo difícil de se descobrir para essa manobra, acabou por ser achado através das duas ilhas.»¹¹

- «Vivia-se pois em Julho-Agosto de 1974 em São Tomé e Príncipe, um clima de grande tensão, de medo, de pré-insurreição. [...] Como já se referiu, a anarquia nas Forças Armadas era completa e a título elucidativo conta-se o seguinte episódio. Tendo-se o governador e comandante-chefe [tenente-coronel de infantaria Pires Veloso] apercebido após a tomada de posse [em 30Jul74] dessa anarquia, decidiu presidir a um jantar na unidade do comando militar, a que assistiram todos os oficiais, sargentos e praças da guarnição (cerca de 1200 homens brancos, pretos e mestiços). Já quase no final da refeição particularmente incivilizada por barulhenta, um soldado branco salta para uma mesa e levanta todo o pessoal, que cantou de pé em uníssono o hino do PCP "Avante Camarada". Terminando este canto, o governador imediatamente [?!] reagiu convidando todos os presentes a cantar o Hino Nacional, após o que saiu.¹² Este incidente chamou desde logo a atenção do governador e comandante-chefe, para a necessidade de fazer recolher à Metrópole de imediato os 600 militares brancos lá presentes, e instaurar a disciplina na força militar de 300-400 soldados negros santomenses que passaram a constituir na quase totalidade a força militar do território. Entretanto, enquanto a Associação Cívica [de Apoio ao MLSTP] desenvolvia intensa actividade procurando o controle político e social, os portugueses brancos – especialmente os que trabalhavam nas roças de cacau por conta de patrões instalados em Lisboa e que aqui fomentavam junto do presidente da República campanhas contra o governador –, invadiram o palácio do Governo manifestando de forma intempestiva as suas preocupações, muito assustados, inseguros e emocionados. [...] Reagiram logo de início de forma negativa a tomadas de posição do governador, por aparentemente demasiado contemporizador relativamente a exigências que a todo o momento diferentes grupos de negros pretendiam impôr, gerando-se no seu seio um ambiente de desconfiança e de grande preocupação pela sua segurança presente e futura.»¹³

Por essa ocasião na Metrópole, começa a circular em diversas unidades militares, para recolha de assinaturas, um documento¹⁴ que teria sido recém-elaborado pelo tenente-coronel Engrácia Antunes¹⁵, contendo diversas acusações graves aos protagonistas do «processo revolucionário em curso»:

- «Reuniões clandestinas, entre as quais figura como particularmente grave a realizada na noite de 7 para 8 de Agosto, em que se puseram em causa a autoridade e os cargos desempenhados por altas patentes da vida nacional; [...] Existência de uma Comissão Coordenadora, não prevista no Programa do MFA e que tem funcionado – Victor Crespo e Almada Contreiras (Marinha), Pereira Pinto e Canto e Castro (Força Aérea), Franco Charais e Pinto Soares (Exército) – como grupo de pressão junto dos órgãos de soberania e que, arvorando-se em porta-voz do mesmo MFA, vem vinculando o mesmo às suas próprias concepções; [...] A mesma Comissão é ilegítima por não ser democraticamente representativa dos oficiais do MFA; [...] Patrocínio de reuniões nitidamente políticas – de oficiais, sargentos e praças – visando a desagregação das Forças Armadas através da instauração de um controle efectivo e paralelo – (caso das reuniões da CDE); [...] Alguns oficiais, apresentando-se como representantes do MFA, vêm assumindo posições marcadamente políticas (casos da RTP, do assalto a uma tipografia [na noite de 26Jul74], declarações sobre o Ultramar, etc.), comprometendo a isenção política assumida pelo MFA; [...] Marcado oportunismo com o aparecimento em lugares-chave de oficiais sem qualquer representatividade no MFA, e que contrasta com a atitude daqueles que, finda a sua missão operacional, regressaram modestamente às suas unidades e funções exclusivamente militares; [...] Manifesto vedetismo através dos meios de comunicação social, com a agravante de se associarem a tomadas de posição marcadamente políticas, por entidades no desempenho de funções exclusivamente militares; [...] Identificação que pela imprensa vem sendo feita, entre o MFA e determinadas correntes políticas, o que constitui elemento altamente perturbador e influenciador da opinião pública nacional e internacional; [...] Campanha orquestrada de rebaixamento das Forças Armadas, através do opróbrio da acção desenvolvida no Ultramar, de manifestações a favor dos movimentos emancipalistas que se mantêm em armas, de afixação de cartazes dos mesmos movimentos, etc.; [...] Incapacidade de, ao fim de quatro meses, se terminar a dicotomia MFA/FA's, criando cisões e gerando conflitos e graves tensões no conjunto das Forças Armadas; [...] Os abaixo assinados consideram que devem ser tomadas as seguintes medidas: extinção da Comissão Coordenadora do MFA; medidas drásticas contra atitudes individuais ou colectivas que possam comprometer a isenção política do MFA; rigoroso respeito pelas normas de mobilização para o Ultramar, reduzindo as inamovibilidades a situações muito excepcionais facilmente compreendidas e aceites pelos Corpos de Oficiais e Sargentos. Os abaixo assinados comprometem-se a garantir e apoiar com a maior lealdade, respeito e obediência dentro do espírito de disciplina e respeito pela hierarquia, a Junta de Salvação Nacional, comprometendo-se esta a velar pelo correcto e integral cumprimento pelo Programa do MFA, conjuntamente com o Conselho de Estado.»¹⁶
- «À chegada a Lisboa, transmitimos [em 06Ago74] ao general [Spínola] e ao Manuel Monge [...] relato circunstanciado do sucedido [em Luanda]. [...] Firmino Miguel [...] sabia da minha ida a Angola, tendo-lhe igualmente comunicado o sucedido. No dia seguinte ao da nossa chegada, ele mandou-me a uma reunião do MFA. [...] Lembro-me de ter sido liderada pelo [comandante da RML e comandante-adjunto do COPCon brigadeiro graduado] Otelo e onde tive uma discussão com o [segundo-comandante do RAL] capitão] Dinis Almeida, que me acusava de reacconário e dizia que Portugal devia ser socialista. Ai estiveram muitos dos que foram a Évora em [9 de Setembro de] 1973 e também o [ministro-adjunto do PM, major] Vítor Alves que toda a gente sabe ser vigarista, toda a vida o foi mas ninguém lho diz pois têm medo. Foi ministro várias vezes e acabou como embaixador itinerante do Ramalho Eanes.»¹⁷

- «O general Spínola começou a sentir-se impotente e estava a preparar-se para se ir embora. [...] Só não foi embora porque então foi elaborado o "Documento Hugo dos Santos". [...] Depois esse documento foi posto a circular para recolher assinaturas. Costa Gomes pôs o visto autorizando a circulação mas a seguir, "apertado" pela comissão coordenadora, recuou. Por exemplo deu ordens, por mensagem-rádio para Angola, a proibir a sua difusão. Assim perante este clima, o general [Spinola] preparou-se para sair porque considerou não ter condições para continuar. Não era uma personalidade que soubesse conciliar os contrários, mas com autoridade habituado a dar as suas ordens e a ser obedecido. Ao ver que isso não acontecia, passou a entrar em "stress".»¹⁸
- «Na Metrópole, Spínola dava sinais de grande impaciência, preocupação e discordância pelo rumo que a vida nacional estava a tomar. Não ignorava a acção dos comunistas, incluindo os cerca de 200 portugueses que vieram de Moscovo e Praga, e invadiram todo o aparelho do Estado bem como uma enorme fatia do tecido empresarial produtivo.»¹⁹
- «À medida que avança o processo da autodeterminação-independência no sentido da simples entrega ou alienação dos territórios ultramarinos, o general Spínola encontra-se em Agosto de 1974 a tentar nova arremetida contra a comissão coordenadora do Programa, por meio do manifesto de militares (Engrácia - Hugo dos Santos), em que se invoca a fidelidade ao espírito e aos termos do Programa do MFA e são propostas as providências [...] de índole militar, preconizando a união das Forças Armadas fora do domínio político da comissão coordenadora.»²⁰
- «Todos estes acontecimentos, já prenunciados pela subida a primeiro-ministro de Vasco Gonçalves (em má hora escolhido pelo general Spinola), obrigaram-me a tomar uma decisão que longamente amadurecera: tornava-se indispensável organizar uma frente de resistência ao avanço comunista. A partir de meados de 1974 comecei a dar corpo à ideia. Conversando com uns e outros, com pessoas que comungavam das minhas opiniões, fomos lentamente criando um espírito de resistência para mais tarde, se necessário, responder com firmeza a qualquer tentativa de golpe comunista. [...] Essa opção, essa decisão, foi condicionada pela certeza de que a estratégia soviética – a estratégia comunista soviética – é inalterável. Os padrões da revolução comunista são imutáveis e não se compadecem com métodos democráticos ou seja do que fôr, para alcançar os fins que se propõem. A violência, a chantagem, a subversão, a mentira, tudo é lícito desde que os partidos comunistas ganhem o Poder. [...] No princípio de Agosto esboçou-se a primeira resistência contra a prepotência ditatorial da comissão coordenadora do MFA. Redigiu-se uma nota, rubricada pelo CEMGFA o sr. Costa Gomes (que depois se retractou argumentando que rubricara sem ler), na qual se pedia a extinção da Coordenadora. Simultaneamente tomou corpo nos vários Ramos das Forças Armadas, uma campanha de apoio ao presidente da República. [...] Na mesma época começou-se a falar na (célebre manifestação da) maioria silenciosa. Confesso que, como outros oficiais, me preocupava sobremaneira o processo de comunização do País e que o gonçalvismo – a influência do primeiro-ministro (o lastimável Vasco Gonçalves) –, nos apontava a ruína inevitável de Portugal. Pensáramos frequentemente em fórmulas de resistência.»²¹
- «Tive com efeito conhecimento do documento [dito de "Engrácia Antunes/Hugo dos Santos"], já depois de ele andar a circular, e a sua origem situa-se no facto de muitos oficiais terem tido conhecimento da minha firme decisão em não continuar a presidir aos destinos do País numa fase, que classifiquei então, da mais alta traição à Pátria. Refiro-me precisamente às condições em que se processou o [protocolo secreto de 28]Jul74 em Dar-es-Salaam que configurou o] acordo de Lusaca. [...] Como esse delegado [Melo Antunes] tinha então total apoio da comissão coordenadora das Forças Armadas [CC/MFA] que nessa altura dominava completamente a máquina revolucionária, fiz constar aos elementos da minha Casa Militar a minha firme determinação de renunciar à presidência da República, no caso das Forças Armadas [i.e, os marxistas do CC/MFA] continuarem a apoiar uma política de descolonização que eu classifiquei, e classifico, de alta traição à Pátria e ao Programa do Movimento do 25 de Abril. Foi neste ambiente que um grupo de oficiais, de que fazia parte o major Hugo dos Santos, elaborou sem meu conhecimento o documento referido. [...] Posso assegurar que o referido documento tinha o visto do general Costa Gomes, porque vi uma fotocópia. [...] O documento, segundo me afirmaram "a posteriori", destinava-se a ser apresentado ao presidente da República depois de recolhidas as assinaturas, pois visava reforçar a autoridade da Junta numa fase de total indisciplina das Forças Armadas e completa degradação das estruturas do País, que já então caminhava a passos largos para a implantação de um regime totalitário marxista.»²²
- «Foi-me dito pelo Hugo dos Santos que esse documento, da sua autoria e do Engrácia Antunes, tinha o acordo da Comissão Coordenadora, o que afinal não era verdade. Teve como resultado a criação, em cada unidade, de núcleos que conduziram à multiplicação de assembleias selvagens, que trouxeram grandes perturbações às Forças Armadas. Não, não assinei de cruz. Pretendia-se que as unidades fizessem menos política e se dedicassem mais ao aperfeiçoamento da sua profissão militar. Se se tem conseguido homogeneizar a acção do Exército em torno das ideias do MFA e da Comissão Coordenadora, teríamos evitado a indisciplina que começou a avançar em todas as Forças Armadas. [...] Sei apenas que ela [a difusão do dito "documento Hugo dos Santos/Engrácia Antunes"] visava a destruição moral das Forças Armadas, um objectivo que, se não foi plenamente atingido, teve no entanto uma influência enorme no período que decorreu até ao 25 de Novembro.»²³
- «Começavam as contradições e os ziguezagues de muitos militares – não só de Costa Gomes – a que a dinâmica revolucionária, pensavam, obrigava. Conheceríamos, no futuro, muito mais exemplos do mesmo, bem mais chocantes, o que não nos impedia de [no PS] pensar que, nessa altura, Costa Gomes nos dava algumas garantias importantes...»²⁴
- «O 'Documento Hugo dos Santos' apareceu imediatamente [?!] a seguir à queda do 1ºGP, em ataque frontal à CC/MFA. No RAL os capitães [de artilharia José Augusto dos Santos Rosário] Simões e Dinis Almeida [ambos desde 23Ago73 controladores-contestatórios], afirmavam que esse papel não entraria e "que ninguém se atrevesse a assiná-lo"; (entrou mesmo, o portador major [de artilharia Fernando José de] Morais Jorge»²⁵

viria a ser, após o 11 de Março, um dos elementos do MDLP em Madrid). Este texto viria a ter o visto do CEMGFA no seu canto direito e, depois de recolhidas as [cerca de 200] assinaturas, seria metido na gaveta [em 15Ago74] com o 'agrément' de Costa Gomes e Otelo Saraiva de Carvalho.»²⁶

- «Foi uma iniciativa de Spínola e dos spinolistas do MFA. [...] Traduziu-se numa tentativa muito séria de formação nas Forças Armadas, de uma maioria que apoiasse Spínola e promovesse o regresso da antiga hierarquia depois do saneamento de grande parte dos oficiais generais. [...] Spínola, tal como as pessoas que o aconselhavam de perto, tinha bem a noção de que a ala esquerda autónoma [...] do MFA e a Coordenadora, eram o principal obstáculo ao seu projecto de poder pessoal. E por isso foi o principal inspirador do documento. Para lhe dar à partida credibilidade, nada melhor que o "visto" de Costa Gomes. [...] O seu nome era uma caução muito grande e na verdade muito oficiais fiéis ao Movimento começaram logo a assiná-lo. Alertada, a Coordenadora opôs-se energicamente, criticou o general Costa Gomes (nomeadamente por intermédio do tenente-coronel Charais), e ele acabou por nos dizer que não prestara atenção ao que estava a assinar, mas ficaram sempre grandes dúvidas sobre isso. Costa Gomes corrigiu a sua posição, a Coordenadora e o COPCon accionaram o Movimento nas unidades e a circulação do documento foi imediatamente travada sem oposição significativa. [...] Como trabalhava sempre em estreita colaboração com o general Costa Gomes [...], não era admissível que ele não tivesse falado comigo, que não me chamasse ao menos para perguntar: "Ouça lá, você está a par disto?". [...] Isso fez com que daí para a frente as minhas relações com ele [...] passassem a ser um pouco mais reservadas. Na verdade, nunca esperei que colocasse o seu visto no documento sem ter falado comigo e mesmo até com a Coordenadora, porque no fundo o documento era um apelo claro às Forças Armadas para acabar com ela.»²⁷

Entretanto em Washington o 37º presidente dos EUA, Richard Millhous Nixon, faz o seu 37º discurso à nação e anuncia pela televisão que vai apresentar a sua demissão ao meio-dia de amanhã.

E em Santiago do Chile, o chefe da Junta Militar general Pinochet anuncia que «não haverá eleições até à recuperação económica do país».

¹ (Victor Crespo, Mavalane 08Ago74); ² (Fernando Magalhães, Lourenço Marques 14Ago74); ³ (SitRep do COPLAD, 06:00-18:00 de 08Ago74); ⁴ (Ventura, op.cit pp.48); ⁵ (revista *Notícia*, Luanda 10Ago74); ⁶ (Duarte Silva, op.cit pp.256); ⁷ (em 09Ago74, cf Guerra, op.cit pp.158); ⁸ (Sambú, op.cit pp.51); ⁹ (Soares, op.cit pp.302,304,291,303); ¹⁰ (AFP, Libreville 08Ago74); ¹¹ (Santana Mota, in "Jornal da Tarde"; cit in "O Estado de São Paulo", 19Dez74); ¹² (compare-se o relato deste "episódio" com o sucedido em Angola num batalhão de intervenção do COPLAD, por ocasião do «almoço comemorativo do 25 de Abril» presidido pelo alto-comissário e CCFAA general graduado piloto-aviador António da Silva Cardoso); ¹³ (Pires Veloso, dep.cit); ¹⁴ (este "documento" teria sido apresentado pelo major Hugo dos Santos ao general Costa Gomes e, conforme constou no momento, por este rubricado nesta altura; resta saber, como e em que data foi de facto apresentado ao CEMGFA, dado que o citado major chegou a Bissau em 01Jul74 para a sua 3ª comissão no Ultramar que cumpre até 10Set74, tendo participado na última ronda negocial em Argel com o PAIGC); ¹⁵ (em 25Jul74 esteve no Leste de Angola a falar com Savimbi); ¹⁶ (excertos do "Documento Engrácia Antunes/Hugo dos Santos", cujo conteúdo só em 07Fev76 virá a conhecimento público por intermédio do semanário *Expresso*); ¹⁷ (Clementino Pais, em 04Jul96 a Bernardo); ¹⁸ (Manuel Monge, em 12Set97); ¹⁹ (Silva Cardoso, op.cit pp.413); ²⁰ (Ferreira, op.cit pp.439); ²¹ (Calvão, op.cit pp.44/5,134/5); ²² (Spínola, em 10-13Ago76 à PJM); ²³ (Costa Gomes, op.cit pp.246,248); ²⁴ (Soares, op.cit pp.361); ²⁵ (com o posto de capitão, em Fev66-Abr68 colocado no CmdAgr1974-RAL1 no Luso desempenhando funções de adjunto da 3ªSec-ZIL, então agraciado com CG de 3ª classe por provas dadas em combate; e em 70-72 cmdt da CCac3-CTIG na fronteira norte da Guiné, tendo sido ferido em combate e agraciado com CG de 2ª classe); ²⁶ (Bernardo, in "Os Comandos..." pp.111/2); ²⁷ (Vasco Gonçalves, op.cit pp.90,93/4)

1974 – Agosto.9

No litoral nordeste de Moçambique, irrompem no bairro Ingúri de António Enes ataques de bandos frelimistas a lojas e armazéns de comerciantes monhês: «Cerca das 06:30, um dos manifestantes morre junto à fábrica Cajuca, durante uma carga policial»¹.

- «Manipulado por agitadores [frelimistas], o saqueador [principal dos recentes assaltos na zona oriental de Nampula] foi a maior vítima.»²
- «Em António Enes, Moma e Nametil tiveram lugar nos últimos dias, graves incidentes que acarretaram a destruição de vários estabelecimentos comerciais, o apedrejamento de residências e viaturas, provocando diversos feridos e um morto, este da população civil africana da cidade de António Enes. [...] Rapidamente [i.e, só na tarde de 11], foram enviados para os locais dos distúrbios fortes efectivos militares que, de pronto, serenaram os ânimos, ainda que reine uma inquietação compreensível.»³
- «Agitadores vindos do Malawi provocam incidentes em Moçambique. 72 horas de violência em Nampula. Ponte-aérea entre António Enes e Nampula transportou dezenas de europeus. Agitadores não pertencem à Frelimo. Aproveitam o impasse político a que se chegou em Moçambique.»⁴

Enquanto isso em Matsapa, cidade industrial no norte da Swazilândia, o eng. Jorge Jardim recebe o jornalista Fernando Magalhães⁵, a quem concede extensa entrevista⁶.

- «Incorporou-se nos visitantes que recebi na Swazilândia. Tratava-se de Fernando Magalhães, subdirector do vespertino 'Tribuna' e partidário da independência moçambicana, com acentuada formação progressista e simpatias declaradas pela Frelimo. Conversámos na companhia de Pombeiro de Sousa e [do moçambicano] Álvaro Récio. No dia 9 gravámos uma entrevista: o cerne era o "Programa de Lusaka" de Setembro de 1973 e a permanência da sua validade, com o historial das vicissitudes enfrentadas.»⁷
- «O que estava em causa era o facto do Jardim não se conformar em ficar de fora do processo de descolonização de Moçambique. [...] O Jardim mandou a Angola um dos seus homens de confiança, o Álvaro Récio que mais tarde veio a ser elemento preponderante da RENAMO. [...] O Álvaro Récio disse que o Jardim estava muito interessado em falar comigo, mas ele não podia ir a Angola.»⁸

Ao fim da manhã, no aeródromo militar do Figo Maduro aterra um bimotor da Força Aérea argelina, com os três delegados portugueses que em Argel concluíram secretamente com o PAIGC o «essencial do texto do futuro Acordo»⁹:

- art. 1º - O reconhecimento "de jure" da República da Guiné-Bissau como Estado soberano, pelo Estado Português, realizar-se-á a 10 de Setembro de 1974; art. 2º - Com a assinatura deste Protocolo de Acordo, o cessar-fogo mutuamente cumprido "de facto" em todo o território da República da Guiné-Bissau pelas forças de terra, mar e ar das duas partes, converte-se automaticamente em cessar-fogo "de jure"; art. 3º - A retracção do dispositivo militar português e a saída progressiva para Portugal das Forças Armadas portuguesas continuarão a processar-se de acordo com o estabelecido no Anexo a este Protocolo, devendo essa saída estar concluída até 31 de Outubro de 1974; art. 4º - O Estado Português e a República da Guiné-Bissau comprometem-se a estabelecer e a desenvolver relações de cooperação activa, nomeadamente nos domínios

económico, financeiro, cultural e técnico, numa base de independência, respeito mútuo, igualdade e reciprocidade de interesses, e de relações harmoniosas entre cidadãos das duas Repúblicas; art.5º - Com este fim, e depois do acto de reconhecimento "de jure" da República da Guiné-Bissau pelo Estado Português, os dois Estados estabelecerão entre si relações diplomáticas ao nível de embaixadores, comprometendo-se a celebrar, no mais curto prazo, acordos bilaterais de amizade e de cooperação nos diferentes domínios; art.6º - O Governo Português reafirma o direito do povo das ilhas de Cabo Verde à autodeterminação e à independência, e garante a realização deste direito conforme as resoluções pertinentes das Nações Unidas, levando também em linha de conta a vontade expressa da Organização de Unidade Africana; art.7º - As duas partes consideram que o acesso das ilhas de Cabo Verde à independência, no âmbito geral da descolonização dos territórios africanos sob domínio português, constitui um facto necessário a uma paz duradoura e a uma cooperação sincera entre a República da Guiné-Bissau e a República Portuguesa; art.8º - Lembrando a resolução do Conselho de Segurança que recomenda a admissão da República da Guiné-Bissau na Organização das Nações Unidas, a representação do PAIGC regista com satisfação os esforços diplomáticos significativos feitos nesta ocasião pelo Governo Português, esforços perfeitamente concordantes com o espírito de boa vontade que anima as duas partes; art.9º - As duas representações manifestam a sua satisfação por terem levado a bom termo as negociações que tornaram possível o fim da guerra de que foi responsável o regime português derrubado e abriram perspectivas para uma frutuosa e fraterna cooperação entre os seus países e os seus povos.»

Pouco depois, no palácio de Belém o PR provisório general Spínola recebe em audiência o MNE Mário Soares, o MCI Almeida Santos e o delegado do MFA major Manuel Monge, que lhe relatam os termos em que decorreu o pseudo-secreto encontro de Argel com a delegação do PAIGC e entregam para aprovação, o articulado de nove pontos do Protocolo de Acordo obtido «por mútuo consenso».

- «Nas reuniões de 8 e 9 de Agosto, [a troika portuguesa] acertou com a delegação do PAIGC, por escrito, o essencial dos termos do acordo comum. Mas, antes da redacção final e assinatura do "Protocolo de Acordo", a delegação portuguesa regressou a Lisboa para submeter o texto à apreciação dos órgãos competentes, nomeadamente ao presidente da República. [...] A delegação portuguesa só dispunha de um mandato muito preciso e reduzido: assinatura do cessar-fogo, promessa do reconhecimento e enunciação dos termos gerais da negociação futura de acordos de cooperação. Para Spínola, a delegação portuguesa aceitou todas "as condições exigidas pelo PAIGC, pois assim o impusera a desigualdade de posições". [...] O Acordo de Argel não era um acordo de paz, mas de reconhecimento de independência e consequente transferência de administração. Não contém qualquer disposição que contemple o que poderemos designar por "protecção dos interesses portugueses" na Guiné.»¹⁰
- «Mário Soares, ministro português dos Negócios Estrangeiros que se encontrava em Argel na semana passada, regressará em breve de novo à capital argelina para retomar as conversações com o PAIGC. A saída dos portugueses da Guiné-Bissau vai deixar um grande vácuo na antiga província, não só no plano administrativo mas também no económico. [...] O PAIGC, que pretende ser o único representante da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, aceita dificilmente a decisão de Lisboa quanto a separar o caso das ilhas do Atlântico.»¹¹
- «Cedendo por cobardia à incompetência diplomática de Mário Soares e de Almeida Santos, cedendo a Costa Gomes e a Vasco Gonçalves, cobrindo Carlos Fabião, aceitando o acordo de Argel de 26 [i.e, 9] de Agosto de 1974, António Sebastião Ribeiro de Spínola, condecorado com a Torre e Espada de Valor, Lealdade e Mérito, tornou-se um réu de um crime contra a Humanidade. Ele mesmo o confessa: "Assim terminou a descolonização da Guiné num quadro de traição, de ignomínia e de indignidade, a cujo julgamento da História e dos homens dignos deste País, os seus responsáveis não poderão furtar-se. Assim o exigem a honra de uma Pátria traída e o sangue dos portugueses e africanos ali generosamente vertido". O homenzinho ainda não percebera em 1978 (data da publicação desta prosa), que o principal responsável tinha sido ele próprio!. [...] Entregou, aos pelotões de fuzilamento do PAIGC, todos os soldados guineenses que se bateram por Portugal.»¹²
- Muitos, muitíssimos, foram simplesmente executados, passados pelas armas. O sangue desses homens clama justiça. Desse sangue são responsáveis os descolonizadores nos termos em que cederam, em que entregaram sem consciência sem piedade, sem humanidade – cobardemente – as vidas e os bens de compatriotas que lhes tinham defendido a fazenda. As etnias europeias com sucessivas gerações em África, muito mais ligadas a ela do que ao torrão europeu, não escaparam à sorte das vítimas. Relembro Angola onde o major Pezarat Correia desarmou os "brancos" para que não se intrometessem ou para que não pesassem no prato das negociações.»¹³

É em Washington, quando faltam ainda 895 dias para completar o seu mandato, o presidente Richard Nixon resigna e o seu vice-presidente Gerald Rudolph Ford presta juramento como 38º presidente dos EUA, mantendo Kissinger à frente da secretaria de Estado; (onze dias depois, o multimilionário Nelson Rockefeller¹⁴ vai ser empossado vice-presidente).

- «V.Ex.^a [presidente Spínola], talvez melhor do que a maioria, compreenderá o meu desejo de prontamente lhe assegurar que a minha Administração manterá firmemente os seus compromissos e continuará a apoiar os nossos mútuos esforços para robustecer a aliança da NATO e simultaneamente as nossas relações mútuas dentro da comunidade atlântica.»¹⁵

Ao fim da tarde em Lisboa, é entregue à comunicação social um comunicado «em nome da JSN» e apenas para «ONU ver», através do qual se procura a todo o transe ludibriar os portugueses da Metrópole e os portugueses de Angola com a apresentação de um fantasioso Programa de Descolonização para Angola:

- «1- Tendo S.Ex.^a o Presidente da República recebido inúmeras mensagens da população de Angola, demonstrativas da existência de um ambiente de desconfiança, resultante do desconhecimento da linha geral

de desenvolvimento do processo de descolonização, visionado para aquele Estado, a Junta de Salvação Nacional, de acordo com o pensamento que desde sempre a tem norteado, entendeu conveniente esclarecer devidamente as condições em que se irá desenrolar aquele processo. 2- O comunicado ao País de S.Ex^o o Presidente da República, de 27 de Julho de 1974, as conversações havidas com o Secretário-Geral da ONU, na sua recente visita ao País e o sequente comunicado das Nações Unidas de 4 do corrente, devem no seu conjunto ser interpretadas como o início formal de um processo de descolonização dos territórios do Ultramar Português. 3- No que respeita a Angola, aquele processo desenvolver-se-á nas seguintes linhas gerais: a) A Lei n^o 7/74 reconhece o direito à autodeterminação do povo de Angola com todas as suas consequências incluindo a aceitação da independência; b) Na base deste reconhecimento, o Governo português vem realizando diligências junto de todos [?!] os movimentos de libertação, em ordem à obtenção de um cessar-fogo que considera condição indispensável para o bom êxito de negociações formais; c) Obtido um acordo de "cessar-fogo", o Governo Provisório de coligação em que se encontrem representados todos os movimentos de libertação em paralelo com os agrupamentos étnicos mais expressivos do Estado de Angola, o que obviamente incluirá a etnia branca; d) Ao governo de coligação competirá elaborar uma lei eleitoral que garanta a livre expressão de toda a população de Angola, e proceder ao recenseamento eleitoral na base de "um homem, um voto"; e) O Governo Provisório deverá realizar, no prazo aproximado de dois anos [?!], a eleição de uma Assembleia Constituinte por sufrágio universal, directo e secreto, à qual competirá a elaboração da Constituição do novo Estado e a definição das ligações que desejará estabelecer com Portugal; f) Aprovada a Constituição do novo Estado, a Assembleia Constituinte dissolver-se-á automaticamente, procedendo-se a novas eleições de acordo com a Constituição, de onde resultará a formação de uma Assembleia Legislativa e de um Governo legitimamente representativo da vontade soberana do povo de Angola, Governo cujas decisões serão estritamente respeitadas pelo Governo português de acordo com os seus princípios democráticos. 4- Numa demonstração de boa-fé e isenção perante o mundo democrático, o Governo português não tem quaisquer objecções a que órgãos competentes das Nações Unidas enviem observadores no sentido de verificar a honestidade de todos os actos de consulta popular. 5- A Junta de Salvação Nacional reitera solenemente, perante toda a população de Angola, que o Governo Provisório tomará todas as medidas necessárias a salvaguardar a vida e os haveres dos residentes de Angola de qualquer côr ou credo, de acordo com o Programa do Movimento das Forças Armadas.»

- «Em 9 de Agosto de 1974 e por proposta [?!] do general Spínola, a JSN proclamou directivas pelas quais devia processar-se a descolonização de Angola [...]. No entanto, o MFA e a JSN tinham discordâncias em relação a estas directivas, dado que os primeiros pensavam que, tal como acontecera na Guiné e em Moçambique, os únicos interlocutores do território eram a FNLA e o MPLA, porque não tinham assinado o cessar-fogo e eram os únicos reconhecidos pela OUA como legítimos representantes do povo angolano.»¹⁶
- «Não é difícil imaginar os raciocínios simplistas dos revolucionários portugueses de 1974, engajados em estratégias pretensamente planetárias, que objectivamente cometeram o erro insanável de promover o acesso dos angolanos à dignidade da independência na base de um conceito leninista de ricos e pobres, brancos e pretos. Foi assim traída a ideia fundamental da revolução ser um vector de afirmação de direitos dos homens, de entre os quais avulta o inalienável direito à autodeterminação e à consequente auto-responsabilização social. Em vez de priorizar a viabilidade e o progresso do novo Estado, mantendo em funcionamento o tecido nacional existente, optaram pela indiferenciação entre valores coloniais nacionais e valores colonialistas expatriados, metendo no mesmo saco os recém-chegados atraídos pelo 'boom' económico, e as famílias seculares para quem o mundo se resumia a Angola. O resultado está dolorosamente à vista. E não se pense que seria impossível, nem sequer difícil, atribuir o comando político do novo Estado aos elementos que mais se haviam sacrificado pela independência, com particular relevo aos que por ela tinham lutado militarmente. Angola perdeu uma oportunidade histórica. O mundo ganhou uma catástrofe social.»¹⁷
- «O eng. [António José Baptista] Cardoso e Cunha, em pouco mais de um decénio à frente do grupo Venâncio Guimarães Sobrinho, contribuiu decisivamente para a mutação estrutural nos domínios económico e financeiro por que passou a Huíla, Moçamedes e o Cunene, para não falar na influência que teve na definição da política comercial e industrial de Angola durante aquele período. Essa actividade fez com que se tornasse um profundo conhecedor de Angola nos anos 60 e 70, sobre os contornos da realidade angolana antes e depois do 25 de Abril de 1974.»¹⁸
- «Ou Portugal conserva em Angola a capacidade de iniciativa que lhe permita a função de árbitro no processo de independência, ou esta já não será uma concessão, será uma conquista. Já que reconheceu a Angola o direito à independência, deve dar-lha de mão a mão, efectiva e limpa. Tem de manter a força indispensável para desencorajar as pressões externas e permitir que as populações façam a sua opção política, num processo correcto e livre. Para transferir os poderes soberanos, deve exercê-los com dignidade e eficiência até à declaração da independência. Se perder a autoridade e os meios de a impôr, quais são os poderes que vai transferir? Ninguém pode dar o que já não tem.»¹⁹
- «Em meados de Agosto de 1974, cerca de duas semanas depois da publicação da Lei n^o 7/74, a JSN, por iniciativa de Spínola [?!], elaborou um programa para Angola que propunha um prolongado período de "descolonização" de três [?!] anos. Consideravam-se prioritários os acordos de cessar-fogo com cada um dos três movimentos de libertação (embora no terreno a actividade militar se tivesse reduzido praticamente a zero nos últimos dois meses). Seria constituído então um governo provisório que incluiria representantes de todos os três movimentos de libertação, bem como interesses étnicos e outros. Este governo provisório teria um período de dois anos para organizar eleições.»²⁰
- «Este plano ou a sua intenção, não mereceu comentários especiais em Angola e no âmbito da Junta senti uma enorme indiferença, limitando-se o Rosa Coutinho a afirmar: "Parece que o homem está a sentir que o pássaro lhe está a fugir das mãos". Não reagi mas tive a impressão de que o "homem" não iria ter qualquer interferência no problema de Angola como não estava a ter em relação ao resto do Ultramar. Entretanto a

violência e insegurança alastravam em Luanda, criando um clima de instabilidade em especial na comunidade branca a que muitos atribuíam a sua causa.»²¹

- «Os termos e as datas das independências, sobretudo nos territórios da África Austral, deverão ser acautelados pelas partes interessadas, de forma a que as bases para a construção dos novos países possam ser lançadas para a vida, e não para a morte ou para o sofrimento. Tendo sido essa a posição clara e inequívoca [?!] deste Partido [CDS], em perfeito acordo com as suas linhas programáticas, não pode o CDS deixar de dirigir à Junta de Salvação Nacional, em nome das camadas [?!] da população que representa [?!], uma palavra de congratulação pela atitude que acaba de ser tomada no que respeita a Angola. Com efeito, a decisão da JSN vem esclarecer, com sentido de realismo [?!] e dos verdadeiros interesses do Povo de Angola, os termos e as datas que as autoridades portuguesas propõem para o processo de autodeterminação e da independência angolanas. Uma proposta de termos e datas foi, pois, apresentada. Portugal tem, agora, o direito de apelar para todos os movimentos políticos que actuam em Angola, no sentido de ajudarem ao cessar-fogo imediato e de contribuírem para o fim dos recontros violentos que têm ensombrado, com sangue e mortes, a vida de Luanda.»²²

Enquanto isso em Luanda, entram em vigor quatro «enérgicas medidas da Junta Governativa»:

- «1- Criação de um comando operacional [ComDel rebaptizado COPLAD], destinado exclusivamente à segurança na área de Luanda e que se acha em pleno funcionamento; 2- Reabertura do antigo campo prisional de São Nicolau, agora destinado à detenção dos indesejáveis, criminosos de delito comum que actuavam na cidade, e para onde segue amanhã o primeiro grupo de 200 detidos; 3- Adiamento para data mais oportuna do comício [pró-UNITA] previsto para sábado [10Ago74] no Estádio dos Coqueiros, dado que a situação é ainda instável e desaconselha ajuntamentos de qualquer natureza de que possam resultar distúrbios; 4- Manutenção até nova ordem, das restrições de circulação de automóveis durante a noite, bem como dos cortejos.»

E na manhã seguinte em Kinshasa, a rádio oficial zaireense difunde o seguinte comunicado:

- «A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), rejeita desde já e de maneira categórica a decisão da Junta Militar Portuguesa, de reconhecer e conceder aos grupos tribais [como se a ex-UPA não fosse ela própria desde início uma mera agremiação de bacongos emigrados], qualquer representatividade política. Se a FNLA é relutantemente forçada a admitir que a minoria portuguesa se deve associar à construção do futuro de Angola, não pode por outro lado aceitar que agrupamentos tribais [?!] devam ser instituídos como representantes de correntes de opinião étnica».
- «Uma declaração emitida pela sede da FNLA em Kinshasa, confirmava um comunicado do Governo de Lisboa a noite passada prometendo a criação do governo provisório, incluindo os movimentos de libertação e os colonos brancos, logo que fosse estabelecido o cessar-fogo. A FNLA afirmava que os movimentos de libertação tinham conquistado a sua representatividade através da luta armada, mas que não existia qualquer critério para avaliar a dos grupos tribais. Declarava que a representação de grupos tribais estaria em flagrante contradição com as garantias dadas por Portugal sobre a descolonização do território, ao secretário-geral das Nações Unidas. A FNLA dizia no entanto que concordaria com a participação da minoria formada pelos colonos portugueses. A declaração dizia que a proposta tribal era uma manobra para tentar "encorajar secessões e o caos em Angola", e acusava o Governo de Lisboa de convivência com as autoridades de Luanda nos recontros raciais que têm ocorrido ali desde Maio [?!] passado.»²³

Horas depois em Luanda, o palácio do governador-geral é invadido por uma furiosa multidão.

- «As bandeiras da UNITA flutuaram em ruas e largos, agitadas com frenesim. Sentindo o insulto no coração, a etnia branca dirigiu-se ao palácio para manifestar a sua indignação. À frente a senhora Emília Ferreira, vendedeira de peixe no mercado do Quinaxixe, "Maria da Fonte" angolana que, ao volante de um camião, se embrenhava na mata a fim de transportar alimentos para a UNITA, de que era aderente. Com um grupo de companheiros entrou no palácio e desafiou Rosa Coutinho. Das palavras se passou aos actos e houve quem deitasse as mãos ao pescoço do marinheiro fantoche que, apavorado, saltou por cima da secretária para fugir pela janela do gabinete.»²⁴
- «A notícia – ou boato – de que pretendem desarmar a PSP, leva uma grande massa de civis até ao comando-geral da corporação. Forma-se um cortejo até ao palácio do governo-geral. Um magote de populares teima em entrar no edifício e procura o presidente da Junta Governativa, que foge de gabinete em gabinete até ser cercado por uma turba furiosa. Pula para cima de uma secretária e ergue as mãos a proteger a cabeça, na exacta posição de um animal encurralado – a única posição em que poderá ficar na história. Invektivado, insultado, tímulo de medo, promete tudo, concorda com tudo, confessa que os verdadeiros colonialistas estão em Lisboa. A multidão acalma, chega mesmo a sorrir com desprezo. Uma rude mulher, vendedeira de peixe no Mercado dos Lusíadas, terá então bradado para o Almirante Vermelho: "Podia matá-lo, seu marinheiro de água doce, mas o senhor não vale os sete e quinhentos que me custa uma bala". Depois desse dia, o palácio do governo-geral passou a ser guardado por fortes destacamentos dos fuzileiros especiais, que vigiavam permanentemente nos terraços do edifício, à volta dele e ao longo dos corredores.»²⁵
- «Cerca de dez [i.e., 16] dias depois de estar em Angola, em 10 de Agosto houve uma cena de assalto ao palácio do Governo. Aquela gente toda entrou por lá dentro, perante a passividade da PSP que fazia a segurança, e eu vi-me isolado no meio da multidão. Esses colonos revoltados ameaçaram-me com uma defenestração, que não se concretizou.»²⁶
- «Houve de facto uma cena dentro do palácio, em que ele quis ou teve que dialogar com um grupo de trabalhadores. [...] Foram a uma sala falar com ele e a reunião decorreu de tal forma, que a certa altura já estava o Rosa Coutinho de pé em cima da mesa, numa clara tentativa de fuga a um, muito provável, linchamento. Creio que foi o comandante Correia Jesuíno a conseguir acalmar aquela gente.»²⁷
- «Foi mesmo o Correia Jesuíno que impediu o Rosa Coutinho de ser linchado dentro do palácio por um numeroso grupo de brancos que, completamente descontrolados e enfurecidos com a política seguida pelo "Almirante Vermelho", irromperam pelo palácio durante mais uma manifestação dispostos a tudo. Rosa

Coutinho que se encontrava em reunião numa sala próxima, saiu de imediato e foi encontrá-los num pequeno compartimento procurando saber o que pretendiam e tentar acalmá-los. No entanto os ânimos exaltaram-se, os homens foram apertando o cerco e o Rosa Coutinho teve que subir para cima duma mesa, procurando escapar à sua fúria. Nesta altura apareceu o Correia Jesuino que conseguiu pôr um pouco de ordem na situação e chamar à razão aquela gente constituída essencialmente por camionistas e comerciantes. [...] O assunto é debatido no âmbito da Junta, tendo-se reconhecido a necessidade de tomar algumas medidas tendentes a sossegar as pessoas e permitir que a vida voltasse à normalidade. Entretanto, como se previa, o presidente Nixon pede a demissão e é substituído por Gerald Ford seu vice-presidente. O José Emilio da Silva, naturalmente satisfeito com esta demissão, realçou o azar do Spínola ao escolher a personalidade errada para expôr os seus problemas ou pedir ajuda e assim teria de continuar a colaborar dentro dos princípios definidos pelo MFA, especialmente em matéria de descolonização. Rosa Coutinho, totalmente concordante com as teses do José Emilio, disse que para trazer uma certa acalmia à vida em Luanda, iria esporadicamente fazer algumas declarações em sintonia com o plano definido pela Junta de Salvação Nacional e tentar convencer o eng. Fernando Falcão a participar no governo de Angola.»²⁸

- «Salvo "in extremis" pela [nova] PIDE/DGS de ser linchado no palácio do governo por uma multidão furiosa, de brancos e mestiços que se recusavam a entregar o armamento que possuíam, Rosa Coutinho, assim que conseguiu acalmar os ânimos, entregou os serviços de informação militar ao MPLA.»²⁹
- «São angolanos todos os que efectivamente lutam pela independência imediata e total, sem distinção de raças, etnias, credos religiosos ou políticos, ou nacionalidades de origem. [...] Estabelecimento da paz em Angola, pela instauração do regime de justiça social; necessária cooperação entre a iniciativa privada e o Estado, de maneira a assegurar o benefício de todos, o desenvolvimento daquilo que representa efectivamente o progresso para a nação angolana.»³⁰
- «Durante a tarde de sábado, diversas viaturas de europeus foram alvo de apedrejamentos na Estrada da Brigada. A noite de sábado para domingo foi relativamente calma em Luanda apesar de, perto da madrugada, ainda se ouvirem tiros em diversos pontos da cidade. No muceque Catambor, indivíduos não identificados lançaram fogo a uma residência e a um automóvel, enquanto no muceque Golfe um grupo de indivíduos tentou assaltar uma patrulha militar, que teve de disparar. Cena idêntica ocorreu no Bairro Prenda a noite passada. Ontem à tarde numeroso grupo de brancos tentou invadir o muceque Golfe onde uma viatura havia sido apedrejada, forçando a intervenção das forças de segurança. Nas últimas horas verificou-se apenas uma morte ocorrida no muceque Golfe e registaram-se 14 feridos. Assim, atingiu 29 mortos e 233 feridos o balanço da onda de violência que, faz agora uma semana, voltou a eclodir.»³¹

¹ (eng. Manuel Vieira Pereira, gerente da firma Pereira Rosa; in "Aqui Moçambique Livre", pp.xix-xxii); ² (in jornal "Notícias", Lourenço Marques 15Ago74);

³ (cf comunicado oficial distribuído pelo CEM/CTS à imprensa laurentina, 12Ago74); ⁴ (in vespertino "Diário de Lisboa", 12Ago74); ⁵ (radicado em Lourenço Marques; pós-25Jun75 mantém-se em Moçambique como «correspondente da RTP em Maputo»); ⁶ (publicada na íntegra pelo "Expresso" em 17Ago74); ⁷ (Jardim, op.cit pp.312);

⁸ (Rosa Coutinho, em 14Dez97 a Bernardo); ⁹ (in "A Revolução da Flores" vol.III pp.307); ¹⁰ (Duarte Silva, op.cit pp.259,262,269); ¹¹ (Jean Rey, in "Le Figaro" 14Ago74);

¹² (Múrias, op.cit pp.298/9); ¹³ (Calvão, op.cit pp.131/2); ¹⁴ (virá a falecer em 26Jan79 com 70 anos); ¹⁵ (mensagem do presidente Gerald Ford ao PR provisório general Spínola; in "O Século" 14Ago74); ¹⁶ (Bernardo, "Equivocos" vol.I pp.234/5); ¹⁷ (Cardoso e Cunha, cit Padrão op.cit pp.14/5); ¹⁸ (Padrão, op.cit pp.11);

¹⁹ (Ventura, op.cit pp.62/3); ²⁰ (cf «tradução do texto da JSN em "África Contemporary Record 1974-1975", p.C40», cit.MacQueen, pp.203); ²¹ (Silva Cardoso, op.cit pp.410);

²² (comunicado do CDS, in "O Século" de 12Ago74); ²³ (cf AZAP, Kinshasa 10Ago74); ²⁴ (Pompilio, op.cit pp.191); ²⁵ (Ventura, op.cit pp.48/9);

²⁶ (Rosa Coutinho, em 14Dez97 a Bernardo); ²⁷ (Silva Cardoso em 07Fev97, idem); ²⁸ (idem, op.cit pp.411/2); ²⁹ (Múrias, op.cit pp.302);

³⁰ (comunicado do MPLA distribuído em Luanda em 11Ago74, horas antes de se iniciar em Lusaca o congresso das três facções);

³¹ (cf correspondente de "O Século"; Luanda 11Ago74)

1974 – Agosto.11 (domingo)

Na Beira e em Porto Amélia, os comandos distritais militares distribuem os seguintes comunicados:

- «As operações de guerrilha contra as vias de comunicação ferroviárias no norte de Moçambique começaram, apesar de um cessar-fogo "de facto". [...] Sete pessoas foram mortas e cerca de uma dezena ficou ferida, em consequência de um ataque com armas pesadas e bazookas ao aldeamento de Vivarro no distrito de Cabo Delgado. Além de elementos da população raptados, há 350 palhotas incendiadas. Foram atacadas e saqueadas uma plantação e uma cantina pertencentes à "Cadelco" de Porto Amélia.»
- «Estivemos [a 9ºCCmds-MOC] na área da Gorongoza, [com apoio do GE925] em Vila Paiva de Andrade, nos meses de Julho e [até final da 1ª semana de] Agosto de 1974. Depois recebemos ordem do comando do Centro de Comandos [major de infantaria Artur T. da Fonseca Freitas]¹ para regressar a Montepuez. [...] Fomos encarregados da missão de ir evacuar umas companhias de engenharia [SecAvMatEng-MP em Palma e CEng9146 em Nangade] e atiradores [2º e 3º do BCav8421/RC4, cuja 1ºCCav tinha sido aprisionada pela FRELIMO em Omar]², que se encontravam [estas últimas aquarteladas desde 31Ago73] em Nazombe e Negomano, [...] tendo a companhia [9ºCCmds] sido embarcada na Beira num navio da Armada, para Porto Amélia; curiosamente, fomos desarmados à entrada do barco, por alegadas razões de segurança; quando desembarcámos em Porto Amélia, voltámos a receber o armamento. [...] Tivemos ligeiros problemas com um rebentamento de uma mina, mas conseguimos lá chegar, onde um capitão teimava em querer deixar o material-de-guerra para os seus amigos da FRELIMO. Foi posto "nos eixos" e lá viemos com todo aquele material, incluindo máquinas de engenharia, tendo sido destruído o que restou nesses locais.»³

Enquanto isso e em toda a zona operacional dos sectores distritais fronteiriços de Tete e Cabo Delgado – a exemplo do sucedido na Guiné –, algumas unidades da quadrícula do Exército têm vindo a render-se à FRELIMO, agora designada por FPLM (Forças Populares de Libertação de Moçambique): na prática e de forma sistemática, estão a ser oferecidos intactos a grupos da FRELIMO inúmeros aquartelamentos militares e postos policiais do interior.

- «1- De harmonia com a remodelação do dispositivo em curso, de que se tem dado conhecimento público através de comunicados difundidos por este comando [CCFAM], cujo esquema se tem ido actualizando sempre [?!] que, como resultado de contactos locais estabelecidos com a FRELIMO, cessa a actividade operacional nas respectivas áreas, informa-se que foram evacuadas as guarnições militares de Gago Coutinho no [extremo nordeste do] distrito de Tete, e as de Negomano, Mocímboa do Rovuma e Sagal no [sector fronteiriço do] distrito de Cabo Delgado, as quais, concretizando a política [?!] que tem estado a ser seguida

neste Estado, estão a ser colocadas nos principais centros urbanos e económicos com a finalidade de contribuir para a garantia da tranquilidade pública e da liberdade de trabalho das populações. 2- Esclarece-se que as instalações que têm sido consignadas, algumas delas constituídas por edifícios novos construídos pelas Unidades de Engenharia do Exército, quer as pertencentes às Forças Armadas quer as pertencentes às Autoridades Cíveis ou às Forças Militarizadas, têm sido deixadas intactas e entregues à guarda e uso das populações moçambicanas locais. 3- O Hospital Civil de Porto Amélia está a ser dotado com uma nova sala de cirurgia e com um gabinete de estomatologia, à custa de materiais pertencentes ao Exército e que se tornaram desnecessários à Enfermaria Militar de Cabo Delgado.»⁴

Ao mesmo tempo em Quelimane decorre a 1ª grande *manif* pró-FRELIMO, convocada pelo emissor regional da *Voz de Moçambique* com apoio local de oficiais do MFA e de dirigentes dos "Democratas".

- «Bandeiras da FRELIMO apareceram pela primeira vez abertamente, quando cerca de 10 mil pessoas participaram num comício. A multidão, incluindo cerca de mil brancos, acenou com a bandeira das guerrilhas, fez soar apitos e aclamou o dr. Adrião Rodrigues, advogado pertencente aos "Democratas de Moçambique", quando este declarou que a FRELIMO representava o povo do território. Algumas pessoas eram portadoras de cartazes e fotografia do presidente da FRELIMO e muitas gritavam "Vencemos", antes de toda a assistência se ter levantado para cantar "Deus Salve a África". Sansão Mutemba, [director regional] da Rádio "Voz de Moçambique", disse à multidão que "com paz terá de haver responsabilidade. Temos de respeitar os direitos de todos". Pediu aos brancos para serem pacientes e tentarem compreender os negros "porque não temos experiência. Durante anos o povo negro esteve reprimido mas tudo o que pretende são os mesmos direitos dos brancos. Temos de estar unidos para haver paz".»⁵
- «Em Inhamitanga, elementos [pró-frelimistas] preponderantes da população e 2 oficiais do Exército, estabeleceram contacto com 6 homens da FRELIMO a cerca de 3km da vila. Os membros da FRELIMO foram convidados a deslocar-se a Inhamitanga, onde promoveram uma manifestação de apoio. No final, pessoas que tomavam parte no comício, resolveram apedrejar edifícios.»⁶

E em Nampula milhares de pessoas reúnem frente ao QG do comando-chefe, em protesto pela ausência de medidas contra os desmandos provocados por bandos frelimistas na zona oriental do distrito.

- «Postes telefónicos dinamitados [nos dias 10 e 11 por bandos frelimistas, entre Nampula e a Ilha de Moçambique].»⁷
- «Houve uma grande reacção, chegaram a fazer uma manifestação numa praça de Nampula, frente ao quartel-general.»⁸
- «Em Nampula, onde têm ocorrido as famílias fugidas das áreas mais assoladas, registaram-se durante os dias de ontem e hoje [11-12], ordeiras [?!] manifestações solicitando urgentes providências. Para além daquelas já [?!] tomadas e em curso, divulgadas oportunamente [?!] pelos órgãos de informação, decorreu no edifício do Quartel-General uma importante reunião entre as autoridades militares e os representantes dos manifestantes, a fim de ser analisada cuidadosamente a presente situação, na qual foram tomadas as medidas mais convenientes e necessárias para debelar a actual crise. [...] Para as zonas mais afectadas dirigiram-se ontem [hoje dia 11 durante a tarde], quatro colunas militares com o objectivo primordial de restaurar a tranquilidade pública e deter os desordeiros.»⁹
- «Foram desembarcados reforços de tropas portuguesas na proximidade da vila costeira de António Enes, para pôr cobro às cenas de violência e pilhagem que aí se desenrolam desde o último sábado. Entre 500 e 1000 africanos cercam a população branca refugiada nos edifícios administrativos do centro da vila.»¹⁰

Ao fim da tarde em Joanesburgo, a emissora oficial sul-africana comenta: «As esperanças do general Spínola no sentido de uma transferência ordeira de poderes, nos territórios africanos sob administração portuguesa, estão a desvanecer-se».

Entretanto em Bruxelas é distribuído à imprensa um comunicado da CEE, no qual os nove países-membros se declaram «formalmente favoráveis ao reconhecimento» do Estado da Guiné-Bissau pelo CS/ONU, que amanhã à tarde vai reunir para deliberar sobre a matéria.

- E no palácio das Necessidades em Lisboa, o dr. Mário Soares redige a seguinte «nota oficiosa»: «Realizando-se na próxima segunda-feira, dia 12 de Agosto, a reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em que será discutido o pedido de admissão da República da Guiné-Bissau neste organismo internacional, resolveu o Governo Português enviar o seu embaixador junto das Nações Unidas, prof. dr. Veiga Simão, àquela reunião. O embaixador fará entrega de uma mensagem escrita do ministro dos Negócios Estrangeiros, dr. Mário Soares, ao presidente do Conselho de Segurança, expressando a vontade de Portugal de formalizar o acto do reconhecimento "de jure" da República da Guiné-Bissau, em data próxima. Nesse documento se salienta que se procederá aos actos necessários para esse efeito, uma vez definitivamente concluídos os acordos de transferência progressiva da administração decorrentes entre o Governo Português e o PAIGC. De acordo com o PAIGC, o Governo Português, por intermédio do ministro dos Negócios Estrangeiros, formulou já junto dos países aliados e amigos pedido no sentido de procederem ao reconhecimento imediato da República da Guiné-Bissau e de facilitarem a admissão deste terceiro país de Língua portuguesa nas Nações Unidas. Estas medidas situam-se na sequência do discurso programático de S.Ex^o o Presidente da República, de 27 de Julho último, e da comunicação entregue pelo ministro dos Negócios Estrangeiros ao secretário-geral das Nações Unidas no decurso da sua visita a Portugal.»¹¹
- «Em discurso programático do presidente da República de 27 de Julho e em comunicação entregue pelo ministro dos Negócios Estrangeiros ao secretário-geral das Nações Unidas, Portugal expressou inequivocamente a sua livre vontade de reconhecer a República da Guiné-Bissau. Estamos certos de que, com este passo, o meu País dá uma sólida contribuição à causa da paz no Mundo e, mais uma vez, escreve uma página histórica no livro da Humanidade. Portugal orgulha-se em voltar a alinhar com as nações que lutam pela democracia.»¹²

- «Por sua vez, [perto da fronteira norte-centro da Guiné] Luís Cabral concedia em Canjambari [22km leste de Farim] uma conferência de imprensa, informando que o esperado reconhecimento português não seria acompanhado por qualquer manifestação oficial, nem por nenhuma festa organizada, nem tão-pouco por uma entrada solene do PAIGC em Bissau, acrescentando: "Teremos certamente uma capital política, mas tentaremos reduzir [?!]¹³ os efectivos e a população desta e dos outros centros urbanos às pessoas indispensáveis ao seu bom funcionamento".»¹⁴
- «Luís Cabral pensa que "se tudo correr bem", a transferência dos poderes do conjunto do território da Guiné-Bissau terá lugar logo após o reconhecimento "de jure" do novo Estado por Portugal. Segundo o chefe do PAIGC, o seu movimento e o Estado da Guiné-Bissau vão doravante ser "instrumentos de luta" para libertar as ilhas de Cabo Verde com a participação activa dos "militantes do PAIGC saídos da acção clandestina ou da prisão". Teremos certamente uma capital política mas tentaremos reduzir os efectivos e a população desta e dos outros centros urbanos às pessoas indispensáveis ao seu bom funcionamento. O fim do colonialismo significará uma mudança das estruturas económicas e sociais", precisou Cabral, que se declarou pronto a reconhecer "os direitos legítimos" de todos os estrangeiros. Contudo, anunciou que a situação destes estrangeiros será examinada caso por caso.»¹⁵

Na Cidade da Praia o capitão-de-fragata Henrique Afonso da Silva Horta, que inicia as suas funções de governador do arquipélago, durante a cerimónia de posse reafirma que:

- «Portugal não têm desígnios ocultos nem combinações secretas sobre Cabo Verde. Portugal não pretende entregar Cabo Verde a ninguém. O que deseja é que Cabo Verde escolha os seus próprios destinos, no pleno uso da maioria política a que tem direito. Essa escolha, que será organizada e realizada, possivelmente, em íntima cooperação com os órgãos competentes das Nações Unidas, seja qual fôr, será por nós reconhecida, respeitada e defendida.»
- «A JSN nomeou o então capitão-de-fragata Silva Horta, o qual logo colaborou com os elementos militares esquerdistas em manifestações a favor do PAIGC, partido que na Guiné pretendia a integração das duas províncias porque os seus dirigentes eram maioritariamente caboverdeanos.»¹⁶
- «Nas três colónias portuguesas, Guiné, Angola e Moçambique, haviam partidos de reconhecida representatividade, respectivamente o PAIGC, o MPLA e a FRELIMO, e outros que reclamavam a via democrática, quer para que cada colónia se autodeterminasse, quer para que se fundasse um Estado federalista como o da Guiné e Cabo Verde. E ainda havia planos para a independência de certas extra-províncias coloniais, em relação à predominância étnica regional.»¹⁷

Ao mesmo tempo em Luanda o jornal *Província de Angola* publica uma extensa entrevista¹⁸, concedida em Lisboa pelo MCI Almeida Santos após o seu regresso de Argel, e da qual é destacada pelo citado matutino em subtítulo uma afirmação contida logo na primeira resposta:

- «Cedo se concluiu que os movimentos de libertação não depunham as armas sem se avançar algo mais no terreno dos princípios.»

Por essa ocasião estádio municipal da cidade de Cabinda decorre um comício, onde largas centenas de participantes se manifestam pela independência do enclave.

- «No sábado [ontem], depois da chegada de duas centenas de cabindas vindos da República do Congo, realizou-se uma reunião com os representantes da FLEC e dos partidos Movimento dos Povos de Cabinda e União Democrática dos Povos de Cabinda. No domingo [hoje], a população concentrou-se no Estádio Municipal onde se realizou novo comício político, findo o qual os assistentes se dirigiram ordeiramente para o palácio do Governo [distrital], onde André [Rodrigues] Mingas solicitou ao governador [e comandante militar distrital, brigadeiro Manuel Freire Themudo Barata]¹⁹, que fizesse chegar ao Governo de Lisboa a vontade do povo de Cabinda de se constituir em Estado independente.»²⁰
- «A FLEC, declarando-se representante único de toda a população cabinda, pede a negociação directa com Portugal, denuncia as pretensões de Angola sobre este território e propõe-se fazer do enclave "uma Suíça africana" fora das zonas de influência ideológicas. O memorando presta homenagem, todavia, à facção Revolta Activa do MPLA, que respeita "as aspirações profundas do povo cabindense". O memorando conclui: "Uma solução do estilo paquistanês, símbolo – demonstrado pela história – do maquiavelismo britânico, deve ser afastada para não criar deliberadamente no nosso continente uma nova minoria oprimida".»²¹
- «Enquanto que a facção dirigida pelo dr. Agostinho Neto se opunha a essa ideia [do "direito do enclave de Cabinda à autodeterminação"], até agora só a facção Revolta Activa do MPLA chefiada pelo padre [Joaquim Pinto de] Andrade, se mostrava favorável à independência. Uma delegação do MPLA chefiada pelo seu chefe eleito em Lusaca, Daniel Chipenda, avistou-se no domingo [01 Set74] em Brazzaville com o presidente da FLEC, anuncia um comunicado da FLEC acrescentando que o MPLA reconheceu que o futuro daquele território deverá ser determinado pelos próprios cabindas. Os dois movimentos decidiram estreitar os laços que os unem e designar uma comissão mista encarregada de estudar as bases de uma futura cooperação entre Cabinda e Angola.»²²

Entretanto numa base militar nos arredores de Lusaca, sob a égide do PM zambiano Mainza Chona e do seu homólogo congolês Henri Lopes, tem início um congresso extraordinário do MPLA durante o qual 399 delegados das três facções vão tentar estabelecer um acordo de unidade: a *Revolta do Leste*, com 165 apoiantes de Daniel Chipenda; a *Revolta Activa*, à qual aderiu o presidente honorário Joaquim Pinto de Andrade, com 70 representantes; e a *facção institucional*, com 164 representantes de Agostinho Neto.

- «Em Agosto de 1974 nós [MFA-Angola] tentámos que o MPLA realizasse um congresso para a unidade das três facções referidas.»²³
- «Falando aos 400 delegados que representam as três principais facções do MPLA, Chona disse que se eles não realizarem a unidade, "ficarão marcados para sempre na história como traidores".»²⁴
- «Devemos defender as conquistas da luta armada porque, se hoje há transformações em Angola é porque houve luta armada, se houve o 25 de Abril é porque houve luta armada em Angola e noutras colónias

- portuguesas.²⁵ E será com ela que os militantes do MPLA saberão defender as conquistas da revolução, defendendo-se de uma solução neo-colonial que ameaça o nosso país. Ninguém pode defender melhor as conquistas da revolução, senão aqueles que fizeram a revolução, para que juntamente com todos os militantes possamos prosseguir a nossa luta de libertação, até que levemos o nosso inimigo à derrocada final.»²⁶
- «Os trabalhos do congresso continuam à porta fechada, evitando-se todas as formas de contacto com os jornalistas. Sabe-se contudo que o congresso esteve em vias de não se realizar. A facção presidencialista do dr. Agostinho Neto, teria procurado evitar uma confrontação com os grupos dissidentes, havendo sido necessária uma intervenção directa do presidente Kaunda. Mesmo assim só à última hora, quando os observadores se interrogavam pondo em dúvida o início do congresso, é que o dr. Agostinho Neto com cerca de 40 dos seus mais fiéis seguidores apareceu em Lusaca disposto a travar o diálogo.»²⁷
 - «Hoje, como sempre, o PCP apoia a libertação do povo de Angola e o MPLA [facção netista]. Consideramos que as novas tarefas que se colocam, mais necessário tornam fortalecer os laços de amizade entre o nosso partido e o MPLA [facção netista]. Desejamos ardentemente que se estreitem os laços de solidariedade criados entre os nossos dois povos [?!] na luta contra o regime fascista e colonialista. [...] Reafirmando-vos activa solidariedade enviamo-vos, e através de vós a todo o povo de Angola, calorosos votos de novos êxitos para a completa libertação e independência da vossa Pátria.»²⁸
- E no Estádio 1º de Maio em Lisboa o MDP/CDE, com apoio do PCP, PS, PPD e Intersindical, promove uma grande «festa-comício para emigrantes» onde comparecem «mais de 15 mil emigrantes e trabalhadores da região de Lisboa», perante os quais o PM coronel Vasco Gonçalves profere mais uma discursata.
- «Passados poucos dias [de ter regressado em 06Ago74 à Trafaria vindo da BA10-Beira], fui convidado por um homem da 5ªCCmds de Moçambique, alferes Salema, que me pediu ajuda para fazer a segurança num comício do PPD, a realizar dentro de dias na Caparica. Estive lá e lembro-me que o orador era Marcelo Rebelo de Sousa. Depois dele dissertar sobre a democracia, no final eu fiz-lhe uma pergunta: "Mas então como é que encara o PCP? Ele não é um partido democrático, como é que se faz a democracia com o PCP?". Teve uma reacção interessante: mandou-me calar, como se eu fosse um reaccionário subversivo. Então percebi que os partidos não-marxistas, não tinham capacidade de actuação.»²⁹
 - «Os partidos ditos não marxistas, mas tendo todos infiltração de alguns elementos simpatizantes desta ideologia, embora profundamente democráticos nas suas afirmações doutrinárias [?!] – como era o caso do PPD, do CDS e do PPM, e de vários outros de curta duração e escassa influência –, partiam de posições muito fracas de individualismo pessoal e de organização orientada, como temos dito, por modelos clássicos do liberalismo viciados e gastos. Não dispunham de chefes bem preparados, antes apareciam dirigidos por advogados ou burocratas desconhecedores dos problemas nacionais e das forças inovadoras do mundo moderno, sem dispõem de assessores capazes de compensarem as suas deficiências de formação e visão técnico-científica da política. E consideraram como simples estratégia de conquista do poder, a organização de clientelas e apoios militares.»³⁰
 - «MFA - monopolizado por um punhado de oficiais marxistas ou que fazem o jogo marxista, o MFA não é o Exército português mas sim uma organização fantoche que provisoriamente desviou as Forças Armadas dos seus deveres e tradições patrióticas; o MFA abriu as portas aos piores inimigos da Nação e pactuou com os terroristas. PCP - inimigo nº1, nenhum compromisso possível; às ordens de Moscovo, é essencialmente antinacional; não incluir nele os idiotas ingénus enganados pela propaganda, o partido são os quadros formados e doutrinados na religião comunista. PS - mesma filosofia que o anterior e mesma nocividade política; menos rigoroso na sua organização, métodos e forma de governo (pluralista); só é anticomunista por demagogia, colabora activamente com o partido comunista. PPD - representante de um capitalismo envergonhado, interessado apenas na manutenção dos seus mais mesquinhos interesses à custa de todos os compromissos; grave responsabilidade no clima que contribuiu para a derrota portuguesa em África; recolhe importante volume de sufrágios conservadores mas, em vez de ser um mal menor, é na realidade uma grande ilusão. MDP/CDE, MES, FSP - partidos comunistas 2, 3 e 4, como disse Mário Soares. CDS - transformado pelas circunstâncias em grande partido de direita; posição vincadamente defensiva, pusilanimidade às vezes ridícula às vezes repelente; concita adesão do eleitorado conservador, a grande maioria; conta com relevantes possibilidades de manobra exterior, interessa sobretudo a nível local e de bases. Extrema-esquerda - diz-se que desempenha um importante papel provocatório numa perspectiva anti-PCP, mas pode também servir de bode expiatório para as actividades do PC; e a intervenção estrangeira tantas vezes aludida a propósito dos seus desmandos, poderia constituir uma excelente ocasião para exposições "patrióticas" do partido comunista. General Spínola - tanto o general como os seus fiéis estão ligados a diversas organizações, não constituindo propriamente um partido; a vocação do general parece ser a de actuar como agente-provocador em relação à direita que tem atraído e traído consecutivamente, contribuindo para desmobilizar as suas forças e desarticular os seus esboços de organização; muito perigoso, o general parece apostado em voltar à presidência da República passando por cima das ruínas do País e dos cadáveres e da miséria de milhões de portugueses em África e na Europa.»³¹

¹ (comandante do BCmds-Moçambique em 20Nov73-19Ago74); ² (em 22Ago74, este batalhão e as duas companhias são embarcados de regresso a Lisboa; os cativos da 1ª/BCav8421 só meses depois virão a ser resgatados); ³ (José Manuel da Silva, em 10Out97 a Bernardo); ⁴ (CCFAM-SitRep 46/74, QG-Nampula 26Ago74; contrariamente a outros relatórios anteriores distribuídos à imprensa logo após os respectivos acontecimentos – como foi o caso do nº30/74 de 06Jun74 –, este "facto consumado da retracção do dispositivo militar" só decorridas mais de 2 semanas vai ser do conhecimento público e na precisa circunstância de já estar apalavrado com a FRELIMO o derradeiro "Acordo de Lusaca"); ⁵ (cf Reuter, cit "O Século" 12Ago74); ⁶ (cf correspondente de "O Século"; Beira 11Ago74); ⁷ (resumo dos acontecimentos, in "Notícias", LM 01Set74); ⁸ (Sousa Menezes, em 17Jun97 a Bernardo); ⁹ (cf comunicado oficial distribuído pelo CEM/CTS à imprensa laurenina, 12Ago74); ¹⁰ (in "Le Figaro", Paris 13Ago74); ¹¹ (texto entregue durante a tarde aos directores dos jornais diários); ¹² (mensagem citada no texto anterior, da qual é portador o prof. Veiga Simão que poucas horas depois embarca para Nova Iorque e que por si vai ser lida perante o CS/ONU amanhã à tarde); ¹³ (o futuro PR da Guiné-Bissau prepara-se para desiludir, tanto a população local como a "opinião pública" internacional, da agit-prop relativa às suas famosas FARP de 7 mil efectivos, que de facto não ultrapassam os cerca de 1500 homens armados que em 15Out74 vão entrar em Bissau, oriundos dos bi-grupos já infiltrados nas matas do Cantanhaz, Gabu e Morés); ¹⁴ (Duarte Silva, op.cit pp.256); ¹⁵ (jornalista da AFP, no Campo do PAIGC de Canjambari, 11Ago74); ¹⁶ (Mascarenhas, op.cit pp.412); ¹⁷ (Sambú, op.cit pp.50); ¹⁸ (reproduzida pelo "Notícias" de Lourenço Marques em 10Ago74; texto integral in "A Revolução das Flores" vol.III pp.291-297); ¹⁹ (em 68-71 coronel de artilharia comandante do RAAF-Queluz); ²⁰ (cf correspondente de "O Século", Luanda 12Ago74); ²¹ (cf despacho de Brazzaville, cit DN 23Ago74); ²² (cf agência FPL, Brazzaville 03Set74); ²³ (Alcino Roque, dep.cit.); ²⁴ (cf Reuter, in "O Século" 14Ago74); ²⁵ (eis a cópia fiel da tese do CC/MFA comunista; o restante fraseado é típico da aliança PCP-Melo Antunes); ²⁶ (Chipenda, "abertura do Congresso..."); ²⁷ (cf ANI, Luanda 20Ago74); ²⁸ (mensagem do CC/PCP enviada a Agostinho Neto, in "Avante!" de 23Ago74); ²⁹ (Van Uden, em 15Dez94 a Bernardo); ³⁰ (Ferreira, op.cit pp.682/3); ³¹ (opinião do ELP "em face das forças políticas dominantes"; Madrid 06Jan75)

1974 – Agosto.12 (2ªfeira)

De madrugada na Penitenciária de Lisboa, eclode um motim entre os cerca de 600 ex-agentes e funcionários da extinta DGS (que há mais de 3 meses ali se encontram encarcerados sem culpa formada), na sequência de o agente de 2ª classe Fernando Gonçalves (natural de Lourenço Marques e com 37 anos de idade), ter morrido durante a noite vitimado «por um ataque do coração».

– «Os detidos [no final da noite de 11] obtiveram a chave principal do acesso às celas e ocuparam todo o interior do edifício, apoderando-se do material sonoro da cadeia. Começaram, aos primeiros minutos de ontem [madrugada de 12Ago74] a transmitir as suas reivindicações. Utilizando um megafone, apelaram para as autoridades presentes (apenas a guarnição composta por elementos de um pelotão da GNR), dando "vivas" ao Movimento das Forças Armadas, ao general Spínola, afirmando "sempre terem estado ao lado do Povo Português". No entanto, perante a excitação, as autoridades presentes não intervieram. As 3 da madrugada o comandante Conceição e Silva, presidente [i.e, chefe da Secção de Justiça dos Serviços de Coordenação] da Comissão de Extinção da PIDE/DGS, chegou à cadeia para tomar o comando das operações. Estando resolvido a empregar a violência só em último caso, Conceição e Silva propõe-se dialogar com os insurrectos. Cerca das 4 horas dirige-se às celas a pedido dos detidos. Quando regressa, anuncia aos representantes dos órgãos de informação as pretensões dos reclusos, nomeadamente: a presença do [membro da JSN e presidente da citada comissão] general Galvão de Melo (encarregue [desde 24Jul74] pela Junta de Salvação Nacional do "dossier" PIDE/DGS LP); garantias quanto à subsistência das respectivas famílias; e a incorporação de uma delegação dos agentes detidos no funeral do colega, alegando para este último caso a excepção aberta a Saldanha Sanches [advogado e dirigente do MRPP preso], quando do funeral do seu advogado. Entretanto o comandante Conceição e Silva toma conhecimento de que a chave estava na posse dos reclusos. O diálogo recomeça mas desta vez num clima mais tenso. É dado um prazo aos amotinados para restituírem a chave. Às 5 e 10 a comissão de reclusos dirige-se ao gabinete de Conceição e Silva, e informa-o de os outros detidos "já terem votado não entregar a chave, como tomada de posição". Conceição e Silva manifesta a sua estranheza pela adopção dos métodos democráticos por parte dos ex-pides. Em resposta, um dos elementos da comissão afirma "serem muitos deles democratas" e "não terem aderido ao 25 de Abril por as Forças Armadas os terem impedido" – recorde-se que nos dias 25 e 26 [?!], elementos daquela [?!] extinta polícia mataram seis [?!] pessoas –, e regressaram para os locais que ocuparam. Perante a oposição dos detidos, Conceição e Silva entra em contacto com o COpCon pedindo a sua intervenção e a comparência de auto-bombas do Batalhão de Sapadores Bombeiros, para utilizar as agulhetas antes das armas de fogo. Às 5 e 45 chega à Penitenciária um pelotão de fuzileiros vindos de Caxias. Durante este espaço de tempo os amotinados não provocaram qualquer distúrbio. Às 6 e 30, hora em que termina o prazo fixado para a devolução da chave, a situação mantém-se. Às 8 horas chegam duas viaturas do BSB comandadas pelo major Sá Viana Rebelo, subcomandante daquela corporação. Utilizando um gravador [?!], os amotinados transmitem relatos sobre a sua situação, justificando as suas funções durante o regime anterior como as de "portugueses que tudo deram pela Pátria" e afirmando que "Portugal não seja um País livre enquanto houvesse presos sem culpa formada". Nas suas referências à Informação, acusavam a Imprensa de "oportunista" e de "apenas dizer o que lhe convém". A transmissão é interrompida por um jacto de água disparado pelos bombeiros. Entretanto havia chegado ao local um irmão do detido falecido, a quem os ex-pides acederam entregar o corpo. O cadáver é envolto na bandeira nacional e transportado para uma viatura da PSP. À saída da viatura, um dos amotinados grita ironicamente: "Mais um morto pela PIDE". Uma companhia de intervenção do COpCon chega ao local. Às 10 e 15, Conceição e Silva sai da Penitenciária para se avistar com o general Galvão de Melo em Monsanto, no comando da 1ª Região Aérea. Pouco depois os presos de delito comum (cerca de 70 estranhos ao motim), abandonaram as instalações que partilham com os ex-pides, com excepção de seis que estão solidários com os insurrectos e são transferidos para outra ala do edifício. Cerca das 11 horas o comandante Conceição e Silva regressa. Uma delegação composta por nove detidos é autorizada a avistar-se com o general Galvão de Melo, sendo transportados a Monsanto numa viatura celular escoltada por fuzileiros e GNR. No comando da 1ª Região Aérea os órgãos de informação são intimados a abandonar o local pelo oficial-de-dia, que declara transmitir ordens do general Galvão de Melo. De novo na Penitenciária, os órgãos de informação entram em contacto com Conceição e Silva, que declara já não ter conhecimento do que se estava a passar visto o general Galvão de Melo ter tomado pessoalmente conta do assunto. Às 13 horas a comissão [dos seis ex-agentes] regressa à cadeia. Dirigindo-se aos outros reclusos, os elementos que a compunham gritavam: "Ganhámos". Pouco depois Conceição e Silva entra em contacto pelo telefone com o general. Os jornalistas são chamados e é-lhes anunciado que o incidente estava resolvido e que as forças iam retirar.»¹

– «Segunda-feira, antes das 7 da manhã apareceu-me em casa, em Cascais, o sr. primeiro-tenente da marinha Lima Santos, informando-me com evidente preocupação que os presos da Penitenciária (ex-funcionários da ex-DGS) tinham apanhado a chave a um dos guardas e se encontravam amotinados, isto já desde a véspera. Os srs. comandantes Conceição e Silva e [capitão-tenente] Serra [que em 27Abr74 havia assumido o comando do Forte de Caxias], pediam urgentemente a minha intervenção. [...] Dirigi-me a Lisboa e instalei-me no comando da 1ª Região Aérea, tendo pedido a comparência do sr. comandante Conceição e Silva e do sr. tenente [fuzileiro] Rosa. Uma vez posto ao corrente do que se estava passando, mandei que me fossem enviados representantes dos presos, o que aconteceu de seguida. Uma vez na minha presença, o grupo de presos voluntária e imediatamente me entregou a chave da prisão de que se haviam apoderado. A seguir, expressaram as razões que os haviam levado a adoptar a atitude de insubordinação, as quais podem resumir-se em três pontos fundamentais: estarem presos há mais de três meses sem terem sido ainda julgados; a má alimentação; o facto de às suas famílias não terem sido dados quaisquer meios de subsistência. [...] Nenhum dos prisioneiros que veio à minha presença se queixou de maus tratos e o próprio irmão da vítima, que falou comigo na segunda-feira, me disse que ele sofria do coração há bastante tempo. Naturalmente que os três

meses de prisão, se não foram causa directa da morte, não ajudaram também a melhorar-lhe a saúde. [...] Toda esta agitação nada tem a ver com o povo de Portugal nem é espontânea. Ela é, como agora usa dizer-se, orquestrada por pessoas que não estão interessadas em que se esclareça a situação actual da ex-DGS.»²

– «Não se detectou qualquer ligação com o exterior. Por outro lado, dá-se a coincidência de ser a penitenciária a pior das nossas prisões: é a pior, quanto a instalações; é a pior, quanto a alimentação.»³

Entretanto às redacções dos órgãos de informação começam a chegar comunicados do PCP, do MES e do PS, relacionados com o acontecimento e nos quais são tomadas, respectivamente, as seguintes posições:

- «O Partido Comunista Português afirma que não se pode desligar dos acontecimentos o facto de continuarem à frente dos serviços prisionais, os mesmos funcionários que no tempo da ditadura foram responsáveis por maus tratos e regimes desumanos aplicados aos presos políticos e que agora dão todas as facilidades aos pides que se encontram presos.»
- «Exige-se [o MES], neste momento mais do que nunca, que os trabalhadores estejam vigilantes, que manifestem a sua força na luta directamente política fazendo gorar as manobras reacçãoárias e avançando na luta pela defesa dos seus interesses de classe.»
- «Suspensão imediata das negociações do Governo com os carrascos fascistas do Povo Português. Medidas enérgicas para completo controle da situação. Abolição dos privilégios prisionais que, de uma forma alarmante, têm vindo a ser concedidos aos ex-pides. Imediato inquérito às condições que tornaram possível o amotinamento; e denúncia pública e punições dos responsáveis e possíveis cúmplices. Levantamento de todas as restrições à livre informação sobre este assunto. Os pretextos da sublevação são manifestamente insubsistentes e cumpre por isso proceder a um inquérito completo relativo ao modo como foi possível e acolhida esta ousada manifestação das mais desqualificadas forças contra-revolucionárias. Não é tolerável que tais actos se repitam.»

Enquanto isso o brigadeiro graduado Otelo, entrevistado por um jornalista madrileno da revista *Cambio 16*, à pergunta sobre «quais são os principais elementos de consciencialização que o levaram a intervir no 25 de Abril», responde com o maior descaramento:

- «Tudo começou nos anos da Academia Militar. As eleições de 1958, às quais se candidatou o general Humberto Delgado, foram decisivas. Aí vi, pela primeira vez, o carácter repressivo do salazarismo. Um general brilhante como Humberto Delgado – chamávamos-lhe o "General sem medo" –, foi denegrado pelo regime, apodado de canalha, de palhaço, destituído, obrigado a fugir e, finalmente, assassinado por agentes da PIDE. Tudo por ter mantido posições democráticas na sua campanha eleitoral.»
- Hoje [Out98], não adiro completamente à apreciação política da figura de Humberto Delgado feita em [Julho de] 1965. Nessa altura não acreditava que um golpe de Estado viesse derrubar o regime. A História veio dar razão a Delgado e desmascarar o vazio das pretensões da velha oposição marxizante. Infelizmente, o "putsch" de 25 de Abril de 1974, pelo carácter das suas principais personagens, foi susceptível de aproveitamento por essa mesma oposição.»⁴

Por essa ocasião, junto à fronteira sudoeste do Niassa com o Malawi, um grupo da FRELIMO assedia um destacamento militar.

- «Moçambique é uma "ilha", ou antes um "arquipélago" de ilhas isoladas umas das outras, não recebendo do exterior senão ecos longínquos, abafados ou amplificados pelas paixões, fantasmas e mitos locais. Ninguém sabe exactamente o que se passa apenas a alguns quilómetros do local onde vive e, embora a situação não seja tão grave como em Angola, também se passam coisas em Moçambique. [...] A "fraternização", como se diz com emoção em Lisboa, resume-se a um negócio que teria ocorrido há coisa de 8 dias num posto de fronteira do Malawi, nas cercanias de Mandimba. Certa tarde alguns porta-vozes lançam, sobre os muros da guarnição portuguesa, um apelo da FRELIMO à "fraternização": "Saíam sem armas para dar o abraço da fraternização". No interior do posto há uma concentração: "Porque não, se afinal de contas a guerra acabou e negocia-se a independência?". E eis que os bravos soldados portugueses, se lançam afectuosamente nos braços estendidos dos guerrilheiros que os aguardam com largos sorrisos descobrindo os dentes brancos. Abraçam-se com grandes palmadas nas costas e, logo a seguir, os terroristas sacam das armas e fazem-nos a todos prisioneiros. Foi assim que 150 homens foram capturados. O alerta foi dado por dois atrasados que tinham a "fraternização" lenta. A partir daí, as versões divergem: alguns afirmam que os 150 soldados foram massacrados a alguns quilómetros do local; outros, que foram conduzidos cativos ao Malawi. O mais verosímil é que tenham sido libertados após uma intervenção do comandante da FRELIMO da região de Tete, Raimundo Dalepa.»⁵
- «Jorge Jardim manteve contactos pessoais na Swazilândia com dezenas de industriais e comerciantes de Lourenço Marques e Beira que àquele país de deslocaram. Jorge Jardim esteve na Swazilândia desde o dia 9, tendo contactado com [o ex-delgadista e ex-FPLN jornalista do tablóide londrino "The Guardian"] António [Gomes Paula Simões de] Figueiredo, membro da delegação portuguesa nas Nações Unidas que após 15 [i.e, 11] anos de exílio [voluntário em Londres], regressou a semana passada a Moçambique [para trabalhar no jornal "Tempo"].»⁶
- «Em correspondência de Lourenço Marques [assinada pelo frelimista Fernando de Magalhães], o [matutino liberal sul-africano e anglófono] "Rand Daily Mail" de Joanesburgo noticiara que [o correspondente do The Guardian londrino] António Figueiredo – militante socialista, fazia parte da missão portuguesa na ONU –, admitira deslocar-se a Mbabane [capital swazi] por instruções do Governo português, e que a Frelimo me não considerava um aventureiro. O jornalista António Figueiredo apareceu [em Matsapa] que queria fazer uma entrevista gravada, que destinaria ao 'Rádio Clube de Moçambique'; veio a ser recusada pela censura interna (onde pontificava um "democrata", filho do chefe dos serviços de censura antes do 25 de Abril). Compreendia-se a atitude porque os jornais sul-africanos acompanharam o meu encontro com António Figueiredo que, no seu regresso a Lourenço Marques, foi explícito nas declarações ao 'Notícias': "Posso afirmar que já falei em Moçambique com muitas pessoas com opiniões políticas, mas o eng. Jorge Jardim foi o único político que

encontrei. Julgo que ele se está a organizar para agir, depois do vácuo criado pela retirada do governo de Lisboa. Potencialmente, Jardim é um factor na política de Moçambique e ignorá-lo não é sensato". Esta tomada de posição, por um homem que nem sequer tinha comigo afinidades ideológicas, perturbava os "Democratas" que viam contrariados os seus desígnios. Actuaram de forma a humilhar António Figueiredo, que em Lourenço Marques se viu constrangido a não proferir uma conferência de imprensa, em que seria apresentado pelo seu amigo Domingos Arouca. Conhecidas as afinidades de António Figueiredo com os socialistas portugueses e a estreita ligação de Domingos Arouca com o [ministro da Justiça] dr. Salgado Zenha, apresentava-se estranho que fossem objecto de agressões ideológicas.»⁷

Simultaneamente em Lourenço Marques, o CCFAM distribui um comunicado ilustrado com fotografias cedidas pelo jornalista Peter MacIntosh, onde ficam demonstradas várias acções de sabotagem e actos de banditismo praticados no distrito de Nampula ao longo da passada semana.

– «Têm os distritos de Nampula e Ilha sido cenário de uma onda de violência e de anarquia que, nos últimos dias, assolou principalmente as áreas compreendidas entre a cidade de Nampula e o litoral, provocando distúrbios e confrontações, alguns revestidos de certa gravidade. [...] As comunicações telefónicas, que no sábado e domingo haviam sido cortadas com a faixa costeira, encontram-se já restabelecidas e em pleno funcionamento. As autoridades militares têm detidos em seu poder 10 cabecilhas, díscolos responsáveis pelos distúrbios cometidos. [...] Ao fim da tarde de hoje, as autoridades militares controlavam a situação, patrulhando as principais ruas e subúrbios daquelas localidades.»⁸

E no sudoeste da Guiné o quartel do Exército em Cacine é entregue às FARP, ao mesmo tempo que em Bissau decorre um grande comício do PAIGC com o apoio do MFA-Guiné.

– «Na Guiné terminava [zona fronteiriça sudoeste], com a entrega de Cacine [ao coronel das FARP Humberto Gomes], a primeira fase de transferência dos campos fortificados para o PAIGC, enquanto em Bissau o [comissário político Juvêncio Gomes do] PAIGC prosseguia as suas "reuniões de bairro" e realizava um grande comício.»⁹

– «Cacine no sul da Guiné-Bissau, assim como o porto que defende esse campo, serão entregues às forças do PAIGC na segunda-feira [hoje dia 12]. Com a transferência deste 12º ponto estratégico, cumpre-se o primeiro calendário de entrega dos campos. Um segundo calendário estabelecido discretamente, mas oficialmente entre Portugal [i.e. o comando-chefe da Guiné] e o PAIGC, será fixado no decurso de conversações ulteriores. [...]

O reconhecimento oficial da república, por Lisboa, não dará lugar a qualquer manifestação ou festividade conforme já foi determinado pelo PAIGC, que assim entende sublinhar que a independência é um facto já adquirido quando da proclamação do Estado da Guiné-Bissau, e por outro lado para evitar o risco de ver agitadores transformarem uma tal festa em incidentes raciais que implicariam prejuízos à paz na cidade de Bissau e às futuras relações entre o Estado da Guiné-Bissau e Portugal. O partido empreendeu uma campanha de informação na capital Bissau, cidade de 80 mil habitantes que pouco sabe ainda acerca dele, sobretudo do seu programa. O Exército português quer que "tudo se passe bem". Omnipresente, patrulhas as ruas, guarda os edifícios públicos ou ainda encarrega-se da sonorização dos comícios do PAIGC.»¹⁰

– «Uma reunião com cerca de 15 mil pessoas, viu sucederem-se os membros do comité de coordenação do PAIGC, assim como os membros da delegação enviada à cidade pelo PAIGC para ali orientar a acção dos militantes cidadãos. O "Grande Hotel" está agora cheio com os militares que vieram dos campos fortificados já cedidos ao PAIGC, que aguardam partida para Lisboa. Se vão ao bar do hotel para matar o tempo, fazem-no sob os cartazes celebrando a independência e o PAIGC. Se abrem o jornal local, "Voz da Guiné", é para lerem um texto de Amílcar Cabral sobre o futuro económico da Guiné-Bissau. Se abrem o rádio, ouvem uma cerimónia de apresentação de cartas credenciais por três embaixadores africanos a Luís Cabral em Canjambari. Uma categoria de europeus, os comerciantes que formam uma parte importante dos 3 mil estrangeiros da Guiné, assim como os seus colegas libaneses, encontram-se um pouco na expectativa.»¹¹

Durante a tarde no areópago da ONU em Manhattan, reúne o CS – constando na «matéria da ordem do dia, o pedido de admissão da nova República da Guiné-Bissau como membro das Nações Unidas» –, proferindo o embaixador português prof. Veiga Simão um discurso onde, após considerandos vários, reafirma «em nome do Governo Português, as nossas obrigações perante a Carta das Nações Unidas», promete «uma colaboração total com os órgãos dessa Organização», repete parcialmente o texto do memorando entregue ao secretário-geral da ONU quando da visita a Lisboa e a terminar lê a mensagem do MNE português. Em seguida, os quinze membros daquele conselho aprovam a Resolução 356 e por unanimidade recomendam a admissão do Estado da Guiné-Bissau no sentido de que, já na sessão de abertura da XXIX-AG, tenha assento como membro de pleno direito.

– «Na [mesma] segunda-feira, a imprensa portuguesa [nomeadamente o matutino "O Século] transcrevia o comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros [...] a propósito da reunião do Conselho de Segurança, de 12 de Agosto. [...] Primeiro orador após a votação, o embaixador da Maurítânia sublinhou "o destino comum e a activa solidariedade" do seu país com a Guiné-Bissau, e disse esperar que a Espanha seguisse o exemplo português concedendo a independência ao Sahara espanhol. Os embaixadores do Quênia e dos Camarões apelaram à concessão de assistência à Guiné-Bissau e à rápida descolonização das demais colónias portuguesas. O encarregado de negócios francês afirmou esperar que as negociações em curso entre Portugal e o PAIGC chegassem a uma "rápida e satisfatória solução". Os representantes do Iraque e da Áustria igualmente se congratularam com a admissão. O embaixador chinês declarou que o seu país apoiara activamente a luta do PAIGC, tendo a libertação da Guiné-Bissau representado "um novo capítulo na luta contra o colonialismo". Javier Perez de Cuellar, representante do Perú (e futuro secretário-geral), apoiou "com profunda satisfação" o voto unânime do Conselho de Segurança. Veiga Simão – que acabara de chegar [ontem] de Lisboa, onde esperara pelo regresso [de Argel] da delegação portuguesa –, falou no final. Era a primeira intervenção pública portuguesa na ONU após o 25 de Abril: "O Governo português deu início ao processo de descolonização, aceitando desde logo o direito à independência política dos territórios sob

administração portuguesa, em termos e datas a decidir por acordo mútuo. Como penhor de autenticidade democrática, Portugal aceita ainda a presença de observadores das Nações Unidas em qualquer processo eleitoral que venha a realizar-se naqueles territórios. Estamos prontos a transferir a administração da República da Guiné-Bissau, a acelerar a descolonização das ilhas de Cabo Verde, em estreita colaboração com os órgãos competentes das Nações Unidas, e a entrar em negociações formais com os outros movimentos de libertação". Pronunciava o termo do longo litígio entre Portugal e a ONU mas, ao contrário das intenções de Veiga Simão¹², não serviu para uma intervenção efectiva da ONU nas subsequentes fases da descolonização portuguesa. [...] A delegação do PAIGC também regressou de Argel à sua base [em Conackry]. Ficará combinado novo encontro em Argel para a semana seguinte. [...] Embora nem tudo estivesse acabado, o problema da Guiné constituía – dirá Almeida Santos em 12 de Agosto –, "o saldo do problema" [da pseudo-descolonização programada pelos entreguistas portugueses].»¹³

E no noroeste de Angola, o comando da UTCL dá por concluída a operação desenvolvida desde início do mês por tropas do BCP21 em toda a área para norte do Toto, a qual permitiu destroçar uma coluna da FNLA proveniente do campo de treino de Kinkusu e infiltrada pelo vale do M'pozo rumo ao M'brije, tendo sido mortos ou capturados cerca de metade dos seus componentes.

- «Aqui e além, a guerrilha travava pelejas inconsistentes. A FNLA penetrou a norte com algumas centenas de homens, que os pára-quedistas depressa dizimaram ou aprisionaram, ao anunciar-se que pretendiam atacar Luanda.»¹⁴
- «A UTCL conseguiu localizar um numeroso grupo de guerrilheiros da FNLA que se tinha infiltrado em direcção aos Dembos numa caminhada da ordem dos trinta dias. Activado [na manhã de 08Ago74] o 2º escalão da UTCL, no qual participavam dois helicópteros "Puma" e um grupo de combate de pára-quedistas [do BCP21] transportados [da BA9-Luanda] para o [AM32] Toto por aviões "Nordatlas", preparou-se cuidadosamente a interceptação a qual teve lugar no dia seguinte e foi coroada de êxito. Muitos guerrilheiros foram abatidos, feitos cerca de duas dezenas de prisioneiros e apreendida uma grande quantidade de material de guerra. Tudo isso sem qualquer baixa do nosso lado. Os restantes elementos do grupo que escaparam, espalharam-se por aquele enorme oceano de capim [a norte do rio M'brije], tornando-se muito problemática a sua sobrevivência e com certeza abortada a finalidade da sua missão. Convidei o Rosa Coutinho a deslocar-se ao Toto a fim de felicitar os pára-quedistas pelo êxito alcançado. Acedeu e no dia 14 [i.e., 12] de Agosto ali nos deslocámos, indo encontrar os prisioneiros com os quais o almirante trocou algumas palavras em francês pois nem um só falava a nossa língua. Foi a última vez que visitei aquele aeródromo.»¹⁵
- «Jovens residentes na República do Zaire, com escassos dias de treino, figuram entre os guerrilheiros capturados nos últimos dias pelas Forças Armadas portuguesas, no decorrer de uma operação na região do Toto no norte de Angola. Segundo um oficial pára-quedista [coronel graduado Gonçalves Ramos] que tomou parte na operação, o grupo era chefiado por um elemento bastante experiente e conhecedor do terreno, o que dificultou a perseguição que vinha sendo feita desde a fronteira onde a sua entrada foi detectada. Há crianças armadas em guerrilheiros e o chefe é conhecido em Cabinda pela sua crueldade, chegando a matar os subordinados que não lhe obedecem. Rapazes com idades à volta dos 14 anos, alguns deles sem comer há dez dias, forneceram aos órgãos de informação que os abordaram no Toto respostas como: "Não sei, não li nada disso de ideário da FNLA"; ou "Não, não sabemos nada da independência", "Não sabemos que vai ser dada a independência de Angola", "Não conheço nada disso"; ou ainda "Fomos obrigados a ir para a FNLA", "Fomos agarrados por 'eles' em Quicabo".»¹⁶
- «Um grupo de negros, envengando fatos-de-macaco verde, pousam por detrás de um pequeno arsenal de armas desemparelhadas: metralhadoras ligeiras israelitas, minas americanas, espingardas belgas, FN soviéticas; três caixas de munições de origem diversas. Todos os arsenais do mundo colaboraram fraternalmente na realização desta fotografia, com 16 prisioneiros da FNLA e o seu armamento capturados pelos pára-quedistas portugueses [do BCP21]. Na companhia de vários jornalistas pude deslocar-me à base do Toto, no norte da Província a uma centena de quilómetros da fronteira zairense, QG da operação de desgaste que se pratica actualmente. O coronel [graduado pára-quedista Gonçalves Ramos] (que ainda não era tenente [?!] há três meses), explica que há já algum tempo a FNLA procura reforçar os seus guerrilheiros agrupados nos maciços dos Dembos (região de Carmona). Há cerca de 2 a 3 mil guerrilheiros distribuídos em volta do rio Loje. [...] Esta táctica da FNLA [praticada logo no início de Mar61] foi consideravelmente facilitada pela quase interrupção das operações militares que se verificou depois do 25 de Abril. Tendo tomado conhecimento de que um grupo de 78 homens tinha atravessado a fronteira em meados de Julho, os pára-quedistas decidiram penetrar na savana a fim de encurralá-los à passagem do rio M'brije [a norte da estrada Damba, Lucunga, Toto, Bessa Monteiro, Ambrizete]. Os rebeldes, homens frescos provenientes da escola de treino de Kinkusu, levaram 25 dias a chegar ao rio. Um dos prisioneiros contou-me que tinham esgotado as provisões e se viam obrigados a alimentar-se de amêndoas [?!] e de frutos que coziavam. Foi nesse momento que, referenciados pelos helicópteros [Alouette-III da UTCL], imediatamente os pára-quedistas entrevistaram. Os portugueses são discretos quanto ao número de mortos. Um dos prisioneiros calcula que foram mortos 20 guerrilheiros e capturados 17, dos quais 1 ferido. Este ferido tem 20 anos e chama-se Afonso. Só fala francês, visto que os seus pais [bacongós] angolanos vieram instalar-se no Congo Belga em 1942 e ter terminado os seus estudos superiores [?!] numa escola comercial em Kinshasa. [...] Tal como os seus camaradas, afirma ter sido alistado à força. O processo é sempre o mesmo: um jipe da polícia zairense pára certo dia defronte de uma casa habitada por uma família de [bacongós] angolanos; interpelam o jovem "tu és angolano e não tens vergonha de não te bateres pela libertação do teu país, vem connosco"; o rapaz tem de segui-los, então depara-se-lhe o campo de Kinkusu. Todos pretendem que não recebem ali instrução política, o que é pouco [?!] crível. Depois de um [brevíssimo] período de treino, os novos recrutas são enviados directamente ao combate. [...] A sua aventura encontrou um termo provisório nesta base portuguesa [AM32-Toto] onde, alojados clandestinamente [?!], vivem no meio dos soldados da sua idade sem qualquer discriminação, participando do mesmo rancho e das suas ocupações de "magalas". [...] Esta operação

teve grande repercussão em Luanda e contribuiu consideravelmente para atenuar a atmosfera envenenada dos dias precedentes.»¹⁷

Simultaneamente em Luanda, é distribuído o seguinte comunicado:

- «Acompanhado pelo comandante da região aérea de Angola [brigadeiro graduado Silva Cardoso], o [presidente da JG e CCFAA] vice-almirante Rosa Coutinho efectuou hoje, dia 12 de Agosto, uma visita às tropas em operações na frente norte, onde está a desenrolar-se com êxito a intercepção de um numeroso grupo infiltrante, vindo do exterior. Foi já capturado um número apreciável de guerrilheiros, completamente exaustos pela aturada perseguição que lhes foi movida, grande quantidade de armas e outro material que transportavam. Seguidamente, os dois membros da Junta Governativa visitaram o Comando da Área Militar Nº1 [Toto], onde contactaram com as tropas ali instaladas e tomaram conhecimento dos problemas que é necessário resolver, com vista ao acolhimento e instalação das populações foragidas, que em número muito significativo se estão a apresentar às autoridades.»
- «A FNLA divulgou [no dia 14 em Kinshasa] um comunicado contra a "política discriminatória" por parte das autoridades militares portuguesas de Angola. O comunicado refere violentos recontros no interior [noroeste] do território angolano, entre as forças do ELNA e as "forças portuguesas de repressão". A FNLA afirma que os outros movimentos políticos angolanos são tolerados ou encorajados e que ela é o único a ser "perseguido". Denuncia "a batida sistemática de que são vítimas os seus militantes e simpatizantes em todo o território de Angola", e afirma que em 13 [?!] de Agosto "as forças de repressão efectuaram uma incursão numa das suas células [?!] clandestinas". [...] Falando em nome de Holden Roberto, o chefe da delegação da FNLA à conferência regional africana da FAO [reunida em Port-Louis], Maulala [...] afirmou que a intensificação da luta militar constitui o único processo para acelerar a independência.»¹⁸

Entretanto junto à estátua de Dom Pedro IV na Praça da Liberdade no Porto, por volta das 17:30 um grupo de manifestantes do MRPP reúne para tentar fazer um comício, convocado por cartazes distribuídos ou colados nas paredes durante toda a semana, «exigindo a libertação imediata de Saldanha Sanches, levantamento da suspensão do jornal "Luta Popular" e revogação da lei fascista da informação», sendo no entanto os seus propósitos de arruaça prontamente boicotados pela população portuense.

- «Quando um manifestante empunhando um megafone, pretendeu dizer qualquer coisa empoleirado na estátua de Dom Pedro IV, foi imediatamente impedido de o fazer e obrigado a fugir à fúria dos perseguidores, sempre em maior número. Entretanto vindos da Rua Sá da Bandeira, vários manifestantes empunhando cartazes e bandeiras vermelhas do movimento, foram vaiados sendo imediatamente despossosados dessas bandeiras pelos populares que acorreram de vários pontos. Os manifestantes foram obrigados a fugir, não sem que alguns deles tivessem sofrido espancamentos. De posse de algumas bandeiras e cartazes, os populares vingaram-se pegando-lhes fogo e rasgando-os. A partir de então os populares mantiveram-se nas imediações da Praça Almeida Garrett, Rua Sá da Bandeira e em todos os pontos estratégicos por onde os manifestantes pudessem atingir a estátua. [...] Nem as Forças Armadas nem a PSP ou qualquer autoridade intervieram.»¹⁹

E em Lisboa prossegue pela noite dentro a *manif* esquerdóide frente à Penitenciária, apesar de o incidente com os detidos ex-agentes da DGS estar completamente sanado.

- «O motim [...] ganhou relevo político e atraiu milhares de pessoas para as imediações [...] gritando "Morte à PIDE" e frases hostis ao general Galvão de Melo. [...] Cerca das 15 e 45 foi lida uma moção dirigida ao MFA: "O povo de Lisboa reunido em concentração frente à Penitenciária há longas horas, em atitude de vigilância face à rebelião dos criminosos da PIDE/DGS, preocupado com as demoras em fazer prevalecer dentro da Penitenciária a ordem democrática; face ao criminoso motim dos torcionários e assassinos da PIDE, o povo de Lisboa preocupado com a sua própria segurança e temendo qualquer concessão aos assassinos da PIDE (concessão que seria uma ofensa), ponha em risco a vida de crianças, homens e mulheres e a própria ordem democrática duramente conquistada com o 25 de Abril", começava por afirmar essa moção. Seguiram-se as reivindicações dos manifestantes, que eram: "Colocação de soldados, sargentos e oficiais patriotas, da confiança do povo, para impôr e manter a ordem democrática dentro da Penitenciária; medidas rigorosas para impedir que outro motim se verifique; inquérito para averiguar responsabilidades de todos quantos contribuíram para este motim; recusa total de quaisquer pedidos dos assassinos da PIDE, que são uma grave ofensa aos sentimentos do Povo Português, tão duramente massacrado por estes criminosos que se amotinaram agora". No final da moção aproveitava-se para "reforçar a vigilância popular de justo castigo a todos quantos serviram a PIDE". [...] Durante a tarde houve incidentes entre populares e uma força da PSP. [...] O primeiro momento de grande tensão ocorreu cerca das 17 e 30 quando um carro celular pretendeu sair da Penitenciária, transportando um ex-agente da ex-PIDE/DGS. Os portões da cadeia não chegaram a ser abertos em virtude de a multidão a isso se opôr. Finalmente, o carro celular lá conseguiu sair por entre os apupos da multidão que gritava "Morte à PIDE" e "Abaixo a reacção". [...] O início dos incidentes entre a população e a força da PSP verificou-se às 18 e 25, quando essa força carregou com bastões sobre a multidão. Esta, passados os primeiros momentos de pânico e de fuga desordenada, armou-se de pedras existentes [no topo do Parque Eduardo VII] num descampado que há junto da Penitenciária, tendo lançado essas pedras contra a PSP. [...] Às 18 e 45 a chegada de um jipe da Polícia Militar arrancou da multidão uma longa salva de palmas, gritos de "Unidade Povo-MFA" e "Abaixo a Polícia". A multidão, reagrupando-se frente à Penitenciária e tendo à sua frente alguns dos mais atingidos na carga da PSP, continuava a gritar "Abaixo a Polícia", chegando alguns populares a despir a camisa para mostrar as marcas deixadas pelos bastões. Cerca das 20 horas chegaram à Penitenciária, o major Canto e Castro da Comissão Coordenadora do MFA e o comandante Contreiras membro do Conselho de Estado. Chegados ao interior da Penitenciária, estes dois destacados oficiais do MFA dirigiram-se às ameias do estabelecimento prisional de onde falaram à multidão, acompanhados pelo chefe-de-gabinete do general Galvão de Melo, major Costa Neves que já se encontrava no local. Foi este que se dirigiu através de um megafone à multidão, começando por dizer: "A Polícia vai neste

momento retirar-se". Aqui a multidão, ao mesmo tempo que batia palmas, gritava "Unidade Povo-MFA" e "Abaixo a Polícia". Depois continuou o major Costa Neves: "A sublevação já terminou há algumas horas. Vocês deviam ter sido informados disso e não foram. Por isso pedimos desculpa". Depois acrescentou, perante o entusiasmo da multidão: "Nenhuma reivindicação foi satisfeita". A terminar, o major Costa Neves exortou a multidão a retirar para o descampado, acatando as ordens da Polícia Militar. O facto de os membros da PSP se manterem no local, fez com que a multidão não correspondesse à exortação. Nessa altura o comandante Contreiras falou aos manifestantes e disse: "Agradecemos que terminem a manifestação, de resto muito salutar. Mas como já não há motivos, continuando-a só se serve os desígnios da reacção". Foi nesta altura que, perante a recusa da multidão em abandonar o largo fronteiro à Penitenciária, chegou [vinda do BC11-Amadora] a força de "comandos". [...] O destacamento de "comandos" chefiado pelo capitão Miquelina Simões, chegou ao local perto das 21 horas transportado em 8 carros [blindados] "Chaimite", na sequência de uma longa confrontação entre os milhares de populares presentes junto da Penitenciária e uma força da PSP. [...] Cerca das 23 horas apareceu a engrossar a multidão um numeroso grupo do núcleo do PS dos Olivais-Encarnação, empunhando uma bandeira vermelha e um dístico. [...] A multidão era contida à distância, com dificuldade, por "comandos" das Forças Armadas, às últimas horas de ontem.»²⁰

Entretanto no palácio da Cova da Moura, o presidente da JSN e CEMGFA general Costa Gomes convoca de urgência o major Otelo e com o seu acordo determina que o COPCon estabeleça um plano, para apreender o contestatário «Documento Engrácia-Hugo dos Santos» e a lista anexa que já contém cerca de 200 assinaturas entretanto recolhidas.

- «Em meados do mesmo mês, na Escola de Fuzileiros e na Força de Fuzileiros do Continente, levantei objecções, entre oficiais, a essa campanha [de apoio a Spínola através do "Documento Engrácia Antunes-Hugo dos Santos], porque poderia suscitar divisões entre os militares. A fim de ouvir a sua opinião, fomos a casa de [membro da JSN e CEMA vice-almirante] Pinheiro de Azevedo, na Parede. Preocupava-nos a exageradíssima influência de oficiaizinhos muito novos e muito vermelhos com um ardor muito revolucionário, mas extremamente prejudiciais para a vida nacional, que somavam acções sobre acções, qual delas a mais deletéria. Foi nessa ocasião que requeri a passagem à licença ilimitada: estava cansado daquelas Forças Armadas.»²¹
- «A Comissão Coordenadora tinha já entrado em acção e Costa Gomes rapidamente se descartou do assunto, dizendo que assinara sem mesmo ter lido o documento dados os seus muitos afazeres, e envia uma circular a todas as unidades utilizando a linguagem do "cumprimento dos objectivos do Programa do MFA, completa neutralidade partidária e permanente vigilância contra as manobras da reacção", dando ordens para que as tropas sejam esclarecidas sobre o papel das Forças Armadas, o que a Comissão Coordenadora aproveitou imediatamente para intensificar as suas intervenções de ocupação de posições e de politização. O Programa do MFA estava completamente destruído e só iria servir daí em diante para uma ou outra citação. O general Spínola tinha actuado em tudo, como sempre, confiante na seriedade de acção do amigo Costa Gomes, ou pelo menos assim se veio desculpar das sucessivas derrotas sofridas, deixando fugir o poder que teve na mão e jurara defender. Os militares revolucionários começaram então a pensar no que chamaram a "institucionalização do MFA", que significava não se contentarem com os órgãos que tinham criado: JSN, presidente da República escolhido por esta, Conselho de Estado e Governo. [...] Com a completa derrota [de Spínola] nesta tentativa [...], as dificuldades aumentam em todos os campos: perda de autoridade política, reforço do poder militar radical; aumento brusco do custo de vida, crise crescente de desemprego, insegurança civil e social, ataques à liberdade de trabalho, impedimento da vida normal administrativa das empresas e instituições, greves selvagens, incitamentos à imoralidade e pornografia; ou seja, a desorganização programada da sociedade portuguesa. Mas o general Spínola resolve mais uma vez não se demitir nem avançar resolutamente com medidas de intervenção militar e tenta o que ele chama "acordar o País", concentrando-se em visitas às unidades militares [dia 14 na EPI-Mafra] para expôr a situação político-militar geral de desorganização em rápido progresso e na chamada da população não-revolucionária – até aí em atitude de aguardar os acontecimentos, que seria a grande "maioria silenciosa" –, a manifestar a sua apreensão e o seu apoio ao presidente da República. [...] O discurso de despedida e resignação [...] estaria preparado desde Agosto, com a colaboração directa do prof. Veiga Simão, no Luso.»²²
- «A crescente deterioração do clima social, económico e político ultimamente mais acentuado, tem constituído, para mim, motivo da mais profunda preocupação. Sobre as origens da situação a que chegámos me tenho debruçado num esforço de análise que sempre se orientou pela pureza dos princípios que enformaram o espírito do 25 de Abril. Esforço de análise a que me obrigaram a minha consciência de português e a minha responsabilidade de presidente da República, pois assumi perante o País o compromisso de responder pelas restauração das liberdades cívicas e pela construção de uma democracia constitucional autêntica. E nessa tarefa me empenhei, com sinceridade inequívoca e férrea determinação. É dessa análise e da posição que assumo, com base nas conclusões alcançadas, que desejo informar o Conselho de Estado e o País para que sobre elas não se teçam interpretações inexactas nem se deturpe a honestidade das intenções que lhe presidiam. / Começarei por afirmar que não é de hoje nem de ontem a minha adesão ao espírito do Movimento das Forças Armadas. Desde a minha nomeação para o cargo de governador da Guiné que sempre expus frontalmente, primeiro sem publicidade por dever de ética e depois publicamente, a total oposição ao ideário e aos métodos do velho regime. E isso sem rodeios nem eufemismos, antes falando a rude linguagem da verdade, que como soldado e como combatente jamais deixei de utilizar. Estive com o Movimento desde a primeira hora, pelo que conheço perfeitamente o seu espírito e as suas intenções, a que aderi com sinceridade, de que ninguém ousará duvidar. E são exactamente esse reconhecimento e essa identificação que me conferem irrecusável autoridade moral para concluir que a origem da situação a que chegámos reside na desvirtuação do ideário do Movimento. Encontro-me perante a evidência de o Programa do Movimento das Forças Armadas estar a evoluir no quadro de uma acção política tendente afinal à sua própria neutralização, em verdadeiro clima de inversão de uma moral cívica à margem da qual se torna

impossível a prática da democracia e da liberdade. Inversão em que, por fidelidade ao espírito do Movimento, e pelo respeito aos compromissos que assumi ao aceitar este cargo, não devo nem posso participar. Dois ou três pontos bastarão para o justificar: / Esteve no espírito do Movimento das Forças Armadas definir concreta e objectivamente uma política ultramarina que conduzisse à paz entre portugueses de todas as raças e credos, objectivo que o anterior regime se revelou totalmente incapaz de atingir. Essa política definimo-la nós, ao estabelecer, inequivocamente e com geral aceitação, os princípios programáticos do processo de descolonização que o mundo e os homens de sã consciência reconheceram válidos. Toda essa política e consequente processo de descolonização foram deturpados, numa intenção deliberada de os substituir por medidas antidemocráticas e lesivas dos reais interesses das populações africanas. / Esteve igualmente no espírito do Movimento das Forças Armadas promover a harmonia entre todos os credos políticos. Mas essa harmonia jamais será possível, quando, por um lado, os chefes declarados de alguns partidos políticos fazem apelo ao bom senso e por outro lado os respectivos grupos de acção enveredam pela via da coacção psicológica, através dos grandes meios de informação e até da violência, em flagrante negação da liberdade e a pretexto da insinuação caluniosa logo lançada pelos seus oponentes. / Esteve no espírito do Movimento das Forças Armadas reservar à Nação, através das suas legítimas instituições democráticas, a definição do perfil de sociedade que os portugueses desejam construir. Mas esse espírito encontra-se claramente ameaçado, senão já de todo comprometido pela sistemática cedência perante a realização larvar de reformas de fundo que dia a dia se vão operando face ao clima vigente de ausência da lei. Daí resulta que, no final de um longo período de anémia, a Nação Portuguesa se encontrará perante situações irreversíveis fortemente limitativas do estatuto constitucional que vier a ser escolhido no consenso popular. Tais situações estão desse modo retirando ao povo a sua real capacidade para o exercício da soberania. / O Programa do Movimento previa também que a substituição do regime deposto devia processar-se sem convulsões internas que afectassem a paz, o progresso e o bem-estar do povo português. A situação é infelizmente bem diferente. Forjam-se reivindicações postas nas mãos dos trabalhadores por burgueses frustrados do velho regime, subitamente titulados também de trabalhadores. A paz, o progresso e o bem-estar da Nação são comprometidos pela crise económica para que caminhamos aceleradamente: pelo desemprego, pela inflação incontrolada, pela quebra no comércio, pela retracção dos investimentos e pela ineficácia do poder central. Isto, porque, quanto se vem fazendo, tudo à sombra do Programa das Forças Armadas, pouco menos é do que o assalto aos meios de produção. É a reivindicação com base em decisões tomadas a níveis sem competência nem legitimidade para o fazer. Enfim, é a inversão das estruturas à margem da sanção democrática do povo. Anulam-se as leis do velho regime antes que novas leis regulem a vida política, social e económica do País. E mesmo algumas das leis já publicadas são impunemente escarnecidas. Nesse clima generalizado de anarquia, em que cada um dita a sua própria lei, a crise e o caos são inevitáveis, em flagrante contradição com os propósitos do Movimento. Por várias vezes chamei a atenção do País para as consequências a que tal estado de coisas acabaria por conduzir e após profunda e dolorosa reflexão tomei a nítida consciência de não estarmos a caminhar para o País novo que os portugueses desejam construir. Concluí, assim, ser inviável a construção da democracia sobre este assalto sistemático aos alicerces das estruturas e instituições por grupos políticos cuja essência ideológica ofende o mais elementar conceito de liberdade em flagrante desvirtuação do espírito do 25 de Abril. Encontro-me, portanto, perante a impossibilidade de execução fiel do Programa do Movimento das Forças Armadas. / O meu sentido de lealdade coíbe-me de trair o Povo a que pertence e para o qual, sob a bandeira de uma falsa liberdade, estão-se preparando novas formas de escravidão. Tenho dedicado toda a minha vida ao serviço da Pátria e não desejo que fique a pesar-me na consciência haver alguma vez traído os meus concidadãos. Nestas condições, e perante a total impossibilidade de no actual clima se construir uma democracia autêntica, ao serviço da paz e do progresso do País, renuncio ao cargo de presidente da República.»²³

– «Em 13 de Agosto, o segundo-comandante do então Batalhão de Comandos telefonou-me [para minha casa na Reboleira] por volta das 05:30, quando regressava de uma noite "agitada", e disse-me para eu passar pela unidade [BC11-Amadora], pois que o presidente da República queria falar comigo às 07:00 do dia 15 no Buçaco.»²⁴

¹ (cf repórter de "O Século", 13Ago74); ² (Galvão de Melo, ao semanário "Tempo Novo", nº4 16Ago74); ³ (idem, declarações à RTP em 29Ago74);

⁴ (McGowan, op.cit pp.104); ⁵ (Georges Dupuy, conversas à mesa do "Café Luso", Beira 20Ago74); ⁶ (in "A Revolução das Flores" vol.III pp.253);

⁷ (Jardim, op.cit pp.308-311); ⁸ (cf comunicado oficial distribuído pelo CEM/CTS à imprensa laurentina, 12Ago74); ⁹ (Duarte Silva, op.cit pp.256);

¹⁰ (in "Le Figaro", Paris 13Ago74); ¹¹ (Eric Makedonsky, in vespertino República, Lisboa 12Ago74); ¹² (embaixador de Portugal na ONU até final do «processo de descolonização melo-antunista»); (então substituído pelo dirigente do MES José Manuel Galvão Teles); em 83-85 ministro da Indústria e Energia, em 87 deputado do PS; em 01Out95 MDN no governo PS, em Ago99 exonerado); ¹³ (Duarte Silva, op.cit pp.259,256-258,260,255); ¹⁴ (Pompilio, op.cit pp.173); ¹⁵ (Silva Cardoso, op.cit pp.388);

¹⁶ (cf correspondente de "O Século", Luanda 13Ago74); ¹⁷ (George Dupuy, reportagem nos Dembos em 19Ago74, cit in "Le Figaro", Paris 20Ago74);

¹⁸ (in DN e "O Século", 15Ago74); ¹⁹ (in "O Século", 13Ago74); ²⁰ (idem); ²¹ (Calvão, op.cit pp.134); ²² (Ferreira, op.cit pp.517,439-440,442);

²³ (Spinola, in "Revolução Traída", palácio de Belém 30Set74); ²⁴ (Jaime Neves, em 22Fev95 a Bernardo)

1974 – Agosto.13

Na região costeira distrital de Nampula, bandos frelimistas prosseguem ataques à população.

- «Bandos de saqueadores voltaram a atacar as casas, lojas e depósitos de víveres na região a leste de Nampula. Milhares de brancos, pretos e indianos prosseguem o êxodo para a cidade, apesar da intervenção das tropas. Receando incidentes, pescadores da zona decidiram partir nas suas pequenas embarcações. [...] As autoridades determinaram [ontem ao fim da noite] que entrassem em actividade os elementos da Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil, cuja extinção [anteriormente pelo MFA-Moçambique] fôra exigida.»¹
- «Por ordem do general comandante-chefe das Forças Armadas e em entendimento com o governador do distrito de Nampula, por força da intranquilidade que reina no distrito, resultante de actos de banditismo puro que nada tem a ver com ideologias políticas, e tendo em atenção garantir a segurança de pessoas e bens, determina-se: enquanto não houver diploma legal que extinga a OPVDC do distrito, esta mantém os objectivos que se propunha atingir na defesa da paz e da ordem e na protecção e segurança das pessoas e bens, actuando na dependência da autoridade que a lei estabelece; enquanto não fôr possível aplicar efectivamente o disposto no diploma legislativo 636/74 do BO.78, as autoridades administrativas mantêm os poderes legais

que a legislação lhes outorga defendendo a ordem, a justiça e a tranquilidade públicas; a PSP de Nampula fica autorizada a efectuar todas as diligências no sentido de reforçar os seus efectivos com vista à recuperação económica de pessoas e bens atingidas pela onda de banditismo.»²

E em Luanda ao fim da noite o COPLAD emite o seguinte comunicado:

- «Às 04:00 no Bairro Adriano Moreira foram assaltados 2 polícias, tendo-lhes sido roubadas as pistolas. No bairro do Cemitério Novo uma viatura civil efectuou disparos. Às 15:45 no Bairro Mota foi aprisionado 1 civil preto quando se preparava para incendiar uma casa. No Bairro Marçal foi aprisionado 1 civil preto drogado com liamba. Durante a tarde ainda se verificaram os seguintes incidentes nos bairros suburbanos: Calemba, grupos de civis pretos lançaram fogo a uma casa nas proximidades do "Bar Campino"; Lixeira, presos 2 civis portadores de liamba e arma branca; Cazenga, apreendidas cerca de 6 mil bandeiras da FNLA e material de impressão na tipografia [do bissemanário] "O Apostolado", preso civil preto por suspeita de provocar agitações na empresa onde trabalha. Após as 18:00 no bairro de São Paulo, preso elemento civil preto indocumentado, portador de um carregador de pistola com munições 7.65; no bairro Casa Branca detectados 3 civis pretos em tentativa de roubo, os quais se puseram em fuga na presença das Forças Armadas que fizeram fogo, tendo resultado 1 ferido que foi conduzido ao hospital de São Paulo. Às 21:00 grupo de 15 civis pretos assaltou no Bairro da Cuca um guarda-nocturno, a quem roubou uma pistola e uma carabina. Às 22:00 junto da Manutenção Militar ocorreram disparos, averiguando-se terem sido efectuados pelos sentinelas. Às 23:00 no Bairro Mota as Forças Armadas foram fageladas com rajadas de espingarda automática e de pistola-metralhadora, tendo sido ferido 1 soldado: a reacção das Forças Armadas causou 1 morto mestiço e 2 civis negros feridos. Foram detidos 7 civis negros, sendo 6 deles ex-reclusos do campo de São Nicolau, devendo-se as detenções a tentativas de assalto e fogo posto.»
- Foram apreendidas na tipografia do jornal "O Apostolado", grandes quantidades de panfletos e bandeiras da UPA (FNLA), assim como as zincogravuras utilizadas na sua confecção.»³

Pouco depois é anunciado pela Emissora Oficial que, «na sequência das medidas tomadas pela Junta Governativa, seguiram para o campo prisional de São Nicolau mais 200 detidos implicados nos incidentes».

- «Há três dias que uma calma inesperada reinou em Luanda. O almirante Rosa Coutinho, chefe da Junta Militar, não esconde a sua satisfação aos raros visitantes que recebe. Atribui esse abrandamento da violência ao facto de numerosos presos de "direito comum", libertados na euforia do 25 de Abril, terem sido novamente encarcerados. 400 teriam sido novamente capturados. O mais saboroso da história é terem sido obrigados a pedir auxílio aos antigos polícias da DGS para obter esse resultado. Contudo, se os malfeitores se entregaram à alegria de roubar, pilhar e incendiar no decurso das últimas cinco semanas, seria imprudente imputar-se-lhes toda a responsabilidade do desencadeamento de violência que acaba de ensanguentar a capital. De resto, ninguém aqui cai nessa ilusão: os africanos fazem notar que a maioria das vítimas são negros e acusam os comandos brancos, e por vezes pretendem que operariam disfarçados de militares; os europeus asseguram que os movimentos nacionalistas de independência reagrupam as forças para lançar o próximo ataque. "É para o 15 de Agosto", afirmam [aludindo ao aniversário da fundação de Luanda]. Toda a gente está de acordo num ponto: "Esta calma é apenas aparente e provisória".»⁴

¹ (cf correspondente do DNI; Beira 14Ago74); ² (comunicado do CCFAM, emitido no QG-Nampula em 12Ago74 pelo CEM coronel tirocinado Manuel Amorim de Sousa Menezes; cf fac-simile in "Aqui Moçambique Livre" pp.xxiii); ³ (cf correspondente de "O Século", Luanda 13Ago74); ⁴ (Georges Dupoy, jornalista do "Le Figaro"; idem)

1974 – Agosto.14

Em Atenas o novo PM Karamanlis declara que a Grécia vai sair da NATO, devido à falta de apoio demonstrada perante o conflito que decorre na ilha de Chipre com a invasão de tropas da Turquia.

Por essa ocasião em Dar-es-Salaam decorre a 3ª ronda negocial secreta entre a FRELIMO e o plenipotenciário major Melo Antunes que, recém-chegado de Londres e à revelia dos ministros Mário Soares e Almeida Santos (cuja chegada está prevista para a noite de amanhã), obtém do comité executivo frelimista a aprovação de princípio para os 19 pontos do texto final do acordo – apresentado como facto consumado ao PR provisório português –, e do qual se salienta o seguinte articulado mais relevante:

- «As delegações da Frente de Libertação de Moçambique e do Estado Português, com vista ao estabelecimento do acordo conducente à Independência de Moçambique, acordaram nos seguintes pontos: 1- O Estado Português, tendo reconhecido o direito do povo de Moçambique à independência, aceita por acordo com a Frente de Libertação de Moçambique a transferência progressiva de poderes que detém sobre o território, nos termos a seguir enunciados. 2- A independência completa de Moçambique será solenemente proclamada em 25 de Junho de 1975, dia de aniversário da fundação da Frente de Libertação de Moçambique. 3- Com vista a assegurar a referida transferência de poderes, são criadas as seguintes estruturas governativas, que funcionarão durante o período de transição que se inicia com a assinatura do presente acordo: a) Um alto-comissário de nomeação do presidente da República Portuguesa; b) Um Governo de Transição nomeado por acordo entre a Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português; c) Uma comissão militar mista nomeada por acordo entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique. [...] 6- O Governo de Transição será constituído por: a) Um primeiro-ministro nomeado pela Frente de Libertação de Moçambique, a quem compete coordenar a acção do Governo e representá-lo; b) Nove ministros, repartidos pelas seguintes pastas: Administração Interna, Justiça, Coordenação Económica, Informação, Educação e Cultura, Comunicações e Transportes, Saúde e Assuntos Sociais, Trabalho, Obras Públicas e Habitação; c) Secretários e subsecretários a criar e a nomear sob proposta do primeiro-ministro, por deliberação do Governo de Transição, ratificada pelo alto-comissário; d) O Governo de Transição definirá a repartição da respectiva competência pelos ministros, secretários e subsecretários. 7- Tendo em conta o carácter transitório desta fase da acção governativa os ministros serão nomeados pela Frente de Libertação de Moçambique e pelo alto-comissário, na proporção de dois terços e um terço, respectivamente. 8- A comissão militar mista

será constituída por igual número de representantes das Forças Armadas do Estado Português e da Frente de Libertação de Moçambique e terá como missão principal o "controle" da execução do acordo de cessar-fogo. 9- A Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português, pelo presente instrumento acordam em cessar-fogo às zero horas do dia ... (hora de Moçambique) nos termos do protocolo anexo. 10- Em caso de grave perturbação da ordem pública, que requeira a intervenção das Forças Armadas, o comando e coordenação serão assegurados pelo alto-comissário, assistido pelo primeiro-ministro, de quem dependem directamente as Forças Armadas da Frente de Libertação de Moçambique. 11- O Governo de Transição criará um corpo de polícia, encarregado de assegurar a manutenção da ordem e a segurança das pessoas. Até à entrada em funcionamento desse corpo, o comando das forças policiais actualmente existentes dependerá do alto-comissário de acordo com a orientação geral definida pelo Governo de Transição. [...] 13- A Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português afirmam solenemente o seu propósito de estabelecer e desenvolver laços de amizade e cooperação construtiva entre os respectivos povos, nomeadamente nos domínios cultural, técnico, económico e financeiro, numa base de independência, igualdade, comunhão de interesses e respeito da personalidade de cada povo. Para o efeito, serão constituídas durante o período de transição comissões especializadas mistas e ulteriormente celebrados os pertinentes acordos. [...] 15- O Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique comprometem-se a agir concertadamente para eliminar todas as sequelas do colonialismo e criar uma verdadeira harmonia racial. A este propósito, a Frente de Libertação de Moçambique reafirma a sua política de não discriminação, segundo a qual a qualidade de moçambicano não se define pela cor da pele, mas pela identificação voluntária com as aspirações da nação moçambicana. Por outro lado, acordos especiais regularão numa base de reciprocidade o estatuto dos cidadãos portugueses residentes em Moçambique e dos cidadãos moçambicanos residentes em Portugal. 16- A fim de assegurar ao Governo de Transição meios de realizar uma política financeira independente, será criado em Moçambique um Banco Central, que terá também funções de banco emissor. Para a realização desse objectivo, o Estado Português compromete-se a transferir para aquele Banco as atribuições, o activo e o passivo do departamento de Moçambique do Banco Nacional Ultramarino. Uma comissão mista entrará imediatamente [à data de assinatura do presente acordo] em funções a fim de estudar as condições dessa transferência. [...] 18- O Estado Moçambicano independente exercerá integralmente a soberania plena e completa no plano interior e exterior, estabelecendo as instituições políticas e escolhendo livremente o regime político e social que considerar mais adequado aos interesses do seu povo. 19- O Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique felicitam-se pela conclusão do presente acordo que, com o fim da guerra e o restabelecimento da paz com vista à independência de Moçambique, abre uma nova página da história das relações entre os dois países e povos. A Frente de Libertação de Moçambique, que no seu combate sempre soube distinguir o deposto regime colonialista do povo português, e o Estado Português desenvolverão os seus esforços a fim de lançar as bases duma cooperação fecunda, fraterna e harmoniosa entre Portugal e Moçambique.»

- «Antes ainda de começarem as negociações, Melo Antunes encontrou-se com o presidente da Tanzânia, Nyerere, e com a delegação da FRELIMO: na reunião, a sua atitude foi a de delegado da FRELIMO, não de Portugal.»¹
- «Depois das negociações preliminares de Melo Antunes, as negociações prosseguiram outra vez em Dar-es-Salaam, entre 14 e 17 de Julho [i.e, Agosto]. [...] Todavia, ficaram ainda por acordar vários assuntos específicos, entre os quais os pormenores do cessar-fogo, e a composição do governo transitório e respectivo relacionamento com o alto-comissário.»²
- «A participação do major Melo Antunes nos contactos estabelecidos a semana passada [14-17Ago74] em Dar-es-Salaam, é indicativo de que a Junta Governativa concluirá rapidamente um acordo com os nacionalistas moçambicanos. Tal acordo conduzirá a um cessar-fogo e à cooperação entre a FRELIMO e as Forças Armadas portuguesas. Citando fontes oficiais em Lisboa, a "Sapa Reuter" afirma ter-se já chegado a um acordo relativamente aos pontos fundamentais e que o Governo português e a FRELIMO estão agora a resolver pormenores de reduzida importância. Afirma ainda a mesma agência que o major Melo Antunes merece a confiança da FRELIMO.»³
- «O acordo de Lusaca, de que a Nação só teve conhecimento depois de assinado [em 07Set74] pelos dois ministros dos Negócios Estrangeiros e da Coordenação Interterritorial é, assim, duplamente inconstitucional. Nem a Metrópole nem Moçambique foram ouvidos e não obstante, excedendo os poderes que lhe foram concedidos, o Governo Provisório entregou a Província de Moçambique à FRELIMO. Tendo em consideração que a FRELIMO é um movimento minoritário que pôs como condição "sine qua non" de um acordo a transferência de poderes sem referendo por ter absoluta consciência de que sairia esmagada desse consulta popular, pode falar-se em autodeterminação? Podem invocar-se princípios democráticos para esta transferência vergonhosa que sacrifica 250 mil europeus e asiáticos e 7 milhões de africanos? Mutila-se a Nação para quê? Para dar liberdade aos povos africanos? De modo algum. Moçambique não foi ouvido quanto ao destino que queria para si. A Inglaterra fez eleições e entregou o governo ao partido vencedor, a França fez um referendo dando às populações que tutelava o direito a escolher entre a manutenção do "statu quo", a independência interna e a independência completa. Porque é que antidemocraticamente – agora que entre nós tanto se fala de democracia –, se passou por cima da vontade dos povos e só se atendeu à vontade inconstitucional, de quatro ou cinco ministros? Quem é que resolve de uma forma autoritária os grandes problemas nacionais? O governo hoje designado de "fascista" ou o actual? Quem é que manifesta maior desprezo pelas ideias democráticas? Quando é que a liberdade dos povos foi mais espezinhada a ponto de se consentir que um território imenso, onde a presença portuguesa tem mais de 400 anos, seja passado para a mão de um grupo terrorista, sem se ouvirem os seus 8 milhões de habitantes? Pobre Moçambique. Pobre País que tanto esperava da democracia!»⁴

Enquanto isso no norte de Moçambique morrem em combate 3 soldados da CCmds4040/72, a 2 meses de terminar a comissão e que desde Março está estacionada no BCmds⁵ sediado em Montepuez.

– «No extremo norte de Moçambique estalaram conflitos entre a população maconde e os colonos na área de Montepuez [sede do BCmds-Moçambique], situada na zona de influência de Porto Amélia. Seguidores [do maconde ex-comandante regional da FRELIMO e actual presidente da UNIPOMO sediado em Porto Amélia, Lázaro] Cavandame, conhecido pelas suas tendências tribalistas, teriam estado no colonato de Montepuez fazendo-se passar por membros da FRELIMO para contactos com os colonos. Sabe-se que os colonos estão refugiados numa escola da cidade, ao mesmo tempo que as autoridades de Porto Amélia se mantêm em contacto com a situação. Segundo informação obtida junto de fontes fidedignas da Beira, a agitação desencadeada na zona de Nampula, António Enes e Moma tem tendência para descer [em direcção ao nordeste distrital da Beira] através da faixa costeira por Pebane e pelo Maaize [i.e, Macuze] a norte de Quelimane.»⁶

Por essa ocasião em Nampula o dr. Mascarenhas Galvão, secretário da Coordenação Económica do governo transitório, reúne com o governador distrital e o comandante-chefe a fim de tratar assuntos relacionados com o reacendimento dos atentados e depredações na região costeira.

– «Situação controlada [em Nampula]. Secretário de Estado [do governo provisório de Moçambique] no Norte. Agitadores vindos do Malawi.»⁷

– «Na Beira, os observadores políticos [?!] notam que o sentimento geral [?!] é que as negociações entre Portugal e a FRELIMO, conduzindo a um governo de coligação composto em especial por membros da FRELIMO, poderá salvar [?!] as províncias do norte da ruína total.»⁸

– «O curso das conversações de Dar-es-Salaam entre representantes do Governo português e membros da FRELIMO, desencadeia as imaginações. De mesa em mesa do café "Luso" passam listas, pretexto para acesas discussões. Todos concordam com um ponto: os grandes chefes do movimento de libertação manter-se-iam afastados do gabinete político, mais ou menos como o "Movimento das Forças Armadas" português vigiando o funcionamento do poder e conservando o Exército na mão. O nome mais citado para a presidência é o de Domingos [António Mascarenhas] Arouca, advogado negro de 40 [i.e, 44] anos que passou oito [Jun65-Jul73] na prisão sob o regime precedente e não [?!] pertence a qualquer formação política. Teria como adjunto militar Marcelino dos Santos, membro da FRELIMO. Para a Defesa iria Raimundo Dalepa, igualmente membro da FRELIMO assim como o dr. [José] Óscar [Viegas] Monteiro, indiano [mestiço de origem goesa], para os Negócios Estrangeiros. Fala-se também de um Secretariado de Estado para a dr^a. Joana Simeão, militante negra [macua] muito popular. Consta que o plano de negociações, no qual trabalham os ministros em Dar-es-Salaam e que foi submetido em [7 de] Julho pelo presidente Kaunda da Zâmbia ao major Melo Antunes, ministro-sem-pasta de Lisboa, tinha sido proposto em Outubro [i.e, 17 de Abril] passado a Marcelo Caetano que o recusara gentilmente ao seu autor Jorge Jardim. Diz-se que o próprio presidente Kaunda, assim como os presidentes Banda do Malawi e Julius Nyerere da Tanzânia, ambos amigos pessoais de Jardim, muito insistiram para que este homem de negócios da Beira entrasse no governo. Mas Jorge Jardim não demonstraria grande entusiasmo em aceitar o cargo que, sem dúvida, marcaria o apogeu da sua carreira de aventureiro.»⁹

Ao mesmo tempo na EPI em Mafra o PR provisório general Spínola, acompanhado pelo CEMGFA general Costa Gomes, preside ao Dia da Infantaria e, após o breve discurso do "mfa" capitão Rui Martins Rodrigues, profere um improvisado de que destaca o seguinte:

– «Aljubarrota, Nun'Alvares Pereira, Dia da Infantaria! Um facto histórico da nossa Pátria. O maior entre os maiores da nossa Pátria! [...] Se, dentro do Exército, alguma arma se pode vangloriar de representar em toda a extensão o conceito de povo em armas, essa será a Arma de Infantaria. [...] A nossa infantaria esteve presente em todos os actos da nossa história. Vêmo-la já nos nossos tempos em França na lama das trincheiras, vêmo-la embrenhada nos matos de África escrevendo na história do mundo, ao lado de cavaleiros, artilheiros e marinheiros, as mais brilhantes páginas de que se pode orgulhar uma Pátria. Vêmo-la mais recentemente no nosso Ultramar, sofrendo na sua carne uma guerra que nos foi imposta ao longo de treze anos. Vêmo-la finalmente no quadro de legítima [?!] representante da grande massa do povo português no 25 de Abril, onde as unidades de infantaria, tendo como cúpulas as [quatro] companhias desta Escola Prática, desempenharam [em Lisboa] um papel decisivo. [...] Bateu-se pela liberdade e pela institucionalização de Democracia em Portugal. [...] Não consentiremos que alguém se desvie da linha dos ideais que nos animaram na madrugada de 25 de Abril. Estamos firmemente determinados a que esses objectivos – Justiça, Liberdade e Democracia – sejam atingidos. [...] Enquanto permanecermos no topo das responsabilidades das Forças Armadas, podeis ter a certeza de que não consentiremos desvios da pureza que a todos nos animou.»

Entretanto em Lusaca o congresso extraordinário do MPLA é interrompido, quando os 164 representantes de Agostinho Neto, juntamente com este e com o presidente honorário Joaquim Pinto de Andrade, abandonam os trabalhos e regressam a Brazzaville.

– «Os militantes do Leste revoltaram-se [em 1972] porque souberam que o dr. Neto tinha assassinado mais quatro camaradas sem julgamento: os comandantes Paganini e Roquete, e os professores Wandundu e Joaquim Carlos. A Revolta do Leste dura há cerca de dois anos e durante todo este tempo os nossos militantes ficaram desprovidos de todo e qualquer tipo de abastecimento, pois o dr. Neto cortou toda a logística aos militantes da Revolta do Leste. Nós fizemos pedidos a vários países amigos para que pelo menos ajudassem em equipamento, quer dizer fardas e cobertores. O Zaire acorreu ao nosso pedido e foi assim que os militantes, que estavam completamente esfarrapados, apareceram agora decentemente fardados. O Lúcio zomba dos nossos militantes que, segundo ele, trazem uma farda que não fez a guerra. A terminologia do Lúcio Lara será que mostra que ele luta ainda pelos interesses das camadas mais exploradas? A propósito das fardas, que o próprio Lúcio também envergava, vinham do Canadá. Será que este país é socialista? Será que aquelas fardas que apareceram pela primeira vez em Agosto de 1974, fizeram a guerra? As ditas forças do

Neto apareceram mascaradas no Congresso de Lusaca. Agostinho Neto não sabe como prestar as contas da sua administração, como se justificar perante tão claras acusações. Agostinho Neto abandonou o Congresso com os seus seguidores, alguns chegados apressadamente de Luanda.»¹⁰

- «Quem ganhou a votação foi o Daniel Chipenda, com mais cerca de uma dezena de votos [no comité central] do que Agostinho Neto, que não aceitou o veredicto abandonando a sala. Um oficial caboverdeano [do Serviço Geral] da Força Aérea, major Santos, [mandatado pelo MFA-Angola] esteve presente e confirmou-me [em Luanda] estes dados.»¹¹

E ao fim da noite no Pavilhão dos Desportos em Lisboa, um grupo esquerdista tenta levar a efeito «um comício de apoio ao MPLA a que se segue uma manifestação no Rossio, que a polícia reprime provocando um morto e vários feridos»¹².

- «O comício de apoio ao MPLA, convocado para as 21 e 30 de 14 de Agosto no Pavilhão dos Desportos, havia sido proibido pelo Governo Provisório e Estado-Maior General das Forças Armadas. Sublinha-se que já no dia anterior a Casa de Angola tinha tido conhecimento daquela decisão, por intermédio da Câmara Municipal de Lisboa. O MPLA rejeitou até agora todas as ofertas de paz do Governo Provisório e declarou a intenção de continuar indefinidamente a luta em Angola, desprezando os anseios do povo angolano. Os soldados de Portugal serão obrigados a manter-se vigilantes na sua defesa em Angola; o Governo e o EMGFA não podem autorizar na retaguarda de Portugal o apoio ao MPLA enquanto mantiver a sua atitude belicista. Contrariamente ao que fôra determinado e por estarem impedidos de o fazer no local previsto, os manifestantes concentraram-se no Marquês de Pombal, desceram a Avenida da Liberdade e pretenderam organizar o comício no Rossio pelas 23 horas. De acordo com as directivas de proibição, emanadas do Governo e do EMGFA, as forças da PSP e da Polícia Militar deslocaram-se para aquele local onde, depois de insistentes avisos por altifalantes convidando os manifestantes a dispersarem e, por não terem sido atendidos, tiveram de actuar para controlar a situação. Cerca da 1 da manhã de 15, os manifestantes ordeiros tinham dispersado. Quando o pessoal da PSP e PM embarcou nas viaturas e estas já estavam em movimento, elementos provocadores em grupos dispersos apedrejaram as viaturas da PSP, provocando cinco feridos e danos avultados. Com dificuldade, actuando com a precaução de limitar a violência, foi neutralizada a acção dos provocadores. Pouco depois estes provocadores passaram a agressores e usaram armas de fogo. As forças da ordem foram forçadas a reagir e em resultado há a lamentar 1 morto e 1 ferido ligeiro. Depois os agressores realizaram uma tentativa de assalto à 8ª Esquadra da PSP situada próximo do Rossio, com apedrejamentos e insultos aos guardas da PSP, o que exigiu nova intervenção defensiva não se registando feridos mas apenas prejuízos materiais em viaturas civis, causados por apedrejamentos. [...] Nada prova até agora que as provocações e agressões contra as forças da ordem tenham sido orientadas ou executadas por populares simpatizantes do MPLA. As averiguações terão de esclarecer se a génese da provocação radica sobretudo em reaccionários da extrema-direita ou da extrema-esquerda revolucionária.»¹³

- «1974.08.14 - Grande manifestação anticolonial [?!] em Lisboa.»¹⁴

- «Houve pessoas que compareceram nas imediações do Pavilhão de Desportos, onde elementos da Polícia Militar barravam os acessos. Viria no entanto a fazer-se uma concentração de manifestantes na Praça Marquês de Pombal, os quais (algumas centenas) desceram a Avenida da Liberdade entoando palavras-de-ordem e empunhando bandeiras do MPLA, do PAIGC e da FRELIMO. Uma vez no Rossio começa a realizar-se um comício. Compareceram elementos da Polícia Militar, que começaram por pedir a dispersão dos manifestantes. A determinada altura intervieram agentes da PSP que, com viseira e bastão comprido, carregaram para forçar a dispersão. Cerca das 23 horas tudo parecia ter voltado à normalidade, tendo os elementos da PSP voltado às carrinhas e os militares da PM feito cordão junto dos veículos. Até cerca da meia-noite e trinta, populares continuaram a encher o Rossio discutindo os factos, com a PM e a PSP presentes. Quando porém as forças começaram a abandonar a praça, manifestantes gritando "assassinos, assassinos" apedrejaram as carrinhas da PSP que pararam por várias vezes, tendo alguns dos seus elementos saído para dispersar os populares. No momento em que as carrinhas passavam em frente do Teatro [Nacional Dona Maria II] a caminho dos Restauradores e perante novo apedrejamento, elementos da PSP fizeram vários disparos [de metralhadora-ligeira FBP], três dos quais vieram a atingir mortalmente o [destacado activista do MDP/CDE] sr. Vítor [Manuel Ferreira] Bernardes [residente na freguesia de Nossa Senhora de Fátima]. Cerca de um quarto de hora depois novos tiros de metralhadora ecoaram no Rossio, não tendo desta vez causado qualquer ferido. As carrinhas da PSP circularam na praça, conseguindo finalmente dispersar a maior parte dos populares. Faltavam poucos minutos para a uma da madrugada, continuando na Praça do Rossio numerosos manifestantes.»¹⁵

- «Há um grupo interessado em criar situações difíceis e foi esse grupo que forçou a realização da manifestação de apoio ao MPLA que se encontrava proibida. Não sabíamos onde é que os militantes do MPLA pretendiam realizá-la, depois de terem sido cortados os acessos ao Pavilhão. Não sabíamos nós, mas parecia haver alguém que sabia porque quando chegámos ao Rossio já lá se encontrava o carro de reportagem do Rádio Clube Português. Depois houve os incidentes que são do conhecimento geral. Os meus homens tinham sido ameaçados, troçados e apedrejados. Estavam além disso cansados. Por isso eu condeno, mas compreendo que algum deles possa ter-se descontrolado, possa ter-se tomado de pânico e possa ter dado um tiro. Mas dizer que houve intenção de matar, como disseram num jornal, isso não. [...] O facto é que a manifestação era de apoio ao MPLA (movimento que me parece muito apoiado pela Casa de Angola), e que o MPLA não quer a paz nem o cessar-fogo, e que por isso os nossos homens continuam a morrer em Angola.»¹⁶

Relativamente a incidentes na baixa lisboeta, pronunciaram-se o MDP/CDE, PCP, PS, LUAR, PPD e PDC que emitem os seguintes comunicados:

- «O Movimento CDE de Lisboa considera que os acontecimentos verificados no Rossio, que deram lugar a um morto e vários feridos, vieram pôr dramaticamente em relevo os perigos e ameaças à ordem democrática.»

- «O PCP, ao protestar vigorosamente contra a repressão exercida por elementos da PSP, interpreta tais acções policiais como não expressando a política do Governo Provisório e do MFA, pelo que devem ser condenadas sem equívocos. [...] A exaltação esquerdista e as violações da ordem democrática fazem o jogo da reacção.»
 - «O PS qualifica de escandaloso o que se passou no Rossio e exige que não fiquem impunes os atentados contra a segurança das pessoas.»
 - «A PSP e a polícia de choque, que diziam dissolvida, [segundo a LUAR] demonstraram de novo a sua vontade sanguinária e criminosa. [...] Não deixa de ser chocante e perigoso o envolvimento da PM nestes acontecimentos e a sua promoção a nova força de choque.»
 - «O PPD considera que a PSP pode utilizar métodos de dispersão de manifestações que não põem em perigos de vida os seus agentes. [...] Repudia os processos brutais que ponham em risco de vida qualquer cidadão [...] Quanto à proibição do comício, não obstante o PPD encarar com simpatia e respeito o MPLA, julga-se justificada na medida em que as Forças Armadas presentes em Angola ainda são sujeitas, pelo MPLA, a acções de guerra.»
 - «O português que caiu no Rossio ceifado pelas balas, merece [do PDC] todo o respeito e consideração dos restantes portugueses e verdadeiros democratas.»
- Enquanto isso em Luanda, progride a agitação:
- «Na noite de 14 para 15 de Agosto verificaram-se em Luanda os seguintes incidentes: no bairro Santo António, um indivíduo queixou-se na 9ª Esquadra da PSP de que, no passado dia 5, lhe haviam roubado da sua residência uma caçadeira e outros artigos; no bairro Prenda, preso 1 civil preto identificado como autor do assalto e roubo [na madrugada de ontem] a um guarda da PSP, tendo sido recuperada a arma pertencente ao referido guarda, a qual havia sido já vendida a um comerciante africano; no bairro Alvalade foi lançada uma garrafa de gasolina para um estabelecimento, tendo sido identificado e preso o autor da façanha. Junto ao Cinema N'Gola, de uma viatura ocupada por africanos efectuaram-se alguns disparos. Na Avenida do Brasil, pelas 00:00 um numeroso grupo de civis negros causou distúrbios perto do Cinema N'Gola. Cerca das 00:30 apresentou-se na 1ª Esquadra [da PSPA o presidente da UNA] Angelino Alberto, a comunicar que sua esposa [mestiça Leonor Alves] havia sido raptada por 2 elementos africanos [aderentes ao MPLA] que se faziam deslocar numa viatura [automóvel ligeiro com matrícula AAF-73-53]¹⁷. Foram tratados no hospital de São Paulo, 8 feridos: 3 com arma de fogo, todos pretos; e 5 por agressão, dos quais 1 mestiço e 2 brancos»¹⁸

¹ (Mascarenhas, op.cit pp.410); ² (MacQueen, op.cit pp.180); ³ (cf AFP, cit in "Notícias"; Lourenço Marques 21Ago74); ⁴ (in "Acordo de Lusaca, um caso de ilegalidade constitucional"; "Economia & Finanças" n.º323 pp.13-14, 16-30Set74); ⁵ (desde 20Nov73 sob comando do major Fonseca Freitas; em 19Ago74 cessa funções e no dia seguinte substituído pelo segundo-comandante major José Manuel da Glória Belchior); ⁶ (cf Reuter, in "A Revolução das Flores" vol.III pp.345);

⁷ (títulos do "Notícias", LM 14Ago74); ⁸ (correspondente do DN; Beira, idem); ⁹ (Georges Dupuy, no "Café Luso"; Beira 20Ago74) ¹⁰ (Chipenda, "Um Só Povo");

¹¹ (Alcino Roque, dep.cit.); ¹² (Morais e Violante, op.cit pp.253); ¹³ (comunicado, IIPGP e CEMGFA; in "O Século" 16Ago74); ¹⁴ (Afonso e Gomes, op.cit pp.602);

¹⁵ (versão DN em 15Ago74); ¹⁶ (comandante da PSP-Lisboa major Casanova Ferreira, in semanário "Tempo Novo", n.º5 23Ago74);

¹⁷ (a meio do dia seguinte localizado em Nova Lisboa, capturados os 2 raptadores e resgatada a senhora);

¹⁸ (cf relatório do CÔPLAD, cit ANI, Lusitânia e Reuter, Luanda 15Ago74)

1974 – Agosto.15

Durante a madrugada na Rua Joaquim Lapa n.º13 em Lourenço Marques, são alvo de atentado bombista as instalações tipográficas onde continuam a ser impressos os frelimistas matutino *Notícias* e vespertino *A Tribuna* (ambos ali sediados),

- «Funcionários desta capital, não sabem quantos elementos da minoria branca abandonaram o território durante os últimos meses. Uma estimativa não oficial é a de que mil pessoas estão a partir, por semana, para Portugal desde o 25 de Abril [o que até à data representa o êxodo de 16 mil pessoas]. Contudo, a vasta maioria dos brancos parece adoptar uma atitude de "esperar e ver", e mostra-se relutante em abandonar um território onde numerosas famílias possuem raízes há séculos.»¹
 - «A explosão que atingiu a tipografia dos dois diários, ocorreu quando três europeus, mascarados e armados, penetraram pela porta de serviço e, depois de manietarem o respectivo guarda, regaram com petróleo a rotativa e outras máquinas, lançando-lhes a seguir um explosivo que as danificou, incendiando as instalações. Não houve vítimas entre os operários. O público moçambicano disporá do noticiário do Rádio Clube de Moçambique. Os outros dois diários moçambicanos – o "Diário" [propriedade da arquidiocese de Lourenço Marques] e o "Notícias da Beira" [expropriado de Jorge Jardim e que emprega cerca de 300 pessoas] –, acham-se também paralisados, há dias, por dissensões internas. Para além dos referidos diários, existem apenas publicações semanais como a revista "Tempo" e o jornal "Voz de Moçambique" [também controlado por frelimistas]. Um outro semanário beirense, a "Voz Africana", acaba também de suspender a publicação em virtude do seu director, o ex-dirigente ["Ministro dos Negócios Estrangeiros" desertor] da FRELIMO [e ex-redactor-chefe do "Notícias da Beira"] Miguel [Artur] Murupa, se ter recusado a ceder as instalações aos novos elementos [frelimistas que pelo MUDM haviam sido] designados.»²
 - «Durante quatro meses uma força de resistência actuou. Também desejava a independência, mas não com um partido único como apregoava o jornal "Notícias". A foto [publicada cinco dias depois] reporta-se aos estragos de uma granada que deflagrou na Casa de Obras daquele órgão frelimista, na madrugada de 15 de Agosto de 1974, um dia antes das conversações secretas que, em Dar-es-Salaam, estruturaram o Acordo de Lusaca.»³
 - «Nos dias 14 e 15 do corrente, reuniram em Milanje autoridades militares e comandantes da FRELIMO [desde 10Jul74 instalados nos subúrbios], sabendo-se que ficou acordado neutralizar os bandos de marginais que vagueiam por diversas regiões da Zambézia. Não raro os guerrilheiros da FRELIMO viajam, nas viaturas do Exército português, até onde pretendem divulgar o ideário do movimento.»⁴
- Algumas horas depois em Lisboa é entregue ao PM Vasco Gonçalves um extenso telegrama, expedido de Lourenço Marques pelos frelimistas "Democratas de Moçambique", com o seguinte teor:
- «Democratas Moçambique encaram máxima preocupação recuo poder perante crescente ofensiva forças reacçãoárias. Grupos divisionistas exercem impunemente sabotagem económica, actuam livremente agitando população fins neocolonialistas. Número crescente de pides a monte. Provocadores incitam mais graves actos desordem social, atentam dignidade Poder. Bandos mercenários instauram terrorismo várias zonas

Moçambique, preparam caos generalizado situação insurreccional. MFA submetido ataques minorias, visando seu desmantelamento. Organizações progressistas alvo repetidas agressões ideológicas. Situação culminou graves acontecimentos distritos Nampula, Ilha, acompanhados alarmante reforço OPVDC, armamento população civil. Dezenas capitalistas Moçambique reunidos Jorge Jardim, vizinha Suazilândia, permitem admitir coordenação intensificação ofensiva reaccionária. Continuação terrorismo urbano cobarde ataque jornal "Notícias". Essencial medidas aceleradas erradicação definitiva forças reaccionárias. Remodelação dispositivo militar, garantia segurança populações. Premente reforço MFA Moçambique. Aceleração processo transferência poderes Frelimo. Cumprimentos.»

Simultaneamente em diversas unidades militares, a mando do CEMGFA começam a ser apreendidas por elementos afectos ao COpCon e à 5ª Divisão, todas as cópias do «Documento Engrácia-Hugo dos Santos».

– «Em Agosto de 1974 tornou-se conhecido um documento numerado e rubricado (visado) pelo general Costa Gomes (CEMGFA) e já assinado por centenas de oficiais, que estava a ser distribuído nas unidades militares e ia ser enviado à imprensa para publicação. Com outros oficiais, [nomeadamente o tenente-coronel Franco Charais membro do CC/MFA e conselheiro de Estado, o capitão-tenente da RN e apoiante esquerdista do PS José de Magalhães Saldanha] Gomes Mota [adjunto "económico" do MNE-adjunto major Melo Antunes], considerou que o documento, ainda que visasse unicamente a defesa intransigente de uma linha de pureza militar do MFA, iria abalar profundamente as Forças Armadas, e sem se preocupar com o respeito devido ao Programa do MFA e à sua formação de democrata resolveu actuar como homem de censura e revolucionário, impedindo a publicação. Para isso, combinou com outro "inimigo" da censura e também dito democrata, o jornalista José Carlos de Vasconcelos então subdirector do "Diário de Notícias", a forma de impedir a publicação, ao que o jornalista anuiu gostosamente dizendo que "não seria necessário fazer-lhe qualquer recomendação pois como estava com o Movimento sabia muito bem o que devia ou não ser publicado", e encarregou-se de impedir junto dos outros jornais a publicação, o que aconteceu. É curioso que manifestações tão escandalosas de censura política como a referida, tenham sido consideradas dignas de auto-elogio por parte de jornalista profissional.»⁵

Ao princípio da manhã no hotel do Buçaco, o PR provisório general Spínola recebe o comandante do BCmds major Jaime Neves, que na madrugada de anteontem havia sido convocado para ali comparecer, e ao qual dá a conhecer o texto de resignação epigrafado «Revolução Traída»:

– «Nessa altura, ele [general Spínola] leu-me um discurso de renúncia, quando apareceu de helicóptero o [comandante da BA3-Tancos] coronel [piloto-aviador Orlando José Saraiva Gomes do] Amara⁶.»⁷

– «Depois de um primeiro alerta sobre a necessidade da "maioria silenciosa" se pronunciar, expresso no discurso de posse do 2º governo provisório, que ficou sem resposta, o general Spínola durante a 2ª metade de Agosto estudou os planos levados a cabo pelo general de Gaulle em França na revolta do fim de Maio de 1968. [...] Foi então formada uma comissão organizadora [...] por pessoas não conhecidas por passado político e teve logo de entrada as maiores dificuldades de fazer o que quer que fosse, porque os partidos Comunista e Socialista coligados impediram o seu anúncio na imprensa, rádio, televisão e a própria afixação de cartazes, espancando e afugentando os afixadores ao mesmo tempo que o COpCon lança mandado de captura contra um dos promotores e ameaça os restantes.»⁸

Entretanto em Lusaca o congresso extraordinário do MPLA é interrompido em completa cisão, dado que os delegados da facção institucional abandonaram ontem os trabalhos, restando os apoiantes da Revolta Activa e da Revolta do Leste que elegem Daniel Chipenda como presidente do movimento.

– «Daniel Chipenda apresentou-se hoje nesta cidade como presidente eleito do MPLA, disposto a maior aproximação com outros movimentos e garantindo os direitos da população branca e restantes minorias. Chipenda, ao que afirmou em conferência de imprensa, teria sido escolhido para "leader" durante as eleições que se efectuaram após o abandono do congresso (na quarta-feira) por parte do dr. Neto e respectiva facção. Ficou vago o cargo de vice-presidente, que será preenchido por [Joaquim Pinto de Andrade] um membro do grupo revolucionário activo (que partiu para o Congo-Brazzaville antes do escrutínio), ou por um representante do bloco do dr. Neto se este decidir regressar. A eleição foi decidida pelos restantes 235 delegados [165 da Revolta de Leste e 70 da Revolta Activa]. Chipenda afirmou que, com a finalidade de revitalizar o Movimento e dar-lhe uma base democrática, os delegados decidiram criar um comité central de 39 elementos e uma comissão coordenadora. Acrescentou que tinham sido eleitos 18 dos 39 membros do comité, esclarecendo que a comissão coordenadora será o instrumento que definirá os objectivos da unidade na luta contra a opressão, indicando os meios a utilizar para a supressão do imperialismo: "Conservaremos os nossos elos com as forças progressistas dos países ocidentais e manteremos com respeito as nossas relações com os socialistas que, ao longo da nossa luta, têm sido nossos firmes aliados". Saudou a FRELIMO: "Abraçamos e prestamos homenagem à sua luta. Desejamos-lhe êxito nas suas negociações com a nova mas potencialmente Junta Militar portuguesa". Revelou ainda que os delegados que permaneceram no congresso até ao fim, tinham resolvido se desse prioridade à formação de uma frente comum com a FNLA. Para além da posição em relação à Frente [FNLA], Chipenda considera a possibilidade de contactos com [a UNITA de] Savimbi. Recorda-se a propósito, a identidade étnica de Savimbi com Chipenda.»⁹

– «A maioria que fica elege Daniel Chipenda para presidente do MPLA, mas Neto ameaça fazer o "seu" Congresso no interior de Angola e marchar sobre Luanda.»¹⁰

– «Realizou-se há dias o chamado congresso do MPLA, em Lusaca, em ambiente de pouca calma, numa atmosfera de feira, como a classificou Agostinho Neto, congresso esse que tinha como objectivo principal eliminar as dissidências que impediam o movimento de aparecer unido em ordem a um diálogo de independência. O MPLA é sem dúvida alguma o movimento com mais penetração no povo angolano, aquele que goza de maior força política e maior aderência por parte das populações. Mas o MPLA encontrava-se dividido em três facções. [...] Os jornais portugueses anunciaram que Daniel Chipenda havia sido eleito

presidente do congresso, fazendo-se eco das agências internacionais que forneceram a notícia. Era visível no entanto, ao observador que soubesse um mínimo da interioridade do MPLA, que tal notícia era falsa. Acontece porém que os diários portugueses estão apostados em publicar tudo o que vem das agências internacionais, sem o sujeitarem a um mínimo de crítica. [...] As forças actuantes em cada situação, contam substancialmente para se valorarem, as notícias que surgem de um momento para o outro e que podem ser puxadas pelas conveniências de cada qual.»¹¹

Enquanto isso, perto da fronteira noroeste de Angola morre um soldado de infantaria, natural do Porto, durante um combate junto ao rio M'Poço a mais um grupo da FNLA recém-infiltrado em progressão para os Dembos.

– «No Norte, continuam recontros entre tropas portuguesas e elementos da FNLA. Os efectivos deste movimento são calculados em 6 mil homens no interior [dos distritos do Zaire e do Uije] e 9500 no [sudoeste da República do] Zaire, 4500 dos quais estacionados [em Luvaka e Thysville] próximo da fronteira com Angola, não contando os 5 mil que estão a ser treinados [em Kinkusu] por 112 instrutores da China. Há indicações que oficiais portugueses estabeleceram contactos officiosos com a FNLA no sentido de limitar as operações.»¹²

E em Lisboa um grupo de «simpatizantes do PAIGC» leva a efeito no Jardim da Estrela uma nova manif anticolonialista de apoio ao MPLA, com a participação de «cerca de 500 jovens com larga representação de guineenses, santomenses, angolanos e moçambicanos» que, aos gritos de «Unidade Guiné-Cabo Verde», marcham para o Rossio e ali «por aclamação foi aprovada a seguinte moção»:

– «Simpatizantes do MPLA (angolanos, moçambicanos, guineenses, caboverdeanos, portugueses, etc.), repudiam a decisão do Governo provisório e do EMGFA, coarctando a liberdade de expressão e o direito a reunião àqueles que pretendem divulgar o verdadeiro sentir do povo angolano, [...] desmistificando a natureza verdadeira dos propósitos de "sinceridade" que dizem orientar o seu processo de descolonização. [...] Repudiam a intervenção da PSP e da PM e polícia-de-choque que no Rossio, por três vezes, investiram à bastonada contra as massas populares anticolonialistas consequentes que apoiavam e gritavam "MPLA, Vitória ou Morte". [...] Repudiam igualmente a atitude tomada por um agente (não identificado) da PSP que rasgou uma bandeira da FRELIMO, símbolo da luta do povo moçambicano.»¹³

– «A Comissão "ad-hoc" para controle da Imprensa, multou em 30 contos [o vespertino frelimista laurentino] "A Tribuna", por ter publicado na edição do dia 20 um telegrama da "Reuter" de Lisboa, a que deu o título "Acabou a lua-de-mel política em Portugal", no qual era analisada a situação decorrente da manifestação organizada pelo MRPP a favor dos movimentos de libertação.»¹⁴

Ao fim do dia no Teatro São Luís, o Partido Liberal leva a efeito a sua primeira sessão de esclarecimento.

– «Quem provocou as maiorias silenciosas e a instabilidade e a indisciplina nas ruas, aquando do "28 de Setembro", foi o arquitecto [José Harry] Almeida Araújo [dirigente do Partido Liberal], todo ligado aos americanos, o Sérgio Geraldês Barba, já na altura o homem da Coca-Cola. Foram esses tipos que estiveram por detrás dessa ideia, a quem se juntaram pessoas ingénuas como o coronel [de cavalaria Fernando José Pereira Marques] Cavaleiro¹⁵, o Mesquita e o [director do semanário "Tempo Novo", José] Hipólito Raposo. [...] De facto a primeira frase a apelar para a "maioria silenciosa" foi dele [general Spínola], mas quem "agarrou" a ideia foram os tipos que atrás referi. Para mim, foi mais uma habilidade controlada pelos americanos.»¹⁶

– «Que [os EUA] nos usaram como cobaias para vacinar a Europa e o mundo contra o comunismo, não tenho dúvidas nenhuma. [...] A primeira notícia sobre essa manifestação [da "Maioria Silenciosa"] foi-me dada pelo próprio presidente António de Spínola, que me pediu para me encarregar disso. Depois apareceu o coronel Cavaleiro, indicado pelo general Spínola.»¹⁷

– «Estive por dentro da sua organização. Houve um tipo [José Hipólito Raposo] a fazer um cartaz que encomendei. Levei a maquete à Tipografia Mirandela através de um amigo, Francisco Ribeiro meu advogado e também dessa empresa. Fizeram 15 mil exemplares. [...] Existiam dois ou três financeiros que apoiavam esta intervenção, sendo utilizada para o efeito uma empresa chamada Socesa. [...] Reuníamos num grupo ali no edifício "Franjinhãs", onde aparecia também o Caçorino Dias e o Victor Ribeiro.»¹⁸

E em Luanda é emitido pelo COPLAD mais um comunicado relativo às actividades de controle militar nos muceques:

– «No Bairro Calemba, tentativa de assalto e incêndio da casa de um guarda da PSP por um grupo de civis pretos, sendo necessária a intervenção das Forças Armadas que foram forçadas a abrir fogo, havendo a assinalar 1 morto e 1 ferido por parte do grupo assaltante; no Bairro Rangel, assaltada uma casa sendo roubada roupa diversa, foi preso o ladrão e apreendida a motorizada em que se fazia transportar; no Bairro Lixeira, detidos 2 civis pretos portadores de arma branca e 4 civis pretos não identificados; no Bairro Cazenga, cerca das 23:30 foi encontrada uma mulher morta por arma de fogo, desconhecendo-se o autor do crime; nos bairros da Cuca e Petrangol, durante a noite ouvidos tiros de armas de fogo, sem consequências.

Durante o período há a registar 1 morto e 4 feridos.»¹⁹

¹ (cf correspondente de "O Século", LM 15Ago74); ² (cf telexes da AFP, Reuter e UPI; idem); ³ (legenda de foto in "Aqui Moçambique Livre");

⁴ (Varela Afonso, Lourenço Marques 19Ago74); ⁵ (Ferreira, op.cit pp.517); ⁶ (em 64 na Guiné com o posto de capitão, condecorado com a Medalha de Valor Militar; em 70 com o posto de tenente-coronel, também na Guiné, condecorado com a Cruz de Guerra; e em 72 com o posto de coronel, condecorado com a Torre e Espada, também pelo desempenho da sua missão na Guiné; reside em Tomar e pós-30Set74 passa à reserva a seu pedido, sucedendo-lhe então no comando da BA3 o coronel piloto-aviador Augusto Paulo Moura dos Santos que em Out69-Out73 chefiou a 2ªRep/COMRA2-Angola); ⁷ (Jaime Neves, em 22Fev95 a Bernardo); ⁸ (Ferreira, op.cit pp.440); ⁹ (cf despachos da AFP e Reuter em Lusaca, cit DN 31Ago74); ¹⁰ (Chipenda, "Um Só Povo"); ¹¹ (notícia (!?) do "Expresso", 07Set74);

¹² (cf correspondente do DN, Luanda 20Ago74); ¹³ (in "O Século" 16Ago74); ¹⁴ (cf correspondente da AFP; Lourenço Marques 26Ago74); ¹⁵ (em 17Jul63-07Ago65 tenente-coronel cmdt do BCav490 com meritórias acções na Operação Tridente e no norte da Guiné; em 64 agraciado com CG de 3ªcl e em 66 com outra de 1ª);

¹⁶ (António Ramos, 26Set96 a Bernardo); ¹⁷ (Galvão de Melo, em 28Out96); ¹⁸ (Clementino Pais, em 04Jul96); ¹⁹ (cf correspondente do DN; Luanda 16Ago74)

1974 – Agosto.16

Em Addis-Abeba é dissolvido o Conselho da Corôa, sendo retirados ao imperador Hailé Selassié os mínimos poderes que ficticiamente ainda detinha.

Entretanto em Dar-es-Salaam, o MNE Mário Soares e o MCI Almeida Santos são confrontados com o facto consumado das conversações com o comité dirigente da FRELIMO terem sido já dadas por concluídas, em face das anteriores iniciativas secretas do major Melo Antunes.

- «O meu desagrado ao ter conhecimento de que, ao iniciarmos as discussões, o essencial já havia sido discutido sem a minha intervenção nem o meu conhecimento, não significa que eu esteja convencido de que, sem a pré-negociação verificada, teríamos chegado a muito diversas e mais vantajosas conclusões. [...] Ele [Melo Antunes] era o chefe da delegação portuguesa e os chefes têm privilégios que os chefes não têm.»¹
- «O dr. Mário Soares iniciou hoje [?!] nesta cidade, negociações com a FRELIMO sobre o cessar-fogo e a descolonização. Mário Soares, acompanhado pelo ministro da Coordenação Interterritorial dr. Almeida Santos e [?!] pelo major Melo Antunes ministro-sem-pasta [que já ali se encontrava], chegou ontem a Dar-es-Salaam sem ser anunciado, hospedando-se no Hotel Kilimanjaro sob nome suposto, para efectuar aquilo que uma fonte ligada à FRELIMO disse serem "os preparativos para uma conferência formal de independência". As conversações decorrem em sigilo em local não revelado e poderão prolongar-se por vários dias, antes que a FRELIMO e o Governo português anunciem oficialmente a realização de uma conferência de paz, que poderá ser marcada para o próximo mês. Entretanto, membros do governo da Tanzânia, que se julga estarem a acompanhar as negociações, preveniram que é prematura qualquer especulação sobre uma data próxima para a independência. Segundo notícias que circulam nos meios afectos aos movimentos de libertação, a FRELIMO estaria interessada na permanência do Exército português em Moçambique durante período determinado, a fim de assegurar a transferência ordeira dos poderes. Portugal pretende, segundo as mesmas fontes, a realização de eleições gerais, o que permitirá à FRELIMO confirmar a sua base de apoio político. Fontes diplomáticas desta capital assinalam a [anterior] presença do major Melo Antunes, considerando que ele assumirá a chefia da administração daquele território antes da independência. Mário Soares, diz-se nos mesmos círculos, veio a Dar-es-Salaam para transmitir a resposta do Governo português aos três pontos básicos levantados pela FRELIMO durante o primeiro contacto [05-06Jun74] entre as duas partes em Lusaca: esses pontos eram o reconhecimento inequívoco do direito de Moçambique à independência, a transferência de poder para o povo de Moçambique e o reconhecimento da FRELIMO como o único representante legítimo dos moçambicanos. O Governo português já reconheceu o direito à independência e o facto de, até agora, só ter estabelecido contactos com a FRELIMO, poderá significar o reconhecimento deste partido como interlocutor válido. Encontram-se assim satisfeitas duas das condições postas pela FRELIMO, faltando chegar a acordo sobre a transferência de poderes. Por outro lado, crê-se que pormenores de um plano elaborado por Jorge Jardim, a respeito da independência de Moçambique, foram submetidos a Samora Machel, e aos drs. Kaunda, Banda e Nyerere. Nas negociações hoje iniciadas, a FRELIMO está representada pelo vice-presidente Marcelino dos Santos acompanhado por Joaquim Chissano, representante permanente da organização em Dar-es-Salaam. Samora Machel não se encontrava nesta cidade, mas é esperado mais tarde para contactar com Mário Soares.»²
- «Nessa reunião em Dar-es-Salaam sucedeu uma história extraordinária. Chegámos de madrugada, fomos dormir e combinámos encontrar-nos, os três, na piscina do hotel. Mas o Melo Antunes não aparecia. O Almeida Santos e eu esperámos, ficámos ali a nadar, e acabámos por almoçar. Só então surgiu Melo Antunes: estivera a falar com Nyerere. "A que propósito?", perguntei-lhe. Respondeu-me que o presidente [da Tanzânia] o mandara chamar, queria ouvir-nos a cada um separadamente. Logo a seguir, um funcionário do protocolo tanzaniano veio dizer-nos que o presidente estava à espera do Almeida Santos e, a seguir, me receberia a mim. Tratou-se de um mero estratagema diplomático para justificar a conversa a sós que acabara de ter com Melo Antunes? É possível! A verdade é que Melo Antunes tinha, repito, a sua própria política, que procurava executar com autonomia, nem sempre nos dando conhecimento do que fazia. Essa reunião em Dar-es-Salaam confirmou-me a ideia de que Melo Antunes queria dirigir, sem partilha com os elementos políticos civis, a política de descolonização. Queria, numa palavra, avançar na descolonização – com as suas próprias ideias –, como realmente veio a acontecer.»³
- «A delegação portuguesa incluía, além de Melo Antunes, as figuras familiares de Mário Soares e Almeida Santos. Nesta altura, tornou-se do domínio público o conteúdo do protocolo secreto [de 07Jul74]. [...] Almeida Santos parecia satisfeito em aceitar um "modus operandi", em que o MFA resolvia o essencial do acordo e depois passava os resultados para que os civis aprimorassem a forma, uma vez que, depois de Lisboa ter abandonado a sua insistência num referendo, as disposições do acordo final estavam praticamente determinadas. [...] Melo Antunes afirma [em 09Jan94] que Almeida Santos nem sempre manifestou tão descontrainda opinião: em determinada altura [numa entrevista televisiva] declarou ter sido "mental e politicamente condicionado" relativamente a Moçambique pelas primeiras negociações de Melo Antunes.»⁴
- «À mesa das negociações, na segunda ronda de Dar-es-Salaam, estas viriam a decorrer em clima de normal cordialidade. Quando emperrávamos numa formulação, [...] mandava-se chamar Machel. [...] Recordo um almoço junto à praia em Dar-es-Salaam. Ambiente distendido. [...] Eu e o meu ex-cliente Machel, dos tempos de Lourenço Marques, já tínhamos instituído entre nós um informalismo e um à-vontade de verdadeiros velhos amigos. E entre a delegação de Moçambique, dois brancos – o [desertor] Jacinto Veloso e o [dirigente do MUDM] Rui Baltasar – tinham sido meus camaradas no Grupo dos Democratas Moçambique. [...] O dr. Sérgio Espadas, advogado [branco residente] de Lourenço Marques e que [pós-09Set74] fez parte do governo de transição, afirmaria pouco antes da assinatura do acordo de Lusaca: "Neste momento somos todos da Frelimo".»⁵

Por essa ocasião, no aeroporto laurentino de Gago Coutinho desembarca o capitão-tenente Victor Crespo que, uma semana após ter voltado para Lisboa com a delegação do CC/MFA, agora regressa sozinho na sequência do telegrama que ontem o PM recebeu dos "Democratas" laurentinos.

- «Aquela entidade, membro do Conselho de Estado e da Comissão Coordenadora do MFA, veio a Moçambique em missão de serviço no fim da semana passada [ou seja, hoje]. Na troca de impressões propiciada pela [nova] deslocação do capitão-tenente Victor Crespo a Moçambique, tivemos oportunidade de

informá-lo de alguns pormenores relacionados com o atentado de que foram vítimas os jornais "Notícias" e "A Tribuna", tendo nós salientado o papel da Informação na defesa do Programa do Movimento das Forças Armadas e dos interesses de Moçambique. Em seguida colocámos o problema da existência de uma "crise de autoridade". afirmou-nos aquele membro do MFA: "Eu não diria que se trate precisamente de uma crise de autoridade, mas sim de um possível desajustamento motivado pela demora da nomeação de um novo governo para Moçambique. Penso que não há crise, propriamente. Neste momento das negociações entre o Governo português e a FRELIMO, deverão estar em discussão questões de pormenor, questões formais já que as divergências de fundo foram solucionadas. Ambas as partes têm interesses semelhantes". Relativamente aos recentes acontecimentos de Nampula, Ilha e António Enes, declarou-nos: "Aqueles incidentes apresentam nitidamente o aspecto de terem sido 'dirigidos', mas não gostaria de citar quaisquer partidos ou movimentos como estando envolvidos neles. Não tenho dúvidas, no entanto, de que se trata de actos de agitação dirigidos". Interrogámos igualmente o capitão-tenente Victor Crespo acerca dos anunciados incidentes de Montepuez [do dia 14], para os quais não possuímos qualquer versão oficial. Depois de declarar que realmente tinha conhecimento do assunto, disse-nos: "Desloquei-me a Nampula [no sábado dia 17], mas não tenho qualquer confirmação relativa à natureza daqueles incidentes", [...] declarou à nossa reportagem ontem à tarde [domingo 18Ago74] o capitão-tenente Victor Crespo, momentos antes de regressar a Lisboa na carreira dos TAP.»⁶

- «Em 16 de Agosto voltei [no vôo matinal de Matsapa] para Blantyre e aprestámo-nos para o encontro com o MFA, que se combinara para o dia 21. Apenas tinha posto a condição de Pombreiro de Sousa me acompanhar, e de o major [Águas] Varela fazer parte da delegação portuguesa. [...] Em 16 de Agosto o jornal [vespertino "A Tribuna" de Lourenço Marques] divulgou a entrevista [de 09Ago74 em Matsapa] com inteira fidelidade, transcrita [na manhã seguinte] em Lisboa pelo 'Expresso' e pelo 'Sempre Fixe', além de outros jornais publicarem extractos. A entrevista funcionou como pedra atirada ao pântano. Para os "Democratas", esta atitude não podia passar impune. Daí a perseguição que se desencadeou. As águas podres agitaram-se e os que nelas se abrigavam lançaram-se ferozmente ao ataque. O advogado Afonso dos Santos era o seu porta-voz em Portugal, onde se desdobrava em entrevistas e conferências. Os "Democratas de Moçambique" multiplicavam-se na técnica de expedir telegramas para Lisboa, denunciando que dezenas de capitalistas moçambicanos se haviam reunido comigo na Swazilândia, para coordenar a intensificação da ofensiva reaccionária. Apenas obtiveram uma declaração de Sérgio Vieira [branco-mestiço nascido em Tete, antigo estudante da CEI fugido em 02Jun61 para França e dois anos depois radicado em Dar-es-Salaam], dirigente frelimista que se limitou a afirmar não existirem "quaisquer relações entre os nacionalistas e o eng. Jardim". Pontificando no 'Expresso', [o esquerdista chefe-de-redacção] Augusto de Carvalho ressuscitava a campanha desencadeada em [12 de Novembro de] 1969 no 'Le Monde' por Virgílio de Lemos, cujas motivações pessoais contra mim eram conhecidas; voltava à baila com a denúncia da minha intenção de estabelecer em Moçambique regime semelhante ao de Ian Smith. Sabia que isso não era verdade e até porque eu o havia esclarecido. As palavras de Domingos Arouca, António Figueiredo⁷ e Fernando Magalhães eram cautelosamente escamoteadas.»⁸

- E em Luanda prossegue a actividade militar nos bairros periféricos para debelar os tumultos: «No Bairro Prenda: efectuada rusga seguida de busca e detido 1 civil preto por roubo e suspeita de ser agitador na área; também detidos 3 civis pretos (2 por indocumentados e 1 portador de liamba). No Bairro Berman verificou-se um incêndio. No Bairro Lixeira: detidos 5 civis pretos por roubo; pelas 18:00 um grupo de civis pretos colocou tronco de árvore numa estrada e apedrejou uma viatura civil tendo ferido o seu condutor, foi detido 1 civil preto apesar de tentar fugir. No Bairro Precol: assaltada vivenda por 10 civis pretos tendo sido capturados 2 (um dos quais ferido); as Forças Armadas abriram fogo sobre civis negros que andavam a roubar, tendo o grupo reagido com lançamento de granada de mão ofensiva; foram detidos e presos por roubo 3 civis; as nossas forças causaram 1 ferido. No Bairro Marçal, apedrejadas viaturas civis na Estrada de Suba. No Bairro Rangel: incêndio na "Serração Bailundo"; foram lançadas duas granadas de mão ofensiva e feitos dois tiros de pistola sobre as Forças Armadas que protegiam os bombeiros, sem conseqüências; foi preso 1 civil preto por roubo e efectuada uma rusga, tendo sido detidos 11 civis pretos sobre os quais recaem averiguações. Na Avenida do Brasil, preso 1 civil branco por uso indevido de arma de fogo. No Bairro de São Paulo junto ao Cinema N'Gola, um grupo de civis pretos armados de catanas tentou atingir um dos porteiros daquele cinema. No Bairro Cazenga: detidos 4 civis pretos encontrados a depredar a casa de um civil preto; detidos também 5 civis pretos por não acatarem as ordens do comandante de uma patrulha e por tentativa de desarme de um dos componentes da mesma. No Bairro da Cuca, apreendido a 1 civil preto um revólver para o qual não possuía documentos. No Bairro Adriano Moreira, cerca das 02:00 foram ouvidos dois tiros de proveniência desconhecida. Na Rua Ferreira de Almeida detido 1 civil preto por tentativa de fruto numa viatura civil. No banco de urgência do hospital de São Paulo foram tratados 15 feridos: 6 por arma de fogo, todos pretos; e 9 por agressão (6 pretos e 3 brancos).»⁹

¹ (Almeida Santos, op.cit vol.I pp.349-350); ² (Reuter, Dar-es-Salaam 16Ago74); ³ (Soares, op.cit pp.311); ⁴ (MacQueen, op.cit pp.180,181,192);

⁵ (Almeida Santos, op.cit vol.I pp.87-88,127); ⁶ (cf matutino "Noticias", LM 19Ago74); ⁷ (pós-12Set74 é referenciado na "Lista" dos procurados pelo MFA-FRELIMO; em 76 as PEA editam-lhe "Portugal, 50 Anos de Ditadura"); ⁸ (Jardim, op.cit pp.320, 312-314); ⁹ (cf SitRep do COPLAD relativo ao período das 06:00 16Jul74 às 06:00 17Jul74, cit correspondente do DN; Luanda 17Ago74)

1974 – Agosto.17

Em Nampula, é anunciado que «58 agitadores foram presos no Norte» daquele distrito.

E em Lisboa o semanário Expresso reproduz a extensa entrevista de Jorge Jardim, concedida na passada semana em Matsapa ao subdirector frelimista do vespertino A Tribuna laurentino.

- «Em 17 de Agosto, o general norte-americano Vernon Walters [pela 2ª vez no espaço de 15 dias] vem a Portugal. Avista-se com Vasco Gonçalves, Costa Gomes e Mário Soares [recém-chegado de Dar-es-Salaam].»¹
- «Chegou a Portugal precedido da fama de ser um homem da CIA, terrivelmente influente e muito bem informado. [...] Falei-lhe da pressão [?!] dos comunistas; mas lembro-me que acrescentei que, em virtude da vontade [?!] do povo [?!] português e com a ajuda do PS, iríamos ser capazes de dominar a situação. Pedi-

lhe, sobretudo, compreensão e apoio político dos norte-americanos: que não auxiliassem aventuras, nem se pusessem primariamente contra a Revolução. Foi esse o meu pedido: que ajudassem a Revolução dos Cravos a ser verdadeiramente democrática e, ao mesmo tempo, que contivessem os ultras em Espanha e na África do Sul, por forma a não haver intervenções armadas nos nossos territórios [?!], tanto metropolitanos como africanos.»²

- «Walters [...] estivera no nosso país em Agosto de 1974, onde se encontrara com representantes dos principais partidos, e confirmaria que o PCP estava "a receber 10 milhões de dólares mensais da União Soviética". [...] Percebera que a contenção do PCP teria de passar pelo PS, dada a debilidade das outras forças democráticas e a fragilidade política do general Spínola. Mas Walters, que à semelhança do PCP percebera a importância que o PS poderia ter, tinha as maiores dificuldades em aceitar que Mário Soares persistisse em "contar com a presença do PC cuja influência sobre a classe operária é real". Mário Soares, então perfeitamente alinhado com o PC na sua verborreia anti-imperialista, ainda acreditava mais no seu antigo partido do que no seu próprio, e afirmava a quem o quisesse ouvir que "se não temos em Lisboa o Programa Comum, a falta deve-se unicamente aos comunistas que recusaram todos os convites para progredir nesse sentido".»³
- «Mr. Walter esteve em Portugal. Passou alguns dias em Lisboa, onde contactou entidades oficiais e particulares, nacionais e estrangeiras. Conversou com os mais altos postos na hierarquia, ouviu pessoas de diversos sectores, trabalhou com funcionários da sua embaixada (a embaixada americana) e da sua organização (a CIA). Mr. Walter é na verdade uma alta personalidade da CIA, o seu nº2 segundo dizem. Os brasileiros lembram-se dele quando da queda de João Goulart [em 01Abr64]⁴. Mr. Walter esteve em Lisboa quase ao mesmo tempo de ser divulgado o comunicado do governo de Atenas em que se anunciava a retirada das tropas gregas da NATO. Desguarnecido o flanco direito da Aliança Atlântica, é preciso acautelar o flanco esquerdo. Mr. Walter esteve em Lisboa e tomou decerto providências para o reforço das suas hostes, conhecedor de que o número de funcionários da embaixada soviética já atingiu algumas dezenas e tende a aumentar até aos limites estabelecidos no acordo entre os governos de Lisboa e de Moscovo. As negociações em curso sobre a utilização pelos americanos da base das Lajes dos Açores, o facto de sermos o único país da Aliança Atlântica com comunistas no Governo, os próprios termos expressivos e personalizados da mensagem de Ford a Spínola, demonstram que Portugal deixou de ser um país insonso e tranquilo para os Estados Unidos. A maior parte não terá a mínima ideia sobre as viagens de Mr. Walter e menos ainda sobre a influência que elas poderão ter na vida de todos nós.»⁵
- «As negociações para o uso permanente da base aérea das Lajes por parte dos EUA, não recomeçaram senão em 1979.»⁶
- «A [recém-constituída] Comissão Pró-Confederação dos Sindicatos Livres (CSL) declara o seu incondicional apoio à política económica constante da comunicação dirigida ao País pelo primeiro-ministro coronel Vasco Gonçalves, e compromete-se a colaborar para o absoluto e total êxito dessa política, para o que proclama: a constituição urgente do maior número possível de sindicatos livres; a constituição urgente do maior número possível de associações patronais (rurais, industriais e de pesca). E contudo a ideia dos sindicatos livres, decorrentes do exercício da liberdade sindical, em si mesma nada tem de condenável. Antes a experiência de numerosos países europeus se tem encaminhado para esse pluralismo sindical. [...] Até à apreciação do decreto-lei sobre a liberdade sindical resta a realidade e essa é a de uma Intersindical, mas também da recente multiplicação de sindicatos livres visando a confederação e a filiação internacional. [...] Os observadores políticos esperam que o novo diploma legal assegure efectivamente a pluralidade de sindicatos, uniões, federações e confederações gerais do trabalho, não impondo monoliticamente o exclusivo de uma só Confederação Geral. [...] Diálogo entre os sindicatos livres, as associações patronais e os Ministérios do trabalho, da Economia e das Finanças, com vista [...] a realização, em Março de 1975, do I Congresso Nacional dos Trabalhadores.»⁷

Entretanto são publicados os decretos 360 e 362/74, que dissolvem respectivamente as «assembleias legislativas e as juntas consultivas das Províncias Ultramarinas», e as «corporações instituídas em 1956».

- «Comícios realizados nas cidades do Lobito e de Benguela, assinalaram a inauguração de filiais do Partido Cristão Democrático de Angola [i.e., o PDCA desde 05Mai74 presidido pelo dr. António Luís Ferronha]. Este partido tem filiais em Santo António do Zaire, Carmona, Catete, Cabinda, Malanje, Luso, Calulo, Quibala, Nova Lisboa, Moçâmedes, Porto Alexandre, Cela, Nôqui, Salazar e Dondo. Nas delegações instaladas nos muceques de Luanda funcionam, a par de um centro de divulgação do ideário político do partido, pequenos postos de enfermagem. "Já somos uma força. Estamos por assim dizer implantados em todos os distritos de Angola. Há neste momento populações inteiras que estão filiados no nosso partido", afirmou ao [vespertino] "Diário de Luanda" John Bunga, antigo preso político [?!], ex-membro destacado da FNLA e dirigente do partido.»⁸

¹ (Áviliez, op.cit pp.351); ² (Soares, idem); ³ (Mateus, op.cit pp.73,74); ⁴ (virá a falecer no exílio em 06Dez76); ⁵ (in "Expresso" 17Ago74); ⁶ (Wright, op.cit pp.122); ⁷ (comunicado da CSL; idem 24Ago74); ⁸ (cf DN, 21-24Ago74)

1974 – Agosto.18 (domingo)

Em Moçambique, bandos frelimistas prosseguem as sabotagens nas ferrovias.

- «Ontem à noite o caminho-de-ferro Beira-Tete foi [novamente] danificado por explosivos, colocados ao longo de 200 metros nas proximidades de Caldas Xavier. Esta madrugada um comboio de mercadorias que se dirigia para Inhaminga, foi atacado com rajadas de metralhadora perto de Condu, 140km a norte da Beira. Poucas horas depois uma mina, 10km a norte de Inhaminga, fez descarrilar uma autocomposição que seguia para o Malawi.»¹
- «Regressados ontem de Dar-es-Salaam, Almeida Santos, Mário Soares e Melo Antunes mantiveram sucessivamente contactos em Lisboa, sabendo-se que, pelo menos os dois primeiros foram recebidos pelo coronel Vasco Gonçalves, com quem se reuniram em prolongada sessão de trabalho. Neste enquadramento –

crêem os observadores –, a nomeação de um governo de coligação com ministros designados por Lisboa e pela FRELIMO, surgiria como solução aparentemente consentânea com a dupla necessidade de terminar com o presente impasse governativo de Lourenço Marques e de fornecer uma realidade ao clima de boa vontade reinante. Entretanto, o quartel-general dos guerrilheiros não emitiu ainda a ordem formal de cessar-fogo. Depois dos graves incidentes que assolaram os distritos setentrionais de Nampula e da Ilha, notícias provenientes de Lourenço Marques indicam a possibilidade de conflitos semelhantes estalarem nas próximas horas no distrito de Inhambane, onde as Forças Armadas portuguesas e a própria população entraram de prevenção.»²

Enquanto isso na cidade da Beira, em consequência da entrevista do eng. Jardim publicada anteontem no vespertino laurentino *A Tribuna* e ontem no semanário lisboeta *Expresso* – mas principalmente como reflexo imediato ao conhecimento do teor final das conversações entre a delegação do Governo português e a FRELIMO –, um grupo de exilados moçambicanos reúne no consulado do Malawi e decide fundar o PCNM (Partido de Coligação Nacional Moçambicana), por agregação de militantes e simpatizantes dos respectivos agrupamentos: o COREMO, presidido por Paulo José Gumane (há dois meses vindo de Lusaca); a FRECOMO (Frente Comum de Moçambique, resultante do GUMO fundado pós-25A em Quelimane), presidida pela macua Joana Simeão coadjuvada por Jorge Abreu e Máximo Dias; o FUMO (Frente Unida de Moçambique agora sediada em Nairobi, ex-MONAUMO que em 24Jul74 havia sido anunciado por Domingos Luís Cardoso); e o MONOPAMO (Movimento Nacional para a Independência Pacífica de Moçambique), do qual se desconhecem proveniência ou dirigentes. A comissão executiva deste heterogéneo segundo³ partido político moçambicano surgido pós-25A, é constituída por: presidente padre Uria Timóteo Simango, tendo como vice-presidente Paulo Gumane e conselheiro nacional o dissidente da FRELIMO padre Mateus Pinho Gwenjere, secretário-geral Basílio Francisco Banda coadjuvado por Joana Simeão, Ahmed Haider, Arcanjo Faustino Cambeu, Manuel Lisboa Tristão, Nasse Narciso Mbule, Mohamed Hanif e Samuel Simango.

– «A situação militar no terreno agravava-se com sucessivas sabotagens das vias férreas, nomeadamente a que ligava Umtali na Rodésia à cidade da Beira. [...] Na cidade da Beira haviam reunido Uria Simango, Joana Simeão e Miguel Murupa, além de trinta padres vindos do Quênia via Blantyre, entre os quais o padre Mateus Gwenjere, expulsos da Frelimo, este após a morte de Mondlane.»⁴

Entretanto na baixa de Lisboa, durante uma marcha promovida pela União Democrática de Cabo Verde, eclodem recontros no Terreiro do Paço e seguidamente no Rossio, quando os imigrados caboverdeanos daquela UDC são repetidamente agredidos por apoiantes esquerdinos do PAIGC guineense.

– «Responsabilizamos os dirigentes da UDC por, contrariamente aos interesses e aos sentimentos já expressos pelo povo caboverdeano, tentar levar a cabo realizações de carácter nitidamente colonialista, não se inibindo a utilizar a propaganda reaccionária a que o povo colonizado de há muito se encontra submetido. Lamentamos que alguns (felizmente poucos) trabalhadores caboverdeanos se tenham deixado utilizar nas manobras daqueles que há muito os exploram e pretendem continuar a explorar. Compreendemos que a ignorância e o medo, parte integrante do património do colonialismo que ainda nos oprime, esteja na base de manobras reaccionárias junto dos trabalhadores caboverdeanos. Denunciamos veementemente a ligação entre a UDC e movimentos reaccionários portugueses, nomeadamente o MFP [Partido do Progresso], alertando o povo português para o perigo que tais ligações representam em relação à conquista das liberdades democráticas.»⁵

– «Um grupo do PAIGC e de esquerdistas metropolitanos danificaram seriamente a viatura [matricula BB-87-23 Citroen Dyane] do nosso jornal [semanário Tribunal Popular], durante a contra-manifestação violenta ao comício da União Democrática de Cabo Verde, no Terreiro do Paço. Forçando as portas do automóvel, na altura utilizado por dois redactores e um fotógrafo – que cobriam o acontecimento e prestavam apoio à UDC transportando bandeiras nacionais para serem utilizadas pelos manifestantes –, os provocadores do PAIGC delapidaram a viatura [voltando-a de lado], queimaram uma bandeira nacional e manifestos de propaganda, em actos de violência absolutamente gratuita e irresponsável.»⁶

– «Há mais de uma semana que a UDC vinha distribuindo comunicados [...] junto dos núcleos de trabalhadores caboverdeanos radicados na zona de Lisboa, convocando-os a comparecerem no Terreiro do Paço entre as 16 e as 17 horas de domingo. [...] Como se pode ler na convocatória, as finalidades da manifestação eram as seguintes: agradecer ao MFA a revolta de 25 de Abril e a possibilidade que deram ao povo caboverdeano de exercer o direito à independência; afirmar a determinação do povo caboverdeano em luta por uma verdadeira independência, excluindo portanto qualquer tipo de dependência ou ligação à República da Guiné-Bissau e ao PAIGC; agradecimento ao Governo Provisório da recente concessão de 100 mil contos para obras de fomento e benefício das populações residentes no arquipélago; aviso às empresas metropolitanas de que os trabalhadores caboverdeanos nada têm a ver com o PAIGC e querem continuar integrados na comunidade portuguesa, não devendo por isso continuar a ser despedidos sob argumento de que passarão a ter o estatuto de estrangeiros. Os objectivos referidos, base da solidariedade dos manifestantes, estão perfeitamente integrados no quadro da descolonização de Cabo Verde estabelecido pela JSN e pelo Governo Provisório, que preconiza o processo de referendo como meio de manifestação da vontade do povo caboverdeano para definir a sua independência e o tipo de ligação futura a Portugal. A manifestação estava perfeitamente autorizada por comunicação à JSN e requerimento entregue no governo civil de Lisboa [cujo titular é o comunista arq. Mário Bruxelas]. Quando os manifestantes da UDC começaram a afluir ao Terreiro do Paço, por volta das 16 horas, depararam com a presença de um grupo de manifestantes que já lá se encontrava, tendo nessa altura tomado conhecimento de que, em avisos assinados pelo PAIGC, tinham sido convocados para o mesmo lugar e hora. Essa manobra clássica e primária de contra-manifestação depressa foi denunciada pelo referido grupo que, integrando para além de elementos

caboverdeanos do PAIGC, elementos do MRPP, PCP, FRELIMO, MPLA e PRP/BR (que distribuíram comunicados no local), iniciaram atitudes de provocação directa aos trabalhadores manifestantes, agressões dispersas, derrube das Bandeiras Nacional e de Cabo Verde colocadas na escadaria da estátua de Dom José, tentando por todos os meios o boicote da manifestação. Todas essas tentativas não lograram porém vencer a determinação dos manifestantes, que iniciaram a marcha em direcção ao Rossio como estava previsto, tendo nesta altura alguns deles sido alvo de atentados violentos de arma branca. A principal vítima a lamentar é o próprio vice-presidente da UDC dr. Jorge da Fonseca, que teve de recolher ao Hospital Particular de Lisboa onde foi submetido a intervenção cirúrgica, em virtude de três golpes de arma branca, um deles profundo, de que foi traiçoeiramente vítima. Apesar de todas estas manobras violentas e reaccionárias, os manifestantes prosseguiram até ao Rossio tendo aí sido novamente agredidos com pedras e matracas pelo grupo contra-manifestante que se adiantara a tomar a praça. A reacção pronta e corajosa dos trabalhadores caboverdeanos, atitude justa de legítima defesa, pôs definitivamente em debandada o grupo agressor e a autêntica batalha campal que se desencadeou por toda a Praça do Rossio só terminou quando os provocadores fugiram para a Praça da Figueira. [...] A União Democrática de Cabo Verde e a grande maioria da população que representa, reafirmam a sua clara determinação de expressarem sempre que entenderem os seus ideais, porque eles traduzem os anseios do povo caboverdeano e se enquadram legitimamente na ordem política democrática estabelecida. Viva Cabo Verde! Viva Portugal!.»⁷

E ao fim da tarde através da televisão e da rádio, o PM coronel Vasco Gonçalves – um mês após a banca ter revelado o «levantamento de cerca de 18 milhões de contos» desde o 25A por «particulares, sobretudo pequenos depositantes da província», e de o Banco Mundial ter cancelado «as negociações para um empréstimo de 400 milhões de contos» –, pronuncia extenso discurso sobre o estado da economia do País, do qual logo de início se destacam as seguintes afirmações:

- «Alguns dos principais mitos do regime deposito eram o da estabilidade económica e financeira, e o da ausência de défice orçamental. Contudo, a verdade era bem outra. Nas vésperas do 25 de Abril a economia portuguesa estava à beira do caos. Todos os anos se apresentava um total de receitas que excedia ligeiramente o das despesas. Mas não se explicava que o saldo só era positivo porque havia emissões da dívida pública, destinadas a cobrir o défice real, e que entravam como receitas. Era como se um trabalhador contasse como receitas suas não só os seus salários, mas também aquilo que pedisse emprestado.»⁸ [...] Os preços mostravam, em Março, um aumento de 30 por cento em relação a um ano antes. Campeava uma especulação desenfreada na bolsa, nos bens imobiliários, etc., sem qualquer benefício para o País. [...] As despesas militares, com a manutenção de uma guerra que não conduzia, de modo nenhum, a uma solução justa dos problemas do ultramar, atingiam níveis dificilmente suportáveis pela nossa capacidade económica, cerca de 45 por cento do orçamento. [...] Às dificuldades apontadas atrás há que acrescentar algumas surgidas depois do 25 de Abril: um aumento geral dos salários, que era justo e necessário, dados o nível de vida anterior dos trabalhadores e a inflação, mas que cria problemas a uma economia sem base sólida; uma certa retracção injustificada de alguns sectores financeiros industriais, uma diminuição do turismo reflexo da recessão que a Europa atravessa; uma temporária diminuição das remessas dos emigrantes que, no entanto, se reactivaram posteriormente, atingindo níveis bem reveladores da confiança dos trabalhadores portugueses emigrados no futuro do Portugal democrático. É, portanto, necessário, o saneamento da vida económica da Nação.»⁹
- «Foi reforçada com 500 mil contos a verba da tabela de despesa ordinária do orçamento geral de Angola para o corrente ano, destinada às forças navais, aéreas e terrestres.»¹⁰
- «Anteriormente o [presidente da JSN e CEMGFA] general Costa Gomes mostrara já, para as sugestões de acautelamento da economia e de prevenção dos erros cometidos noutras experiências na década de 70 em países como o Chile e o Perú, uma aversão e até repúdio que deixava os interlocutores, de resto muito poucos e seleccionados, admirados de tanta ignorância ou desinteresse pelos problemas nacionais. Um caso típico foi o do prof. Alfredo de Sousa, então na comissão instaladora da Universidade Nova de Lisboa [...] que, depois de lhe ter exposto matematicamente e com toda a lógica o que de grave estava a acontecer, não obteve receptividade ou compreensão para nenhum dos assuntos de economia analisados.»¹¹

¹ (cf ANI, Lusitânia e Reuter, cit DN 18Ago74); ² (cf Reuter, cit in "A Revolução das Flores" vol.III pp.344/5); ³ (o 1º surgiu formalmente em 30Jul74 na Beira, como transformação da CDM em Partido Social-Democrata de Moçambique, cujos dirigentes haviam entretanto alugado o alvará do "Notícias da Beira");

⁴ (Almeida Santos, op.cit vol.II pp.71); ⁵ (comunicado dos «simpatizantes do PAIGC», in DN 20Ago74); ⁶ (notícia, "Tribuna Popular" 28Ago74);

⁷ (comunicado da UDC, semanário "Tempo Novo" n.º5, Lisboa 23Ago74); ⁸ (argumentação demagógica retirada, "ipsis verbis", das célebres "Conferências de Paulo" do ex-secretário-geral do PCP Cansado Gonçalves, recém-regressado de Moçambique); ⁹ (texto integral, DN manhã seguinte; vd "A Revolução das Flores" vol.III pp.168-172);

¹⁰ (in "Diário de Notícias", 21Ago74); ¹¹ (Ferreira, op.cit pp.449)

1974 – Agosto.19 (2ª feira)

Em Lourenço Marques o demissionário governador-geral Soares de Melo, de acordo com ordens recentes do IIºGP e um dia após o comissário do MFA capitão-tenente Victor Crespo ter concluído a sua visita-relâmpago a Moçambique, transmite formalmente os seus poderes ao dr. José Augusto da Cunha Ferro Ribeiro que, no seu breve improviso, revela que «na próxima Junta Governativa entrarão, segundo todas as previsões, elementos da FRELIMO». Por seu lado o dr. Soares de Melo profere extenso discurso, de que se destaca o seguinte:

- «Esta entrega de Governo, nas condições em que se processa – com a Junta Governativa a iniciar as suas funções amanhã ou depois –, dispensa as cortesias do estilo e, por maioria de razão, qualquer aproximação dos problemas de fundo duma governação. Acontece, no entanto, que neste momento cessam as funções do Governo Provisório de Moçambique, iniciadas há cerca de dois meses, pelo que este é, a bem dizer, um acto de termo de mandato e isso justifica as breves palavras que vão seguir-se. É que embora haja sido muito curta a duração do mandato, este durou, todavia, o suficiente para pôr à prova os homens que trabalharam neste Governo Provisório. [...] Saímos como entrámos de cabeça levantada. Demos tudo por tudo e estamos confiantes em que o nosso esforço terá sido o ponto de partida para uma verdadeira fortificação do património de Moçambique. [...] Cumprimento também as forças militares na pessoa de S.Ex.º o general Comandante-Chefe, com quem mantive o mais perfeito entendimento, pelo pronto e decidido apoio que

prestaram ao Governo Provisório de Moçambique, sempre que tal lhes foi solicitado. As minhas melhores saudações vão ainda para o Movimento das Forças Armadas, em particular para a Comissão que funcionou junto deste Gabinete, pela valiosa colaboração que a todo o tempo nos soube dar.»

- «Ferro Ribeiro, que [des] governou a Província até à nomeação [i.e, tomada de posse no palácio da Ponta Vermelha em 20Set74] do alto-comissário [contra-almirante graduado Victor Crespo] e do governo de transição [chefiado pelo dirigente da FRELIMO Joaquim Alberto Chissano], órgãos criados pela Lei 8/74 de 9 de Setembro.»¹

Enquanto isso em Lisboa, o CC/MFA – preparando através do SIPFA a opinião pública para a revelação dos resultados da 3ª ronda negocial com a FRELIMO que decorreu novamente em Dar-es-Salaam –, difunde mais um comunicado sobre baixas militares e destaca «a morte em combate de 4 militares portugueses [3 deles soldados 'comando' da CCmds4040/72] em Moçambique e 1 em Angola»: note-se que o último comunicado genérico do SIPFA foi distribuído há três meses e este – o 5º emitido desde o golpe de Estado –, tal como os anteriores não especifica as circunstâncias em que aquelas mortes ocorreram e destina-se igualmente a óbvia manipulação², no momento em que são publicados pelo DN excertos da revista alemã *Der Spiegel* distribuída ontem em Bona com uma entrevista ao MNE Mário Soares e na qual – além de ter dito que «o Exército tomará as medidas necessárias para impedir um golpe branco em Angola» –, afirmou que «temos de negociar com o MPLA e a FNLA em função de avaliação pragmática da situação e por querermos fazer a paz imediatamente».

- «Considerava [o MNE Mário Soares], em entrevista a um semanário alemão, que “em Angola há dois movimentos de libertação que são reconhecidos pela OUA, o MPLA e a FNLA. Temos portanto de negociar com ambos, ajuizar qual dos dois representa mais legitimamente a população. Isso é um problema que os angolanos e os agrupamentos, que lá formarão o futuro governo, terão de solucionar sozinhos”. Curiosamente, com o evoluir do tempo seria o excluído de então (UNITA), o que mais viria a ser apoiado pelo “clan” Soares...»³
- «Quando interrogado sobre a eventualidade de uma solução rodesiana em Angola, dirá textualmente: “O Exército não permitirá que mercenários brancos ou grupos semelhantes se levantem contra as Forças Armadas. O Exército não hesitará, não pode hesitar”. O jornalista insistiu na pergunta, Mário Soares respondeu: “Suponhamos então essa hipótese. Que fariamos? Iríamos combater essa solução com todas as nossas forças, porque tal seria para África e para o mundo uma aventura insuportável. Não permitiríamos de modo algum uma solução rodesiana em Angola ou em Moçambique, combatê-la-íamos com todos os meios de que dispomos”. Porquê este encarniçamento?»⁴
- «A insistência das suas perguntas revela que você abstrai [?!] dos catorze [?!] anos de guerras coloniais cruentas [?!], como se nada fosse! Dos crimes [?!] do colonialismo e das legítimas [?!] revoltas que suscitaram e, finalmente, do isolamento [?!] internacional tremendo em que se encontrava Portugal quando os militares de Abril, praticamente sem resistência, derrubaram a Ditadura. Ignora o cansaço profundo e mesmo a hostilidade [?!] às guerras coloniais que traduziam o estado psicológico da maioria [?!] dos portugueses, nesses meses da Primavera e do Verão de 1974. Nas ruas das principais cidades gritava-se, sem contestação: “Abaixo as guerras coloniais!”, “Nem mais um soldado para África!”. Esta era a opinião que se exprimia quanto à questão colonial. Só depois [?!] do regresso dos chamados “retornados”, em princípios de 1976 [?!], o estado de espírito das pessoas começou a mudar.»⁵
- «Aceitou-se a independência da Guiné, Moçambique está negociado com a FRELIMO em Lusaca e em Dar-es-Salaam. Spínola vai perdendo, mas existe ainda Angola por descolonizar. E Angola é um problema complicado: tem uma burguesia forte, que não é apenas branca; ao contrário daquilo que muitos disseram, é uma burguesia mestiça. Por outro lado, há um número muito grande de elementos que participaram nas Forças Armadas Portuguesas, nomeadamente colonos, que estavam comprometidos connosco. Spínola entende que uma descolonização feita sob o modelo moçambicano ou guineense poderia ser um grande problema. Entende que o modelo de entrega ao partido armado pode ser impedido e que se pode encontrar uma solução. Tenta mobilizar unidades, alianças políticas, a sociedade civil, pedindo ao País que se pronuncie, afirmando que é necessário que o País fale.»⁶

Entretanto na área sudeste distrital do Cuanza-Norte, a exemplo do sucedido há 13 anos, pequenos grupos da FNLA fugidos dos Dembos à recente acção das tropas portuguesas, têm atacado nas fazendas os trabalhadores bailundos.

- «O comando de sector do Cuanza-Norte dá conta da captura de 37 meliantes que actuavam na região Lucala [sede concelhia com estação ferroviária ao km.286-CFL], Vila Flôr [grande exploração agro-pecuária], Samba-Lucala [posto administrativo no leste do citado concelho] (a cerca de 250 [i.e, 290-300] quilómetros [a leste] de Luanda), e informa que foram obtidas confissões sobre diversos assassinios. O documento assinala que “na série de crimes praticados é difícil distinguir onde acaba a política e começa o terrorismo ou campeia a feitiçaria: uns, são militantes de movimentos emancipalistas; outros são apenas bandidos puros, constando do conjunto dois soldados africanos recentemente desertados que já estavam a trabalhar como desertores”.»⁷
- «Nas repartições, nas fábricas, nos escritórios das empresas privadas, nas esplanadas, nos cadeirões da sapiência da Livraria Lello, nos cafés, nos restaurantes, no convívio das famílias à mesa das refeições, os acontecimentos dos muceques constituem o tema de todas as conversas. Os mais timoratos, dizendo-se agora do MPLA, afirmam que os tumultos são provocados pelos racistas brancos. Outros argumentam que ninguém hostiliza os pretos na cidade do asfalto e declaram que a agitação é provocada por guerrilheiros da FNLA que se infiltraram nos subúrbios. Mas a tónica geral das conversas é de espanto, apreensão e terror. Esta manhã encontrei uma família completa a caminho da estação do caminho-de-ferro, com as bicuatas às costas. A todo o comprimento da fachada do velho edifício do Bungo e dos armazéns de mercadorias, uma pobre multidão de fugitivos aguarda o comboio que os leve para longe das makas que outros alimentam e eles não querem. Fogem de zonas onde se morre sem saber porquê. Onde se mata sem saber porquê. Onde as balas

são anónimas e os incêndios constituem a única iluminação pública. Onde já nem a luz do sol intimida a fúria do crime. Onde se barra o caminho dos chefes de família que pretendem ir ao seu trabalho. Gente apavorada que foge dos seus lares e abandona os seus empregos, com o pânico de quem foge de um terramoto. Homens emagrecidos no trabalho sem pão suficiente, mulheres com filhos ao colo e outros agarrados às saias, crianças em pasmo de espanto ou na eloquência das lágrimas infantis. E o estendal comovedor da pobreza: velhas mesas de pé coxinho, cadeiras desconjuntadas, colchões de folhelho atados com fios de mateba, míseros trastes de cozinha sumariamente embrulhados em jornais, painéis amolgadas, caçarolas enegrecidas, fogareiros de ferro, malas de fechos avariados atadas com cordéis, fardos de roupa remendada, alguns caixotes de ferramenta, sacos de plástico atulhados com as últimas compras do Mercado de São Paulo ou do Pão de Açúcar. Toda a pobreza em gritante comício de condenação ao egoísmo dos ricos, à incúria das autoridades e à fraqueza patente das chamadas forças da ordem. A debandada dos enfeitados da cidade, que só têm os braços para trabalhar e não sabem política, não pertencem a movimentos de libertação e nada fizeram para merecer a desgraça que lhes acontece, sem saberem como veio, de quem veio e porque veio. São apenas as vítimas habituais de todos os conflitos, de todo o choque de ideias, de todas as ambições embrulhadas em palavras bonitas, que eles não compreendem e aos seus ouvidos apenas soam com o sentido de um "salve-se quem puder!". Eles só têm a esperança do comboio que os leve para longe de uma cidade que parece louca, para longe dos bairros do medo, da pilhagem e da morte.»⁸

– «Está em crise o desenvolvimento económico da capital e a crise é provocada por desemprego e falta de mão-de-obra. O desemprego resulta do retraimento das empresas no aspecto económico; e a falta de mão-de-obra é originada pelo êxodo da população africana, e pelo regresso à Europa de trabalhadores brancos. Agravando a situação, ocorre simultaneamente o repatriamento dos operários caboverdeanos, cuja mão-de-obra era considerada de importância em certos sectores económicos de Angola.»⁹

– «Em resultado dos motins que desde 11 de Julho passado se têm vindo a registar na faixa periférica de Luanda, calcula-se que mais de 40 mil pessoas tenham abandonado os muceques com destino a suas terras de origem, principalmente no centro e sul de Angola e Cabo Verde. 120 é o número médio de requerimentos de passaportes, que [desde finais de Julho] diariamente estão a dar entrada na repartição do governo do distrito de Luanda. À porta da repartição formam-se extensas bichas muito tempo antes da hora da abertura. A maioria dos requerimentos é subscrita por europeus, sendo para a África do Sul e para o Brasil os vistos mais solicitados. Os aviões da TAP para Lisboa partem com lotações esgotadas. Durante esta semana, aquela companhia organizou 8 fretamentos para a ilha do Sal e Lisboa, a fim de repatriar os comerciantes e cantineiros desalojados dos muceques. Quanto aos africanos, o êxodo para o centro e sul de Angola continua. Os comboios [do Caminho-de-Ferro de Luanda] que servem a zona de N'Dalatando [capital distrital do Cuanza-Norte] e Malanje, vão completamente cheios, à média de dois por dia.»¹⁰

Por essa ocasião em Bucareste, tem início uma Conferência Mundial sobre a População.

Ao mesmo tempo no aeroporto de Luanda, cerca de mil caboverdeanos – fugidos dos muceques em consequência dos tumultos –, são transportados para o aeroporto dos Espargos na ilha caboverdeana do Sal, através de ponte-aérea.

– «Centenas de caboverdeanos que viviam [desde 1964] em Angola estão a regressar à sua terra, em especial devido aos últimos acontecimentos nos muceques de Luanda. Um serviço de acolhimento montado pelo Governo [de Cabo Verde] está em funcionamento para receber as 366 pessoas, noventa por cento das quais mulheres e crianças. [...] Os repatriados, que deverão atingir cerca de 1050, estão a ser transportados por via aérea e a bordo de navios da Armada. Entre os caboverdeanos regressados contam-se trabalhadores e pequenos comerciantes, não havendo nenhum funcionário público.»¹¹

Enquanto isso no arquipélago caboverdeano, a agit-prop do PAIGC começa a ser supervisionada pelo comissário Silvino Manuel da Luz que, vindo do aeroporto de Bissalanca num avião da FAP, «chegou em finais [?!] de Agosto de 74, num ambiente de verdadeira apoteose»¹².

– «À data do golpe dos capitães, [o caboverdeano Silvino da Luz] estava em Nova Iorque, em missão diplomática. "Fui logo para Conackry, onde me destacaram imediatamente [como comissário político] para Cabo Verde". A primeira etapa foi Bissau, onde chegou [em fins de Jul74] "numa avioneta militar portuguesa", acompanhado de Vasco Cabral e António Buscardini [ambos mestiços e comissários políticos na Rádio Libertação], o ideólogo e o homem forte da segurança do PAIGC, respectivamente. Em Bissau, tomou outro avião até ao arquipélago, que não pisava há quase 15 anos.»¹³

– «Acrescenta Vicente Lopes: "De acordo com as versões de [José Luís] Fernandes Lopes e de Amaro [Alexandre] da Luz, os [...] dois dirigentes [do comité local do PAIGC] confessam ter sido fundamental a acção desencadeada por Silvino da Luz em Cabo Verde, como forma de demonstrar às autoridades portuguesas que o PAIGC era o senhor absoluto do arquipélago e que urgia, por isso, encontrar uma solução para o caso caboverdeano, sob pena de a situação descarrilar por completo. De qualquer modo, com a radicalização da luta em Portugal e em Cabo Verde, reuniram-se as condições para uma conversação mais consistente." [...] O PAIGC tinha surgido no terreno, conquistando uns e intimidando outros, entoando cânticos, pinchando paredes, lançando slogans, organizando manifestações, explorando até onde foi possível, também em Cabo Verde, a unidade Povo-MFA, lançada com tanto êxito, para os mais extremistas, na Metrópole. E o MFA local foi-se deixando conquistar, seguramente para evitar confrontações, até limites de identificação com os objectivos do PAIGC. [...] O PAIGC tinha feito deslocar para Cabo Verde alguns dos seus melhores aríetes, com destaque para Silvino da Luz, Osvaldo Lopes da Silva, Carlos Reis. [...] O resultado do seu proselitismo e da sua acção, aureolados pelo êxito obtido pelo partido na Guiné e servidos por técnicas subversivas de efeito seguro – tinham-no tido em conhecidos movimentos revolucionários e estavam-no sendo nas batalhas políticas que se travavam na Metrópole –, foi a diferença abissal que eu pude constatar entre a minha primeira [26Jul74] e a minha segunda viagem. [...] Por esta altura estava eu em Cabo Verde e recebi a seu

pedido, como já disse, a UDC, a UPICV e o PAIGC. Afinando pelo diapasão oficial, garanti: "Todos serão consultados e poderão exprimir a sua vontade, livremente e em ordem".¹⁴

- «A opinião pública local estava aberta a outras influências que não apenas as de Lisboa e do PAIGC. [...] Enquanto Spínola pôde exercer alguma influência nos acontecimentos durante o período da sua presidência, outras forças puxavam em diferentes direcções. Por exemplo, a sua recusa em consentir o regresso [ao arquipélago] de quadros do PAIGC foi energicamente contestada por Carlos Fabião em Bissau, e por Costa Gomes em Lisboa. Entretanto, elementos do MFA local apoiavam [na Cidade da Praia e no Mindelo] abertamente o PAIGC através de contactos com a FARN.»¹⁵
- «Entre as muitas frases políticas que [na Cidade da Praia] se vêem pelas paredes, há uma que chama [a atenção] pela sua rudeza: "Morte aos Tugas". "Tuga é o termo que identifica os "portugas", ou portugueses, na linguagem do PAIGC.»¹⁶
- «A chegada [no dia 19] ao Mindelo do governador de Cabo Verde deu origem a uma grande manifestação de apoio ao PAIGC, com milhares de pessoas. No salão nobre da Câmara viam-se bandeiras do PAIGC a ladear a mesa de honra onde se encontrava o governador, o comandante militar, o comandante naval, o juiz e o presidente da Câmara. [...] Os simpatizantes do PAIGC içaram bandeiras nos mastros do Rádio Clube do Mindelo e na Câmara Municipal, mas posteriormente essas bandeiras foram retiradas por simpatizantes daquele partido a fim de evitar complicações.»¹⁷

Simultaneamente em Bissau o brigadeiro graduado Carlos Fabião, uma semana após a decisão do CS/ONU (e exactamente 10 dias antes de o *Protocolo de Acordo* entrar em vigor) – tendo sido informado sobre o conteúdo total do respectivo Anexo imposto pelo PAIGC, e uma vez mais em manobra concertada com aqueles negociadores –, na sua qualidade de comandante-chefe da Guiné manda reunir todos os efectivos do BCmds-Africanos no CIC-Brá e ali ordena que sejam imediatamente passadas «guias de licença registada até 01Jan75, a todo o Batalhão de Comandos Africanos», procedendo deste modo à desmobilização geral daqueles militares e, antecipando-se nomeadamente ao art.17º do citado Anexo, assim ilegalmente exime o Estado português ao cumprimento do disposto nos artigos 24º-26º e ao estipulado no último número do seguinte articulado:

- «1- A presença das forças armadas portuguesas apenas se justifica a título transitório, em ordem a permitir a Portugal uma retracção e saída ordenadas dos seus dispositivos e a facilitar a transmissão gradativa dos serviços de administração nas zonas ocupadas por aquelas forças, sem quebra de continuidade do seu funcionamento; 2- A retracção do dispositivo das forças armadas portuguesas continuará a processar-se progressiva e gradualmente do interior para o mar, segundo um escalonamento a estabelecer por acordo mútuo, que tome em conta o interesse de ambas as partes e os meios materiais disponíveis, por forma que as últimas zonas de reagrupamento das forças armadas portuguesas sejam a povoação do Cumeré e as ilhas de Bolama, Caravela e Bissau; salvo Motivo de força maior reconhecido como tal por ambas as partes, esta retracção será efectuada até 10 de Setembro de 1974; 3- As zonas de reagrupamento transitório das forças armadas portuguesas, nos termos do número anterior, continuarão sob o controle militar das autoridades portuguesas; nessas zonas continuará a ser hasteada a bandeira portuguesa até ao termo da presença dessas forças; 4- A residência do comandante-chefe das forças armadas portuguesas em Bissau e representante do Governo Português será o palácio presidencial de Bissau até ao termo da permanência das forças armadas na área da ilha do mesmo nome; 5- Até ao termo da permanência das forças armadas portuguesas em Bissau, a República da Guiné-Bissau manterá nessa zona de reagrupamento um efectivo, em princípio, de cerca de 300 homens das forças armadas da República da Guiné-Bissau que, isolada ou conjuntamente com as forças armadas portuguesas, neste caso em patrulhamentos mistos, participará na manutenção da ordem pública, segundo normas a estabelecer por acordo; 6- Mantém-se a livre circulação de pessoas e viaturas militares, nas e entre as zonas de agrupamento mencionadas neste Anexo, desde que não armadas e acompanhadas dos respectivos documentos de identificação, que lhes poderão ser exigidos pelas autoridades em serviço; 7- Sempre que a natureza de materiais ou reabastecimentos a transportar exija especiais medidas de segurança, serão os mesmos acompanhados por elementos armados, segundo normas de procedimento a estabelecer por acordo das duas partes; 8- Nas vias fluviais e marítimas manter-se-á igualmente a livre navegação de unidades militares, na extensão necessária ao apoio logístico, retracção do dispositivo e saída das forças armadas portuguesa; 9- Sempre que no transporte fluvial ou marítimo, para fins idênticos ao referido no número anterior, sejam utilizadas embarcações civis, aplicar-se-á o disposto no nº7; 10- Por razões de segurança contra infiltrações vindas do mar, as unidades navais portuguesas poderão patrulhar livremente os acessos às ilhas de Bissau, Bolama e Caravela, o arquipélago dos Bijagós e as aproximações oceânicas; 11- A circulação de aeronaves não armadas, em missão de reabastecimento e transporte, processar-se-á livremente nas e entre as zonas de reagrupamento das forças armadas portuguesas; 12- Ficam igualmente autorizados os vôos de reconhecimento no espaço aéreo das ilhas de Bissau e Bolama, do arquipélago dos Bijagós e da fronteira marítima; 13- Ficam interditos vôos em grupos de mais de três aeronaves; 14- A República da Guiné-Bissau obriga-se a neutralizar os seus meios antiaéreos susceptíveis de afectar a circulação aérea prevista nos nºs 11 e 12; 15- O julgamento e a punição das infracções cometidas por militares portugueses nas zonas de reagrupamento das forças armadas portuguesas, ou fora dessas zonas, se neste caso não atingirem interesses legítimos da República da Guiné-Bissau, ficam sujeitos à jurisdição da autoridade militar portuguesa; 16- Os quartelamentos das forças armadas portuguesas situados fora das ilhas de Bissau, Bolama e Caravela serão circundados por uma área de três quilómetros de profundidade, por seu turno circundada por uma zona tampão com dois quilómetros de profundidade, em que nenhuma das partes poderá não abranger a satisfação das necessidades de abastecimento de água e lenha das forças ali estacionadas; 17- As forças armadas portuguesas obrigam-se a desarmar as tropas africanas sob o seu controle; a República da Guiné-Bissau prestará toda a colaboração necessária para esse efeito; 18- Uma Comissão Mista coordenará a acção das duas partes e vigiará pela correcta e pontual aplicação do disposto

no presente Anexo, dando-lhe ainda a sua interpretação e a integração das suas lacunas, e o julgamento das eventuais infracções ao que nele se dispõe, com correspondente imputação de responsabilidades; 19- A Comissão Mista funcionará em Bissau, será constituída por seis membros, dos quais cada uma das partes designará três, e entrará em funções nas 48 horas que se seguirem à assinatura do Protocolo de Acordo de que este instrumento constitui Anexo; 20- A Comissão Mista funcionará validamente desde que esteja presente ou representado um mínimo de dois membros de cada parte, e as suas deliberações serão tomadas por unanimidade dos votos dos membros presentes e representados; 21- Os membros da Comissão Mista só poderão ser representados por outro membro pertencente à mesma parte e o mandato deverá constar de carta simples assinada pelo mandante; 22- Em caso de falta de unanimidade, o assunto sobre que se não fez vencimento será sujeito aos governos de cada parte para decisão por acordo ou por arbitragem na falta de acordo; 23- Na sua primeira reunião, ou em qualquer das reuniões subsequentes, a Comissão Mista regulamentará o seu funcionamento. Em caso de necessidade, poderá ainda constituir subcomissões para assuntos determinados, em que delegue, no todo ou em parte, os respectivos poderes, as quais se regerão pelas mesmas regras da comissão delegante; 24- A Delegação do PAIGC regista a declaração do Governo Português de que pagará todos os vencimentos até 31 de Dezembro de 1974 aos cidadãos da República da Guiné-Bissau que desmobilizar das suas forças militares ou militarizadas, bem como aos civis cujos serviços às forças armadas portuguesas sejam dispensados; 25- O Governo Português pagará ainda as pensões de sangue, de invalidez e de reforma a que tenham direito quaisquer cidadãos da República da Guiné-Bissau por motivo de serviços prestados às forças armadas portuguesas; 26- O Governo Português participará num plano de integração na vida civil dos cidadãos da República da Guiné-Bissau que prestem serviço militar nas forças armadas portuguesas e, em especial, dos graduados das companhias de comandos africanos; 27- No prazo máximo de quinze dias, a contar do início do cessar-fogo "de jure", cada uma das partes entregará à outra todos os prisioneiros de guerra em seu poder; 28- O presente Anexo entra em vigor ao mesmo tempo que o Protocolo de Acordo de que faz parte integrante.»

- «Desde a criminosa entrega dos Comandos Africanos à sua sorte, em contravenção do prescrito no Acordo de Argel, e da ignominiosa campanha lançada através do Emissor Regional contra a presença portuguesa, apelando para a expulsão dos brancos, até à demolição de monumentos comprovativos da nossa acção e à vergonhosa cena da troca de prisioneiros, tudo foi possível naquele território sob a acção directa de um grupo de militares agindo a coberto do brigadeiro Carlos Fabião, cuja despersonalização ultrapassou os limites da dignidade ao ter envergado uma farda semelhante à do PAIGC para receber os representantes daquele partido... [...] E assim terminou a [pseudo] descolonização da Guiné num quadro de traição, de ignomínia e de indignidade, a cujo julgamento da História e dos homens dignos deste País, os seus responsáveis não poderão furtar-se.»¹⁸
- «Aos comandos africanos foi-lhes prometido pela hierarquia do PAIGC, pela voz do comandante Constantino [Teixeira], comandante da Polícia de Bissau [promovido a comissário da Segurança Nacional e Ordem Pública]¹⁹, a sua integração nas Forças Armadas Nacionais. Isto foi-me relatado logo a seguir ao 25 de Abril, pelo capitão [graduado de infantaria] "comando" [Zacarias] Saiegh,²⁰ que morava com a família em Bissau numa vivenda geminada com a minha.»²¹
- «Nós pensávamos que ficávamos portugueses, que pertencíamos à geração dos que pertencem a Portugal. Mas chegámos à conclusão de que não era assim. Para mim e para muitos camaradas meus, o mais revoltante era dizerem que éramos portugueses, quando afinal não éramos portugueses. Não culpamos o governador Bethencourt Rodrigues que, esse, foi preso depois do 25 de Abril. Culpamos sobretudo o governador português, o último governador que esteve lá, Carlos Fabião. Foi ele que nos disse que tinha recebido uma carta de Portugal, do general Spínola, para nós deixarmos as tropas. Precisamente no dia 19 de Agosto de 1974. Mostrou a carta, mas ninguém leu. Deram-nos então guias-de-marcha, que não eram guias, não eram nada: "Com licença por 142 dias, devendo apresentar-se no Bat. Comandos até às 8 horas do dia 1 de Janeiro de 1975". Disse que não ia haver problemas, que a 1 de Janeiro de 1975 nos devíamos apresentar e seríamos novamente integrados... na força do inimigo. Começámos então a perguntar-nos quem iríamos encontrar quando nos fôssemos apresentar: iríamos, claro, encontrar o inimigo. Isso foi muito complicado, e mais complicado ainda foi não terem dito, a tempo, que a tropa tinha acabado para nós.»²²
- «Se estivesse a trabalhar para o Estado português e de um dia para o outro lhe tirassem a carreira e o entregassem ao inimigo? É traição ou não é? Foi o que nos fizeram. Não fizeram nenhum referendo na Guiné. Para além disso, a tropa nativa que lá estava e veio para cá, quando cá chegou teve que requerer nova nacionalidade. Será que o Estado português tinha algum documento onde tivéssemos renunciado à nacionalidade portuguesa? Não, nunca renunciámos à nacionalidade portuguesa. Fomos traídos, abandonados. Eu estava aqui no Regimento de Comandos na Amadora em 1974, a comandar uma companhia, a 123, e obrigaram-me a pedir a nacionalidade portuguesa. Será que eu era mercenário aqui dentro? Um militar fardado, dentro de uma unidade a comandar uma companhia, a fazer todos os serviços que fossem precisos, e obrigarem-no a requerer a nacionalidade! Mas eu nunca renunciei à nacionalidade portuguesa. Houve um "animal", na Administração Interna, que me disse: "O senhor foi colonizado". Eu disse: "Eu nunca fui colonizado! Os meus antepassados foram colonizados, mas eu não. Eu nasci numa nação chamada Portugal!". Foi uma injustiça, uma traição. Quantos milhares de pessoas mataram na Guiné depois do 25 de Abril? Foram 7447 mortos [até 21 Jul94], número que nunca houve durante a guerra. [...] Tudo o que o Mário Tomé e o Melo Antunes dizem é mentira. A Guiné tinha as companhias africanas, e comandos africanos, destacamentos de fuzileiros e milícias especiais. Eram vinte e tal companhias [19 CCacl, 3 CCcmd e 2 DFE] que seriam suficientes para assegurar o referendo. Nós não precisávamos do Exército branco para montar a segurança, para se fazer o referendo. Mas a única preocupação que o Estado português teve na Guiné foi desarmar o exército africano e entregá-lo ao PAIGC. [...] É mentira aquilo que o tenente-coronel Melo Antunes disse na TVI, nos debates sobre o [20º aniversário do] 25 de Abril. Disse que não se fez um referendo na Guiné porque não havia segurança. Mas na Guiné tínhamos várias companhias de caçadores

especiais formadas por nativos e tínhamos ainda um batalhão de comandos com três companhias e dois destacamentos de fuzileiros especiais. Mesmo que não tivéssemos lá tropa branca, as vinte companhias de nativos eram suficientes para assegurar o referendo na Guiné. O PAIGC só entrou dentro da cidade de Bissau depois das tropas dos comandos e fuzileiros serem desarmadas. Quem desarmou os comandos foi o Carlos Fabião. A 15ª companhia [CCac15] em Mansoa não aceitou o desarmamento. A maioria deles foram [pós-11Mar75] fuzilados.»²³

- «Uma das surpreendentes características da Guiné era que perto de 50% dos homens em armas, a defenderem a bandeira portuguesa, eram naturais de lá. Aliás, isso foi expresso numa entrevista dada pelo Luís Cabral. Ele disse que depois da independência tivera de matar muita gente que tinha estado ao lado dos portugueses.»²⁴
- «Sobre o futuro dos guineenses que serviram o Exército português, este problema foi estudado com muita compreensão e responsabilidade. Haverá três categorias: as milícias locais, já desarmadas e integradas nas populações das suas aldeias; os recrutados, que serão desmobilizados e voltarão à vida normal. Quanto às unidades africanas especiais [comandos e fuzileiros], serão [i.e, já foram precavidamente] desmobilizadas. Não tomaremos nenhuma [?!] medida de represália contra elas. O importante é que participem honestamente na reconstrução nacional.»²⁵
- «O Acordo de Argel entre o Governo português e o PAIGC – resumirá mais tarde [o MCI Almeida Santos] perante a Assembleia Geral da ONU –, irá consubstanciar "não apenas um armistício, mas uma aliança. Saímos da guerra não frente a frente, mas lado a lado".»²⁶
- «Assim o II Governo provisório, aliás manifestamente empenhado no avanço do processo de descolonização, limitou-se na última fase das negociações de Argel [...] a assinar com o PAIGC um acordo em que se estabelece "de jure" o cessar-fogo, a progressiva retirada das tropas portuguesas e a transferência para a República da Guiné-Bissau [...] de todos os poderes de soberania, sem respeito pelo princípio da autodeterminação nem a segurança de pessoas e bens. [...] No nº17 do "Anexo ao Acordo", determina-se que as "Forças Armadas portuguesas obrigam-se a desarmar as tropas africanas sob seu controle", o que representou sancionar o fuzilamento pelo novo governo marxista de milhares de africanos que tinham combatido ao lado dos portugueses, que em nós confiaram e que por nós foram vilmente traídos, ainda no governo de Fabião e com conhecimento não só do II Governo provisório, como de todos os elementos da Junta e do Conselho de Estado. Voltou-se em África às valas comuns de fuzilados, que o comunismo e o nazismo tinham iniciado na Europa anos atrás. [...] De Fabião se falou já [...] como militar indigno do MFA.»²⁷

Ao fim da tarde em Lisboa, a pretexto do pseudo-motim de ex-agentes da DGS que na passada semana teria ocorrido no EPL e da repressão à *manif* pró-MPLA sucedida no Rossio, é convocada pelos grupúsculos esquerdóides CARP(M-L), OCMLP, PCP(M-L) e URML, uma *manif* sob a epígrafe genérica de «O fascismo não passará» e que tem lugar na Rua Marquês da Fronteira. No local já se encontra vinda de Sacavém uma companhia do RAL1 alinhada frente à Penitenciária, quando às 20:30 chegam cerca de cem jovens militantes e um deles, identificando-se como «ex-presos políticos», diz que «o povo de Lisboa já provou que não pretendia que os pides escapassem à justiça, o povo português está unido para descobrir quem tenta deixar a porta aberta a estes assassinos, temos de estar vigilantes, à mais pequena abertura eles voltarão a massacrar o povo», ao que os manifestantes respondem «morte à PIDE justiça popular» e na meia-hora seguinte entoam gritos «contra a repressão assassina, contra o poder do capital, vigilância popular contra a repressão policial e independência imediata para as colónias».

Enquanto isso em Luanda o presidente da JGA vice-almirante Rosa Coutinho, na sequência das afirmações do MNE Mário Soares recém-vindas a público, decide deslocar-se a Lisboa, ao mesmo tempo que o COPLAD emite mais um boletim relativo às actividades de controle militar exercidas nos subúrbios:

- «No Bairro Popular nº1 saqueada uma casa. No bairro do Cemitério Novo foram encontradas e destruídas barricadas, tendo sido detido 1 civil preto junto a uma delas. No Bairro Cazenga junto às instalações da Sonefe, foi encontrado o cadáver de 1 civil branco não apresentando sinais de violência, pelo que se supõe ter falecido por acidente de trabalho. Junto à Avenida do Brasil: foi agredido e roubado um civil branco por 4 civis pretos; foi assaltado à mão armada o depósito de pão da Rua Cristóvão Falcão. Na Rua dos Bombeiros foi encontrada num quarto uma pistola-metralhadora com munições. No banco de urgência do hospital de São Paulo deram entrada 3 civis pretos feridos com armas de fogo. [...] No Bairro Prenda foi efectuada uma rusga tendo sido detidos 14 civis pretos por indocumentados e apreendido material diverso. No bairro Casa Branca foram detectados 3 civis pretos a violarem uma civil preta: perante a acção das Forças Armadas, os mesmos reagiram com dois tiros de pistola e foi detido 1 dos elementos; 1 civil não identificado apedrejou as Forças Armadas que reagiram com fogo.»²⁸

¹ (Távora, op.cit pp.585); ² (entre o comunicado de 20Mai74 e o de hoje, ocorreram nos 3 TO's diversas baixas mortais – a maioria por acidente –, sem que o SIFPA tivesse produzido um comunicado com tal impacto mediático; por outro lado, as mortes agora referidas reportam-se a 5 e 4 dias antes, respectivamente: no norte de Moçambique, 4 soldados no dia 14; e no noroeste de Angola, 1 soldado no dia 15); ³ (Bernardo, in "Equivocos..." vol.I pp.31); ⁴ (Avillez, op.cit pp.312);

⁵ (Soares, idem, pp.312/3; note-se a notória críspação do deponente que, além de inúmeras imprecisões factuais, se defende com a repetitiva *cassette* marxista-abrilista);

⁶ (Eanes, in "Confissões...", pp.57); ⁷ (cf correspondente do DN, Luanda 19Ago74); ⁸ (Ventura, op.cit pp.49-51); ⁹ (cf "Diário de Luanda", cit DN 29Ago74); ¹⁰ (DN 24Ago74);

¹¹ (cf despacho noticioso de 19 na Cidade da Praia, DN 20Ago74); ¹² (Castanheira, op.cit pp.296); ¹³ (idem); ¹⁴ (Almeida Santos, op.cit vol.II pp.246,232-234,238);

¹⁵ (MacQueen, op.cit pp.144,145); ¹⁶ (in "O Século" 22Ago74); ¹⁷ (telex da ANI, 19Ago74); ¹⁸ (Spinola, "Pais..." pp.285,287);

¹⁹ (em Mar74 inquiridor-mor do processo movido contra o "traidor" Rafael Barbosa); ²⁰ (nascido em Bafatá, filho de um libanês; em 09Jul69 com o posto de alferes, iniciou em Brá o curso de comandos; em 11Fev70 prestou juramento de Bandeira, recebeu o "crachat comando" e foi graduado em capitão, passando a comandar a 1ªCCmds com 150 efectivos; em 22Nov70 participou na Operação Mar Verde; no final de Dez71 cessou o comando daquela unidade; em fins de 79 será capturado pelo PAIGC e encarcerado, vindo a ser em 84 um dos últimos ex-comandos fuzilado); ²¹ (António Martins Rodrigues, em 21Abr95 a Bernardo);

²² (João Seco Mamadu Mané, in "Os Últimos Guerreiros..."); ²³ (Marcelino da Mata, in "A Guerra...", pp.553/4); ²⁴ (Ricardo Durão, idem pp.243);

²⁵ (Pedro Pires, vice-CEM/FARP, Rádio-Argel 27Ago74); ²⁶ (Duarte Silva, op.cit pp.255); ²⁷ (Távora, op.cit pp.582); ²⁸ (cf correspondente do DN; Luanda 20-21Ago74)

1974 – Agosto.20

Em Vila Nova de Famalicão, o CDS leva a efeito o seu primeiro comício.

– «O CDS [...] apareceu como partido do centro, apoiando o MFA. [...] No manifesto dirigido ao eleitorado, o CDS apresentou o que chamaria 335 [!?] propostas concretas para democratização de Portugal, [...] baseadas em três grandes objectivos nacionais: a reconciliação nacional, a democratização nacional e a reconstrução nacional. Como carta de intenções, estas propostas tão numerosas constituem mais uma listagem de pontos [...] do que possibilidades de intervenção, [...] o que mostra a diferença de enunciar promessas eleitoralmente e realizá-las. O índice do programa resume em 8 grandes objectivos, as intenções do partido: "Pela independência e dignidade de Portugal" – especifica-se uma válida comunidade lusitana: estreitamento das relações culturais, políticas, económicas, entre os Estados de expressão portuguesa; [...] celebração de acordos com os países de que depende o futuro de Macau e Timor; preservação do património cultural do antigo Estado Português da Índia; [...] intensificação de relações e acordos com a Europa Ocidental, EUA e CEE; [...] reforço da latinidade, das relações com a China Popular, URSS e países de Leste, da política de desarmamento; [...] política de auxílio ao Terceiro Mundo, defesa da reforma do sistema monetário internacional. "Pela solidariedade fraterna dos povos de língua portuguesa" – com referência específica a: estatuto de dupla nacionalidade, cooperação para a convivência pacífica entre grupos étnicos, religiosos e culturais, promoção acelerada da língua portuguesa; [...] acordos bilaterais e multilaterais de cooperação técnica e cultural entre Portugal e os novos Estados de expressão portuguesa; [...] participação em esquemas de desenvolvimento dos novos Estados de expressão portuguesa, ajuda técnica à Guiné; [...] ligação dos novos Estados de raiz lusitana e a CEE. "Pela liberdade e segurança dos portugueses" – para além da afirmação de defesa dos direitos, liberdades e garantias [...]: defesa da independência e integridade da Magistratura, reorganização do sistema judiciário; [...] defesa da ordem e tranquilidade pública, [...] protecção da intimidade da vida privada, [...] revisão das normas de segurança nos locais privados e públicos. "Pela igualdade das pessoas numa sociedade mais justa" – protecção à maternidade e famílias por regalias e subsídios, criação de um salário mínimo familiar; [...] fomento de creches e jardins de infância, abolição do estatuto de filhos ilegítimos; [...] salvaguarda do direito à greve e da livre negociação colectiva; [...] actualização do salário mínimo e de redução gradual do leque de salários, [...] sistema integrado de segurança social e estímulo das modalidades privadas de seguro, flexibilidade nas opções pela idade de reforma, [...] habitação para pessoas idosas, sistema de remuneração mínima para idosos, acumulação das pensões de reforma com outras fontes de rendimento, [...] melhores condições de vida para isolados sociais; [...] apoio de aquisição da habitação, [...] revisão do regime de serviço militar obrigatório, ocupação formativa dos tempos livres. "Pelo progresso económico numa sociedade mais próspera" – que tendam a fazer de cada trabalhador um proprietário: economia social de mercado, [...] intervenção desenvolvimentista do Estado, apoio à modernização e inovação tecnológica. "Pela participação dos cidadãos numa administração mais descentralizada" – partindo de profunda Reforma Administrativa: participação dinamizadora ao nível das autarquias. "Pela democratização do ensino numa sociedade mais livre" – sistema educativo favorável à igualdade de oportunidades: oferta educativa ampla e diversificada; [...] cultura criadora, com [...] apoio e fomento de iniciativas específicas, conservação do património. "Pela qualidade de vida num ambiente mais humano" – domínio do progresso no sentido de uma vida quotidiana mais suave: cidades mais humanas, ambiente natural mais puro, prática desportiva a caminho do desporto de massas.»¹

Entretanto em Lisboa, correm rumores sobre divergências na Comissão Nacional de Descolonização.

– «A análise do actual momento político e as posições dos partidos da coligação foram os temas da reunião de ontem [20Ago74], entre o primeiro-ministro e os representantes daqueles partidos. [...] A reunião [...] demorou perto de duas horas, tendo estado presentes: Mário Soares e Tito de Morais, pelo Partido Socialista; Álvaro Cunhal e Octávio Pato, pelo Partido Comunista; e Manuel Alegria e [Jorge de Carvalho] Sá Borges, do Partido Popular Democrático. [...] Um dos pontos focados, a análise do projecto de decreto-lei da constituição de partidos e associações da autoria do dr. Ataíde Ferreira. De acordo com este projecto, são exigidos 15 mil [assinaturas de] aderentes para a criação de partidos. [...] Foi aprovado [hoje na reunião do conselho ministerial] um projecto de lei que altera o art.325º do Código do Processo Penal, eliminando a possibilidade de "habeas corpus" para todos os indivíduos [i.e, os ex-agentes da DGS e LP que continuam presos e] sujeitos ao foro militar. [...] Foi aprovado [também nesta reunião] o projecto de diploma que cria uma Comissão Nacional de Inquérito, a funcionar no âmbito do Ministério da Justiça [Salgado Zenha e Armando Bacelar], que tem por finalidade indagar do fundamento das queixas que lhe sejam apresentadas ou de que haja notícia pública sobre abusos de poder, violências contra pessoas e práticas de corrupção, ocorridas entre 28 de Maio de 1926 e 25 de Abril de 1974. [...] Após a reunião do Conselho de Ministros que terminou às 20 horas, esteve na residência oficial do chefe do Governo o [presidente da JSN e CEMGFA] general Costa Gomes [...] para "tratar de assuntos de rotina". Trinta minutos depois, entretanto, registava-se também a entrada do ministro sem pasta Melo Antunes², vindo da Cova da Moura. Pouco passava das 21 horas chegaram diversos membros do Conselho de Estado, entre os quais os [destacados activistas do CC/MFA] comandantes Victor Crespo [regressado da sua segunda "missão de serviço" em Moçambique] e Carlos Contreiras e os capitães [de infantaria] Vasco Lourenço e [de engenharia Luís Ferreira de] Macedo (este oficial às ordens do coronel Vasco Gonçalves), e ainda o [comandante da RML e comandante-adjunto do COpCon] brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho. Nessa altura o general Costa Gomes, que se preparava para sair do edifício, mostrando-se surpreendido com a presença dos conselheiros de Estado, disse: "Temos aqui agora o Movimento das Forças Armadas?!". Dito isto retrocedeu e, acompanhado pelos oficiais do MFA, esteve reunido com o [PM] coronel Vasco Gonçalves até às 23:55. Assistiu o major Melo Antunes. No final o primeiro-ministro não respondeu a perguntas dos jornalistas, limitando-se a dizer que "não havia declarações". [...] Acerca da notícia publicada por um vespertino de Lisboa na sua edição de ontem, de que durante um plenário do MFA se tinha reiterado a confiança do general Spínola nas suas triplas [?!] funções, o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho informou-nos que não se tinha realizado qualquer plenário.»³

- «Falou-se muito dos "homens sem sono" [do CCCO/JSN até 30Jun74, transferidos para a 2ªRep-EMGFA no palácio da Ajuda e para o COpCon no Forte Alto do Duque]. Determinadas decisões militares eram tomadas em reuniões às 3 ou 4 da manhã, em que assuntos de gravidade eram decididos ao fim de 12 e 13 horas de reunião, com as pessoas cansadas e desejosas de ir embora. Talvez fosse melhor irem dormir descansadamente, nem que fosse até ao meio-dia, mas quando tomassem resoluções, ainda que fosse só das 2 às 5 da tarde, que as tomassem conscientemente. E não com sono.»⁴
 - «Todos dormitavam, mais ou menos por fases. Não podia ser de outro modo, de resto: os Conselhos começavam às 3 da tarde e prolongavam-se até às 4, 5 da manhã, em discussões intermináveis. [...] Vasco Gonçalves, por exemplo, tinha horas sagradas: dormia sempre das dez à meia-noite. Quando o primeiro-ministro dormia, à nossa vista, quem tranquilamente assegurava a presidência era o ministro Vítor Alves. [...] Os Conselhos de Ministros transformavam-se, não raro, num campo de batalha. Continham agendas de 20 e 30 pontos, mas às oito horas nunca tínhamos conseguido passar do segundo ou terceiro ponto! As diferenças de opiniões eram tão grandes que não se avançava. Não interrompíamos para jantar. Vasco Gonçalves mandava vir sanduíches da messe dos sargentos, que às vezes comíamos na casa de jantar, no rés-do-chão da residência oficial. Eram reuniões intermináveis e enfadonhas – quase todos os ministros fumavam desalmadamente, a sala ficava irrespirável –, onde Vasco Gonçalves nos projectava as suas obsessões e angústias; e Cunhal, apesar de tudo, era uma voz de relativo bom senso. Curiosamente, as suas intervenções eram mais moderadas do que as de Vasco Gonçalves. Sempre atento, ia procurando pôr as suas pedras com calma: era mais elaborado e sabia levar melhor a água ao seu moinho. Lembro-me de que, uma ocasião, contrariou frontalmente uma proposta de Vasco Gonçalves que visava impôr um limite aos vencimentos a que chamava máximos, por forma a que ninguém pudesse ganhar mais do que um certo quantitativo modesto: a questão foi introduzida em Conselho de Ministros e nós [PS] contrariámo-la frontalmente; Cunhal pôs-se do nosso lado, argumentando com a fuga dos quadros superiores para o exterior, que aliás já começara. E enquanto estas discussões tremendas se iam arrastando até altas horas da noite, cá fora o PS lutava para se organizar, fortalecer e unificar, por forma a ganhar força para se opôr à ocupação do aparelho do Estado, que prosseguia aceleradamente por parte do PCP. [...] Depois dos Conselhos de Ministros, Álvaro Cunhal tinha encontros secretos com Vasco Gonçalves, a altas horas da noite. Os Conselhos terminavam às três, quatro horas da manhã, Álvaro Cunhal abandonava a residência oficial e, depois, regressava. Havia informações nesse sentido, dadas por pessoas que o viam entrar.»⁵
 - «Dormir em Conselho de Ministros era, de resto, um "direito fundamental" dos "homens sem sono". Todos os ministros tiravam de vez em quando a sua soneca. Os meus queridos amigos Mário Soares e Salgado Zenha figuravam entre os mais recorrentes. Ao dr. Cunhal, sempre vivo como um pardal, só uma vez o vi cochilar. [...] Mas a excepção fui eu. [...] Era já pela manhã, quando alguns dormiam e outros haviam desligado o fusível da atenção, que eu introduzia a discussão, ou não discussão, de alguns projectos de lei mais difíceis de digerir. [...] Quando tinha dúvidas sobre a sua aprovação, deixava-os para o fim. [...] Em minha consciência, eu procedi bem. O que estava errado não eram os projectos. Era a demasia revolucionária.»⁶
- Enquanto isso o presidente da JGA vice-almirante Rosa Coutinho, chegado hoje a Lisboa, regressa a Luanda após conversar com o PR provisório, membros da JSN e do Governo provisório sobre o processo de descolonização de Angola.
- «Um grupo numeroso de indivíduos atacou [hoje] de madrugada o emissor regional do Cuanza-Norte, situado no centro desta cidade [de Salazar, capital distrital], tendo escrito nas paredes frases de incitamento ao MPLA e à FNLA, e causando avultados prejuízos.»⁷
 - «"Somos contra a formação de novas Rodésias e queremos encaminhar Angola e Moçambique para verdadeiras independências com maiorias negras", declarou o dr. Mário Soares numa entrevista telefónica concedida hoje [em 20Ago74] à emissão "24 Heures sur l'Áfrique" da ORTF. A respeito dos contactos que teve a semana passada [dias 16-17] em Dar-es-Salaam com a FRELIMO, indicou que se estava actualmente numa "fase de trabalho construtivo", de que preferia nada dizer para não prejudicar as conversações. Falando da posição do Governo perante os movimentos de libertação de Angola, declarou que não podia pronunciar-se quanto à sua representatividade. "O que sabemos é que, se pretendemos parar com a guerra, devemos dialogar com os que a fazem".»⁸
 - «Aqueles que pensam que a UNITA tem no seu viveiro um Tschombé para travarem a independência de Angola, erram na sua escolha. Alguns europeus pensam que o Savimbi será o Tschombé de Angola. Isso não poderá acontecer, pois aceitamos claramente o jogo democrático.»⁹
 - «Rosa Coutinho viajou para Lisboa, onde produziu afirmações interessantes, mas só duas verdadeiras: a de que "85% da população de Angola ainda não optara por qualquer ideário político, cabendo aos brancos escolherem, de acordo com as suas convicções, um dos três movimentos de libertação"; e que "Angola não era para timoratos".»¹⁰
 - «Por essa altura já o Almirante Vermelho era a criatura mais execrada pelos portugueses de Angola. O seu riso era uma mistura de ódios recalçados, íntimos complexos e vaidades grotescas. E ria por tudo e por nada, só para ficar bem no retrato. Gostava imenso de falar na rádio e apressou, tanto quanto pôde, a instalação da televisão em Luanda, sonhando com a presença da sua cara nos televisores dos luandenses. Medroso como um rafeiro cabiri, transformou o palácio do Governo numa caserna com homens armados a circular em todos os corredores, fuzileiros especiais nos terraços do edifício e, quando o seu medo era maior, com um aparatoso dispositivo militar que cercava toda a zona, desde a Avenida Álvaro Ferreira até ao Largo do Baleizão. No entanto, sempre que os brancos ainda residentes nos bairros suburbanos reclamavam protecção, respondia que Angola não era para timoratos.»¹¹
- No final da noite em Luanda, é emitido mais um comunicado sobre recentes actividades militares nos subúrbios, tendentes a fazer cessar os roubos, depredações e incêndios:
- «No Bairro Marçal, 2 civis pretos armados de pistola assaltaram um depósito de pão. No bairro de São Paulo um grupo de 10 civis pretos assaltou e agrediu um civil branco que se fazia transportar num automóvel; um

dos indivíduos portador de pistola, disparou três tiros sem consequências. No Bairro Rangel cerca das 11:00 foi incendiada uma viatura civil de carga, por civis pretos que se puseram em fuga perante a acção das Forças Armadas. Na Rua Francisco Newton, tentativa de roubo nos escritórios de uma serração por 1 civil mestiço e 2 civis pretos: perante a acção das Forças Armadas, os mesmos puseram-se em fuga. No bairro da Cuca, cerca das 20:30 foi detido pelas tropas 1 civil preto, surpreendido a assaltar uma casa comercial. No Bairro Cazenga um grupo de 3 civis pretos armados roubou outros três civis pretos e lançaram granadas de mão ofensivas que provocaram 1 ferido, que foi conduzido ao hospital [HM124] das Forças Armadas; foram detidos 10 civis pretos (8 por roubo e 2 por serem portadores de liamba). No banco de urgência do hospital de São Paulo deram entrada 2 feridos por incidentes com armas de fogo.»¹²

¹ (Ferreira, op.cit pp.674-677); ² (recém-chegado a Lisboa, estava previsto que hoje seria graduado em brigadeiro e empossado presidente da prevista Junta Governativa de Moçambique; mas no Bucaco o PR provisório general Spínola, de há muito informado sobre as "irregularidades" por aquele cometidas em Amesterdão, Roma e Dar-es-Salaam, já havia adiado a cerimónia para 23Ago74, momento em que o capitão-tenente Victor Crespo será confirmado pela JSN como alto-comissário para aquele território, cargo que só em 20Set74 vai assumir); ³ (notícias, DN 21Ago74); ⁴ (Jaime Neves, O Século Ilustrado 18Out75); ⁵ (Soares, op.cit pp.401/2,428); ⁶ (Almeida Santos, op.cit vol.I pp.465-466); ⁷ (cf correspondente de "O Século"; Salazar 20Ago74); ⁸ (Reuter, Paris idem); ⁹ (Savimbi, em Cangumbe à revista "Notícia"; Luanda 23Ago74); ¹⁰ (Pompilio, op.cit pp.197); ¹¹ (Ventura, op.cit pp.113); ¹² (cf COPLAD, cit correspondente do DN; Luanda 21Ago74)

1974 – Agosto.21

No distrito moçambicano da Beira, um grupo terrorista das FPLM monta uma emboscada junto ao posto militar de Chazica e causa 2 mortos e vários feridos às tropas pára-quadistas.

- «Foi estabelecido um acordo regional entre a FRELIMO e as Forças Armadas portuguesas no norte e centro de Moçambique, abrangendo as regiões fronteiriças com o Malawi e a Rodésia, e garantindo a segurança da circulação rodoviária. Na Beira, informadores militares recusaram-se a confirmar a informação, afirmando todavia que tinham sido suprimidas as escoltas às colunas de veículos. Segundo a mesma fonte, o acordo, apenas oficioso, parece demonstrar que a FRELIMO aceita estender a paz à região a oeste e a norte de Vila Pery, e às estradas de Tete ao Malawi. [...] Para os especialistas políticos, este acordo será como que uma "ante-estreia" de enorme importância. Com ele cessaria o cerco quase permanente à barragem de Cabora Bassa e os ataques aos comboios de abastecimento a essa barragem.»¹
- «Descarrilou um comboio na linha Beira-Tete por alturas de Inhaminga, devido à explosão de duas minas. O condutor da locomotiva ficou ferido.»²
- «Em Nampula e Ilha [de Moçambique] havia pessoas de fora a comandar os grupos [de agitadores pró-FRELIMO]. Em Cabo Delgado diminuíram ataques e a FRELIMO inicia negociações.»³
- «Embarcámos [em 21Ago74] em Monkey Bay no navio 'John Chilembwe', tripulado por Mr. Mboa dos 'Young Pioneers' do Malawi. De manhã cedo chegámos ao paralelo de Metangula e aguardámos a LF-Mercúrio (P-1135). Os dois navios manobraram, cumprindo as formalidades do protocolo naval. Imediatamente veio a bordo o major [Águas] Varela. Convidou-me a passar para a sua lancha: o coronel Sousa Menezes e o comando de Metangula, insistiam no convite formulado, dando-me todas as garantias de segurança; acompanhavam-no o chefe da 2ª Repartição-Informações, tenente-coronel Correia da Cruz, e o segundo-comandante da base naval, capitão-tenente Baptista dos Santos. Acompanhado por Pombeiro de Sousa, passei para o navio português enquanto a 'John Chilembwe' manobrava, conservando-se entre a 'Mercúrio' e o limite de soberania do Malawi [no Lago Niassa]. O [CEM-QG/CCFAM] coronel Sousa Menezes transmitiu-me os cumprimentos do general Orlando Barbosa, que exercia as funções de CCFAM. Iniciámos imediatamente as conversas. Admitia que se tivesse gerado um mal entendido, por se dispôr de informações segundo as quais a Rodésia estaria a recrutar tropas mercenárias, para reforço da defesa do seu território, utilizando elementos da DGS e das unidades moçambicanas que se haviam escapado para aquele país vizinho. Passámos a apreciar a situação económica e financeira de Moçambique. O MFA tinha a consciência da gravidade da posição, que além do mais envolvia um débito a Portugal que estimavam na ordem dos 50 milhões de contos, incluindo os investimentos feitos na barragem de Cabora Bassa. Citei casos concretos que criavam ambiente destruidor do crédito externo do país: não haviam sido honrados compromissos cambiais, para o pagamento de bens de produção indispensáveis. Os meus interlocutores perguntaram se a Frelimo e os países vizinhos mantinham a validade dos princípios contidos no "Programa de Lusaka". Reiterei que em 3 de Agosto nos tinha sido dada a certeza de tudo se conservar em vigor. Todavia, as enervantes manobras e contradições portuguesas poderiam conduzir a um endurecimento por parte da Frelimo, perante situações de crescente vantagem no terreno político e militar, como a que resultava da retirada "voluntária" das tropas portuguesas que, no início deste encontro, tão amplamente me fôra descrita. Por esse andar, não teriam necessidade de negociar pois nos avizinhávamos da capitulação. Parecia que tudo se preparava para isso, o que não constituía forma responsável de actuar.»⁴

E em Lourenço Marques reúnem frente ao edifício das Finanças «milhares de funcionários públicos», logo após ter sido anunciado que o governador-geral interino dr. José Augusto da Cunha Ferro Ribeiro «cedera às suas exigências de demissão de todos os funcionários que apoiaram o anterior regime», após o que «uma delegação enviou imediatamente telegramas ao presidente Spínola e ao presidente da FRELIMO», nos quais se afirma que os manifestantes ali reunidos «reconheciam a FRELIMO como o único representante do povo de Moçambique».

Entretanto em Luanda é distribuído pela secretaria da Comunicação Social da JGA, um comunicado relativo à actividade policial efectuada nos subúrbios «durante as últimas 24 horas»:

- «Foram detidos 3 negros no decorrer de uma rusga no Bairro Prenda: dois foram presos por se encontrarem indocumentados; e o terceiro por roubo. Foi preso 1 europeu suspeito de ter disparado tiros de pistola. No hospital de São Paulo, desde as 06:00 de ontem às 06:00 de hoje, deram entrada 1 morto e 2 feridos, todos vítimas de incidentes com armas de fogo.»⁵

Ao princípio da noite em Lisboa, realiza-se um comício do MES no pavilhão do Clube Atlético de Campo de Ourique onde cerca de mil pessoas se juntam para ouvir «os oito oradores da noite» – entre eles Edilberto Moço, Augusto Mateus, Rogério de Jesus, Ana Benavente⁶, J.H.Santos Barros⁷ e Ribeiro Mendes –, os quais, entre outros assuntos, dissertam sobre «os principais objectivos da

reunião, a presente crise económica, a fase actual da luta dos trabalhadores, a luta dos trabalhadores portugueses emigrados, a situação nos Açores e a luta anticapitalista, o processo de descolonização e a próxima jornada de solidariedade com o povo chileno». Das respectivas intervenções, destaca-se o seguinte:

- «Torna-se fundamental que os camaradas trabalhadores tomem consciência do espaço político que têm de preencher neste momento. [...] A influência do capital estrangeiro [...] sempre aproveitou o baixo nível dos salários e a "paz social" oferecida pelo governo fascista, ao mesmo tempo que servia de trampolim para a exploração das colónias. [...] Só nos meses de Junho e Julho, de acordo com o Serviço Nacional de Emprego, se registaram 7683 despedimentos. [...] A emigração, que tantas vantagens traz aos capitalistas, traz aos trabalhadores [...] a discriminação e o racismo. [...] Os açoreanos foram uma das maiores reservas da guerra colonial [...], torna-se imperioso o fim imediato da concessão de bases aos Estados Unidos, França e NATO. [...] Os trabalhadores não podem consentir que a recuperação da burguesia se faça à custa do seu sacrifício.»
- «O porta-voz do ministério português dos Negócios Estrangeiros desmentiu que tivesse sido oferecida uma larga soma [de 400 milhões de dólares por países árabes ao Governo português, assim como o levantamento do embargo petrolífero] para que os Estados Unidos fossem privados da sua base militar nas ilhas açoreanas.»⁸

¹ (cf ANI e Reuter, Lourenço Marques 21Ago74); ² (cf correspondente do DN, idem 22Ago74); ³ (in matutino "Notícias", idem 23Ago74); ⁴ (Jardim, op.cit pp.321-325); ⁵ (cf correspondente do DN; Luanda 22Ago74); ⁶ (em Nov70 residente na Suíça, membro do Grupo Socialista Revolucionário no exílio e colaboradora da respectiva "Polémica"); ⁷ (nascido em 1946 em Angra do Heroísmo; em Jan69-Jan71 cumpriu serviço militar no leste de Angola); ⁸ (in "Le Figaro", Paris 23Ago74)

1974 – Agosto.22

Em Bissau, o comité local do MFA reúne em assembleia e difunde um comunicado, onde «reclama a rápida conclusão das negociações com o PAIGC»¹.

- «A população de Bissau tem recebido da melhor maneira as delegações do PAIGC chegadas de Conackry e das regiões libertadas, e o PAIGC tem tomado medidas especiais para evitar perturbações da ordem pública, objectivo que tem sido alcançado sem dificuldades de maior.»²
- «No restaurante do hotel de Bafatá, dois homens embriagados, fazendo grande algazarra, foram interpelados por representantes do PAIGC que os obrigaram a abandonar a sala. Em Bafatá, antes da chegada [em 22Ago74] dos oficiais do PAIGC, elementos não controlados tinham-se espalhado pela cidade, recusando-se a pagar, partindo vidros e ameaçando os comerciantes. Um desses incidentes causou um morto. Tais acontecimentos fizeram fugir cerca de metade dos 30 comerciantes portugueses e libaneses que vivem em Bafatá, e alguns deles cederam [?!] o comércio a africanos. Os que ficaram deixaram de mandar vir mercadorias, o que agravou as dificuldades que a Guiné-Bissau experimenta há muito. A farinha e o arroz faltam nesta cidade, e os seus habitantes fazem bicha para obterem milho.»³

Entretanto no Buçaco o PR provisório general Spínola recebe o MCI Almeida Santos, o MNE Mário Soares e o seu adjunto ministro-sem-pasta major Melo Antunes, relatando-lhe pormenorizadamente os dois primeiros – horas antes de viajar para Argel –, os termos em que haviam sido concluídas⁴ em Dar-es-Salaam as negociações com a FRELIMO para o acordo sobre a independência de Moçambique.

- «Em Agosto o dr. Mário Soares e o dr. Almeida Santos deslocaram-se a Dar-es-Salaam. Quando regressaram, deslocaram-se ao Buçaco onde estava o presidente Spínola, queixando-se ter havido uma negociação feita paralelamente [i.e, previamente] pelo MFA, mais concretamente pelo Melo Antunes, à revelia da delegação oficial.»⁵
- «Nessa altura recebi no Hotel do Buçaco os ministros Mário Soares e Almeida Santos, que narraram as condições vergonhosas em que se tinham realizado as negociações, com manifesta traição de um dos membros da delegação [...] o major Melo Antunes [...], que manteve contactos secretos com os representantes da FRELIMO e que, à mesa da negociações, tomou uma atitude de manifesta defesa da FRELIMO contra os interesses nacionais. [...] Nessa mesma altura recebi no Buçaco a visita do [CEMGFA] general Costa Gomes, a quem li a mensagem de renúncia à presidência da República, por me repugnar homologar os [previstos] Acordos de Lusaca. O general Costa Gomes demoveu-me dessa intenção, dizendo-me que tinha tomado conhecimento de um documento importante, que conferiria à Junta de Salvação Nacional autoridade para governar o País.»⁶
- «Em meados de Agosto de 1974 o general Spínola está profundamente desorientado e ameaça demitir-se, deslocando-se para o Luso com a justificação aparente de ir repousar e fazer tratamento termal. Os elementos da Comissão Coordenadora respondem dizendo que não era a primeira vez que repetia a ameaça, o que os intermediários interpretam como significando desejo de que isso aconteça. Aqueles oferecem então a presidência da República a Costa Gomes, que não julga ainda oportuno suceder ao companheiro em transe de morte política breve e aceita ir ao Luso para o reconduzir a Belém.»⁷
- «Sempre achei que ele devia levar até ao fim a sua missão, apesar dos vários erros que cometeu, sobretudo em relação ao Ultramar, e que eu sempre lhe apontei directamente nas reuniões da Junta. É claro que ele ligava muito pouco a essas opiniões, até porque se considerava a figura mais importante da descolonização, sobretudo a partir do momento em que os restantes membros da Junta lhe disseram que fosse ele a encarregar-se do assunto. Nunca pensei que o general Spínola pudesse desistir do compromisso que tomou ao assumir as funções de presidente da República. Nunca pensei que um militar pudesse alguma vez pensar em desistir dos compromissos assumidos perante a Nação e o Povo. Sempre que o general Spínola ameaçou demitir-se, porque não concordava com a evolução da situação, a minha resposta foi negativa, com o argumento de que tínhamos uma missão a cumprir. Cheguei mesmo a ir [em 22Ago74] com o doutor Almeida Santos [e em 05Set74 com o PM], ao Buçaco, para o convencer a não se demitir. Sempre que ele ameaçava demitir-se, pedia-lhe para me mostrar [e o PR provisório general Spínola mostrava] o discurso de renúncia.»⁸

– «Quando os projectos de acordo com a Frelimo, vindos de Dar-es-Salaam, lhe foram apresentados, o general Spínola reagira afirmando que nunca os assinaria. Foi-lhe então apresentado o argumento de que as Forças Armadas em Moçambique não estavam dispostas a manter as posições que ainda conservavam, e que havia o risco de se verificar a deserção de unidades para a Frelimo, acabando tudo numa vergonhosa capitulação. Nesse quadro, Melo Antunes poderia aparecer como o homem que evitava o pior. O que não foi dito ao general Spínola é que as tropas moçambicanas – representando a maioria dos efectivos – estavam dispostas a cumprir o seu dever, e nisso estavam acompanhadas por unidades como os 'comandos' de Montepuez, os pára-quedistas e a Força Aérea. Também ninguém referiu que a frustração de certas unidades tinha resultado dos meses vividos sem descortinar termo para a anarquia que alastrava. Oficiais milicianos de formação comunista, encarregavam-se de explorar essa frustração cuidadosamente provocada. Não havia opção entre um acordo e a capitulação. O CEMGFA general Costa Gomes confirmava-lhe que assim era. Fazendo um acordo, sempre se salvariam as aparências. As Forças Armadas, que declaradamente tinham lançado o 'Movimento' para não se converterem em "bode expiatório" do colonialismo, acabaram por converter-se no "bode expiatório" da descolonização. Então o general Spínola pediu que, ao menos, passassem a cláusulas secretas alguns dos pontos mais humilhantes. Referiam-se concretamente: ao direito de veto da Frelimo, sobre os nomes a indicar por Lisboa para o governo transitório; e à faculdade de a Frelimo se pronunciar sobre a designação do alto-comissário.»⁹

Antes de terminada a referida reunião, chega ao Grande Hotel do Buçaco vinda de Lisboa num automóvel da PR, uma delegação constituída por Manuel Gomes dos Santos, Pires Moreira, Quinaz Pires e Victor Hugo Velez Grilo, recém-chegados de Lourenço Marques para falar com o general Spínola:

– «Nos corredores do velho hotel de traça manuelina, onde o presidente passava protegídisimas férias, cruzaram-se antes da entrevista com os ministros Almeida Santos, Melo Antunes e Mário Soares. Almeida Santos vinha à frente. Quando os viu, estendeu-lhes a mão em cumprimento. Como autómatos, os quatro homens viraram a cara indiferentes à mão pendurada do ministro. António de Spínola recebeu-os familiarmente numa das salas-de-estar do hotel. Os moçambicanos fizeram-lhe um resumo da situação, expondo-lhe os seus pontos de vista: a FRELIMO representa, quando muito, 20% da população total de Moçambique; não é com armas na mão que se pode impôr uma nova ordem democraticamente estabelecida; os elementos mais marcantes da FRELIMO são changanas [e muchopes, etnias do sul] o que pode originar uma luta tribal de extermínio; Moçambique tem confiança absoluta nas palavras do general Spínola, no programa das Forças Armadas, nas repetidas declarações do general Costa Gomes, mas discorda totalmente da orientação tomada nos últimos tempos que prevê a anulação do referendo propondo a assinatura de um acordo em Lusaca sem que o povo entretanto seja consultado; Moçambique insiste na salvaguarda a todo o transe de pessoas e bens da minoria branca, colocando na Metrópole acaso a política não mude os meios de transporte bastantes à disposição dos que desejem sair e nessa evacuação devem ser incluídos os soldados pretos do Exército, especialmente dos GE's, GEP's e Flechas; o povo espanta-se perante a ineficácia e inoperância do Exército português, considerando sobretudo grave a sua incapacidade para manter a ordem. Spínola ouviu atentamente os seus interlocutores e sem rebuços deu aos moçambicanos total apoio e incitamento. Foi mais longe ainda: começando por frizar que o Exército o traía, informou-os de que tinha em seu poder um papel onde se estabeleciam já as condições para o futuro acordo de Lusaca, que iria entretanto estudar melhor; deu-lhes mesmo conhecimento de parte dessas condições e terminou por lhes garantir que a missão do alto-comissário em Moçambique seria defender intransigentemente os direitos dos portugueses. Um dos participantes na reunião, alguns dias depois havia de nos confiar: "A impressão com que ficámos, foi a de que o presidente estava totalmente descontrolado a ponto de chorar perante nós".»¹⁰

– «A esse respeito nada posso adiantar. Apenas que, quando eu e o prof. Veiga Simão visitámos o presidente no Buçaco, dias antes da partida da delegação portuguesa para Lusaca, nos cruzámos à entrada do palácio com os mais destacados dirigentes [...] meus conhecidos de Moçambique, que acabavam de ser recebidos por quem ia receber-nos de seguida, curiosamente sem referir quem tinha recebido antes. [...] Spínola convenceu-se de que só provocando uma grande comoção nacional poderia interromper a deriva para o domínio pelo PCP e pelos partidos da extrema-esquerda, do cenário político português e os reflexos desse domínio na descolonização de Angola. Pensou por isso em demitir-se, antes mesmo do apelo à "maioria silenciosa", convicto talvez de que uma saudável reacção popular o recolocaria no seu lugar. Foi nesse estado de espírito e nessa convicção que, duas [?!] semanas antes de ter efectivado a sua renúncia, me levou ao Buçaco e ao prof. Veiga Simão, quando ali nos deslocámos, a declaração de renúncia.»¹¹

Ao fim da manhã aquela comissão moçambicana regressa a Lisboa, sendo sucessivamente recebida no palácio Foz pelo MCS major Sanches Osório e no palácio da Cova da Moura pelo presidente da JSN e CEMGFA general Costa Gomes.

– «Haviam estado com o presidente da República no "Grande Hotel do Buçaco". O general Spínola encontrava-se num estado de grande depressão. Chegara ao ponto de chorar abertamente numa das audiências. Sentia-se que estava submetido às maiores pressões contra as quais mal podia reagir. Desabafara afirmando que estava "rodeado de covardes e traidores". Contou toda a história das negociações, afirmando que nunca transigiria com o que lhe queriam impôr. Os próprios ministros Mário Soares e Almeida Santos, que os emissários [laurentinos] viram sem lhes falar, pareciam acabrunhados. Quando se mencionou o nome do major Melo Antunes, o general Spínola não se conteve gritando que "esse é um comunista, não tenha já dúvidas a tal respeito". [...] Contactando ainda com o comandante Victor Crespo, o brigadeiro Saraiva de Carvalho e o major Sanches Osório, além de outras personalidades, [...] o general Costa Gomes, que os recebera nas instalações militares da Cova da Moura, tinha sido esfíngico e limitara-se a tomar longos apontamentos do que foi escutando, sem formular comentários.»¹²

– «O general Costa Gomes recebeu no palácio da Cova da Moura, fidalgamente, os enviados de Moçambique. Ouvia e tomou várias notas durante "cinco quartos de hora", o que foi considerado excepcional por muitos

observadores. Mostrou grande interesse por quanto lhe foi dito mas limitou-se a pronunciar meia dúzia de palavras insignificativas que levaram um dos presentes, à saída do palácio, a defini-lo nos seguintes termos: "É um jesuíta esfíngico".»¹³

- «Encontrámos a Metrópole tão mal informada quanto ao que se passa em relação a Moçambique, que sentimos ser nosso dever esclarecer os portugueses. Contactámos o ministro da Comunicação Social e conseguimos assim chegar até à Televisão, onde fomos tratados com toda a gentileza pelo sr. Álvaro Guerra que ali tem funções de chefia [na direcção de informação]. Fui entrevistado, expus os meus pontos de vista com serenidade e clareza, e aproveitei a oportunidade para convidar publicamente o sr. brigadeiro Otelo [...] a ir a Moçambique para testemunhar pessoalmente o processo de democratização e de descolonização. [...] A entrevista não foi transmitida. Foi pena porque todo o País ficaria a saber que ainda existem portugueses em Moçambique [...] e lamento que o sr. brigadeiro Otelo de Carvalho não tenha escutado o meu convite, pois gostaria de o ver lá a ajudar a fazer a apregoada e esplendorosa nação [...], e como moçambicano seria o homem ideal para nos ajudar a fazer a tal nação em que todos os homens, dentro dos princípios da Carta das Nações Unidas, tivessem igual acesso aos meios de informação.»¹⁴

Ao mesmo tempo é difundido pelo INE um comunicado, segundo o qual o aumento do custo de vida, sobretudo alimentar, foi de 12% no 1º trimestre de 1972 na Metrópole, passando a 30% no período Mar73-Mar74 (cf. OCDE 25.9%), e de 37.12% nos últimos doze meses na região de Lisboa. No período 71-73 os preços aumentaram em média: 98.8% no pescado, 54.6% na carne 54.6% e 195% nos legumes.

Horas depois, o CEMGFA determina o envio para todas as unidades militares de uma circular por si assinada e na qual «denuncia manobras reaccionárias contra os militares que se distinguiram no 25 de Abril», documento com que pretende «retirar da opinião pública a ideia que vinha sendo divulgada de umas Forças Armadas degradadas e com o moral em baixo»¹⁵, mas tal atitude contrastando no espírito de muitos militares com jogadas subterrâneas e o visto apostado no designado "Documento Hugo dos Santos", o qual circulou por diversas unidades e até recente intervenção do CC/MFA obteve a assinatura de cerca de 200 oficiais.

E ao princípio da noite é transmitida pela RTP uma entrevista concedida pelo major Melo Antunes, da qual se destacam as seguintes afirmações:

- «O Movimento das Forças Armadas, contrariamente a certo tipo de insinuações que se procuram impôr, não é um partido político nem pode confundir-se com nenhum agrupamento político existente neste [?!] país.. [...] Temos um programa e é em relação a esse programa que definimos os nossos objectivos. Somos seus defensores intransigentes. [...] O Programa do Movimento das Forças Armadas é agnóstico [?!] relativamente ao futuro político do País. [...] O Programa das Forças Armadas implica um projecto que era grandioso. Grandioso, no sentido de que saímos de quase 50 anos de obscurantismo [...] e saltamos de uma situação dessas para uma outra em que proclamamos a necessidade de uma instauração de liberdades democráticas e de saneamento da vida pública. Era, de facto, um projecto grandioso. Não se salta para uma coisas destas como quem dá um salto para o desconhecido. [...] As pessoas não tinham hábitos de vida democrática, pois aqueles que têm agora a responsabilidade de pôr em prática o projecto que tinham em mente, e que está escrito no seu programa, também não tinham. [...] Serão muito melhores juizes todos aqueles que observam da rua.»

¹ (Paulo Guerra, op.cit pp.159); ² (in DN 28Ago74); ³ (idem 23Ago74); ⁴ (em 14Ago74 finalizadas exclusivamente por Melo Antunes);

⁵ (Manuel Monge, em 12Set97 a Bernardo); ⁶ (Spínola, cf declarações à PJM, Lisboa 10-13Ago76); ⁷ (Ferreira, op.cit pp.438); ⁸ (Costa Gomes, op.cit pp.218/9);

⁹ (Jardim, op.cit pp.342/3); ¹⁰ (Saavedra, op.cit pp.28-29); ¹¹ (Almeida Santos, op.cit vol.I pp.356 e vol.II pp.95,161); ¹² (Jardim, op.cit pp.338); ¹³ (Saavedra, op.cit pp.30);

¹⁴ (Manuel Gomes dos Santos, entrevistado em 24Ago74 num hotel de Lisboa; semanário "Tempo Novo" 30Ago74); ¹⁵ (Costa Gomes, op.cit pp.248)

1974 – Agosto.23 (6ªfeira)

Em Dili, o semanário *A Voz de Timor* emite um comunicado da UDT em resposta às declarações publicadas no semanário *Expresso*, proferidas em 30Jul74 pelo MCI dr. Almeida Santos:

- «Se Timor, como lamentavelmente afirmou o ministro provisório da Coordenação Interterritorial, dr. Almeida Santos, é "um transatlântico imóvel que tem custado muito dinheiro aos portugueses", que "a Indonésia não está disposta a substituir no suporte financeiro", é porque o combustível enviado pelo bom povo português para o pôr a sulcar o mar, em busca do progresso, não foi totalmente colocado nos verdadeiros depósitos, mas sim reexportado por transbordo para outros transatlânticos. [...] O futuro de Timor será o que o povo escolher e não o que os aventureiros maquiavélicos nos querem armar. Amigo ouvinte, não acredites em quem negar a possibilidade de autonomia e independência de Timor, sob o pretexto de falta de recursos naturais. [...] Procedendo desta forma, Timor não será certamente aquele saldo do ex-império colonial português de que tanto desgosto e por que tanto se preocupa o dr. Almeida Santos, não será aquele monte de despejos, mas sim uma terra próspera, um Estado e (porquê temer dizê-lo?) uma nação dentre tantas outras existentes no Mundo.»

De igual forma a ASDT reage às considerações sobre a sua opção como sendo «de um irrealismo atroz»; por seu lado o CEM/CIIT, delegado do MFA e mentor da APODETI major de engenharia Arnão Metello chama a atenção do CC/MFA para as consequências desestabilizadoras das declarações do citado ministro.

No *Grande Hotel* do Buçaco, o PR provisório general Spínola recebe três membros da delegação moçambicana que ali regressam para derradeira audiência.

- «No dia seguinte, Gomes dos Santos, Quinaz Pires e outro industrial de Moçambique voltaram ao Buçaco. Spínola tinha mudado. Desse Spínola nos dá uma imagem o próprio Gomes dos Santos: "O general Spínola disse-me que estava convencido que de momento não era possível fazer mais nada. Eu fiz-lhe diversas observações e fiquei convencido de uma coisa: de que o general Spínola continuava a ser o general Spínola, simplesmente um general para poder mandar em tropas precisa de ter tropa e de ter armas; se um general não tiver tropas nem tiver armas, não pode mandar". O certo é que já devia ter assinado o papel atrás referido. Encontraram-se [depois em Lisboa] também com Victor Crespo. Este limitou-se a fazer-lhes o elogio da

FRELIMO, a tal ponto que um dos três homens lhe disse: "Vimos em nome dos não simpatizantes, que têm o direito de ser ouvidos. O que é a FRELIMO, o que vale, quais as suas intenções e os seus compromissos, sabêmo-lo nós perfeitamente. O que desejamos dizer a V.Ex.^a é que a FRELIMO será incapaz de manter por muito tempo a ordem, não representa a maioria do povo de Moçambique e há a maior conveniência em não recairmos nos erros anteriores: entregar o poder a um partido único". Sobre estes contactos e o acentuado propósito de elucidação, fala-nos Gomes dos Santos: "Nas instalações do Rádio Clube em Lisboa também fui entrevistado pelo Pereira de Sousa, que se lamentou de muitas coisas principalmente da acção do Eduardo Rebelo [chefe dos serviços redactoriais do frelimista RCM e filho do ex-presidente da antiga comissão de censura à Imprensa, Rebelo Bastos, que pós-25A se manteve na direcção do CIT-Moçambique]. Eduardo Rebelo, em Lourenço Marques, nunca mandava para o ar grande parte das entrevistas verdadeiras dele [Pereira de Sousa]. A minha entrevista também não foi tornada pública".»¹

- Enquanto isso, na cidade da Beira os dirigentes do PCNM emitem o seu primeiro comunicado:
- «Os movimentos políticos COREMO, FUMO, MONOPAMO, MONUAMO e FRECOMO, reuniram na Beira em conferência para estudar a situação política actual de Moçambique, face ao reconhecimento do direito das colónias portuguesas à independência pelo Governo português. No processar-se do estudo de vários problemas, os participantes da conferência, tendo analisado profundamente e discutido largamente a actual situação política de Moçambique, não viram razão de continuarem a trabalhar separadamente e, por isso, resolveram dissolver os seus movimentos e formar um partido político comum, denominado Partido da Coligação Nacional de Moçambique (PCN), para melhor fazer face à problemática da descolonização de Moçambique. Os princípios fundamentais que guiam o Partido da Coligação Nacional (PCN), são: 1- Que seja garantido ao povo moçambicano a independência nacional imediata através de um processo democrático em que as populações se pronunciem livremente, num clima de paz e sem intimidação, sobre o destino de Moçambique; 2- Que não seja comprometido o futuro de Moçambique em acordo negociado e firmado entre o Governo de Lisboa e qualquer organização ou grupo político com a exclusão dos outros, porque a nenhuma organização se pode atribuir a legitimidade da representação exclusiva do povo moçambicano sem passar a prova do processo democrático; 3- Que a solução do problema colonial de Moçambique só pode ser encontrada numa sociedade multirracial em que se respeitem as opiniões, tradições e culturas das várias raças e camadas sociais e étnicas constituintes do povo de Moçambique; 4- Que urgentemente se alcance a paz, condição necessária para a reconstrução nacional, e se efectue uma campanha de esclarecimento político, sem intimidação, sem parcialidade, sem desonestidade e sem incitamento ao ódio.»

Na Beira, em Lourenço Marques e em Porto Amélia, logo a seguir os dirigentes do PSDM, do MFM, da FICO e do UNIPOMO manifestam o seu apoio aos princípios básicos do PCNM: «independência nacional imediata, através de processo democrático».

- «Foi anunciada a fusão de cinco agrupamentos políticos, formando o Partido de Coligação Nacional (PCN), que diz ter por objectivo a criação de uma sociedade multirracial. O novo partido criado na Beira, é formado por três grupos com base em Moçambique – FRECOMO, MONOPAMO e MONAUMO –, juntamente com o COREMO que tem a sua sede em Lusaca e a FUMO estabelecida em Nairobi. O presidente do PCN e antigo dirigente da FRELIMO, Uria Simango, declarou à imprensa que o partido previa a independência por meio de "um processo democrático pelo qual toda a população pudesse, livremente, exprimir a sua opinião em paz", acrescentando que este objectivo se atingiria através de um referendo.»²

Entretanto em Luanda a revista Nofícia publica uma entrevista recém-convertida em Cangumbe pelo chefe da UNITA Jonas Savimbi, na sequência das declarações do MNE Mário Soares sobre «ameaças de solução rodesiana».

- «A primeira acção que [na qualidade de membro da JGA] levei a efeito, dentro deste novo posicionamento, foi propôr na Junta uma deslocação até ao Leste a fim de me encontrar com Savimbi e procurar conhecer o modo como entendia a descolonização. Como não tivessem sido levantadas quaisquer objecções, considerando-se mesmo positiva tal iniciativa, de imediato e através do homem da Força Aérea no Luso foram feitos todos os arranjos para o encontro em estreita colaboração com o major Chata, que era uma espécie de oficial de ligação da UNITA junto das entidades portuguesas. Acertados todos os pormenores, marchei para o Luso onde o major Chata me aguardava, seguindo os dois de helicóptero até às margens de uma enorme floresta que circundava uma extensa planície onde o capim começava a amarelar. Depois de aterrarmos penetrámos na mata, por sinal pouco densa, e chegámos a um local limpo da vegetação rasteira e onde tinham sido improvisadas com paus e lianas uma meia-dúzia de cadeiras. Aqui aguardámos a chegada do "Mais Velho", como era conhecido o presidente da UNITA. A espera foi bastante curta e momentos depois surgiu o dr. Savimbi acompanhado de mais duas entidades: o Nzau Puna, número dois do movimento, natural de Cabinda; e Chivale que, segundo entendi, era o responsável pela componente militar. Após os cumprimentos, iniciou-se uma conversa que se prolongaria por cerca de três horas. Apareceram todos ostentando fatos camuflados com estrelas vermelhas nas passadeiras dos ombros e calçavam botas pretas de meio cano. Savimbi, extraordinário comunicador, fez as honras da conversa [...] embora por vezes deixasse pairar algumas indefinições, até mesmo dúvidas, quanto à sinceridade das ideias que lhe saíam em torrentes. [...] Houve inteira sintonia quanto à complexidade do processo de descolonização, pela existência de três movimentos de libertação que obrigava a um período de transição da ordem dos três a cinco anos. [...] Discordei frontalmente quanto à necessidade de cada movimento dispôr da sua força militar privativa. [...] O homem africano dá uma ênfase muito importante à protecção física que o seu chefe lhe possa proporcionar. Para além desta maneira de estar do angolano, Savimbi sabia perfeitamente que os seus potenciais adversários políticos estavam diligenciando constituir forças militares próprias com elevado potencial de combate. E tudo isto era justificado para garantir a segurança pessoal do líder e quadros principais. [...] Um outro ponto a que pus sérias reticências, prendia-se com a realização de eleições para escolher o movimento ou partido político que assumiria a responsabilidade de governar o novo país logo após a independência.

[...] Regressei a Luanda convencido de que o contacto tinha sido positivo. [...] Transmiti aos elementos da Junta as impressões colhidas, sentindo que não tinham tido grande impacto no Rosa Coutinho que se limitou a tomar conhecimento, embora acabasse por pôr algumas questões sobre a personalidade de Jonas Savimbi. Foram postas sérias reservas quanto ao período de tempo indicado para a transição, tendo-se afirmado que não poderia ir muito além do já [?!] acordado para os outros [?!] territórios: um ano ou menos. Quanto às forças armadas privadas de cada movimento, foi caso consenso de que nenhuma das partes iria fazer a mínima cedência neste campo, já que as enormes rivalidades entre eles se mantinha, tendo o Rosa Coutinho rematado: "Isto é selva e na selva só sobrevive a lei do mais forte e por isso não vale a pena estarmos para aqui com fantasias, e cada um procurará armar-se o mais possível. Até no campo político o sucesso depende muito do factor força". A questão das eleições não mereceu grandes comentários, admitindo-se que tudo iria depender da evolução do processo.»³

E ao fim do dia é divulgada pelo COPLAD a evolução do terrorismo suburbano:

- «Deflagraram [hoje à noite] dois engenhos de fraca potência, que haviam sido colocados num automóvel estacionado na Rua Azevedo Coutinho e que causaram prejuízos ligeiros. As Forças Armadas detiveram 4 africanos quando assaltavam uma residência. No muceque Lixeira, indivíduos não identificados assaltaram a Escola Primária (mandada construir pelo Instituto de Assistência Social de Angola) e lançaram fogo às instalações, as quais arderam por completo apesar da pronta intervenção dos bombeiros. As Forças Armadas continuam em permanente vigilância nas zonas suburbanas e nos bairros limítrofes: 1 morto por arma de fogo e 5 feridos por agressões, além da deflagração de dez engenhos explosivos de pouca potência, é o balanço dos incidentes nas últimas 24 horas.»⁴

¹ (Saavedra, op.cit pp.30-31); ² (cf Reuter; LM 25Ago74); ³ (Silva Cardoso, op.cit pp.395-399); ⁴ (cf correspondente do DN; Luanda 23Ago74)

1974 – Agosto.24

Na cidade da Beira, decorre uma conferência de imprensa convocada pelo «Partido de Coligação Nacional Moçambicana (fusão de cinco grupos políticos de pálida representatividade) com Uria Simango à cabeça» e que, às diversas perguntas dos jornalistas, presta esclarecimentos – directamente transmitidos pela emissora distrital do RCM –, dos quais se destacam os seguintes:

- «Existe um conceito segundo o qual se considera o povo moçambicano numa situação em que não está unido, mas [o primeiro comunicado do PCNM, referindo-se a "populações" em vez de "povo moçambicano"] simplesmente esclarece o facto de que em Moçambique existem várias raças, grupos étnicos, que realmente formam um todo, o povo moçambicano, a Nação moçambicana. A tendência a fazer desaparecer essa diferença, que em séculos não foi possível fazer desaparecer. Nós aqui falamos em construir uma sociedade multirracial, o que não foi realizado em quinhentos anos de colonização, porque a raça negra foi sempre espezinhada, considerada inferior, mesmo que tivessem capacidade e inteligência. Agora, o que nós pretendemos construir é um povo multirracial, portanto "populações" não quer dizer que consideramos diferenças raciais. Todos, especialmente os de raça branca, estão informados de que a FRELIMO se considera o único partido representativo do povo moçambicano, que não deseja qualquer espécie de relações com outros agrupamentos políticos e que, partindo desse ponto, deseja que a independência lhe seja dada, embora permaneça no estrangeiro enquanto que o PCNM está em Moçambique. Já vários contactos foram tentados com a FRELIMO e sistematicamente rejeitados. O Coremo fez tentativas durante muitos anos para encontrar uma solução, para que se estabelecesse uma forma de cooperação com a FRELIMO. Contudo, a FRELIMO em vez de responder positivamente, começou a eliminar sistematicamente os militantes do Coremo. Portanto, a FRELIMO não está interessada em cooperar com qualquer outro partido político. Não estamos contra a FRELIMO, pelo contrário estamos interessados em ascender à independência através de um processo democrático. Daí termos convidado todos os grupos políticos, FRELIMO, FICO, Democratas, Federalistas, Partido Social Democrático, enfim, todo o mundo a participar democraticamente neste processo. [...] O que pretendemos é sentar-nos a uma mesa de conferência com a FRELIMO e com o Governo de Lisboa e não sermos excluídos. Assim, estaríamos a discutir democraticamente o processo de descolonização. [...] Não gostaríamos de voltar à situação em que o povo português se encontrou nos últimos 50 anos, em que a PIDE funcionou, matou e fez tudo. O processo democrático tem, portanto, por fim evitar situações daquele género. [...] Sem esse processo, o povo não terá oportunidade de escolher, voltará aos últimos 50 anos em que todos ficámos afectados, em que muitos tivemos de ficar fora do país como refugiados, exilados, acabando por ter de voltar a lutar e matar. É esse processo que não desejamos. Uma decisão entre, por exemplo, o FICO e o Governo de Lisboa, exclui o povo. Um acordo entre o Governo de Lisboa e os Democratas, exclui totalmente a vontade dos moçambicanos. É isso que nós queremos evitar. Se não foi bom para Lisboa, não será bom para nós aqui. Se o Governo de Lisboa fizer um acordo com os Federalistas e o povo não manifestar a sua opinião, esse povo fica excluído como cidadão. Os Federalistas, portanto, sendo uma minoria, impõem a sua vontade a uma maioria. [...] A FRELIMO provou ser muito regionalista particularmente porque, a maior parte dos seus responsáveis máximos e militares, mais de 80 por cento são do distrito de Gaza. Foi essa situação que lhes facilitou fazer um golpe, que lhes facilitou realizar muitos massacres. Foi um dos problemas que a FRELIMO não conseguiu resolver e que provavelmente não conseguirá resolver. Se a FRELIMO voltar para Moçambique, vai conseguir fazer aceitar uma direcção como base num só distrito? Não vai. Não poderá ser aceite. Deverá trabalhar muito para resolver este problema regionalista. No nosso partido [PCNM] não somos de um só distrito, somos de todo o Moçambique e as nossas eleições foram feitas muito democraticamente. O senhor Samora não foi eleito... Quando eu fui [re] eleito vice-presidente da FRELIMO [em 21Abr69], perdi a presidência por 2 votos porque a delegação de Cabo Delgado, como todos sabem, não estava... Se não, teria ganho as eleições com mais de 15 votos. Por isso, como não foi eleito, penso que a única maneira de se manter é fazer uma imposição.»

Pouco depois em Lourenço Marques, os controladores frelimistas do Notícias e do A Tribuna reagem às declarações do presidente do PCNM Uria Simango, lançando através da emissora central do RCM insistentes apelos directos à paralização do trabalho. Durante a tarde eclodem no sudoeste

distrital de Gaza movimentos contestatários, que provocam junto ao rio Incomáti descarrilamentos nos ramais ferroviários de Moamba para Ressano Garcia e para Magude.

– «*Plantação e cantina assaltadas.*»²

Enquanto isso em Luanda, a JGA presidida pelo *almirante Vermelho* denuncia a «*preparação de um golpe da extrema-direita branca, liderado pela Frente de Resistência Angolana.*»

É na cidade do Porto explode uma bomba, impedindo uma reunião do MDP/CDE.

¹ (cf delegação do "Notícias" na Beira, 24Ago74); ² (título do mesmo jornal; Lourenço Marques, idem)

1974 – Agosto.25

Na Cidade da Praia, cerca de mil caboverdeanos reúnem frente ao palácio do Governador e levam a efeito uma «*manifestação anti-PAIGC*»:

– «*Na manifestação foram gritados "Não ao PAIGC" e "Não à união com a Guiné", seguidos de vivas "a Cabo Verde livre e em progresso", ao governador, ao general Spínola e a Portugal. [...] "Estamos aqui para dizer claramente que somos contra a independência imediata e a união com a Guiné-Bissau. A nosso ver, até chegarmos à independência total, quer política, quer social, quer económica, só admitimos a hipótese de continuarmos ligados a Portugal", declarou Filomeno Tavares. [...] O governador assomou ao varandim agradecendo a ordeira manifestação: "A independência é vossa, para fazerem com ela aquilo que entenderem. É vossa. De todos, não é só de alguns".*»¹

¹ (in DN 26Ago74)

1974 – Agosto.26 (2ªfeira)

No Vaticano é anunciado que o Papa Paulo VI aceitou o pedido de resignação de Dom Custódio Alvim Pereira como arcebispo de Lourenço Marques, que há cerca de um mês lhe havia sido apresentado na sequência da reunião madrilena do grupo de missionários de Burgos anteriormente expulsos de Moçambique, os quais – apoiados pelo bispo de Nampula Dom Manuel Vieira Pinto e em complemento de recentes atoardas postas a circular pelos "Democratas" frelimistas de que teria sido «*colaborador da PIDE/DGS*» –, entre outras reivindicações tinham exigido «*a remodelação da parte da hierarquia eclesiástica que esteve mais directamente comprometida com o poder colonial.*»

– «*Guerrilheiros da FRELIMO [armados] já estão [em Lourenço Marques] a colaborar com o Exército, na manutenção da ordem, em Moçambique.*»¹

Entretanto em Argel são assinados entre Portugal e o PAIGC, o *Protocolo de Acordo* com vista ao reconhecimento da independência da Guiné-Bissau e à futura proclamação da independência do Cabo Verde, e o respectivo Anexo regulamentar de retracção do dispositivo militar português e seu regresso a Lisboa, bem como de (pseudo) salvaguarda dos direitos de todos quantos combateram ao lado das Forças Armadas portuguesas. A delegação portuguesa é composta por: MNE Mário Soares (secretário-geral do PS); MCI Almeida Santos (advogado); comandante naval da Guiné, capitão de mar-e-guerra Vicente Almeida d'Eça (pelo governo português da Guiné); e major de infantaria Hugo Manuel Rodrigues dos Santos (em representação do MFA-Guiné). E a delegação do PAIGC é composta por: major Pedro Pires (comandante-geral das FARP); major Umaru Djaló (chefe-adjunto das FARP); Lúcio Soares (comandante); Luís de Oliveira Sanca (embaixador); José Araújo e Otto Schacht (comissários do CEL).

– «*Almeida d'Eça, que eu bem conhecia e apreciava desde Moçambique. [...] A terceira e última ronda das negociações para a descolonização da Guiné-Bissau, marcada de novo para Argel, teve início a 22 de Agosto, tendo-se chegado a acordo quatro dias depois. [...] Boumedienne recebeu-nos, desta vez, mais descontradadamente. [...] Ficámos instalados na mesma vivenda, com os mesmos serviços e sob o mesmo e estrito regime de semiclausura. [...] Após quatro dias, menos gastos a discutir soluções do que a traduzi-las em linguagem escrita, foi dado por negociado e formalizado o acordo [...] a que havíamos chegado na primeira ronda das negociações. [...] A assinatura do acordo pelos membros das duas delegações revestiu-se, por vontade expressa do presidente Boumedienne, de uma solenidade espectacular. As delegações percorreram a distância de bastante mais de um quilómetro, entre o local em que fomos instalados e o palácio sumptuoso onde o acordo viria a ser assinado, entre resplandcentes filas de bandeiras e apuradíssimos militares postados de trinta em trinta metros, ou talvez menos, em rigorosa posição de sentido, nas suas fardas de gala. O palácio escolhido para a cerimónia, a que presidiu Boumedienne, [...] encontrava-se deslumbrantemente engalanado. Foi permitido a baterias de fotógrafos registarem aquele momento solene. O presidente fez questão de ligar o seu país ao significado do acto para a Guiné e para a África.*»²

– «*O "Protocolo" do Acordo entre o Estado português e o PAIGC foi finalmente assinado em 26 de Agosto pelas delegações do [segundo] Governo [provisório] português e do CEL [Comité Executivo da Luta] do PAIGC. Conjuntamente, foi assinado pelos plenipotenciários um "Anexo", destinado a regular a continuação da retracção do dispositivo militar português e a saída progressiva para Portugal das forças armadas portuguesas. As assinaturas foram feitas publicamente no "palácio do Povo", em ambiente de solenidade e cordialidade, na presença de altos representantes do Estado argelino. Estas assinaturas, sem significarem ainda o consentimento definitivo dos Estados ou partes, produzem já uma multiplicidade de efeitos jurídicos, nomeadamente o acordo dos plenipotenciários quanto ao texto, a data e o local da celebração do acordo. Pela parte portuguesa, era necessária para conclusão do Acordo, nos termos do art.3º da Lei 7/74, a respectiva aprovação do presidente da República, ouvidos a JSN, o Conselho de Estado e o Governo Provisório.*»³

– «*A 26 de Agosto, uma delegação portuguesa constituída por Mário Soares, por Almeida Santos, pelo comandante Almeida d'Eça e pelo major Hugo dos Santos, comprometia o Estado português a reconhecer "de jure" a independência da Guiné-Bissau, simultaneamente [?!] com a de Cabo Verde, entregando assim os creoulos caboverdeanos ao povo guineense.*»⁴

À chegada ao aeroporto de Lisboa, o MNE Mário Soares presta aos jornalistas as seguintes declarações:

- «As negociações correram muito bem e estamos satisfeitos porque finalmente chegaram ao seu termo. Realmente, da última vez que fomos [em 08-09Ago74] a Argel, tínhamos na ideia assinar este acordo. Mas como tinha acontecido anteriormente, também dessa vez tivemos que adiar tal propósito, em virtude de dificuldades surgidas à última hora. Fomo-nos progressivamente aproximando do ponto de acordo, visto que havia interesses em jogo. Agora, as posições que tínhamos posto como essenciais para nós, foram aceites e, enfim, pudémos então caminhar. O acordo de cessar-fogo "de direito", o estabelecimento da data para o reconhecimento da Guiné-Bissau e o calendário da saída das tropas portuguesas do território, representam o primeiro marco na descolonização.»
- «A Intersindical [...] saúda fraternalmente os trabalhadores e o povo da Guiné-Bissau, pela independência conquistada. Irmãos na mesma luta pela sua libertação, os povos [?!] de Portugal e da Guiné-Bissau lutaram juntos [?!] contra o fascismo e o colonialismo que os oprimia. Saudando a independência conquistada, saudamos também o PAIGC, seus militantes e a memória do grande combatente Amílcar Cabral, obreiros da vitória do vosso povo.»⁵
- «Este primeiro grande êxito da luta anticolonialista abre o caminho à solução política do problema colonial no seu conjunto e é um incentivo aos esforços das massas populares para que seja activado e levado a bom termo o processo das negociações com os movimentos de libertação dos povos de Moçambique e Angola – a FRELIMO e o MPLA e dos outros povos ainda submetidos ao colonialismo português, para o regresso à Pátria, tão rápido quanto possível, de todos os soldados e marinheiros, sargentos e oficiais ainda mobilizados nas colónias. [...] O regresso de soldados deve ser apressado. Nenhuma outra causa que não seja de ordem militar ou técnica deve retardar a sua retirada da Guiné. Impedir ou dificultar a ponte-aérea que deve trazer rapidamente para a Pátria esses militares [...] seria uma coisa que certamente o nosso povo não compreenderia e condenaria.»⁶

No citado aeroporto o ministro do Trabalho capitão Costa Martins, que ali se encontra há quase quatro horas em negociações com delegados sindicais, é informado às 18:45 de que a Divisão de Material e Engenharia da TAP – desde 22 de Julho manipulada pela célula local do PCP –, entra em greve «a partir das 19 horas do dia 26, uma vez que não tinham sido aceites as suas reivindicações»:

- «Rompendo as negociações entre a comissão sindical e a [já desfalcada e inoperante] comissão administrativa da TAP, uma reduzida minoria de trabalhadores, incluindo dois ou três delegados sindicais, optaram pelo recurso à paralização do trabalho, sem qualquer aviso, para apoiarem a solução do conflito aberto naquela empresa quanto a várias reivindicações relacionadas ou não com a aprovação de um novo acordo colectivo de trabalho. [...] O desencadeamento da acção grevista deve-se sobretudo às tomadas de posição de um sector minoritário entre os trabalhadores da TAP: parte da DME (Divisão de Manutenção e Engenharia); funções a seu cargo, tem a faculdade de paralisar os vôos. [...] A atitude de um sector minoritário entre o pessoal da TAP pode vir a prejudicar as regalias já alcançadas pela maioria dos trabalhadores da empresa. [...] As consequências de tal atitude revestem-se de particular gravidade no momento presente da vida do País. [...] Além disso, os vôos que se realizam apesar da greve (transporte de militares da Guiné) levantam problemas de ordem técnica nomeadamente quanto à segurança, assunto que já foi ventilado pelos pilotos. [...] No momento em que se acaba de celebrar o protocolo de acordo de cessar-fogo entre o Governo português e o PAIGC, não se pode admitir que uma greve extemporânea ponha em causa a normalidade do regresso dos soldados portugueses.»⁷

E no momento em que um contingente militar, equivalente a mais de dois batalhões, larga em Bissau a bordo do navio *Uíje*, em Lisboa o SIPFA emite um comunicado de que se destaca o seguinte:

- «1º. Logo após o [i.e, semanas antes do] estabelecimento do cessar-fogo com o PAIGC, e dentro das boas relações que com aquela organização se estabeleceram e mantêm, foram elaborados planos de regresso progressivo das nossas tropas ali em serviço, planos esses que têm vindo a ser cumpridos à medida que as negociações o têm permitido e, ainda, dentro da disponibilidade de transportes; 2º. A partir de 24 do corrente [mês de Agosto]⁸, o regresso dos militares sofreu uma sensível aceleração, sem que para isso se possa chamar, em boa verdade, uma "ponte aérea". 3º. Os órgãos de informação têm vindo a tecer comentários acerca do volume de pessoal a transportar a curto prazo, e até quanto às forças portuguesas que permanecerão na Guiné. Esclarece-se que tais notícias assentam em meras suposições, dado que nem sequer, a nível oficial, há ainda decisões definitivas. Estas decisões estão pendentes, como é natural, da forma como a descolonização se vai processando e, quanto ao futuro, dependerão das solicitações que pelo futuro Governo da Guiné forem feitas ao Governo Português, tendo em vista a rápida normalização da vida naquele território, num clima de paz.»⁹

Enquanto isso, o grupúsculo satélite do PCP denominado «comissão executiva da CDE de Lisboa», após uma semana de reuniões com elementos do PS e com a «comissão central do MDP», decide transformar este em partido político com a intenção de «participar nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, em nome da unidade antifascista da unidade da esquerda». No entanto, tal intuito é contrariado pelo PS – que decide retirar o seu apoio ao MDP/CDE e respectivos órgãos (Movimento da Juventude Trabalhadora e Movimento Democrático das Mulheres) –, e seguidamente também contestado pelo PPD. Por seu lado, o MDP/CDE e o PCP defendem-se com a «legitimidade democrática», momento em que a SEDES – em carta subscrita pelo presidente do seu conselho coordenador –, revela finalmente a sua posição doutrinária transmitindo à comissão política do PS «o apoio e simpatia daquela associação à posição tomada», justificando-se do seguinte modo:

- «O esclarecimento e a consciencialização política das massas populares, numa base não [?!] partidária, que [desde Set69] o MDP/CDE invocou como linhas de acção [reforçadas pelo PCP] logo após o 25 de Abril, e lhe proporcionou a adesão de largos extractos da população na acção que então empreendeu, nomeadamente a nível de [assalto e de] saneamento das estruturas da Administração Local, não pode, de forma alguma, coadunar-se com a atitude agora assumida pela comissão executiva da CDE de Lisboa.»¹⁰
- «Veio [o MDP/CDE] a ser abandonado pelo PS no fim de Agosto de 1974 e logo a seguir pelo PPD e outras personalidades independentes (algumas tinham saído antes). [...] O PS e o PPD começaram então a procurar isolar o MDP/CDE retirando-lhe o apoio e o carácter passado de organismo unitário de luta política, em que se tinham juntado os elementos oposicionistas mais activos.»¹¹

Ao princípio da noite e devido à paralização dos serviços de manutenção da TAP, as instalações do aeroporto de Portela são cercadas por tropas do COpCon que cumprem uma decisão governamental.

¹ (legenda de foto do DN em 26Ago74); ² (Almeida Santos, op.cit vol.II pp.255,36-37); ³ (Duarte Silva, op.cit pp.260); ⁴ (Múrias, op.cit pp.298); ⁵ (telegrama enviado pelo secretariado da Intersindical ao CEL/PAIGC, cit DN em 29Ago74); ⁶ (comunicado CC/PCP, idem 28Ago74); ⁷ (idem, governamental, ibidem); ⁸ (portanto, 2 dias antes! de assinado o acordo com o PAIGC); ⁹ (comunicado do EMGFA, in DN 27Ago74); ¹⁰ (in "A Capital" 05Set74); ¹¹ (Ferreira, op.cit pp.680)

1974 – Agosto.27 (3ªfeira)

Em Porto Amélia, um dia após o CCFAM ter oficialmente revelado a ampla retracção do dispositivo militar já ocorrida no norte há mais de duas semanas, «os responsáveis da FRELIMO em Cabo Delgado, mostram-se dispostos a uma colaboração paralela, mas não em conjunto, com as autoridades portuguesas».

- «Por outro lado, aquele movimento de libertação vai organizar a partir do próximo dia 30, um Tribunal Popular para julgar todos os agitadores.»¹
- «Vândalos capturados. Autoridades portuguesas e FRELIMO actuam contra agitadores.»²
- «A 15 de Agosto estava eu a celebrar missa na igreja [paroquial de Mueda], bastante assistência, centenas de soldados e entre eles estava também o dr. Linhares Furtado, capitão-médico director do hospital militar. [...] O [tenente-coronel Vilhena de Andrade] comandante do quartel [do BCac15] mandou-o chamar, pois um grupo de soldados pretos tinha chamado o comandante à parada militar e havia-o cercado para lhe fazer certas exigências, porque a FRELIMO já estava a entrar e eles não queriam ser conhecidos depois como antigos soldados portugueses. Outros militares pretos armados encontravam-se escondidos e, no caso do comandante militar mandar prender os reivindicadores, eles sairiam dos esconderijos e matá-lo-iam. [...] Por isso chamou o dr. Furtado, que tinha algum cabimento junto do pessoal preto, para lhes falar. Ele falou, os soldados debandaram em ordem, mas alguns dias depois voltaram a revoltar-se. Ele falou novamente e tomou com eles certos compromissos, que depois não foram cumpridos; e ele então retirou-se. Entretanto fizemos uma exposição para o QG [da RMM em Nampula] acerca da nossa situação, porque também nós fomos atacados a morteiro e os soldados negros [das 1ª e 2ªGAC6, do BCac15 e da 3ª/BCac18] negaram-se a ripostar ao fogo. Ficámos ali numa situação muito perigosa, de modo que pusemos um ultimatum ao QG para resolver a nossa situação, ou mandando reforços ou dando ordens para nós atacarmos, porque naquela altura não havia ordens sequer para ripostar ao fogo que o inimigo nos fazia. Deste modo, em dois dias tivemos 45 [?!] mortos e feridos com gravidade. [...] Isto tudo porque nós estávamos proibidos de ripostar ao fogo. Entretanto a FRELIMO atacava o mais que podia e, como via que nós não ripostávamos ao fogo, pior. Tudo isto aconteceu depois de um ano inteiro [?!] em Mueda nunca ninguém [?!] ter sido atingido em combate [i.e, em 27]Jan74 o quartel da CCac4140/72 havia sido atingido por foguetes de 122mm que causaram a morte de 2 soldados], mas fomos atacados nesta altura já com o Acordo de Lusaca feito ou próximo a ser feito. [...] Fui muitas vezes ao comandante [tenente-coronel Vilhena de Andrade] pedir que muitos dos soldados que vinham ter comigo não passassem à disponibilidade, sobretudo os soldados da região da Zambézia, uma região agricolamente rica onde a FRELIMO nunca recrutou ninguém. Aí perguntavam-se como era possível a vida deles depois sem nós e o meu sacristão, que era um cabo preto dessa região, chamou-nos cobardes e não só: ouvi muito mais e perguntou-me o que iria ser deles; e se ao menos os Padres Brancos ficariam a trabalhar com eles para lhes dar educação.»³

Ao mesmo tempo em Lourenço Marques, «anuncia-se de origem oficial, que as autoridades militares decidiram anular o serviço militar até ao fim de 1975»⁴.

- «Supondo-se que tenham sido sequestrados por uma organização clandestina ao serviço da direita reaccionária [?!], cerca de três centenas de jovens estudantes desapareceram misteriosamente em diversos pontos da área suburbana da capital, problema que vem trazendo os familiares na mais angustiada apreensão. De acordo com elementos recolhidos pela nossa reportagem, os referidos desaparecimentos ocorreram espaçadamente em áreas dispersas das periferias de Lourenço Marques, com intervalos de 15 dias entre o caso consumado [11Ago74] e o subsequente, havendo como pormenor comum o facto de se registarem ao domingo e por volta das 19 horas.»⁵
- «O desaparecimento de cerca de 300 adolescentes africanos, entre os 17 e os 19, que se tem verificado nas últimas semanas nos bairros negros [o designado "caniço"] de Lourenço Marques, começa a inquietar a opinião pública. Os jornais de Lourenço Marques têm apresentado duas hipóteses para explicar estes desaparecimentos: os jovens poderiam ter acompanhado membros da FRELIMO para campos de treino em Moçambique ou na Tanzânia; ou teriam sido contratados para acções insurreccionais. Alguns dos habitantes dos bairros resolveram interrogar os desconhecidos. "Disseram-nos que eram da FRELIMO e que pediam aos adolescentes para os seguirem até Dar-es-Salaam a fim de completarem os seus estudos, e para que mais tarde possam estar aptos a assumir os cargos do futuro do país", declarou um pai de família. No momento dos contactos, misteriosos personagens encarregam três a quatro elementos-chave dos bairros visados de recrutarem determinado número de jovens estudantes "que queiram no futuro governar Moçambique, no sentido de se deixarem conduzir com destino à Tanzânia a fim de concluírem os seus estudos em Dar-es-Salaam", porque a FRELIMO está a preparar quadros de futuros dirigentes do país. Contudo, os referidos

mandatários têm a preocupação de recomendar que sejam estudantes secundários de idades compreendidas entre os 17 e os 20 anos, nunca podendo ser elementos femininos. Os adolescentes desaparecidos são originários, na sua maior parte, de famílias pobres, pretas ou mestiças.»⁶

Entretanto em Kinshasa o presidente da FRELIMO Samora Machel, acompanhado pelo presidente Mobutu e pelo respectivo concunhado Robert Aldane chefe da FNLA, «no final de uma estadia de 48 horas e pouco antes da sua partida para Dar-es-Salaam» visita o Instituto Makanda Kabobi – «a escola ideológica» do partido único zaireense MPR –, prestando à agência noticiosa AZAP as seguintes declarações:

– «A própria existência do MPR é já uma larga contribuição para a luta do povo de Moçambique, porque os quadros que foram formados neste partido não serão apenas para o Zaire mas também para toda a África e portanto para a causa da libertação do Continente. O nosso problema essencial, que é também uma tarefa do Zaire, da Tanzânia e de todos os outros países africanos, é a descolonização mental. Ela deve começar a nível dos responsáveis para finalmente se debruçar sobre um trabalho profundo no seio das massas. É necessário reabilitar o nosso povo, recriar o seu espírito de iniciativa morto pela colonização. A luta armada permitiu-nos destruir o individualismo, efectuar um trabalho colectivo. É por isso que é fundamental educar politicamente, mobilizar e organizar o seu povo porque o factor decisivo é o homem. [...] Até agora só tivemos conversações com os dirigentes portugueses e não negociações.»

Na ocasião, o chefe da FNLA concede também uma entrevista de que se destaca o seguinte relato:

– «Apresentou um balanço dos 14 [?!] anos de luta em Angola: "Graças ao auxílio concedido pelos países amigos de África, Ásia e Europa de Leste, foi-nos possível constituir um exército de 10 [?!] mil homens"; assinalou ainda a presença nas bases da retaguarda da guerrilha angolana, de instrutores chineses "encarregados de formar os quadros de escol" que trabalham ao lado dos "irmãos instrutores zaireenses". Reafirmou o desalinhamento "vigoroso" do movimento de resistência "em relação aos blocos ideológicos existentes. Em caso algum a FNLA pode aceitar que grupúsculos tribais [?!] sejam erigidos em representantes das correntes de opinião étnicas, o que seria contrário à garantia dada, ao secretário das Nações Unidas pelo Governo português, de assegurar a integridade territorial de Angola". Afirmou que está pronto a "aceitar a participação dos melhores portugueses de Angola na construção de uma Angola nova, com a condição de serem respeitadas as regras da democracia e de prevalecerem os interesses do nosso povo".»⁷

– «A China ajuda e envia [os primeiros] conselheiros à FNLA em Maio de 1974. A Roménia, ostentando independência em relação à União Soviética, entrega-lhe armamento em finais de Agosto.»⁸

Enquanto isso em Lisboa o CEMGFA general Costa Gomes recebe na Cova da Moura, uma delegação de oficiais esquerdistas dos novos «quadros da Armada», após a remodelação resultante do saneamento ocorrido no início do mês naquele Ramo das Forças Armadas. No final da reunião é distribuído à imprensa um lacónico comunicado, do qual se destacam as seguintes passagens:

– «A visita foi essencialmente de trabalho destinado a facilitar o conhecimento pessoal dos oficiais e o chefe do EMGFA. [...] Aproveitou o CEMGFA a oportunidade que o diálogo permitiu, para fazer o ponto da situação político-militar, sublinhando [...] que competem aos militares mais responsáveis [...] uma vigilância esclarecida para a aceleração de processos democraticamente em curso.»

E ao princípio da noite o Conselho de Ministros, reunido para analisar a questão da greve dos trabalhadores de manutenção da TAP, decide a requisição militar de todo o pessoal da companhia aérea nacional, justificada nos seguintes termos:

– «O próprio ministro do Trabalho esteve em contacto pessoal com os trabalhadores desde as 15 horas de ontem até às 6 horas da madrugada de hoje (27). Hoje ainda, o ministro do Trabalho voltou a deslocar-se aos TAP, mantendo-se em reunião com os trabalhadores em greve e só regressando às 19 horas e 30. [...] O Conselho de Ministros reconhece o interesse público de assegurar o funcionamento da empresa concessionária de serviço público Transportes Aéreos Portugueses (TAP), indispensável à economia nacional e ao regular regresso das forças militares vindas da Guiné, pelo que decreta o seu enquadramento militar e a sujeição à disciplina e foro militares enquanto as circunstâncias o impuserem.»

¹ (cf correspondente do "Notícias"); ² (títulos do mesmo jornal; Laureço Marques 29-31Ago74); ³ (capelão Luís Ribeiro da Silva, dep.cit); ⁴ (cf DN 29Ago74);

⁵ (cf "Notícias", LM 30Ago74); ⁶ (cf AFP, cit DN 31Ago74) ⁷ (cf AFP, ANI e DPA, Kinshasa 27Ago74); ⁸ (Wright, op.cit pp.126)

1974 – Agosto.28

A sudeste de Tete perto de N'Cungas, um grupo da FRELIMO faz explodir um troço ferroviário e causa elevados danos numa ponte.

– «Samora Machel contactou as autoridades portuguesas a respeito dum cessar-fogo no Niassa, mas o Rádio Clube afirmava que Machel lhe enviara um telegrama, em que anunciava a decisão de continuar a combater se os portugueses não aceitassem as suas condições. Não obstante, continuam a registar-se em Moçambique contactos entre as autoridades civis e militares¹ portuguesas e dirigentes guerrilheiros, no sentido de se assegurar a paz em vastas parcelas do território.»²

– «Sobre a situação de paz no território – à qual os moçambicanos se vão habituando dia após dia pelos relatos constantes de comícios entre guerrilheiros, elementos do Exército e povo –, tal circunstância corresponde à vontade das Forças Armadas portuguesas, uma grande parte da qual se identifica com os ideais do nosso povo, com vista à independência total de Moçambique. Temos recebido muitas mensagens de milhares de portugueses, mesmo a alto nível, que são abertamente contrários à guerra e reconhecem que o nosso povo tem direito à independência. Nesta base eles procuram estabelecer contactos com os nossos combatentes e não há objecções da nossa parte para que os acordos se realizem, pois tal facto corresponde precisamente ao nosso ideal de paz. A FRELIMO continuará o combate enquanto as suas exigências não forem inteiramente satisfeitas pelo Governo português. Não foi concluído qualquer acordo oficial de cessar-fogo entre a FRELIMO e o Governo português. O Governo português não manifesta qualquer sinal afirmativo de que está pronto a aceitar as reivindicações fundamentais do povo moçambicano. Se as tropas portuguesas

aceitarem as condições apresentadas pela FRELIMO nas zonas libertadas, um cessar-fogo poderá ser proclamado localmente. De qualquer modo, acordos de cessar-fogo existem já em certas regiões. [...] A FRELIMO rejeita a ideia de associação com outro partido num governo de transição. Quanto à formação política [PCNM] criada pelo padre Simango, esse grupo reaccionário deve ser denunciado e suprimido, já que é o resultado de manobras há muito tempo encetadas pelas forças reaccionárias portuguesas agindo em acordo com os seus homólogos de Moçambique.»³

Ao mesmo tempo na capital santomense Santa Isabel, recém-chegado de Libreville o secretário-geral do MLSTP Manuel Pinto da Costa dirige o primeiro comício com insistentes apelos à população para que reivindique a independência total do arquipélago.

– «Quando já havia indícios de contactos entre as autoridades portuguesas e o MLSTP, e se admitia pois uma acalmia [?!] social, eis que se propalam no território vários boatos alarmantes, um dos quais se espalhou rapidamente, referindo que os brancos armazenavam armas para "matar preto". Foi então que ocorreu um incidente de que resultou um morto na zona onde a Associação [Cívica pró-MLSTP] tinha a sua sede: imaginaram-se caixotes de armas em casa de portugueses brancos, um telefonema anónimo chamou a PM; a população preparada psicologicamente tentou desarmar os soldados desta Polícia, esta respondeu com tiros para o ar e, estranhamente depois de terminado o incidente, dá-se conta de um homem de côr morto numa cova a 70 metros do local. O inquérito feito na altura, embora não concludente, permitia que se admitisse tratar-se de morte provocada por alguém interessado em fomentar mais ódio contra o branco. Havia sim grande quantidade de armamento, desde pistolas a armas automáticas nalgumas roças e distribuídas à OPV agora praticamente desmantelada, o que era fonte de grande preocupação para o governador na medida em que se tornava indispensável recolhê-las em local seguro. Todo este armamento estava de facto à mercê da Associação Cívica, pois que os seus militantes mais activos desde o mês anterior tinham o controle total das roças onde estas armas estavam armazenadas, receando-se por isso que de um momento para o outro elas fossem retiradas das arrecadações e distribuídas aos elementos mais extremistas. O governador chamou ao palácio do Governo os dirigentes da Associação [professora Alda do Espírito Santo e advogado Gastão Torres], e convenceu-os a serem eles a entregarem directamente no comando militar, sem qualquer violência, o armamento das roças, o que fizeram. Apenas 3 pistolas-metralhadoras foram desviadas, que no entanto foram entregues logo no dia seguinte por interferência directa do governador. [...] Tudo era incentivado pela Associação Cívica. Desenhava-se a traços bem nítidos um objectivo: alcançar a independência, sim; mas com luta armada como em Angola, Moçambique e Guiné. [...] Entretanto o secretário-geral do MLSTP dr. Manuel Pinto da Costa, apontado para ser o presidente da República, [...] decidiu antecipar a sua vinda dada a luta que se travava. [...] À chegada, de imediato dirigiu-se ao palácio do Governo solicitando uma audiência ao alto-comissário [?!], a fim de lhe manifestar a "sua preocupação pela forma pouco democrática como estava a decorrer o processo de descolonização". O alto-comissário sugeriu-lhe então a realização de um comício público que reunisse a maioria do povo do território (cerca de 70 mil habitantes), e ouviu-se o seu parecer quanto às causas da instabilidade político-social que então se vivia. No comício então realizado, concluiu-se da existência nos meios políticos locais de elementos extremistas negros, causadores dessa instabilidade.»⁴

Enquanto isso em Lisboa, na sequência de ter sido determinada no passado dia 4 pela JSN a suspensão do jornal "Luta Popular" do MRPP, são detidos 14 militantes.

– «O diploma [dec-lei 406/74 assinado pelos ministros da Administração Interna e da Justiça, que é publicado no dia seguinte à referida ocorrência e] que regulamenta o direito de reunião, estabelece como princípio geral que o livre exercício de se reunirem pacificamente é garantido a todos os cidadãos, independentemente de autorização, devendo apenas os interessados comunicar ao governador civil ou ao presidente da Câmara, com uma antecedência de 48 horas, a realização de acto que não seja contrário à lei, à moral, aos direitos das pessoas singulares ou colectivas, ou à ordem e tranquilidade pública. [...] Pode ser exercido indistintamente em lugares públicos, abertos ao público e particulares, sendo interditas, sem prejuízo do direito à crítica, as reuniões que pelo seu objecto ofendam a honra e a consideração devidas aos órgãos de soberania e às Forças Armadas.»⁵

– «Os directórios do Partido do Progresso, do Partido Trabalhista Democrático Português⁶ e do Partido Liberal, deliberaram criar uma estrutura que associe todos os partidos políticos que nela se queiram integrar e defendam a instauração em Portugal de uma democracia de inspiração não marxista. Essa estrutura terá como finalidade principal velar pelo efectivo cumprimento dos objectivos e prazos do programa do Movimento das Forças Armadas, na parte que se refere à transmissão de poderes para órgãos representativos livremente eleitos. Promoverá a realização de empreendimentos conjuntos e lutará pela criação de condições efectivas de pluralismo partidário. Tal associação adoptará a denominação de Frente Democrática Unida.»⁷

Entretanto em Luanda, a secretaria da Comunicação Social da JGA distribui à imprensa um lacónico comunicado, onde faz o ponto de situação sobre os tumultos suburbanos:

– «Têm-se registado incidentes dispersos, que apresentam as mesmas características dos casos verificados no período de violência que principiou em 11 de Julho. Das 17 às 23 horas deram entrada no banco de urgência [do Hospital de São Paulo], 5 feridos (três deles a tiro), envolvidos em roubos e agressões registados nos muceques ou imediações.»

¹ (vd actuação dos PQ's em Tete durante Ago74, cf Marcelino Alves in "Independência Já!"; RTP2 05Out01); ² (DN 29Ago74); ³ (Jorge Rebelo, secretário da informação da FRELIMO em Dar-es-Salaam, hoje à tarde ao telefone para o RCM-Beira; cf matutino governamental "Daily News" 29Ago74); ⁴ (Pires Veloso, dep. cit);

⁵ (cf nota oficiosa, DN 30Ago74); ⁶ (este "Partido Trabalhista" havia sido anunciado pelo "Diário Popular" em 13Mai74, com uma comissão organizadora constituída por: Carlos da Silva Fernandes, gerente comercial; José Gonçalves da Silva, pintor artístico; Fernando Correia Ribeiro, gerente comercial; Manuel Lopes Barbosa, contabilista; José de Jesus Gama, operário; Francisco Sanches, produtor agrícola; Manuel da Silva Assis, guarda-livros; Maria Helena Ferreira Chaves, analista; Margarida Vitória Mendonça Eiró, artista plástica; José Durant Costa, director de empresa; Ismael Manuel Hernandez Gaspar, viajante; Joaquim Rodrigues Cachulo, funcionário público. Do seu "programa" constavam entre outras reivindicações: reforma agrária; revisão da Concordata; emancipação da mulher; equiparação da retribuição dos praças e cabos das Forças Armadas aos demais trabalhadores nacionais; gratuidade nos transportes públicos colectivos para os praças e cabos das Forças Armadas; redução do tempo de prestação do SMO. O referido PTDP não teve no entanto qualquer actividade); ⁷ (comunicado da FDU, DN 31Ago74)

- «Vandalismos irresponsáveis: estão vivas e frescas as feridas rasgadas pelo vandalismo que varreu o antigo distrito de Moçambique, de António Enes às raias de Nampula.»¹
- «Voltámos [de Blantyre] a Lusaca nos últimos dias de Agosto. [...] Ao cabo de um ano de diligências, seria esta a nossa última visita a Lusaca. [...] Embrenhámo-nos dois dias [29/30] em intensas conversas com Mark Chona, que havia acompanhado Joaquim Chissano a Nova Iorque e, no regresso, se haviam separado para passar rapidamente por Lisboa, onde estabelecera contactos. Vinha preocupado com a falta de preparação com que deparara. Não entendia como Almeida Santos podia ter estado tanto tempo em Moçambique sem nada ter assimilado das realidades. Descreveu o encontro conjunto que tivera com Mário Soares e Almeida Santos, completamente ignorantes dos problemas de África. Mário Soares havia sido particularmente insistente a meu respeito, mencionando que me considerava "homem perigoso e capaz de tudo para realizar os seus propósitos". Almeida Santos não pronunciara sequer uma palavra de comentário a tais diatribes. Mark Chona tinha tomado a posição de tudo ouvir sem abrir a boca. Fizera apenas o clássico movimento de sobranceiras, tipicamente africano, que só pode ser interpretado como significando "estou a ouvir". Mário Soares havia tomado isso como atitude de concordância para insistir nos ataques. Mark Chona assegurou que a Zâmbia nunca seria sensível a tais pressões, tanto mais que considerava "infantil" o incidente [diplomático] com o Malawi, que se encerrara [em 26Jul74] com desprestígio para os portugueses. Referiu-nos que pouco havia a esperar da diplomacia clássica. Não era preciso ser muito astuto para compreender que o major Melo Antunes havia tomado a dianteira. Isso era facilitado pela impreparação de Mário Soares, acompanhada pela silenciosa ignorância de Almeida Santos que Mark Chona nos denunciava.»²

Enquanto isso em Bruxelas o secretário das relações exteriores da UNITA Jorge Sangumba, afirma aos jornalistas que «os brancos são indispensáveis numa Angola independente e serão bem-vindos»:

- «Foi a primeira vez que um representante da UNITA deu uma conferência de imprensa em Bruxelas desde o 25 de Abril. Jorge Sangumba comparou o general Spínola a De Gaulle. Elogiando a coragem de ambos e a compreensão de que ambos deram provas das novas perspectivas do mundo, acrescentando: "Se forem levados por diante os planos do presidente Spínola para a descolonização de Angola, certamente os portugueses poderão contar com a compreensão e com a cooperação da UNITA. O êxodo dos brancos de Angola temos de o lastimar, e não há a menor dúvida de que eles têm de ser protegidos como elementos de que o país necessita para o progresso. Estamos dispostos a cooperar com todos os portugueses que por sua vez estejam dispostos a cooperar connosco. Assim pensa a maioria dos africanos".»³
- «Utilizando os bons ofícios do presidente do Grémio Literário, [anteriormente o general Spínola] estabeleceu contacto com o presidente da Costa do Marfim, Houphouët-Boigny. Encontrou-se ainda [...] com o encarregado das relações internacionais da UNITA, de nome Sangumba.»⁴

Ao fim da manhã em Luanda, o secretário da Comunicação Social capitão-de-fragata Correia Jesuíno, emite o seguinte comunicado:

- «Têm chegado ao conhecimento da Junta Governativa de Angola vários panfletos anónimos, convidando a população a aderir a pretensas organizações clandestinas, que a si mesmas se designam pelas siglas FRA, ESINA, RUA, etc., e em que, a par de incitamentos à violência, revelam condenáveis atitudes de ódios raciais e mentalidade retrógrada. Embora a redacção de tais papéis só possa atribuir-se a minorias exaltadas – um dos emblemas reproduz mesmo uma cruz suástica [!?], de triste memória –, e se saiba que a população que ama realmente Angola repudiará e condenará tais atitudes, informa-se que a direcção, participação ou colaboração em tais organizações constitui crime previsto e punível pelo art.263º do Código Penal.»
- Preconizou [a FRA] conversações com os representantes dos movimentos de libertação, para uma plataforma de entendimento político. E exigiu que, dessa reunião, estivessem ausentes os elementos governativos portugueses que, a obter-se acordo, se limitariam a funções meramente administrativas. Correia Jesuíno reagiu brutalmente, decretando que a FRA e duas outras organizações fossem classificadas de associações de malfeitores, com penas de dois a oito anos de prisão para os seus membros. Não nos intimidámos e continuámos a trabalhar.»⁵

Por essa ocasião no palácio de Belém, o PR provisório general Spínola ratifica o acordo sobre a independência da Guiné-Bissau:

- «Depois de ouvidos, nos termos do art.3º da Lei nº 7/74 de 27 de Julho último, a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de estado e o Governo Provisório, comunica-se ao País que S.Exº o Presidente da República aprovou o protocolo de acordo entre o Governo Português e o PAIGC assinado em Argel pela delegação portuguesa no dia 26 do corrente. Como é do conhecimento público, da assinatura desse protocolo resultou um cessar-fogo "de jure" em todo o território da Guiné. Mais se informa o País que o reconhecimento "de jure" da República da Guiné-Bissau, como Estado soberano, terá lugar no próximo dia 10 de Setembro. Entretanto, continuarão os contactos em ordem à celebração de acordos que concretizarão as relações entre os dois países nos domínios económico, financeiro, cultural e técnico. Regista-se com satisfação o bom termo das negociações que conduziram ao fim da guerra na Guiné Portuguesa, abrindo promissoras perspectivas de paz e solidariedade entre Portugal e os povos africanos.»⁶
- «Ao que se afirma nos textos publicados no Diário do Governo, os acordos de descolonização [Acordo de Argel e o respectivo Anexo publicados no Suplemento de 30Ago74, e o já previsto Acordo de Lusaca] foram "aprovados pelo presidente da República, depois de ouvidos o Governo Provisório, a Junta de Salvação Nacional e o Conselho de Estado" [que se pronunciaram favoravelmente "por unanimidade"]. Portugal comprometia-se a aceitar qualquer solução, desde que esta correspondesse a um processo autodeterminativo; e apenas através da fixação da data de eleições podia o Estado português intervir no processo. Além disto, estava-lhe vedado aceitar qualquer solução que não estivesse de harmonia com a vontade, democraticamente expressa, das populações. Em tudo o restante, apenas lhe cabia assegurar as condições para que o direito pudesse ser exercido em toda a sua plenitude. Tendo-se feito em 27Jul74 a reafirmação do direito das populações à autodeterminação, quanto ao acesso ao poder nas Províncias Ultramarinas implicitamente na lei 7/74 se declara sem significado a actividade guerrilheira dos chamados movimentos de libertação. Tendo-se

reconhecido, nos artigos 1º e 2º da Lei Constitucional 7/74, o direito das "Populações Ultramarinas à autodeterminação", a competência de qualquer entidade distinta das respectivas populações apenas podia dizer respeito a um juízo quanto à solução que fosse apresentada como resultado do exercício do direito reconhecido. O meio a que se recorreu para se conseguir a separação, consistiu em dar à Lei 7/74 uma conteúdo e uma latitude que esta não continha, em afirmar que permitia sancionar uma solução que era inaceitável em face do texto legal. Assim, na medida em que os membros da JSN não agiram contra os acordos de descolonização, participaram por omissão na entrega das Províncias Ultramarinas.»⁷

- «Spínola – conta Otelo Saraiva de Carvalho numa entrevista ao "Diário de Notícias" –, promulgou o acordo com as lágrimas [de crocodilo] nos olhos: deve ter sentido, num instante, que não só traíra Portugal como traíra os guineenses.»⁸
- «O porta-voz da Presidência, capitão [de engenharia Duarte Nuno de Ataíde Saraiva Marques] Pinto Soares, revelou que o Conselho de Estado deixou exarado "um voto de felicitações para toda a equipa que tornou possível o acordo de Argel", nela incluindo civis e militares, "todos os portugueses que contribuíram para o termo da guerra na Guiné". [...] Às 14 horas o Chefe do Estado presidiu à reunião da Junta de Salvação Nacional, que se prolongou por pouco mais de uma hora. Depois recebeu diversas entidades responsáveis pela solução da greve da TAP, o que motivou ter-se atrasado o início da reunião extraordinária do Conselho de Ministros que, marcada para as 15, começou três quartos de hora mais tarde, tendo durado uma hora. A reunião do Conselho de Estado iniciou-se às 17 e prolongou-se até às 19 e 30.»⁹

Entretanto no aeroporto da Portela, apesar de os grevistas da manutenção voltado ao trabalho, os aviões da TAP mantiveram-se no solo e somente «à noite é anunciado oficialmente o regresso à normalidade»¹⁰.

Na manhã seguinte atraca ao cais de Alcântara o navio *Uije*, vindo de Bissau com cerca de 1400 militares que desembarcam quase todos já em traje civil.

- «A ponte-aérea da Guiné para Portugal continua a decorrer de forma regular sem atropelos nem confusões, tendo sido já evacuados 17 mil militares em vôos normais e extraordinários.¹¹ Segundo declarações de um oficial português, cerca de 300 [?!] homens da FAP permanecerão na Guiné após a data limite de 31 de Outubro, por um período aproximado de um ano. Este oficial acrescentou que a presença desses homens se deve à necessidade de assegurar a manutenção de material que ficará em Bissau, até que o PAIGC disponha de quadros militares para o efeito.»¹²
- «Ficaram em "comissão civil" na Guiné [após 13Out74], a pedido do PAIGC, dois helicópteros [Alouette-III da FAP] e três pilotos com a finalidade de efectuarem transportes de membros daquele partido e convidados, dentro do território nacional. Esse grupo permaneceu na Guiné até final do ano de 1974, sendo no entanto substituído por outro [destacamento que vai manter-se na Guiné durante o ano de 1975 sob comando do capitão piloto-aviador Afonso Pinheiro da Costa, com um outro oficial piloto e o furriel Bandeira] para assegurar a continuação da "comissão civil".»¹³

Ao mesmo tempo nos arredores da cidade da Beira, quatro elementos da FRELIMO são amavelmente recebidos por uma delegação de oficiais do MFA local.

- «Um emissário da FRELIMO, o comandante Vicente responsável pela região de Vila Machado [entre Vila Pery e o Dondo] ao sul da reserva da Gorongoza, chegou ao Dondo na sexta-feira para se avistar com as autoridades portuguesas locais. Ele e três guerrilheiros fortemente armados, foram conduzidos ao Dondo num veículo português. Segundo fontes dignas de fé, importantes forças da FRELIMO estão em movimento para a cidade do Dondo, a 30km norte da Beira, segunda cidade de Moçambique e porto de mar por onde transita a maior parte das importações e exportações rodesianas, assim como o equipamento e materiais necessários à construção do vasto complexo hidroeléctrico de Cabora Bassa.»¹⁴
- «Quatro guerrilheiros da FRELIMO, entre eles o comandante Vicente da zona de Vila Machado, estiveram no Dondo. Armados, os guerrilheiros estiveram primeiro numa loja designada por Cantina do Pioneiro. Deslocaram-se depois, acompanhados pelo administrador do Dondo [Alves de Castro], aos Paços do Concelho daquela localidade. O comandante Vicente, com uma pistola à cintura, foi recebido efusivamente por muitas dezenas de populares que deram conta da sua presença e da dos três guerrilheiros, que o acompanhavam sempre de Kalashnikov a tiracolo. O administrador daquela localidade revelou-nos que o comandante Vicente estava a colaborar efectivamente com as autoridades. Daí a razão do encontro, durante o qual se estudaram problemas relacionados com o recenseamento da população e cobrança de impostos, sector onde a FRELIMO tem actualmente larga [?!] influência. A mesma autoridade referiu depois que existe já uma colaboração efectiva, que se irá progressivamente acentuando com os futuros encontros entre ele e o comandante Vicente. Aos jornalistas, o chefe guerrilheiro disse que se sentia muito feliz por falar com "autênticos combatentes", referindo depois: "Os grupos reacçãoários são os inimigos da FRELIMO, os inimigos da paz. É preciso manter vigilância sobre eles".»¹⁵
- «Em 30 de Agosto, no último encontro que tivemos [em Lusaca com o dirigente zambiano Mark Chona], revelou-nos que o presidente Kaunda se ausentara do país para uma reunião do mais alto nível, em que o caso de Moçambique ficaria definitivamente decidido. As provocações multiplicavam-se e a minoria branca oscilava entre a fuga e a violência descontrolada. Ao cabo de quatro meses de um clima de agitação, que minava as vontades mais fortes e melhor intencionadas, ninguém os podia acusar por isso. Esperava que dentro de poucos dias tivesse lugar um encontro em Lusaca, com representantes portugueses credenciados para uma solução final.»¹⁶
- «Havia um anexo secreto ao Acordo, que estipulava a maneira como se faria a movimentação das nossas tropas, de modo a fazê-las regressar a Portugal. [...] Falei com o seu [da FRELIMO] comandante na Beira e referi a necessidade dele arranjar uns trinta elementos, a fim de que nós pudéssemos dar instrução policial para controlarem a cidade quando nós saíssemos. Ele concordou mas, quando da minha terceira insistência, desabafou dizendo que não tinha ninguém para nomear para tal serviço. [...] Era [afinal um pequeno grupo que funcionava] apenas com base nos seus comandantes e nos guerrilheiros de "pé descalço". [...] Então o

- [antigo comandante da FRELIMO no Niassa] *Sebastião Mabote dizia que nós não nos podíamos vir embora. Eu afirmava-lhe que eles é que tinham assinado o acordo naquelas condições.»*¹⁷
- «*Estava previsto fazer [na fronteira noroeste do Niassa] a evacuação da companhia de Olivença [3ª/BCac20 apoiada pelo GE103], nos primeiros dias de Setembro. Então mandei chamar o [comandante das milícias Francisco Daniel] Roxo ao quartel-general [em Nampula], para ele ir fazer um reconhecimento de uma picada há muito não utilizada, que ligava aquela povoação ao Cobué no lago Niassa. Também lhe disse que trataria da sua ida para Portugal com a família, com o que ele concordou. Referiu também precisar de transferir as suas economias (cerca de 700 contos), que me comprometi a fazer através dos nossos serviços de contabilidade. No entanto, depois dessa missão, em vez de aparecer em Nampula apenas informou o comandante do sector de Vila Cabral, da impossibilidade de tal deslocamento terrestre para o Cobué. [...] Aquela companhia seria evacuada em 5 vôos de Nordatlas [a partir do AM61], deixando no terreno cinco viaturas pesadas de engenharia.»*¹⁸
- «*Nós já tínhamos [na 9ªCCmds-MOC] a noção de que a situação se estava a deteriorar, com vantagem para a FRELIMO que utilizava pessoal no interior de Moçambique para esses fins. Assim, quando recebi um telegrama em Montepuez, entre 1 e 3 de Setembro, a dizer que era "necessário ir tratar da minha mota em Lourenço Marques", embarquei de férias vindo armado até "aos dentes", inclusivé com dilagramas.»*¹⁹
- ¹ (título do "Notícias"; Lourenço Marques 31Ago74); ² (Jardim, op.cit pp.333-337); ³ (cf correspondente do DN, Bruxelas 29Ago74); ⁴ (Almeida Santos, op.cit vol.I pp.303); ⁵ (Pompilio, op.cit pp.194); ⁶ (comunicado oficial da PR, entregue pelo porta-voz capitão Pinto Soares); ⁷ (Aguar, op.cit pp.69-71); ⁸ (Múrias, op.cit pp.298); ⁹ (DN 30Ago74); ¹⁰ (cf "Cronologia dos Acontecimentos", idem); ¹¹ (recente retirada de uma parte das tropas da Guiné e respectivas datas confirmadas de chegada a Lisboa: CCav8352 em 21; CCac4142/3, CCac4540/1 e DIAL9970 em 25; CCav8351 em 26; CCav8350 em 27; CCav8353 em 30; e PelRec8670 em 31); ¹² (cf "Lusitânia", Bissau 30Ago74); ¹³ (António Martins Rodrigues, em 21Abr95 a Bernardo); ¹⁴ (cf AFP, cit "A Capital" 02Set74); ¹⁵ (cf correspondente do mesmo vespertino; Beira 06Set74); ¹⁶ (Jardim, op.cit pp.336); ¹⁷ (Aguas Varela, em 14Jul92 a Bernardo); ¹⁸ (Sousa Menezes em 17Jun97, idem); ¹⁹ (José Manuel da Silva em 10Out97, idem)

1974 – Setembro.1 (domingo)

Em Dili, face à recente declaração do PM australiano socialista Edward Gough Whitlam¹ favorecendo a integração de Timor na Indonésia, surge uma tentativa de aproximação entre a UDT e a ASDT, mas que não chega a concretizar-se face à evidência de duas facções naquela última: sendo uma moderada, com aparente ascendente inicial e uma visão interna e regional realista; e a outra, constituída por elementos mais jovens e radicais, imbuídos do espírito emancipalista importado das ideologias revolucionárias lisboetas dos estudantes da Casa de Timor.

- «*No plano internacional sentia-se que a estratégia da União Soviética estava em ascendência, havendo mesmo grandes preocupações dos serviços secretos britânicos e norte-americanos em relação a alguns dos mais importantes dirigentes socialistas mundiais: Brandt demitira-se em [7 de] Maio de 1974, quando o seu conselheiro Günther Guillaume foi preso por colaborar com o KGB; em Estocolmo começavam a ser levantadas suspeitas sobre colaboradores íntimos de Olof Palme; a Austrália vivia um clima de incerteza em relação ao futuro político do primeiro-ministro trabalhista Gough Whitlam que, à semelhança de [Harold Wilson na Grã-Bretanha], estava a ser investigado pelos serviços secretos ocidentais. [...] O processo de investigação de Wilson, com o nome de código "Oatsheaf", começara nos anos 70 [...] e a partir de 1974, quando Wilson regressa ao poder após quatro anos na oposição, um grupo do MI5 estabelecerá um plano para desacreditar dirigentes trabalhistas e, principalmente, Wilson. Através dos seus "contactos na imprensa e entre dirigentes sindicais, [até à Primavera de 76] seria divulgada informação sobre o conteúdo dos ficheiros do MI5 e sobre o facto de Wilson ser considerado um risco de segurança". [...] Outros socialistas de grande proeminência, com relevo para o primeiro-ministro sueco Olof Palme, estavam então também na mira da curiosidade da CIA e dos serviços secretos ocidentais. [...] Desde [Maio de] 1968, quando acompanhou lado a lado o embaixador do Vietnam do Norte pelas ruas de Estocolmo, em protesto contra a intervenção norte-americana naquele país, que Palme era particularmente mal visto nos EUA. [...] Nixon chamava mesmo a Olof Palme "that swedish asshole" que, "como primeiro-ministro desde o princípio dos anos 70, tentara activamente pôr fim à colaboração dos serviços secretos [suecos SÄPO] com a CIA". Mas após uma longa interrupção, ambos tinham secretamente recommçado a cooperar para fazer escutas a um diplomata soviético [em Estocolmo] suspeito de ser agente da KGB. [...] Whitlam, eleito [PM australiano] em 1972, tinha descoberto que os serviços secretos da Austrália [Australian Security Intelligence Organisation], à sua revelia tinham colaborado com a CIA para derrubar Salvador Allende. Ordenaria então uma inspecção aos seus serviços secretos ASIO, na sequência da qual ordenaria o congelamento das relações da "inteligência" australiana com a CIA. O clima de tensão entre a Austrália e os EUA aumentaria perigosamente, quando em 1974 o primeiro-ministro "insensatamente" declarara não pretender renovar o acordo com os EUA para a manutenção da estação americana de observações de comunicações via satélite, em Pine Gaps. Esta estação perto de Alice Springs, no meio do deserto australiano, acompanha o movimento de satélites na zona do Pacífico Sul, conseguindo "escutar" as telecomunicações em toda aquela zona, incluindo a China.»*²

Pouco depois, em Jacarta o governo indonésio declara que «*não tem pretensões sobre Timor*».

Em Lisboa, o II Governo provisório anuncia o estabelecimento de relações diplomáticas com o

Senegal:

- «*O Governo de Portugal e o Governo do Senegal concordaram em estabelecer relações diplomáticas ao nível de Embaixador e em desenvolver a cooperação mútua nos domínios político, económico e cultural, em conformidade com os princípios e objectivos da Organização das Nações Unidas e, conseqüentemente, da Organização da Unidade Africana. As duas partes estão convencidas de que o estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e o Senegal contribuirá para a promoção e para o fortalecimento da paz e da segurança internacionais.»*
- «*Pela parte guineense, o Acordo [de Argel] foi aprovado na reunião conjunta do CEL do PAIGC e do Conselho de Estado, realizada de 1 a 3 de Setembro em Gabú. [...] As datas de Setembro que o PAIGC queria especialmente comemorar eram outras: 12 de Setembro, dia do nascimento de Cabral; 19 de Setembro, dia da fundação do PAIGC; e 24 de Setembro, dia da [1ª efeméride da proclamação de] independência. Foi no decurso da reunião realizada em Gabú, de 1 a 3 de Setembro, que o CEL do PAIGC e*

o Conselho de Estado deliberaram celebrar aqueles três eventos, conjuntamente, e fazê-lo em 24 de Setembro no Boé, região relativamente altaneira [cerca de 3600mts de altitude máxima], pouco povoada, quase inóspita e de difícil acesso. Madina era então considerada a capital provisória, tanto mais que Bissau era a última zona de reagrupamento das forças portuguesas até ao termo da sua permanência.»¹

¹ (nascido em 1916 em Kew, subúrbio de Melbourne; dirigente socialista, desde 52 deputado na Câmara dos Representantes e no Parlamento Federal; desde 72 PM do governo trabalhista); ² (Mateus, op.cit pp.80,107,282,105/6); ³ (Duarte Silva, op.cit pp.260,271)

1974 – Setembro.2

Logo pela manhã em Dar-es-Salaam, a FRELIMO convoca uma conferência de imprensa e Samora Machel confirma que «o Governo português e a Frente de Libertação de Moçambique iniciam, na próxima quinta-feira em Lusaca, negociações com vista à transferência de poderes e à marcação de uma data para a independência de Moçambique»:

- «Os nacionalistas moçambicanos não lutaram durante dez anos para colaborar num governo colonial. Nós não vamos negociar a independência. O nosso objectivo é o de estabelecer a forma como o poder será transferido para a FRELIMO, o que corresponde aos interesses tanto do povo moçambicano como do povo português. O povo moçambicano prepara-se para assumir as responsabilidades de uma nova nação em vias de formação. A FRELIMO vai a Lusaca com espírito aberto e consciente das responsabilidades que assumirá. As negociações para a independência de Moçambique representam uma vitória do povo moçambicano, da África unida e das forças progressistas do mundo. Em Lusaca as duas partes vão procurar a melhor forma de assegurarem futuras relações de amizade e cooperação entre Portugal e Moçambique.»
- «Os militantes da FRELIMO [em Lourenço Marques] desenvolveram uma intensa actividade junto dos trabalhadores, desde domingo [?!] à tarde, para se absterem de ir trabalhar hoje [05Set74] em sinal de apoio às condições apresentadas. Folhetos incitando à paralisação total, escritos em português e em ronga e da autoria dos representantes locais da FRELIMO, apareceram nas frontarias dos prédios, nos automóveis, nos locais de trabalho, nas próprias acácias que ornamentam as compridas artérias desta cidade. Foram mesmo entregues de mão em mão, na baixa e à saída das fábricas. A Associação Académica, os Democratas de Moçambique, os sindicatos, as direcções dos bancos, as associações comerciais, industriais, agrícolas e de proprietários, convidaram os seus sócios a ir ao Estádio da Machava (ex-Salazar) [a cerca de 8km noroeste da cidade, junto ao troço ferroviário Matola-Moamba] com uma capacidade de 60 mil lugares sentados. A Imprensa e a Rádio exprimiram-se de forma veemente a favor desta greve, sendo de salientar o editorial do vespertino "A Tribuna", que a determinado passo dizia: "A greve política transcende, nos seus objectivos e alcance, o âmbito das reivindicações salariais. Ela pode ser utilizada como arma poderosa dos trabalhadores nos momentos cruciais e decisivos do processo histórico. Movimentos desse teor atingiram importância fundamental na fase crítica da luta dos povos pela sua liberdade. Tal ocorreu na Argélia à beira de Évian, e em vários estágios da luta do povo cubano pela sua libertação das amarras imperialistas. A uma tal greve não poderíamos emprestar senão o nosso aval".»¹
- «Samora Machel apresentou-se na conferência de imprensa muito bem disposto. O dirigente moçambicano mostrou-se confiante no êxito das próximas conversações e indicou que Portugal aceitou, durante os contactos aqui realizados no mês passado, as três condições prévias que a FRELIMO punha para pôr fim à guerra que se trava há dez anos. Essas condições eram o reconhecimento do direito inalienável do povo moçambicano à independência, a transferência de poderes para o povo do território e o reconhecimento da FRELIMO como único representante legítimo desse povo. Interrogado sobre a duração provável das negociações em Lusaca, Machel disse não saber mas manifestou-se convencido de que serão bem sucedidas. A ser como afirma o presidente daquele movimento de libertação, estariam desde já arredados os obstáculos que se opunham ao estabelecimento de pontos muito concretos e objectivos em ordem à independência de Moçambique. A missão portuguesa deverá partir para Lusaca na próxima quarta-feira e será chefiada pelo ministro Mário Soares, integrando-a também os ministros Almeida Santos e Melo Antunes, e dois elementos do Movimento das Forças Armadas.»²
- «Na manhã do dia 31, altura em que embarcávamos [de Lusaca para Blantyre], vimos aterrar o avião do presidente Kaunda. Nessa altura, em Blantyre já chegavam da Beira e de Lisboa notícias sobre a deslocação a Lusaca, de uma numerosa delegação comandada por Melo Antunes que traria Mário Soares, Almeida Santos e Victor Crespo. [...] Com os jornais sul-africanos [recebidos nessa noite no hotel "Tollman's" junto ao aeroporto de Joanesburgo, chegaram] as primeiras notícias sobre o próximo encontro em Lusaca, entre as delegações portuguesa e da Frelimo. Em telegrama de Dar-es-Salaam, atribuíam-se a Samora Machel declarações segundo as quais essa reunião, a iniciar no dia 5 de Setembro, se limitaria a concretizar a transferência de poderes.»³
- «Ainda no aeroporto de Lisboa, ao embarcar o major Melo Antunes distribuiu a todos os membros da delegação um texto dactilografado do acordo com a Frelimo, o que levou o major Casanova Ferreira a dizer aos ministros drs. Mário Soares e Almeida Santos que, perante as condições apresentadas naquele documento, não valeria a pena irem a Lusaca.»⁴
- «Fui com guia-de-marcha. Eu estava [em 03Set74] a comandar a PSP de Lisboa, foi-me comunicado que tinha sido nomeado pelo presidente da República, para embarcar no dia seguinte às 14:00. Já estavam envolvidos todos aqueles tipos, desde o Victor Crespo ao Melo Antunes. [...] À entrada do avião em Lisboa, o Melo Antunes entregou-me um texto do acordo. Nessa altura disse ao dr. Mário Soares e ao dr. Almeida Santos: "Então o que é que lá vamos fazer?". O "tratado" estava pronto para assinar e poupava-se o custo do transporte. O Melo Antunes que, de comunista passou a MES ou coisa do género, provocou toda aquela vergonha; e se não fosse o dr. Mário Soares e o dr. Almeida Santos, a nossa tropa seria desarmada em Lourenço Marques. A ideia era entregar as armas antes de embarcar: esta era a brilhante proposta dos oficiais do Exército e da Marinha, do MFA, que estiveram em Lusaca. [...] Era toda a mesma escumalha e lá tive que aturar aquilo tudo. Mas o comunismo que se implantou em Portugal já não mais sai de cá, nem pintado das cores mais estranhas e mudando para títulos de conveniência.»⁵

- «O próprio Acordo de Lusaca não é peremptório na entrega de todos os poderes à FRELIMO mas, como diria pouco depois o [recém-promovido capitão-de-fragata e indigitado] alto-comissário Victor Crespo: "No que respeita às tarefas do governo de transição, elas podem resumir-se numa só palavra: descolonizar. É talvez conveniente dizer o que entendo por descolonizar. Pois bem, descolonizar é transferir os poderes que o Estado detém para a Frente Nacional de Libertação de Moçambique".»⁶
- «Definindo em que consiste este processo, declara que "descolonizar é transferir os poderes que o Estado português detém para a Frente de Libertação Nacional de Moçambique (Frelimo)". As Forças Armadas foram colocadas perante um acordo: que lhes surgiu como facto consumado; que lhes foi apresentado como tendo cobertura legal; e que conheceram através de interpretações inaceitáveis em face do respectivo texto. Assim, têm-se como justificados os militares, com excepção dos que ocuparam lugares de cúpula; quanto a estes, está em apreciação a chamada "descolonização", em face do art. 141º do Código Penal.»⁷

Horas depois em Nampula, o novo comandante do COMRA3 determina a extinção do BCP32-Nacala e a transferência de todos os seus efectivos para o BCP31-Beira.

¹ (Joel Assan, Lourenço Marques 05Set74); ² (cf AFP e Reuter, Dar-es-Salaam 02Set74); ³ (Jardim, op.cit pp.337,340); ⁴ (Spínola, in "País sem Rumo" pp.305);

⁵ (Casanova Ferreira, em 6Jan96 a Bernardo); ⁶ (Távora, op.cit pp.587); ⁷ (Aguilar, op.cit pp.96/7)